



SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA

perspectivas e ações
em saúde, educação
e cidadania

ANAIS / RESUMOS

NIPIAC Núcleo Interdisciplinar
de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância
e a Adolescência Contemporâneas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro



**SIMPÓSIO INTERNACIONAL
SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA**

perspectivas e ações em saúde,
educação e cidadania

**LE SYMPOSIUM INTERNATIONAL
SUR LA JEUNESSE BRÉSILIENNE**

vues et actions dans les domaines de la santé,
de l'éducation et de la citoyenneté

**EL SIMPOSIO INTERNACIONAL
SOBRE LA JUVENTUD BRASILEÑA**

perspectivas y acciones en salud,
educación y ciudadanía

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor Aloísio Teixeira

INSTITUTO DE PSICOLOGIA / UFRJ

Direção Marcos Jardim

Programa de Pós-Graduação em Psicologia IP/UFRJ

Coordenação Virgínia Kastrup e Francisco Portugal

**Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas NIPIAC/UFRJ**

Coordenação Lucía Rabello de Castro

Comissão Organizadora do Simpósio

Lucía Rabello de Castro (presidente)

Jane Correa

Jacqueline Cavalcanti Chaves

Hebe Signorini Gonçalves

Luciana Gageiro Coutinho

Rosane Braga de Melo

Sonia Borges Cardoso de Oliveira

Viviane Giroto Guedes de Figueiredo

Comissão Científica

Ethel Volfzon Kosminsky (UNESP – Marília/SP)

Leila Maria Torraca de Brito (UERJ – RJ)

Maria Aparecida Tardin Cassab (UFJF – Juiz de Fora/MG)

Maria Cecília de Souza Minayo (FIOCRUZ – RJ)

Maria Isabel Mendes de Almeida (PUC-Rio)

Maria Lucia Seidl de Moura (UERJ – RJ)

Marta Rezende Cardoso (UFRJ – RJ)

Solange Jobim e Souza (PUC-Rio)

Sonia Alberti (UERJ – RJ)

Sonia Kramer (PUC-Rio)

Comissão Técnica

Alana Mendes de Azevedo

Aline Deus da Silva

Beatriz Corsino Péres

Bianca Novais Lisbôa

Conceição Firmina Seixas Silva

Daniela dos Prazeres Assis

Diego Wiltshire de C. Soares

Helena Antunes Maciel Villela

Isaura C. A. O. Rocha

Joana Maia Simoni

Juliana Maria P. de Almeida Corrêa

Renata Alves de Paula Monteiro

Secretaria do Congresso

Andréa Ferreira e Ana Cristina Brasil Arcos

Revisão

Kátia Magalhães Castro

Programação Visual

Areté Programação Visual

**NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E INTERCÂMBIO
PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA CONTEMPORÂNEAS – NIPIAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**



**SIMPÓSIO INTERNACIONAL
SOBRE A JUVENTUDE
BRASILEIRA**

perspectivas e ações em saúde,
educação e cidadania

ANAIS / RESUMOS

Campus Praia Vermelha / UFRJ

20 a 22 de outubro de 2004

Rio de Janeiro



REALIZAÇÃO

NIPIAC Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro



PATROCÍNIO

CAIXA



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



PARCERIA

SESC
RIO DE JANEIRO



Canadian
International
Development
Agency

Agence
canadienne de
développement
international

APOIO INSTITUCIONAL

UNICEF

SBPD

OPAS

ISA RC34

Secretaria de Estado de Cultura

Fórum de Ciência e Cultura / UFRJ

Fundação MUDES

PREZADOS PARTICIPANTES

O Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – JUBRA, que se realiza pela primeira vez no Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, representa o momento sinérgico que, reunindo pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo, combina discussão e esperança sobre as questões da juventude.

Ainda que estruturalmente aliados de participação plena nos destinos das sociedades, os jovens agregam-lhes valores e idéias renovando as matrizes culturais e sentimentais que formam a sucessão de gerações. No entanto, sobre eles e sobre as crianças, repercutem, de forma mais intensa, as desigualdades sociais, a globalização perversa e os impedimentos e dificuldades de acesso à educação, saúde e cultura. Falar sobre a juventude faz, então, ressonar a tensão permanente entre superávits e carências que a atingem, e a constituem no cenário contemporâneo.

Assumir a tarefa deste Simpósio significou acreditar no esforço coletivo de reunir diversas áreas do conhecimento e de atuação profissional em torno da temática da juventude, apostando na universidade como o lugar da universalidade, como indica seu sentido etimológico, capaz, portanto, de congrega. O resultado constitui o conjunto heterogêneo de trabalhos, aqui apresentado, cuja amplitude e diversidade se torna um recurso para mobilizar o pensamento e a compreensão. Este livro de resumos atesta a magnitude da empreitada deste Simpósio, reunindo quase 400 trabalhos

que, cada um à sua moda, buscam esclarecer, entender e visualizar ângulos distintos de onde as questões da juventude podem ser problematizadas.

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, que realiza este Simpósio, agradece a contribuição de todos os autores aqui reunidos que somaram esforços tendo em vista esta 'causa' comum – a juventude. É deste ponto de partida que se ampliará o diálogo e o debate que se esperam nas inúmeras apresentações de trabalhos. Desejamos que este evento propicie trocas profícuas e se reverta em percepções inusitadas e ações inovadoras no âmbito da reflexão e da ação com jovens.

A Comissão Organizadora

Mesas-redondas

AÇÕES E POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE: PROJETOS, RESULTADOS E PARCERIAS

Mário Mamede

Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos
da Presidência

Comumente repetimos o discurso demagógico de que o jovem é o futuro do Brasil. Que futuro poderá ter um jovem que vive o drama diário de não ter acesso a uma boa formação, ao emprego, à cultura, à capacitação profissional, ao lazer, a práticas esportivas, enfim, à dignidade? Não existe futuro ao se negar o presente. Mudar esse quadro exige responsabilidade do Estado e da sociedade na formulação de políticas públicas inclusivas deste segmento social.

Muitas crianças já nascem num espectro de exclusão social. No entanto, isso se agrava bastante quando atingem a adolescência, quando percebem que seus sonhos, do ponto de vista profissional, da sua afetividade, do seu desejo e necessidades de consumo, não serão realizados. Isso se revela mais fortemente em uma sociedade como a nossa, na qual a cidadania está atrelada ao consumismo e as práticas individualistas preponderam nas relações sociais. Estes aspectos são reforçados pela mídia, ao relacionar o consumo a poder e prestígio.

Na adolescência, que já é um momento peculiar per si devido às mudanças corporais, hormonais e psicológicas, esses jovens percebem que estão tolhidos em seu direito de se projetarem como cidadãos. Acabam por encontrar formas de visibilidade através de práticas de confronto social, como a formação de gangues, por exemplo. São gritos de desespero, que não devem nos horrorizar. Ao contrário, precisamos garantir aos jovens formas de expressão e respeitá-las. No entanto, nesse momento, tende-se à criação de um círculo vicioso: por um lado, a estrutura social que os exclui, por outro, o produto dessa exclusão, a violência, a delinquência e, a partir daí, a segregação institucionalizada, os sistemas prisionais e a consagração da marginalização.

Trata-se de uma questão econômica e social. O viés social é tão grave quanto o econômico, mas ele não pode ser unicamente de responsabilidade do Estado. Nas situações em que se configura ruptura social e, por consequência, a desagregação da família, podemos propor políticas públicas como as que possibilitam o acesso à educação, ao psicólogo, ao assistente social etc, mas isso requer da própria família ou da comunidade a sua parcela de responsabilização.

Podemos, em conjunto com a sociedade civil, trabalhar no sentido do resgate e da construção da cultura e dos princípios éticos para os direitos humanos. São problemas que não serão resolvidos com soluções paliativas. Como disse o presi-

dente Lula na entrevista coletiva aos Jornalistas Amigos da Criança, “temos que colocar a questão socioeconômica como uma questão de direitos humanos; e aí, é muito menos uma lei e muito mais uma consciência que nós precisamos ter na sociedade”. Nesse sentido, políticas públicas de prevenção serão muito mais eficazes e menos traumáticas.

O governo Lula possui 44 ações sobre a infância e a juventude em 19 Ministérios. Por isso, constituiu uma Comissão Interministerial para traçar a articulação dessas ações entre os Ministérios. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente tem procurado atuar em várias frentes a partir do respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- Implantação de medidas socioeducativas nas instituições prisionais, em que se privilegia o viés educacional sobre o modelo correccional-repressivo no atendimento aos jovens em conflito com a lei, de forma a garantir a reinserção social dos mesmos. Temos trabalhado também para ampliar o sistema socioeducativo em meio aberto, capacitando os profissionais que atuam nessa área.
- Prevenção da violência através do “Programa Paz nas Escolas”, em 2003, com vários parceiros, dentre eles o Fundo de População das Nações Unidas; através de parceria com o Ministério da Educação no programa “Ética e Cidadania” para a formação de educadores e através da articulação com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação para a coleta de dados referentes à raça e à etnia dos estudantes brasileiros no Censo Escolar 2005.
- Implementação da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, inaugurando novas Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- Fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Fundos e Conselhos Tutelares de todo o país, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA. Recentemente acordamos parceria com o Instituto Telemig Celular para o lançamento do Programa Pró-Conselho Brasil. O Banco do Brasil estará em breve doando microcomputadores aos Conselhos e há também parceria com Furna Centrais Elétricas SA e Companhia Hidrelétrica do São Francisco.
- Criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, com o objetivo de proteger e recuperar jovens ameaçados pelo crime organizado, no Espírito Santo e em Minas Gerais. No Rio de Janeiro e em São Paulo esse Programa está em fase de implementação.
- Coordenação da Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- Fortalecimento do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA).
- Assinatura do Termo de Cooperação com o Instituto Interamericano del Niño, organismo da OEA, para o desenvolvimento de políticas e ações voltadas às crianças, adolescentes e famílias brasileiras.
- Coordenação do Plano “Presidente Amigo da Criança”, que prima pelo respeito ao ECA e à Constituição Federal de 1988, além de observar acordos internacionais ratificados pelo Brasil na Convenção Internacional sobre Direitos da Criança de 1989 e, particularmente, na Seção Especial pela Criança, realizada pela ONU, em 2002.
- Combate à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é feito de forma consistente pela Comissão Interministerial que a pouco nos referimos. Esse trabalho em conjunto já resultou no aumento dos casos investigados pela Polícia Federal nos estados e na formação de uma força-tarefa dentro do Ministério Público em cada estado.
- Criação do Disque-Denúncia, serviço que foi implantado em maio de 2003 em parceria com os Ministérios da Saúde e do Turismo, Petrobrás, CECRIA e Ministérios Públicos Estaduais. Mais de 6 mil denúncias já foram registradas e encaminhadas às autoridades competentes.
- Acompanhamento das adoções internacionais, juntamente com a Autoridade Central Federal. A partir do Programa Nacional de Cooperação em Adoção Internacional, intervimos para que sejam erradicadas as formas de abuso e regulamentar as adoções internacionais.
- Desenvolvimento de parcerias com empresas públicas, garantindo ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente o montante de R\$ 14,4 milhões que viabiliza projetos em todo o Brasil, através do repasse das verbas aos estados e municípios.

Essas são as ações específicas da SEDH para a área da criança e do adolescente, mas acreditamos que todo o trabalho em direitos humanos resulta em benefícios aos nossos jovens, uma vez que nosso objetivo não é apenas o de resolver problemas focais, mas colaborar para a educação do povo brasileiro em relação aos direitos e deveres que possuem. Nesse sentido, em termos de programas, temos ainda, entre outros, o Plano Nacional para o Registro de Nascimento, o Plano Nacional de Educação, o Balcão de Direitos, que possibilita o acesso à justiça às pessoas com poucos recursos. Em conjunto com o Ministério do Trabalho estamos lutando pela erradicação do trabalho escravo, que, sabemos, atinge crianças e adolescentes.

Muitas de nossas ações ainda têm caráter emergencial, no entanto, nosso objetivo maior é que cada jovem possa ser e se sentir cidadão. Trabalhamos para que os direitos humanos sejam uma realidade a todos os brasileiros.

AÇÕES E POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE: PROJETOS, RESULTADOS E PARCERIAS

Participação de Adolescentes na Gestão de Políticas Públicas: projeto da Cáritas Brasileira em parceria com UNICEF e Caixa Econômica Federal

Márcia Hora Acioli

Coordenadora Nacional do Programa Infância, Adolescência
e Juventude Cáritas Brasileira

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA cronologicamente encontra-se na puberdade e, como qualquer adolescente provoca polêmicas. É ainda desconhecido da sociedade em geral, o grande público não tem domínio sobre seus princípios nem sobre seu texto. A alguns segmentos interessam apenas os artigos com os quais se confrontam ou com os quais concordam. Os próprios adolescentes, em geral, detém-se sobre os pontos que lhes oferecem uma perspectiva de vantagem imediata. Mal sabem que é o conjunto do Estatuto que lhes promete a proteção integral, ou seja, situação digna de vida e garantia de pleno desenvolvimento em condições igualitárias.

Assim como o ECA é mal conhecido, o mesmo acontece com Constituição Brasileira. Grande parte da população desconhece a sua possibilidade de participação social assegurada em lei, e não tem noção de suas próprias forças políticas. Os Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos são, hoje, importantes instâncias do exercício democrático, situados na maioria dos municípios, em todos os estados da federação e no país. Os Conselhos têm funcionamento de forma desigual uns mais estruturados, uns menos. Dentre os problemas identificados está a falta da presença ativa da população para cobrar, sugerir e exercer o controle social sobre suas decisões. Em alguns casos prevalecem decisões corporativas, de interesses restritos a setores que detém alguma forma de poder.

Na necessidade de fortalecer esses fóruns democráticos, de popularizá-los e de assegurar mudanças sociais, a Cáritas Brasileira desenvolve um projeto no qual adolescentes – os próprios sujeitos das políticas públicas – participam dos Conselhos. Cabe lembrar que até hoje quem delibera sobre as políticas voltadas para a infância e adolescência muito pouco escuta a população a quem mais interessa as políticas.

A iniciativa da Cáritas Brasileira significa um gesto ousado. O desafio maior constitui-se no convencimento dos adultos de que a participação de adolescentes é pautada por motivações importantes, e que suas falas são, no mínimo, conseqüentes.

Para habilitá-los a freqüentar um Conselho, dedicamo-nos a organizar uma trajetória de debates, oficinas, informações e articulações com diversos Conselhos e conselheiros/as. Havia a necessidade de um trabalho prévio, até porque não se sabia muito sobre Conselhos; e alguns conselheiros/as ainda apresentavam grande resistência. Um dos maiores desafios era desprover os adultos de suas idéias cristalizadas. Outro desafio também importante era preparar os adolescentes para o debate sem que perdessem suas características de adolescentes: pessoas alegres, irreverentes, tímidas, criativas, ora sérios demais e brincalhões também...

O projeto trabalha com quatro abordagens que não obedecem a uma linha cronológica. São elas:

- a) A sensibilização pretende envolver o máximo de pares para compartilhar os mesmos princípios;
- b) A formação tem como objetivo educar para a participação, divulgar os Conselhos e seus objetivos;
- c) A mobilização social tem como meta ampliar o alcance dos debates com um trabalho de organização das bases tecendo um elo entre as causas conjunturais com as questões estruturais, e por fim,
- d) O monitoramento e avaliação que são momentos reservados para o acompanhamento e os ajustes no projeto para que se realize da forma mais próxima ao planejado.

A Cáritas Brasileira conta em todas as suas ações com a Cáritas Suíça e a Alemã. Esse projeto especificamente foi compartilhado também com o UNICEF, mais tarde com a Caixa Econômica Federal e, em seguida, a Radiobrás entrou com um aporte técnico. Avaliou-se que os recursos humanos e financeiros de uma única instituição jamais atingiriam a totalidade de uma questão de tamanha complexidade na extensão pretendida (seis estados nos quais há o Programa Infância, Adolescência e Juventude da Cáritas). A articulação, neste aspecto, garante um olhar mais complexo, interdisciplinar além de otimizar os recursos disponíveis. As parcerias sempre foram imprescindíveis para o fortalecimento das ações. Mais do que apoio financeiro, são outras estruturas disponibilizadas para a viabilização do projeto. Discussões políticas, teóricas e técnicas somam-se ao entusiasmo inicial da entidade propositora. É o compromisso social que se concretiza em ações que contribuem para mudanças sociais. Com isso, evita-se a pulverização de recursos técnicos, financeiros e humanos.

O trabalho em parceria é desafiante e envolvente. É preciso estabelecer relações de diálogo, de respeito com transparência ao longo do trabalho. Sempre há ajustes necessários, adequações que levam à revisão de parte a parte para o estabelecimento de um encontro produtivo. Apesar dos ajustes necessários, não é interessante se pensar em parceria a qualquer custo. A via-

bilização econômica do projeto não deve ser a tônica principal das relações, nem ditar seu formato. Os princípios políticos, humanos e sociais devem ser rigorosamente compartilhados deixando à execução técnica e orçamentária como áreas de negociação. Também é preciso levar em consideração que estas relações não são permanentes, que há apoios pontuais e cada entidade deve ter em seu planejamento outras formas de viabilização das ações para que os projetos não fiquem reféns de alguns apoios financeiros.

Hoje, a Cáritas Brasileira contabiliza diretamente mais de 600 adolescentes mobilizados em torno do tema tendo freqüentado Conselhos, alguns com participação efetivada; conselheiros e conselheiras sensibilizados/as; escolas públicas dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe envolvidas com o debate, tendo realizado ações comunitárias a partir da relação entre o projeto pedagógico e um Conselho de Política Pública, ou de Direitos. Com tudo isso a Cáritas tem a convicção de que o projeto contribui para a formação de novas consciências, novas sensibilidades na direção da cultura da participação, de fortalecimento da sociedade democrática.

Essa ação tem como objetivo proporcionar a escuta e a participação efetiva de uma parcela da população que andava sem espaço. Tal exercício pretende fazer com que esse segmento social compreenda, inclusive, a possibilidade de criar novos fóruns sempre que necessário para defender seus direitos e suas idéias.

Ressaltamos que não é por ser mais jovem que o adulto que a participação do adolescente estará mais qualificada, mas é por ser jovem que se conhece como uma política surda e cega nega-lhes os direitos fundamentais para assegurar a cidadania plena.

ADOLESCENTS DES MONDES CONTEMPORAINS: LE PARADIGME ADOLESCENT

Michelle Cadoret
(Paris 7)

Il est un jeu complexe de rencontres et d'échanges avec et autour de l'adolescent. Paradigme adolescent, car la double référence psychanalytique et anthropologique suppose de ne pas en rester aux explications et aux théorisations. Les deux approches ont chacune leur méthode et leurs concepts, mais ne font qu'une seule vérité: l'adolescent se présente comme une situation faisant paradigme car son travail psychique de passage intrique intimement le particulier et le général, le pulsionnel et le culturel, l'actuel et l'historique, l'individuel et

le social, la transmission et la créativité. Il s'agit tout simplement de l'enjeu d'inscription de chaque adolescent à chaque tour générationnel, mais cet enjeu est en même temps au registre général, collectif: le moment adolescent (re)convoque inévitablement l'état et la légitimité des organisations des liens et des fonctionnements des institués. Et ceci à tous les niveaux, individuel et familial, éducatif et professionnel, mais encore en regard des intentions de la fonction politique.

L'adolescent est sur toutes les scènes: il est parlé de lui par tous, mais l'adolescent fait ces scènes siennes: il s'y risque, le risque pris est son épreuve personnelle d'existence. Dans les mondes contemporains où les ritualités s'estompent, sont épreuve devient de plus en plus individuelle, incertaine.

Dans ces contextes, chaque adolescent est entre mémoire et oubli, entre désir d'oeuvre et renoncement, face à des extrêmes violents le maintenant dans l'empêchement d'être. Rêves et poésie, mais encore cauchemars et désespoir, étant pris par les mémoires infantiles, les guerres de familles, les répressions éducatives, les contraintes d'intégration. Le passage sera forcément risqué. Mais pourtant, l'adolescent a sa propre langue, construit ses propres scènes dans l'urgence, vient affronter les limites, fonctionne comme un opérateur de changement, vient occuper une fonction sociale et politique: position paradigmatique, car par lui, c'est l'enjeu même d'une subjectivité possible et acceptable qui est mis en cause et en question.

ALGUNS DESAFIOS PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA E JUVENTUDE

Marília Pontes Sposito

Faculdade de Educação – USP

A moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola. As teses mais clássicas viam nesse momento, como afirmava Parsons (1974), a passagem do mundo privado das relações familiares para outras formas de contato e de ocupação dos espaços públicos sem a necessária presença do adulto. Nesse período, a escola torna-se, então, elemento importante para assegurar a reprodução cultural e social dos diversos grupos e classes. Assim, as representações dominantes sobre a infância e, posteriormente, sobre a adolescência e a juventude integraram a escola como um de seus espaços formativos, de tal modo que Singly (1993), em suas análises sobre a família contemporânea, examina a

dinâmica do grupo familiar a partir do conceito de modo de reprodução com dominante escolar na esteira dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1989).

A instituição escolar, ao se expandir, surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens que culminaria com a sua inserção no mundo do trabalho. É nessa fronteira entre o público e o privado que Parsons (1974) situa a cultura dos estudantes das escolas secundárias nos Estados Unidos, nos anos 1950, trazendo a discussão da importância da disseminação da escolaridade como fator de constituição da experiência dos “teenagers” e suas práticas de lazer, consumo, vestimentas e estilos musicais, entre outros.

Mas se as mudanças dos últimos 30 anos atingiram, principalmente, a esfera do trabalho e uma de suas formas principais na sociedade capitalista – o trabalho assalariado – é inegável que os caminhos e contornos para a entrada na vida adulta se diversificaram, tornaram-se mais complexos e menos lineares. Assim, o modo como os jovens vivem essa etapa de vida também se altera, uma vez que a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho, especialmente se considerarmos o ingresso no mercado formal de ocupações e as posições dos estratos menos privilegiados da sociedade, exatamente aqueles que têm acesso tardiamente aos degraus mais elevados do sistema de ensino.

Apesar do reconhecimento da importância das instituições socializadoras tradicionais, as profundas transformações observadas nos últimos cinquenta anos do século XX produziram impactos significativos nas formas como as relações entre as idades e o próprio ciclo de vida são experimentadas. Por essas razões, além do tema da *desregulação* das etapas (PERALVA, 1997) e de sua *descronologização* (ATIAS-DONFUT, 1996), têm sido recorrente a idéia de que se observa, também, um processo de *desinstitucionalização* da condição juvenil.

Embora os sentidos da expressão *desinstitucionalização* estejam recobertos de múltiplos significados tanto na discussão sociológica mais ampla como no debate sobre os jovens, de modo geral, este termo tem significado, na acepção de Miguel Abad (2003), uma crise das instituições “tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade” (ABAD, 2003, p. 25). Assim, o espaço deixado por essas formas tradicionais – escola e família – passa “a ser ocupado por um maior desdobramento da subjetividade juvenil” e é “nessa desinstitucionalização da condição juvenil que têm surgido as possibilidades de viver a etapa da juventude de uma forma distinta da que foi experimentada por gerações anteriores” (idem, p. 25).

Afirmar a desinstitucionalização da condição juvenil como fator positivo na medida em que faria emergir uma nova sociabilidade mais próxima do desejo, da experimentação e da liberdade (ABAD, 2003), pode desconsiderar a aspiração por escolaridade, os sentidos atribuídos à instituição escolar e a importância das redes familiares para muitos jovens, sobretudo aquele que, em decorrência das estruturas desiguais, situam-se na base do sistema social. De outro, poderia eliminar da análise a permanência de certos mecanismos de poder do “percurso institucional” e a emergência, também, de novas formas de dominação que surgem com desenhos diversos na experiência juvenil contemporânea, como analisa Dubet, na crise do programa institucional da modernidade (2002). Assim, a socialização não pode ser mais percebida como aprendizagem crescente de papéis ou de jogos sociais: “trata-se de um ator confrontado com uma grande diversidade de orientações, isto é, com certos antagonismos, e que é obrigado a construir por si mesmo o sentido de sua experiência. Esse processo de mutação da instituição escolar não elimina, mas transforma a natureza da dominação, pois “obriga os indivíduos a se construírem ‘livremente’ nas categorias da experiência social” que lhe são impostas. A dominação se manifesta, não cessando de afirmar que “os indivíduos são livres e mestres de seus interesses... a dominação impõe aos atores as categorias de suas experiências, categorias que lhe interdita de se constituir como sujeitos relativamente mestres deles mesmos... O dominado é convidado a ser o mestre de sua identidade e de sua experiência social ao mesmo tempo em que é posto em situação de não poder realizar esse projeto” (DUBET, 2002, p. 356).

Assim, é importante examinar a diversidade da experiência juvenil no Brasil sem retirá-la da esfera de influência ou minimizando a presença das agências mais tradicionais – escola e família – mas de situá-la pelos menos sob três óticas.

A primeira diz respeito a uma compreensão dos processos de mutação dessas agências clássicas, família e escola. A segunda situaria a necessidade de considerarmos a confluência de vários processos socializadores na experiência juvenil, ou seja, admitir que tanto família como escola nunca detiveram monopólio na presença da formação de novas gerações, sobretudo em países de expansão escolar recente como o Brasil. Mais ainda, é preciso levar em conta que a dimensão do mundo do trabalho integra a construção sócio-cultural dos segmentos juvenis na sociedade brasileira, tanto pela simultaneidade dos percursos socializadores – escola e trabalho – como pelas conseqüências experimentadas pelo crescente desemprego, pelo incremento da precariedade na atividade ocupacional dos jovens e pelas mudanças dos sentidos atribuídos a essa esfera na construção das identidades juvenis. Em terceiro lugar seria necessário investigar os significados que jovens atribuem às suas relações com essas agências para além de uma submissão aos modelos normativos e hege-

mônicos da reprodução cultural ou uma situação meramente instrumental e distanciada de seu modo de funcionamento.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. “Crítica política às políticas de juventude”. In FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas. Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez Editora/ Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2003
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et sociétés*, v 28, n. 1, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'état*. Paris: Minuit, 1989
- DUBET, F. *Le declin de L'institution*. Paris: Seuil, 2002
- PARSONS, T. La classe en tant que système social: quelques-unes de ses fonctions dans la société américaine. In GRAS, A *Sociologie de l'éducation. Textes fondamentaux*. Paris, Larousse Université, 1974.
- PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural”. PERALVA, A e SPOSITO, M.P. (OORGs) *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6, 1997.
- SINGLY, François de. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan, 1993.

JUVENTUDE, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA: A CRISE DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

José Vicente Tavares dos Santos

Titular do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A juventude tem sido a grande vítima da ruptura de laços sociais que a década da mundialização produziu, pois não só é a maioria daqueles que foram mortos por causas externas – homicídios, mortes por uso de armas de fogo, acidentes de trânsito – como tem passado por dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Os jovens e adolescentes vivem um período de transformação entre a natureza, a tradição e a inovação. Estão em um processo de transição para a vida adulta, momento no qual sua agressividade é necessária para poder se autonomizar e construir um lugar no espaço social, razão pela qual é preciso distinguir agressividade e violência.

No processo quadro de mundialização de desigualdades, muitas são as faces da juventude na sociedade brasileira, sendo desiguais e diversos as situações de risco, naturais, tradicionais ou fabricados que vivenciam cotidianamente. Seria necessário especificar a quais classes pertencem os jovens dos quais estamos falando, com qual etnia ou cor se identificam, em quais grupos culturais se reconhecem.

Em termos preliminares, talvez pudéssemos falar de quatro tipos de juventude no Brasil atual: a “juventude dourada”, geralmente pertencendo às classes altas e classes médias altas e às etnias de cor branca e amarela; a “juventude em transição”, composta por jovens, de modo amplo, que se situam nas classes médias e média baixa, em sua maioria de cor branca e amarela, mas com uma parcela de negros e pardos; a “juventude dos descamisados”, membros das classes populares, residindo nas periferias das grandes cidades, com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros, indígenas); a juventude dos “meninos de rua”, membros das classes baixas e excluídas das grandes cidades, também com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros, indígenas); e os “menores infratores”, uma população de jovens que cometeram algum tipo de delito e passam a viver sob algum tipo de sanção penal.

A crise da família cristaliza tais mudanças nos laços sociais, pois as funções sociais desta unidade social marcada por relações de parentesco – assegurar a reprodução da espécie, realizar a socialização dos filhos, garantir a reprodução do Capital Econômico e da Propriedade do grupo, assegurar a transmissão e reprodução do Capital Cultural – estão atualmente ameaçadas. A outra instituição socializadora, a escola, tem sido marcada pelo fenômeno da violência na escola, verificado até agora em mais de 30 países, demonstrando uma percepção de incerteza e de falta de perspectivas: o espaço escolar aparece como ponto de condensação e de explosão da crise econômica, social e política. Cabe desenvolver políticas sociais orientadas pela construção da paz, reconhecendo a escola como espaço de construção da cidadania que contemple o multiculturalismo, reconheça as aspirações e necessidades das camadas sociais de jovens e adolescentes, e garanta a inclusão das coletividades locais com a instituição escolar. A sociedade brasileira tem o dever de garantir reconhecimento e prestígio social à juventude.

JUVENTUDE E VIDA URBANA: CAMINHANDO COM (E CONTRA) SÍSIFO

Jailson de Souza e Silva

Professor da UFF/RJ, diretor do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM

“Os deuses condenaram Sísifo a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso. Pensaram, com certa razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança.”

Se dermos crédito a Homero, Sísifo era o mais sábio e prudente dos mortais. Mas, segundo uma outra tradição, ele tendia para o ofício de bandido. Não vejo contradição nisso.” (Albert Camus)¹

O tratamento dos vínculos existentes entre juventude e vida urbana suscita uma série de questões. Dentre elas, gostaria de tratar, nesse breve artigo, de pelo menos três: a identidade do jovem e sua inserção na cidade; os pressupostos dos discursos que vinculam juventude e violência; e, o mais significativo para o debate, as possíveis contribuições da juventude para a democratização da cidade.

Em texto anterior sobre a juventude carioca², afirmava que a população das grandes metrópoles, em geral, vem desenvolvendo uma progressiva *presentificação* e a *particularização* da existência. A *particularização* se caracteriza pela valorização da vivência em um território homogêneo, de “iguais”, sem parâmetros mais abrangentes de inserção na pólis. O lugar, físico e social, é o ponto de partida e de chegada para a inserção na cidade.

A *presentificação*, por sua vez, expressa uma prática social que se manifesta como um “eterno agora”. Ela caracteriza o que Espinoza vai definir como *prazer* – a busca incessante do que oferece retorno *imediato*, termo antônimo, para o filósofo, da *alegria* – a busca do que oferece retorno *mediato*. O ser humano presentificado e particularizado é representado, por excelência, pelo Consumidor. Sem noção de passado ou de futuro, voltado para a aquisição de bens materiais e distintivos, ele não investe em projetos de longo prazo, tais como a educação, em seu sentido maior, não desenvolve uma maior preocupação ambiental e tem como referência ética fundamental a sua satisfação pessoal e, no limite, a de seu grupo familiar.

Com isso, fragiliza-se a democracia e o exercício da cidadania, tornando-se cada vez mais raro o contato com a diversidade, com o *outro*. Há uma progressiva perda, então, do sentido da vida coletiva, fato que gera o aumento da intolerância, da sensação de insegurança, além da dificuldade em incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público.

Nesse jogo no qual se disputa o futuro da Pólis, os jovens cumprem um papel fundamental. Com efeito, nenhuma figura expressa melhor a juventude – a atual e todas as outras – do que a mítica Esfinge, com seu eterno e dramático convite “*decifra-me ou te devoro*”. A razão de ser da juventude é *devorar* a geração anterior, reconstruindo, sob novas referências, a caminhada de Sísifo, o rei condenado pelos deuses pela falta de temor ao seu poder.

¹ Albert Camus – O Mito de Sísifo. Ed. Record, 2004, São Paulo.

² Cf. Boletim Trabalho e Sociedade – Jovens – Nº 1 – março 2001 – IETS – Rio de Janeiro

A pena de Sísifo é viver o cotidiano, como labuta e com poucas pausas para a reflexão – reduzidas ao momento de liberdade em que ele desce da montanha para retomar sua sina. Como os deuses, os discursos *adultocêntricos* continuam a afirmar que a principal característica da juventude é sua incompletude. Ela não estaria preparada para viver na cidade, nos espaços de poder. Seus espaços são limitados, controlados e, no caso dos jovens pobres da periferia e das favelas, são, cada vez mais, do tamanho de um caixão.

Cabe aos jovens construir suas caminhadas de forma distinta das traçadas por seus antecessores, ou não. Nesse processo de escolha, há várias formas de um novo presente ser construído. O primeiro passo é reconhecer que os jovens formam em território múltiplos, marcados pela diversidade, diferentes redes sociais, variados mecanismos para a expressão dos desejos, temores e crenças – da subjetividade. Mesmo manifestas, muitas vezes, em “tribos”, “galeras” e/ou grupos restritivos, essas redes podem ser referências preliminares para a inserção social mais abrangente. Mais do que materializar produtos concretos, as redes dos jovens, visto como cidadãos e, portanto, constituídos de poder, podem estimular que diferentes grupos se encontrem, partilhem suas experiências e tenham possibilidade, de acordo com suas características e interesses, de articular iniciativas comuns.

A palavra chave continua sendo o encontro. E, a esse respeito, os jovens têm muito a ensinar. Em uma cidade marcada pela segregação e insegurança, eles são os que mais buscam novas experiências, construir novos vínculos, abrir-se para a diferença. No cotidiano na cidade, das mais variadas formas, diferentes encontros estão ocorrendo, entre os jovens e/ou os seus grupos.

O que eles precisam, no plano do poder, é deixar de serem considerados como *objetos* de políticas públicas. De ouvirem palavras, proferidas com ótimas intenções, de que eles devem ser retirados da drogas, da violência e de uma *vida sem projetos*. Isso porque, mesmo quando se fala em torná-los *protagonistas*, a lógica é modelar, *enformar*, enquadrar.

Até agora, os discursos *adultocêntricos* buscaram apenas exigir dos jovens das cidades – e dos campos – que subam a rocha montanha acima e cumpram sua pena, como novos Sísifos. Cabe, todavia, estimular a construção de um novo discurso hegemônico. Nele, repetindo a ousadia do nosso mítico transgressor, tão humano, espaços serão propostos para garantir-se uma ação protagonista e abrangente dos jovens nas ações públicas da pólis.

Nesse momento, os jovens, na sua diversidade, serão reconhecidos como elementos centrais na produção de políticas, sejam as sociais, ambientais, culturais, educacionais; deixarão de ser identificados como objetos das ações ou como problemas a serem controlados. Passarão a ser reconhecidos como parceiros na construção de uma nova cidade, mais solidária e justa. Nesse momento, a cidade estará, em seu cotidiano, sendo revolucionada. E Sísifo

poderá, então, no mundo da utopia coletiva, ser libertado de sua pena e premiado por sua ousadia maior, a de ser humano, simplesmente humano.

LA PARTICIPATION DES JEUNES A LA VIE CIVIQUE

Madeleine Gauthier

Observatoire Jeunes et Société de l'INRS Urbanisation, Culture et Société, Québec, Canada

La place des jeunes dans nos sociétés se pose de diverses manières. Que nous soyons du nord ou du sud, la question démographique est au cœur de ce positionnement. Dans le cas du nord, les rapports intergénérationnels interpellent tous ceux qui voient la pyramide des âges s'inverser et qui s'inquiètent de savoir comment le petit nombre de jeunes parviendra à soutenir l'importante cohorte des personnes âgées qui manifestent des attentes toujours grandissantes dans le domaine de la santé et des services sociaux. Comment les jeunes, en particulier les jeunes à l'âge de l'insertion professionnelle et de la formation de la famille, pourront-ils, d'une part, soutenir financièrement et socialement ces aînés et, d'autre part, faire valoir leurs propres revendications face à des aînés dont la force du nombre continuera de s'imposer?

La place des jeunes du sud se pose différemment. La pyramide des âges se tient solidement sur une base très large due à une forte natalité et à une espérance de vie plus brève que celle des pays du nord. Là aussi le constat peut sonner l'alarme : que faire de tous ces jeunes ? Il est cependant possible de voir les choses de manière plus constructive. Ainsi, le chercheur mexicain Francisco Miranda Lopez écrivait-il récemment à propos de ce phénomène :

“Pour que perdure leur « avantage démographique », les sociétés latino-américaines doivent offrir aux jeunes l'espace et les perspectives dont ils ont besoin. C'est d'eux que dépend, en définitive, le développement futur, aussi bien en ce qui a trait aux capacités productives qu'en ce qui a trait aux infrastructures sociales et à la vie démocratique» (2004).

Le but de mon exposé sera d'explorer les différentes voies par lesquelles les jeunes pourront exprimer leur besoin «d'espace et de perspectives». J'insiste sur le mot «exprimer» puisque c'est des diverses modalités d'expression des besoins et des attentes dont il s'agira. Mais que faut-il entendre par «espace et perspectives» ? L'acception large du mot «espace» peut prendre différentes connotations. Il peut signifier la place que les jeunes devraient occuper pour être actifs dans le développement de leur société, ce qui couvre

l'accès à l'éducation, la possibilité d'insertion sur le marché du travail, le droit à l'information et autres tout aussi essentiels pour être de bons citoyens. Le mot «perspectives» implique plutôt les enjeux auxquels les jeunes veulent s'associer et ce qui leur semble le plus important, ce qui nous fait entrer dans le monde des valeurs.

Je me restreindrai, dans cet exposé, à explorer les différentes manières que peuvent avoir les jeunes d'exprimer leurs attentes de manière démocratique, ce qu'on entend généralement sous le thème de la participation à la vie civique. Il semble bien que pour qu'une cohorte se manifeste collectivement sur la place publique, il faille la combinaison d'un certain nombre d'ingrédients : l'information qui suscite la prise de conscience, la formation de leaders à travers des associations et des organisations dès l'école primaire, l'accompagnement du monde adulte au plan de l'organisation tout autant que de l'articulation de la pensée, des motifs forts de revendiquer et qui trouvent appui dans d'autres couches de la société, la présence dans les lieux d'influence et de pouvoir.

Les jeunes, parce qu'ils sont disponibles comme ils ne le seront plus jamais à d'autres âges, sont souvent les têtes d'affiches de nouveaux mouvements d'expression des attentes qui peuvent aller jusqu'à la revendication. Disponibles parce qu'ils n'ont pas de passé et qu'ils n'ont donc pas à porter le fardeau de toujours avoir à peser le pour et le contre dans ce qu'ils revendiquent. Disponibles parce qu'ils n'assument pas encore de responsabilités familiales ou qu'ils en sont au tout début. Disponibles d'esprit à un moment de la vie où on n'attend que les «bonnes causes» pour vivre l'effervescence de la mobilisation.

La jeunesse constitue une période de socialisation aux grandes questions qui agitent la société. L'histoire de la jeunesse nous enseigne que cette formation au leadership et que cette prise de conscience qu'exige la revendication d'un monde meilleur ne s'improvisent habituellement pas. S'il y a des moments d'effervescence, les ingrédients étaient là, en puissance, prêts à s'exprimer au moment opportun. Et c'est souvent le monde adulte qui fournit lui-même ces occasions : démocratisation de l'éducation dans les pays occidentaux durant les années soixante, mondialisation économique aujourd'hui et les problèmes d'emploi qu'elle peut entraîner tout comme les craintes qu'elle alimente en ce qui concerne l'identité culturelle, et quoi encore. Les enjeux sont nombreux mais les attributs de la jeunesse sont une source d'espérance pour les pays qui sont riches de ce capital humain.

Je diviserai mon propos en trois parties:

- les lieux d'expression des attentes et des besoins;
- le processus de formation à la vie démocratique;
- les grands enjeux qui, au-delà des frontières et des cultures, mobilisent aujourd'hui les jeunes.

Pour illustrer les différentes dimensions de l'exposé, je prendrai assise, dans une approche générationnelle, sur des observations qui datent de l'époque de la montée de la jeunesse dans les années 1960 jusqu'aux projets que je dirige en ce moment sur la participation des jeunes aux lieux d'influence et de pouvoir.

O ADOLESCENTE COMO SUJEITO NA CLÍNICA DA DROGADIÇÃO: O TRATAMENTO DA DEMANDA

Maria Fátima Olivier Sudbrack

Professora Titular do Departamento de Psicologia Clínica
do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília

O presente trabalho propõe-se a abordar a questão da demanda terapêutica no tratamento da drogadição de adolescentes que representa um grande desafio e, no nosso entender, o mais importante a ser considerado se refere a questão do adolescente como sujeito neste processo. Nossas pesquisas e experiência clínica junto aos adolescentes envolvidos com drogas revelam que as dificuldades em torno da expressão de uma demanda de ajuda constituem exatamente a especificidade do tratamento na área das dependências de drogas com esta clientela, incluindo os adultos, pois o pedido de tratamento é, na maioria das vezes, feito por terceiros. No caso de adolescentes com problemas pelo envolvimento com drogas, são os pais ou responsáveis que procuram o atendimento para os filhos. Também cabe considerar demandas institucionais da escola, da justiça e de órgão de assistência. Serão apresentadas construções teórico-metodológicas resultantes de um projeto de Auxílio Integrado à Pesquisa, apoiado pelo CNPq, coordenado pela autora deste, no qual foram abordadas as questões seguintes, advindas da própria prática clínica: – Como estabelecer um contrato terapêutico visando o adolescente, se ele próprio não está solicitando uma terapia? – Qual o sentido de promover um contexto de mudanças se o próprio adolescente não está questionando seu agir com relação ao uso /abuso de drogas ?

Como envolver o adolescente em um processo terapêutico se ele não expressa qualquer movimento de reflexão sobre sua condição de consumo de drogas? – Como lidar com esta situação de pedido de terceiros, em especial, com o extremo sofrimento e preocupações trazidos pelos pais ou pela família? – O quê representa nos envolvermos, enquanto terapeutas, com os segmentos diretamente demandantes ou pedintes no trabalho a ser desenvolvido pelo adolescente? Tais questões representam um constante impasse ao aten-

dimento de jovens com problemas de drogadição, paralisando os terapeutas e as equipes dos serviços especializados com esta clientela considerada como inacessível ao tratamento. As contribuições deste estudo referem-se ao trabalho inicial do processo terapêutico que denominamos “ o tratamento da demanda”, numa perspectiva sistêmica, buscando novas possibilidades para a clínica da drogadição na adolescência a partir dos avanços da terapia familiar. As primeiras contribuições são relativas ao enfoque teórico e conceitual de demanda. O primeiro ponto é a desconstrução do conceito de demanda em sua condição ideal, ou seja a demanda de análise que parte da seguinte premissa: existe demanda quando um sujeito, portador de um sintoma do qual ele sofre, pede ajuda. Tal condição pode ser considerada uma condição ideal, pois inclui três elementos constitutivos da demanda: o sintoma , o sofrimento e o pedido. Não sendo esta a condição com a qual nos defrontamos na clínica da drogadição de adolescentes, se defronta Ora, Considera que é necessário avaliar a presença destes três elementos constitutivos da demanda que podem estar dispersos no contextos sócio familiar do paciente. A identificação sistêmica destes elementos da demanda realiza-se com a ajudas das seguintes questões :Para explorar o *sintoma*: – quem mais traz problemas à família atualmente? ou em quê a situação atual preocupa a família ?Para explorar o *sofrimento*: – quem mais sofre com esta situação? Para explorar a *alegação* da demanda: – quem se mostra mais preocupado com esta situação? Os pressupostos básicos da demanda são: – *toda demanda é ambivalente – a demanda não consiste em uma posição imutável e estática*. Nesta perspectiva considera que, mesmo uma pessoa que expresse abertamente seu pedido de tratar-se e que compareça de bom grado às entrevistas, encontra-se dividida entre o desejo e o não desejo, ou seja, em algum ponto, ela resiste ou tem medo. Tal ambivalência é igualmente apresentada pelas famílias onde os diferentes membros expressarão posições diferentes a respeito do tratamento. Partimos da hipótese de que demanda não consiste uma posição imutável e que, ao contrário, trata-se de um desejo que pode evoluir no decorrer de um processo inicial e preliminar da terapia. Um aspecto fundamental a ser considerado neste tema da demanda é o de que esta não deve ser considerada apenas ao nível de sua expressão individual. Na verdade, a possibilidade de um sujeito expressar uma demanda é consequência de seu processo de individuação do grupo familiar atual ou da sua família de origem mais ampla. Esta dimensão da individuação está diretamente associada à problemática da drogadição em adolescentes os quais apresentam dificuldades importantes na resolução de seu processo de autonomia e de separação da família. Crescer, inevitavelmente, envolve separação processo através do qual o adolescente sai de casa para se tornar autônomo. A separação é uma tarefa central para todos os adolescentes mas não pode ser vista apenas como um processo interno. Trata-se de um proces-

so relacional que pode, por vezes, tornar-se especialmente difícil e doloroso para toda a família. Ao definir-se a separação-indivuação na adolescência enquanto processo relacional, entende-se que a família como um todo está implicada e todos precisam gradualmente se afastar e depois se ricochetar. Em todos os campos de sua existência o adolescente encontra-se confrontado com esta necessidade de reorganização visando a uma autonomização progressiva, a uma busca de sua própria individualidade, ao termo da qual, normalmente, o indivíduo terá adquirido maturidade e independência, podendo ele próprio fundar uma nova família. Assim, a compreensão sistêmica da demanda na clínica da drogadição nos remete a um trabalho preliminar de acolhimento do adolescente e de sua família ou outro (s) segmento (s) envolvido (s) que denominamos de tratamento da demanda. O objetivo desta primeira etapa do tratamento é exatamente resgatar a condição de sujeito do adolescente no processo terapêutico. A drogadição não é vista como doença a qual o sujeito fica submetido, mas como sintoma que, ao contrário, fala do adolescente como sujeito transformador que revela sua ânsia por mudanças pessoais e relacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Wanda Engel Aduan

Banco Interamericano do Desenvolvimento, BID

Analisando a situação da juventude pobre urbana na maioria dos países Latino Americanos, sobressaem problemas de todo tipo: altos índices de desocupação, de uso e tráfico de entorpecentes, de gravidez precoce, de doenças sexualmente transmissíveis, de atos violentos e de mortes por causas externas. Por trás destes índices está porém a mais cruel das constatações: a perda de perspectiva de futuro de nossos jovens.

Dentre os problemas que afetam nossa juventude, talvez o mais visível seja o da violência. No, por exemplo, o Rio de Janeiro é a cidade com maior percentual de mortes entre os jovens por causas externas. Homicídios, suicídios ou acidentes de trânsito foram as causas de morte de 74,3% de nossos jovens em 2000, sendo 55 % por assassinato. Os efeitos são tão devastadores que, enquanto a diferença média de expectativa de vida entre mulheres e homens (mulheres vivem mais) situa-se entre 3 e 4 anos, no Rio já alcança inacreditáveis 12 anos. Além de vítimas, nossos jovens são também os principais agentes da violência.

Desde minha experiência no Rio de Janeiro, como Secretária de Desenvol-

vimento Social, venho propondo uma política mais articulada para essa fase . Surge daí a proposta do Agente Jovem de Desenvolvimento Social, posteriormente implantada a nível nacional, que inverte a lógica tradicional de analisar a juventude a partir de seus problemas, passando a pensá-la como parte da solução.

A questão fundamental de nossa juventude é a falta de oportunidades, de perspectivas, de projetos de futuro. Sua força vital, seu destemor, suas necessidades de aceitação, de reconhecimento, necessitam de oportunidades de expressão e cabe às políticas públicas esta oferta.

Neste sentido, programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social atua com jovens entre 15 e 17 anos, em situação de alto risco social, que são instados a retornar a algum tipo de escolaridade e capacitados para atuar como agentes de transformação de suas próprias comunidades. Trata-se de um programa de grande impacto, com um custo per capta 20 vezes menor que o do atendimento em unidades de infratores. Essa experiência nos mostra, alguns possíveis fatores de êxito de programas voltados para a juventude pobre: a possibilidade de protagonismo, o trabalho em grupo e uma abordagem integral, através da articulação entre benefícios monetários (bolsa) e ações de desenvolvimento humano (aumento de escolaridade), social (participação comunitária) e econômico (desenvolvimento de habilidades do mundo do trabalho).

Programas como este poderiam compor uma efetiva política pública para a juventude em situação de risco, que deveria: (a) estender-se dos 15 aos 24 anos, de forma a fazer a ponte entre os programas voltados para crianças e a introdução no mundo do trabalho e na vida adulta; (b) oferecer, até que se concretize a inserção no primeiro emprego, um benefício financeiro que possibilite a satisfação de suas necessidades de consumo; (c) ter como primeira condicionalidade a inserção e a permanência em algum tipo de escolaridade; (d) promover a participação dos jovens em trabalho comunitário (15 e 16 anos), em cursos profissionalizantes (17 e 18 anos) e a partir dos 18 anos oferecer-lhes a oportunidade do primeiro emprego.

Completando esse caminho de educação e trabalho, deveriam ser criados espaços positivos de socialização, como Centros de Juventude, aproveitando instalações e espaços já existentes, principalmente de escolas. Estes centros deveriam funcionar como verdadeiras centrais de oportunidades, de acesso a internet, a atividades culturais (cinema, teatro, dança) e esportivas, e de participação em passeios, viagens.

SUBJETIVIDADE ADOLESCENTE E MUNDO CONTEMPORÂNEO

Teresa Cristina Carreiro
Departamento de Psicologia, UFF

Nosso propósito é estudar algumas características das sociedades contemporâneas destacando o modo como elas são experimentadas pelos adolescentes.

Um dos aspectos do mundo atual é a exacerbação do lugar ocupado pelo corpo. Para M. Gauchet (2004) a apropriação subjetiva do corpo tem sofrido grandes transformações. O corpo passou a ter um status mais importante que o próprio pensamento. Esta hipótese leva a uma série de desdobramentos na vida cotidiana :

Fabricação de atos _ A sociedade do espetáculo (Debord – 1990) produz constantemente atos novos. Estes devem ser vistos e, se possível, apreciados por muitas pessoas, fazendo com que o olhar seja privilegiado. Há um controle (Deleuze – 2002) constante dos sujeitos sobre si próprios e sobre os outros. Avalia-se em permanência o que se faz e o que fazem os outros. Os atos são teatralizados pelo corpo, sempre a procura de micro ou macro cenas sociais. São os atos que dão reconhecimento a seus autores. Estes objetivam encontrar sempre um lugar nas diversas cenas sociais. « Estar em cena » passa a ser a prefiguração do existir.

Um outro desdobramento refere-se a *nova concepção da subjetividade*. Atualmente os sujeitos são adictos de comunicação (Gauchet – 2004). E mister estar sempre ligado. Este fenômeno é bem distante da produção subjetiva, herdeira do estoicismo, que incluía na propriedade de si a busca de controle sobre a relação do sujeito com o exterior. Naquele contexto, a solidão encontrava um campo de reflexão. Pode-se dizer simbolicamente que as novas formas subjetivas encenam, cada vez menos, o silêncio. Ao contrário, as formas atuais de subjetividade põem em ato o barulho, o contínuo “estar com”, “estar ligado”, “estar em relação”. Uma parte significativa das relações são mediadas pelas novas tecnologias (celulares, torpedos, Internet). Na contemporaneidade grande parte das construções subjetivas passa pela apropriação tecnológica.

O breve quadro apresentado acima encontra nos adolescentes um campo de experimentação privilegiado. Partimos do pressuposto que a fase de desenvolvimento denominada adolescência deve ser sempre considerada na sua pluralidade, visto ser impossível distinguir uma única adolescência. Dela dependem condições sócio-históricas e econômicas. Pensamos, no entanto, que há fenômenos transversais que se articulam com as adolescências. A idéia

aqui levantada é que os adolescentes põem em cena, de modo intenso e exacerbado, os traços mais gerais da sociedade. Partindo dos três aspectos que salientamos, *corpo, ato e subjetividade ligada*, iremos discutir como eles têm sido apropriados pela juventude atual. Durante a apresentação, estudaremos a violência juvenil como uma forma de linguagem. Ele tem fragilizado o uso da palavra, privilegiando o combate e menosprezando o debate (Carreteiro – 1993). Neste sentido, a ideia desenvolvida é que o corpo se apresenta como uma superfície de escrita (Diógenes – 2002). O corpo passa a se constituir como metáfora da subjetividade (Carreteiro – 2002). Aqui a virilidade e a potência darão relevo a *ideia de ato*.

No decorrer da apresentação faremos um breve análise dos atos violentos de certo jovens da sociedade carioca. Abordaremos tanto aqueles de classe média e alta que têm tido condutas altamente violentas em boates e/ou lugares públicos, quanto os jovens de classe baixa que participam do tráfico de drogas e também exercem violências.

VIVENDO O PROTAGONISMO JUVENIL: A EXPERIÊNCIA DO ADOLESCENTRO DA MARÉ/RJ

*Viviane Manso Castello Branco
e Aline Lima da Silveira Lage.*

Secretaria Municipal de Saúde-RJ/Centro de Estudos
e Ações Solidárias da Maré (CEASM)

Este resumo apresenta a experiência do projeto Adolescentro no trabalho com jovens protagonistas. O adolescentro objetiva o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde dos jovens moradores da Maré (Rio de Janeiro, RJ). O mesmo é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Gerência do Programa de Saúde do Adolescente e pelo CEASM. Entre as atividades se destacam: atendimento à saúde de jovens realizado por equipe multidisciplinar, aos sábados, em dois postos de saúde; e promoção de saúde realizada por jovens promotores em escolas e demais instituições do bairro e da cidade.

Os 70 jovens promotores participam segundo a perspectiva do protagonismo juvenil. Portanto, têm papel central no projeto, atuando desde a formação até o planejamento, execução e avaliação de todas as atividades desenvolvidas.

Nas unidades de saúde observamos a construção de uma parceria entre jovens promotores e equipe técnica. Tal relação representa um esforço para

superar/rever a formação dos profissionais da área de saúde que não costuma considerar a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão de sua prática, ainda menos a inclusão dos cidadãos jovens. Não obstante, os próprios jovens têm de tomar ciência da importância de sua participação efetiva. Atualmente, os promotores atuam em quase todas as atividades de promoção e atenção das unidades, desde o arquivo, às oficinas, grupos de discussão, atividades esportivas, visitas domiciliares, atividades culturais, entre outros. A presença do promotor nas unidades possibilita a acolhida de jovens que, ao chegar no atendimento, não se sentem preparados para procurar diretamente um profissional de saúde.

Nas escolas e demais instituições, os jovens realizam um trabalho de promoção de saúde baseado não apenas na transmissão de informações úteis, mas na reflexão acerca dos diferentes temas de saúde/cidadania, abordando a realidade enfrentada pelos jovens e demais moradores do bairro. Observa-se a criação de um espaço dialógico onde o promotor tem a oportunidade de exercitar a liderança e o compromisso ético com os seus iguais e, estabelecer parcerias com outros atores sociais como educadores, líderes religiosos, profissionais de saúde, entre outros. Essa atuação possibilita a construção de um novo olhar para a juventude; percebendo-a como uma aliada para a transformação positiva da sociedade.

Viver a proposta do protagonismo juvenil tem representado um desafio e uma alegria. O desafio de estimular o compromisso ético dos jovens com o trabalho e sua comunidade. A alegria de constatar a construção de cidadãos críticos e propositivos.

Sessões coordenadas

A ADOLESCENTE COM IDEIAÇÃO SUICIDA E SUAS INTER-RELAÇÕES FAMILIARES

*Maria das Mercês Cavalcanti Cabral, Daniela Medeiros
Maranhão, Patrícia Marinho de Araújo*

Diversos estudos revelam que as adolescentes do sexo feminino pensam e tentam suicídio muito mais que os adolescentes masculinos, fenômeno este que continua na idade adulta onde é estimada uma diferença cerca de três vezes maior entre mulheres e homens. Outros estudos apontam os problemas familiares como um dos elementos mais comuns entre adolescentes que tentaram suicídio. Esta investigação considera a família como o primeiro grupo social dos indivíduos, onde as inter-relações familiares interferem diretamente na estruturação psíquica de cada membro e devido a isto as estruturas defensivas e as formas de organização criadas pela família acabam, muitas vezes, por também serem ameaçadoras, fragmentadoras e impossibilitadoras de um desenvolvimento psíquico mais livre de seus membros. A presente pesquisa objetivou identificar as relações inter-familiares da adolescente com ideação suicida e qual sua identificação de gênero. Para tanto, na primeira fase da investigação foi selecionada de forma aleatória um grupo de quarenta adolescentes entre 12 a 18 anos residentes na região metropolitana da cidade do Recife. A quantidade da amostra inicial, foi baseada nos dados da população de adolescentes residentes no Recife e região metropolitana de acordo com o IBGE. Para estimar esse quantitativo de adolescentes optou-se por um erro de tamanho $E = 3$ e em função da amostra, foi considerado um nível de confiança de 95% que resulta em um valor de z (distribuição normal padrão) da ordem de $z_{\alpha/2} = 1,96$. Na segunda etapa, foi selecionada uma amostra de quatro adolescentes com ideação suicida, o que representou um décil da amostra inicial. Com esse grupo foram realizadas entrevistas do tipo semi-dirigida e aplicados o Teste do Desenho da Família com Estórias (DF-E) e o Inventário de Papéis Sexuais Bem (BSRI). De acordo com a análise qualitativa da dinâmica familiar das adolescentes é possível inferir que: 1) uma vez que a configuração familiar desenhada por essas adolescentes foi a nuclear tradicional, composta por pai, mãe e filhos demonstra que trata de uma idealização, já que a maioria tem uma configuração familiar diferente. O que leva a crer que essas adolescentes podem estar utilizando-se de mecanismos de defesa, para amenizar inconscientemente os sentimentos provocados pela situação real de sua dinâmica familiar, 2) no que diz respeito à questão de gênero a maioria das adolescentes apresentou identificação com o gênero feminino.

A CONCEPÇÃO DE VIOLÊNCIA SEGUNDO ATORES DO COTIDIANO DE UMA ESCOLA PARTICULAR – UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA

*Ana Carla Amorim Moura Loureiro,
Sávio Silveira Queiroz*

O tema violência na escola tem sido muito destacado nos meios de comunicação. No entanto, as escolas que geralmente são consideradas como portadoras dessas dificuldades são as da rede pública. Poucas pesquisas falam sobre violência nas escolas particulares. O objetivo dessa pesquisa foi verificar as concepções de violência escolar de alguns integrantes de uma escola particular na Grande Vitória e analisar como lidam com a violência nesse espaço. Realizaram-se entrevistas com 13 pessoas: 4 professores e 4 alunos, sendo dois do ensino fundamental e dois do ensino médio, dois auxiliares de disciplina, a coordenadora pedagógica, a orientadora pedagógica e o diretor. Constatou-se que a maioria dos entrevistados concebe a violência na escola no seu aspecto físico e verbal/psicológico, sendo este último destacado como o mais presente na escola pesquisada. A violência é tratada como um problema presente nas outras escolas e motivo de palestras e orientação para a prevenção na escola pesquisada. Esta não nega a violência em seu espaço (pois isso seria um discurso pedagógico retrógrado), mas também não admite com clareza algumas de suas formas mais preocupantes (as drogas, por exemplo). A família desestruturada foi apontada como a principal causa de violência na escola, seguida pela questão do ambiente em que o aluno ou a escola se encontram. Enfatizaram-se mais as causas externas à escola, o que mostra pouca reflexão sobre as dinâmicas tecidas dentro da escola. A principal estratégia para se lidar com os casos de violência na escola é o diálogo, porém, este acontece somente com as partes envolvidas, não resultando em um debate aberto sobre a violência, configurando-se, assim, a prática de ações solitárias. Na escola pesquisada há poucos momentos em que os professores conseguem trocar experiências e conversar sobre as problemáticas em sala de aula. Faz-se necessário que os atores escolares trabalhem com cooperação e atuem na formação do juízo moral dos alunos, uma vez que a autonomia moral pode propiciar reflexões mais críticas a respeito da violência e das regras na escola e a construção de uma cultura de negociação dos conflitos.

A CONSTITUIÇÃO DE SI MESMO E A SIGNIFICAÇÃO DO MUNDO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE JOVENS TRABALHADORES EM UMA EMPRESA DE SÃO PAULO

Régia Cristina Oliveira

O presente trabalho busca apreender, a partir de um caso particular – o programa Adolescente Assistido, desenvolvido pela Empresa de Correios e Telégrafos – o processo de constituição social do jovem adolescente, enquanto trabalhador e enquanto indivíduo, a partir de suas relações no local de trabalho, segundo um conjunto de valores compartilhados ou reapropriados, que também o orientam no sentido da significação do mundo à sua volta. Trata-se da investigação de adolescentes pobres que estão inseridos em um programa da empresa, destinado a fornecer-lhes a experiência de uma inclusão regular e temporária no trabalho. Adolescentes de dezesseis a dezessete anos e onze meses são contratados para trabalharem nos setores administrativo e operacional da empresa, por determinado tempo, realizando atividades que são monitoradas. Segundo os objetivos do programa proposto, a idéia é fornecer aos adolescentes uma orientação para e no trabalho, por meio de palestras e do constante monitoramento e orientação dos funcionários que, em cada seção, ficam responsáveis por eles. Essa orientação também é feita mediante conselhos que dizem respeito à vida desses jovens ultrapassando os assuntos relacionados ao trabalho. Assim, o objetivo do trabalho é avaliar em que medida a empresa penetra na vida dos jovens, para além do trabalho, ou seja, não apenas fornecendo elementos para o desenvolvimento de um modo de ser trabalhador, como também de ser indivíduo. O trabalho para além do trabalho. É o que parece representar a influência da empresa, da sua relação com os funcionários. Os valores, as normas, a postura do empregador diante de seus funcionários, a “preocupação” com sua formação, inculcando-lhes valores relacionados não apenas com um modo de ser trabalhador, mas com questões éticas que dizem respeito à vida de uma forma geral, são apreendidos, em diferentes graus, pelos indivíduos, em especial pelos jovens adolescentes na empresa. Dentro desse programa, o adolescente é percebido como um indivíduo problemático, que precisa ser ajustado e auxiliado, ou assistido, para que adquira hábitos adequados, mediante trabalho, permitindo-lhe a convivência com outros indivíduos no meio social.

A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS JOVENS, NO BRASIL, EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XXI

Mirlene Fátima Simões, Augusto Caccia-Bava Júnior

O processo de constituição dos direitos dos jovens ganha relevância, em 2003, com a formação de comissões, nas câmaras de Vereadores de São Paulo e dos Deputados Federais. O mesmo processo motiva a constituição de fóruns permanentes, por iniciativa de organizações não-governamentais, algumas juvenis, como desdobramento da Primeira Conferência Nacional de Juventude de 19 de julho 2004. No Estado de São Paulo, o debate político institucional exige reflexão acadêmica, teórica e metódica, sobre o processo de formulação desses direitos, para a identificação da sua legitimidade, em nossa sociedade. As experiências internacionais sobre políticas institucionais para a juventude têm partido das situações vividas, coletivamente, pelos jovens, respeitadas as diversidades culturais, linguísticas, regionais, como também as experiências participativas dos grupos juvenis, no âmbito de cada sociedade civil. Em nosso país, duas referências podem ser: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que têm história de participação política e presença nesses foros de debate. Uma análise metódica dos documentos dessas entidades revela a existência de divergências e coincidências, perante o processo institucional em curso. A compreensão da diversidade de posições tem como resultado esperado a projeção da extensão, como profundidade dos direitos a serem constituídos. Ou seja, se atinge a juventude em todo território nacional e em que intensidade. Alguns aspectos dessa projeção referem-se ao debate dos direitos dos jovens, diante da concepção dominante de cidadania. Nesse contexto, emerge a intrincada discussão dos direitos civis juvenis, como direitos da maioria, desde os 15 ou 16 anos de idade. São já exemplos constituídos o direito à maternidade e à paternidade juvenil, desde os 15 anos de idade, como o direito à formalização de vínculo empregatício aos 16 anos. O direito dos jovens, projetados somente a partir dos 18 anos de idade, traria possíveis desfigurações de outros já conquistados, entre os citados. Em consequência a produção dos direitos dos jovens poderá apontar novos horizontes de cidadania, para além dos constituídos, uma vez que devem ser forjados desde outro paradigma, que não o da tutela pública sobre essa categoria social.

A DIALÉTICA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO COMO PROCESSO COMUM NA ADOLESCÊNCIA

*Ana Patrícia da Silva, Jaqueline Luzia da Silva,
Vanda Mendes Loureiro Zidan*

Historicamente, a dialética exclusão / inclusão vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época, desta maneira pode-se constatar a formação de diversos grupos de que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidas nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascarada. “A dialética inclusão / exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde sentir-se excluído até sentir-se discriminado ou revoltado” (Sawaia, 2000:06). O fato é que na adolescência é bastante nítido esse movimento, onde podemos constatar que a exclusão promove a inclusão através da formação de grupos, por exemplo: “patricinhas”, “mauricinhos”, “esportistas”, “nerdes”, “surfistas”, “usam tênis nike”, “os que possuem celulares” e etc... Desta maneira o acesso e permanência destes grupos em vários setores da nossa sociedade, dentre eles a educação, é bastante complexo, principalmente quando se reconhece que as maiorias das ações políticas e sociais anunciadas no nosso contexto educacional muitas vezes não passam de discursos pomposos, mas que nunca são colocados em prática. Constata-se, então, que a inclusão é processo, que vem sendo construído ao longo do tempo, variando conforme suas implicações e necessidades, não é estado. Não existe um estado de inclusão permanente. E como se pode perceber na adolescência toda inclusão é sempre temporária e precisa ser revista continuamente para evitar que os processos e mecanismos de exclusão social retornem. O que se pode constatar no final da adolescência, quando ao fazer um feedback o indivíduo consegue perceber que parte integrante desta dialética entre vários grupos. As discussões a respeito da educação no espaço escolar, especificamente da educação inclusiva são numerosas e significativas e envolvem esta questão, nos últimos dez anos, tais movimentações se transformaram em ações que influenciam e são influenciadas buscando diferentes formas de construção do processo inclusivo no cenário nacional e internacional que resultaram em culturas, políticas e práticas inclusivas que dão subsídio a um novo processo educativo.

A ESCOLA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE E DA CIDADANIA

Jacqueline Isaac Machado Brigagão, Ricardo Cesário Bonante, Tiago Lopes Oliveira

Este trabalho tem por objetivo discutir as interfaces entre participação ativa, solidariedade e identidade social no espaço da escola. Trata-se da análise qualitativa de um projeto de intervenção psicossocial realizado em uma escola estadual na zona sul de São Paulo no período de agosto a dezembro de 2003. A partir da perspectiva de que a escola é um espaço potencial para a construção da identidade de crianças e adolescentes, planejamos e executamos uma intervenção com adolescentes na faixa etária de 11 a 12 anos e que estavam freqüentando a quinta série do Ensino Fundamental. Esta intervenção tinha como objetivo central discutir com as crianças as possibilidades de participação ativa nos grupos que estas freqüentam. Para isto buscamos inicialmente compreender como as crianças percebiam a si mesmas e o mundo à sua volta, os colegas, a escola, a família e a comunidade onde vivem. Em seguida, buscamos discutir a importância dos laços de solidariedade e de cooperação no cotidiano e também o papel de cada um na construção de um mundo melhor.

A ESCOLA DE HOJE E AS TECNOLOGIAS DA INFORMÁTICA

André Luís Faria Duarte

A utilização intensiva das tecnologias da informação e da comunicação tem modificado e transformado vários setores na sociedade brasileira e em todo o mundo. Em nossa educação escolar, entretanto, além de existir uma forte resistência à utilização dessas tecnologias, a sua utilização não significa uma real mudança nos paradigmas educacionais. O modelo de escola que conhecemos hoje origina-se em paradigmas que pouco ou nada se modificaram. Esta educação continua organizada em disciplinas isoladas, com grande ênfase nos conhecimentos conceituais, exigindo dos alunos pontualidade, assiduidade, disciplina e submetendo este aluno a uma avaliação focada nos conteúdos transmitidos em sala de aula. Podemos dizer que a educação escolar ainda forma mão de obra para trabalhar na fábrica que surgiu na primeira revolução industrial. Apesar de todo discurso propagado, de que o aluno deve ser encarado como um ser pensante, que pode construir seu conhecimento com autonomia, entendido em todas as suas dimensões (física, biológica, social, psíquica, racional) e que o professor deve ter um papel de mediador do processo de aprendizagem, o que ocorre, de fato, é que pouca coisa mudou na

sala de aula. A prática pedagógica continua baseada no conhecimento do professor, que é absoluto, já que científico. Mesmo as novas tecnologias da informática, que poderiam (e podem) ser um agente das mudanças que a escola tanto necessita, foram inseridas no contexto escolar como uma nova ferramenta, algumas vezes como uma nova disciplina, sustentando o modelo de uma “educação bancária”, conforme nos ensina Paulo Freire. Essas novas tecnologias podem auxiliar a prática pedagógica, transformando esta prática calcada na transferência do saber do professor para o aluno, em uma prática orientada a um conhecimento compartilhado, que se constrói a partir da interação de vários indivíduos entre si e com o ambiente, numa rede de inter-relações, abolindo “o pensamento linear, substituindo a página seqüencial pela navegação em múltiplas dimensões, animando uma transgressão das fronteiras curriculares a partir das conexões entre os saberes” (Ramal, 2002).

A FORMAÇÃO DE MASSA CRÍTICA COMO CAMINHO PRIVILEGIADO À SUSTENTAÇÃO DOS PROJETOS E POLÍTICAS DAS CIDADES

Comitê Executivo da Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades – UMESP

Apresentadora Dagmar Silva Pinto de Castro

Trata-se da apresentação da Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades – UMESP como espaço voltado para o conhecimento e estudo das cidades contemporâneas num processo de integração da academia com a região do ABC, que é o próprio retrato do Brasil contemporâneo: predominantemente urbano, industrializado, desigual, rico em experiências sociais e com patrimônio ambiental e histórico a preservar. As importantes experiências de gestão dos governos locais, o desenvolvimento da cidadania e o ativismo das organizações não governamentais demandam o olhar crítico da Universidade e esta, por sua vez, demanda objetos reais de estudo e identificação regional. As pesquisas realizadas pelos integrantes da cátedra e a formação da massa crítica tem como princípio de sua existência ser qualificada como inclusiva, participativa e produtiva, entendendo a cidade como lugar do exercício da cidadania e não somente como espaço para morar, agrupar, qualificar, produzir e consumir. Os princípios que norteiam as atividades da Cátedra são: a gestão aberta à pluralidade sócio cultural, o processo de avaliação contínua, o compartilhamento de experiências, a produção e comunicação de indicadores sociais e a visão de futuro. Alguns dos objetivos principais que já apresentam resultados parciais: desenvolvimento de pesquisas integradas sobre modos de

gestão da cidade (parceria com ONG's e Agência Desenvolvimento Econômico do Grande ABC); formação de novos atores sociais para constituição de massa crítica capaz de melhor análise e interpretação da cidade em sua complexidade (fórum de discussão, seminário interno e externo, iniciação científica, programa de rádio etc); sustentação técnico-científica às instituições locais e regionais que trabalham para a revitalização das cidades e regiões (pesquisa sobre indicadores de qualidade de vida); desenvolvimento de metodologias de estudo e pesquisa que apreendem a complexidade dos territórios urbanos para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e demais formas de gestão de cidades (pesquisas dos integrantes da Cátedra). Para garantir a identidade global e referência no cenário doméstico e internacional, foram eleitos cinco eixos para os estudos, cursos, parcerias sociais e consultorias que surgiram dos interesses e especialidades dos pesquisadores e demais protagonistas da Cátedra: 1. sustentação econômico-ecológica das cidades; 2. culturas da cidadania nas redes institucionais; 3. gestão e organização da administração pública local; 4. relações internacionais e cidades; 5. estruturação do futuro das cidades.

“A GENTE QUER É QUE ACONTEÇA”: IDENTIDADE, GRUPOS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA ADOLESCÊNCIA

*Adriana Almeida Camilo, Maria Cláudia Santos
Lopes de Oliveira*

A produção de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento de perspectivas teóricas e metodológicas que favoreçam a abordagem da adolescência e juventude contemporâneas em sua complexidade é um desafio para a Psicologia do Desenvolvimento. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão crítica do conceito de identidade no seio das reflexões teóricas da Psicologia do Desenvolvimento. É objeto de crítica a noção de identidade como a dimensão unificadora da subjetividade, pela qual se dá a apreensão cognitiva de si, expressando-se na síntese consciente entre as imagens passada, presente e prospectiva do self. Critica-se igualmente a perspectiva corrente de que o desenvolvimento da matriz de identidade se fecha na adolescência. Alternativamente, apresenta-se a visão da identidade como sistema aberto e em transformação, nas trocas estabelecidas entre sujeitos nos diferentes contextos sociais e institucionais que integram ao longo do ciclo de vida. Entre esses vários contextos, analisa-se o papel desempenhado pelos grupos de pares no desenvolvimento de cada um de seus integrantes. O foco incide sobre o estudo de caso envolvendo um “grupo organizado” de adolescentes e jovens da periferia de Brasília (DF). A organização desse grupo, em particular,

viola tanto as expectativas socialmente disseminadas acerca dos adolescentes e jovens de baixa renda, quanto a maior parte da pesquisa na área. São adolescentes e jovens com idades entre 15 e 24 anos, que se caracterizam como um movimento envolvido na organização de eventos culturais e esportivos na comunidade, tais como: exposições de artes plásticas, apresentações de bandas da região, campeonatos de skate, oficinas de grafite & serigrafia e de circo; elaboração de fanzines. Estiveram presentes na entrevista coletiva, que teve duração aproximada de 02h, 08 participantes, 04 do sexo feminino e 04 do masculino. O estudo enfoca os modos como o grupo engendra pautas de socialização e ações sociais afirmativas, com ênfase nos processos identitários. Foram identificados os seguintes eixos temáticos, que se complementam para caracterizar condições de formação da identidade social de adolescentes urbanos contemporâneos, em contexto social das camadas populares: o grupo pelo grupo; exclusão/inclusão social; mídia, poder público & cultura; estética, cultura & expressão política.

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: POR ENTRE DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE ABORTO NA ILEGALIDADE

Simone Ouvinha Peres

As limitações relacionadas à investigação do aborto no contexto da ilegalidade restringem as pesquisas, interferem no uso de procedimentos metodológicos, deixa sobressair as mulheres necessitadas de atendimento médico e produz a invisibilidade do aborto nas temáticas dos comportamentos sexuais e reprodutivos dos jovens, dificultando a compreensão sobre a decisão em torno de um aborto diante da ocorrência de uma gravidez no início do percurso amoroso e sexual dos jovens. O estudo investigou as experiências de abortos, como também as cogitações dessa prática, as tentativas, o contexto relacional e a rede social em que as várias alternativas foram consideradas no momento da sua descoberta. Trata-se de apresentar um panorama da distribuição das experiências de aborto – panorama este que descreve os quatro tipos de experiências “aborto”, “tentou”, “pensou mas desistiu” e “não tentou” – tendo como apoio a experiência reprodutiva que os jovens tiveram. Pressupõe-se pelo menos *quatro tipos de experiências frente ao aborto*. A pesquisa feita integra um projeto de pesquisa denominado “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil”. Os dados examinados são resultantes de sua etapa qualitativa, que originou um conjunto de 123 entrevistas semi-estruturadas de jovens, de 18 a 24 anos, de ambos os sexos, de diferentes inserções de classe, residentes em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, que tiveram ou não experiência de gravidez antes

dos 20 anos completos. O estudo foi feito através da narrativa retrospectiva da trajetória sexual e reprodutiva dos jovens e objetivou contribuir para uma compreensão mais ampla do problema da gravidez na adolescência. Salienta-se entre os resultados a grande proporção de declarações masculinas sobre o aborto. Entre os 86 jovens do conjunto de 123 informantes, que tiveram em sua história uma experiência de gravidez, há 27 que declararam a prática do aborto: 20 rapazes e 7 mulheres. Essa diferença não é verificada em relação às demais experiências (tentar, pensar e não pensar no aborto). Há um vínculo mais eqüitativo entre o gênero e os demais *tipos de experiência* do que o observado em relação à experiência do aborto. Os dados classificados, por um lado, fazem emergir um quadro bem mais amplo do aborto, como *“um horizonte possível diante de uma gravidez”* mesmo em um contexto de ilegalidade como o do Brasil e suscita a hipótese da diferença de gênero na apresentação das histórias.

A INSERÇÃO DO PROJETO NOVAS CORES NA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Ana Cleide Barros Jucá

No presente trabalho, é abordada a temática da exclusão/inclusão social, analisando o Projeto Novas Cores, projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará, sendo uma parceria do Instituto Ignez Fiúza (ONG) com o NUCEPEC (Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança). Esse projeto desenvolve um trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco social, moradores do bairro Meireles, Fortaleza, e adjacências, estudantes de escolas públicas, utilizando-se de técnicas e instrumentos artísticos (artes plásticas e teatro) como meio de oferecer ferramentas para contribuir com o exercício da cidadania de seus participantes, para que estes possam perceber-se como sujeitos de direitos e deveres, ativos no seu processo de construção. A proposta inicial do trabalho foi a de observar e verificar se o Projeto Novas Cores poderia funcionar como espaço de inclusão para estes possíveis alvos da exclusão social. Para tanto, foram feitas visitas à sede do Projeto, observando-se as oficinas de artes plásticas e teatro, assim como entrevistas com a equipe, incluindo arte-educadoras e monitoras, e também com alguns participantes e algumas mães de participantes, a fim de perceber-se a visão destes membros sobre o Novas Cores. Com o objetivo de explicitar mais sobre essa temática, faz-se necessário expor sobre a dialética exclusão/inclusão, utilizando-se dentre vários autores, da visão crítica de Leonardo Boff acerca desse tema. É também importante esclarecer sobre a questão das Políticas Públicas atuantes neste contexto, sendo estas importantes formas de participação popular, em que a sociedade adquire representatividade e poder de decisão, visando a

melhores formas de atender às suas demandas. Concluiu-se que o Projeto representa uma possibilidade de a sociedade atuar de forma direta no processo de combate à exclusão, uma vez que se constitui como espaço de reflexão e apropriação da realidade pelas crianças e adolescentes. No entanto, mais do que apresentar conclusões, deseja-se levantar reflexões acerca da problemática da exclusão, que podem trazer grandes contribuições para a sociedade e servir de base para a implementação de políticas públicas futuras, deixando claro que todos são responsáveis pela garantia dos direitos sociais e pelo exercício efetivo da cidadania.

A JUVENTUDE E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Fernanda Felix da Silva

Nos últimos anos, os jogos de computador, os videogames, os celulares, a tv e a Internet têm assumido um papel cada vez mais importante na vida das pessoas. A relação entre os indivíduos e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC's) está alterando a natureza do trabalho, do lazer, do aprendizado e do exercício cidadão. Isto significa que, atualmente, para que os indivíduos possam se constituir enquanto sujeitos conscientes e atuantes na sociedade, é necessário desenvolver novas habilidades e competências, como a capacidade de aprender a aprender, a alfabetização audiovisual, a alfabetização tecnológica, dentre outros. No entanto, na maioria das vezes, o desenvolvimento destas habilidades não está sendo valorizado e incluído no ensino formal, o que, conseqüentemente, pressiona a Educação em prol de mudanças. Como as NTIC's já começam a fazer parte do cotidiano das famílias, o desenvolvimento da linguagem audiovisual e tecnológica está ocorrendo de modo informal, na medida em que as crianças e os jovens estão sendo praticamente "adotados" pelas mídias. Isto se deve ao contexto social que envolve situações como a de pais que trabalham fora, a violência urbana, a redução dos espaços públicos de lazer, etc. Tendo filhos e alunos educados e socializados pelas NTIC's, pais e professores sentem-se muitas vezes desorientados frente ao desafio de educar as novas gerações. Diante disso, podemos afirmar que estamos vivendo um choque de mídias culturais. Pais e professores foram socializados em uma cultura de mídia diferente, tendo experiências de mídia diversa da que está sendo vivenciada por seus filhos e alunos, e se dirigem às novas tecnologias e à cultura jovem segundo as perspectivas de sua própria geração. Nesta conjuntura, pais, professores e alunos enfrentam o desafio de

viver em um mundo marcado pela onipresença das NTIC's, construir conhecimento, desenvolver habilidades necessárias para usar as ferramentas e atuar na sociedade cultivando um olhar crítico. Caso contrário, podem vir a sofrer com a exclusão e dispor de um leque menor de possibilidades e facilidades para exercer sua cidadania. O trabalho que apresentaremos visa a tratar, em linhas gerais, dessas questões, tendo como objetivo contribuir para as reflexões, discussões e ações em Educação almejando a cidadania dos indivíduos.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NA ESCOLA: A QUESTÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Este trabalho refere-se a um estudo de caso realizado em uma escola pública de Ensino Médio, na cidade de Marília (SP), que teve como objetivo observar como se dá a participação de meninos e meninas no Grêmio Estudantil e verificar se tal participação promove o aprendizado político democrático dos jovens e, ao mesmo tempo, observar como a escola concebe tal participação. A literatura a respeito do tema mostra que os movimentos estudantis foram predominantemente movimentos universitários e que os estudantes secundaristas sempre foram vistos como uma ameaça para as instituições educacionais. De modo geral, a participação discente incomodou e foi cerceada pelos administradores educacionais mesmo em momentos em que a legislação e as políticas educacionais a incentivavam. Através da observação de reuniões dos membros do Grêmio Estudantil, acompanhamento do processo eleitoral e entrevistas, foi possível observar que há interesse por parte dos educandos em participar. As reuniões são momentos de diálogos entre todos, sem distinção de sexo. A campanha eleitoral, desde a elaboração da proposta de trabalho até a apresentação da mesma ao conjunto da comunidade escolar, se constitui em momentos importantes de aprendizagem e incorporação de uma cultura democrática. Cotidianamente interagem com a direção e coordenação pedagógica escolar e, depois de eleitos, tomam conhecimento das normas legais que organizam a instituição e o relacionamento dos membros que a compõem. Outra forma de aprendizado para a cidadania adquirida através da participação no Grêmio Estudantil diz respeito ao estreito relacionamento que passam a manter com a comunidade local visando a superação de problemas comuns. Nesta unidade escolar em particular, a maioria dos membros do Grêmio era composta por jovens do sexo masculino, contudo, verificou-se que tem havido um crescente interesse por parte das mulheres em assumirem a presidência de tal organismo. Os depoimentos dos envolvidos mostraram que a participação política através do Grêmio Estudantil, se constitui em ele-

mento importante para o exercício da cidadania e aprendizagem política de participação. Dessa forma, a escola pode e deve se constituir em um espaço que favoreça a construção de saberes democráticos através do vivenciar da participação política.

A RELAÇÃO ENTRE TENTATIVAS DE SUICÍDIO E SATISFAÇÃO COM O AMBIENTE FAMILIAR DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

*Normanda Araujo de Moraes, Elder Cerqueira-Santos,
J'aims Ribeiro, Sílvia Helena Koller, Vicente Cassepp
Borges, Marcela Raffaelli*

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre o índice de tentativas de suicídio com o grau de satisfação com o ambiente familiar de jovens de ambos os sexos de 13 a 24 anos de idade, de nível socioeconômico baixo da cidade de Porto Alegre/RS. Trata-se de dados preliminares, em uma amostra de 400 casos, de um estudo maior sobre fatores de risco e proteção da juventude brasileira, com 3000 jovens brasileiros das cidades de Recife, São Paulo e Porto Alegre. Em resposta a um questionário estruturado aplicado coletivamente em escolas da rede pública de ensino e ONGs, de 38 participantes que declararam ter realizado pelo menos uma tentativa de suicídio (10,1% dos 376 que responderam à questão), 60% (n=24) apontaram problemas familiares como principais motivos para a tentativa. Numa análise das percepções sobre as condições de vida no ambiente familiar, este grupo demonstrou: 1) gostar mais de ficar sozinho em casa ($\chi^2=7,624$, gl=2,36; $p<0,05$); 2) sentir mais insegurança com a família ($\chi^2=6,171$, gl=2,36; $p<0,05$); 3) acreditar que o seu ambiente em casa é "pesado" ($\chi^2=8,099$, gl=2,36; $p<0,05$); 4) perceber brigas e discussões recorrentes no contexto doméstico ($\chi^2=17,937$; gl=2,36; $p<0,01$); 5) perceber as pessoas da sua família indiferentes à sua presença ($\chi^2=14,977$; gl=2,36; $p<0,01$); 6) julgar que não encontra nos seus parentes o apoio que necessita ($\chi^2=10,379$; gl=2,36; $p<0,01$); 7) não acreditar no respeito mútuo entre as pessoas da família ($\chi^2=7,407$; gl=2,36; $p<0,05$); e, 8) acreditar que uma pessoa quer mandar mais do que as outras na vida familiar ($\chi^2=8,159$; gl=2,36; $p<0,05$). Tais resultados revelam fatores de risco importantes para detecção de ausência de coesão ecológica no ambiente familiar. Análises posteriores com maior número de casos buscaram revelar outros aspectos explicativos da potencial relação entre as variáveis: tentativa de suicídio e a percepção sobre as condições de vida no ambiente familiar. As percepções dos jovens revelam-se, nestes dados preliminares, como indicadores de risco para a tentativa de suicídio entre estes jovens.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO SUICÍDIO NAS ADOLESCENTES COM IDEIAÇÃO SUICIDA EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA

*Maria das Mercês Cavalcanti Cabral, Daniela Medeiros
Maranhão, Patrícia Marinho de Araújo*

Ao verificar que um percentual expressivo de mulheres, depressivas e não depressivas, apresentaram ideação suicida em pesquisas anteriores sobre a temática “mulher e depressão” e o fato de que além do aumento significativo nos últimos anos, uma das principais causas de morte na adolescência é o suicídio, a presente pesquisa visou analisar a representação social que as adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 18 anos, residentes em Recife e região metropolitana têm sobre o suicídio. Foram adotados os seguintes procedimentos: 1) inicialmente aplicou-se o Inventário de Depressão de Beck (BDI) com o objetivo de dividir as adolescentes em dois grupos: o primeiro com ideação suicida e o segundo sem. O quantitativo de adolescentes que se submeteram ao Inventário de Depressão de Beck foi de quarenta meninas. Para estimar esse quantitativo optou-se por um erro de tamanho $E = 3$ e em função da amostra, foi considerado um nível de confiança de 95% que resulta em um valor de z (distribuição normal padrão) da ordem de $z_{\alpha/2} = 1,96$. Na segunda fase foram selecionadas quatro jovens que apresentaram ideação suicida. Estas adolescentes se submeteram a entrevistas do tipo semidirigida onde foram aplicados os seguintes instrumentos: 1) teste do Desenho Temático, com o objetivo de identificar as representações sociais destas adolescentes sobre o tema suicídio e 2) o Inventário de Papéis Sexuais BEM (BSRI), para conhecer a identificação de gênero e verificar se existe uma relação com a assimilação dos papéis de gênero e a representação social do suicídio. Com relação à análise dos dados é necessário destacar que o método de análise utilizado foi baseado no de Minayo onde se separa por categorias de acordo com as unidades de sentido. Com base nos resultados foi possível constatar que a maior parte das adolescentes entrevistadas tem como conceito do que é suicídio a fuga de problemas. Quanto aos sentimentos que estão relacionados ao suicídio, a tristeza foi característica predominante. Sobre o que pode motivar o ato suicida, a existência de problemas de ordem afetiva foi a resposta dada com maior frequência. No que diz respeito ao suicídio estar relacionado a homens ou mulheres, a maior parte das adolescentes respondeu que está associado às mulheres, por sofrerem mais preconceito e por serem mais sensíveis.

A TEMATIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA MÍDIA: UMA PRODUÇÃO IDEOLÓGICA

Rosângela R de Freitas

Este resumo tem por objetivo relatar estudo sobre a tematização do tema trabalho infanto-juvenil – TIJ – no jornal *Folha de S.Paulo*, argumentando que a campanha de erradicação do trabalho infantil, tal como vem sendo apresentado em diversos meios de comunicação, em particular no referido jornal, pode ser considerada uma produção ideológica, no sentido que Thompson (1998) atribui ao conceito de ideologia: “maneira como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. O objetivo acadêmico deste estudo visa a problematização de um tema que vem penetrando a academia, muitas vezes de modo acrítico. Os objetivos políticos referem-se à busca de questionamento das hierarquias etárias, um dos eixos constitutivos das desigualdades sociais contemporâneas (Adorno, 1990; Qvortrup, 1994; Rosemberg 1997; Thompson, 1998). Este estudo se apóia em novos paradigmas que vêm orientando os “estudos sobre infância” ou a constituição do campo da “sociologia da infância”, dentre os quais destaco apenas três aspectos: “o conceito de infância é uma construção social; é variável e não pode ser inteiramente separado de outras variáveis como a classe social, o sexo ou o pertencimento étnico; e as crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam” (Prout e James, 1990, *apud* Montandon, 2001). Tais paradigmas gerais podem ser reencontrados no campo de estudos sobre trabalho infanto-juvenil, quando autores questionam os principais argumentos que têm sustentado as campanhas e as práticas de combate a todo e qualquer trabalho de criança e adolescente, habitualmente aludidas com a expressão “erradicação do trabalho infantil”. Foram analisadas 548 peças jornalísticas que se referiam exclusivamente ao TIJ no Brasil. O discurso encontrado nas peças jornalísticas apresentou posicionamentos diferentes do jornal entre as décadas analisadas. Nos anos 1980, a posição do jornal oscilou entre duas tendências, ora favorável ora desfavorável à ocorrência do TIJ, avaliando de forma positiva a possibilidade de crianças e adolescentes pobres trabalharem. Nos anos 1990 o conteúdo que orientou a composição das peças jornalísticas teve a predominância do discurso de denúncia (76,6%, contra 21,3% de UI informativas). A interpretação do jornal sobre o TIJ seguiu o padrão da visão adultocêntrica de infância e adolescência, que pressupõe que crianças e adolescentes concretos não são sujeitos ativos em seu processo de socialização e que são pouco capazes para discernir e formar um juízo sobre as condições de sua vida.

ABORDAGEM DA DROGADIÇÃO JUNTO A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

*Maria Inês Gandolfo Conceição, Maria Fátima
Olivier Sudbrack*

O trabalho apresenta a proposta metodológica que fundamentou a experiência de atendimento a adolescentes em conflito com a lei do Projeto Fênix – Promoção Psicossocial de Adolescentes envolvidos com drogas no contexto de medidas socioeducativas da Vara da Infância e Juventude do DF. O paradigma da proteção integral preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foi o aspecto central subjacente às práticas conduzidas no referido projeto. Dentre as atividades desenvolvidas, destacamos o atendimento em grupo aos adolescentes que ocorreram sob duas formas: oficinas temáticas e oficinas de *rap*. O objetivo das oficinas temáticas foi conhecer o projeto de vida destes adolescentes e mobilizar seus recursos de proteção para que – com um novo olhar sobre o futuro – pudessem fazer frente às situações de risco que compõem o seu cotidiano. Foram tratados os temas: visão de mundo, saúde e sexualidade, adolescência e drogas, diversão e lazer, família e amigos e projeto de vida. Dos relatos produzidos nesses encontros, alguns chamaram a atenção da equipe: a recorrência do tema das drogas e da violência; a ambigüidade na relação dos adolescentes com as propostas de trabalho das oficinas; a falta de perspectivas favoráveis para o futuro; a ocupação do tempo e do lugar das oficinas tomados pelos adolescentes como espaço possível da livre expressão de idéias, troca de experiências e reflexão. Um dos desdobramentos dessa experiência foi a criação de oficinas de *rap*. Os adolescentes nos fizeram compreender que as letras de *rap* traduziam seus sentimentos, valores e ambições, e por tal motivo, decidimos promover um espaço no qual eles pudessem se expressar livremente por meio da criação de letras que tratassem de temas de suas próprias vidas, suas aventuras e desventuras. As oficinas tinham por objetivo conhecer a história – real ou fantasiada – e o projeto de vida dos adolescentes retratados nas produções das letras. A metodologia de trabalho inspirou-se no referencial teórico-prático do psicodrama. A atividade alcançou o seu propósito de construção de textos de significativo conteúdo psicossocial, viabilizou a reconstrução de novas possibilidades que não aquelas apresentadas como fatalmente as únicas possíveis em suas vidas, além de ter mobilizado recursos de proteção interna e externa diante das situações de risco.

AÇÕES COLETIVAS JUVENIS NA ATUALIDADE MODERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO ÔNIBUS EM FLORIANÓPOLIS/SC

Valéria Silva

As manifestações juvenis ocorridas em Florianópolis-SC, no período recente de 28 de Junho a 8 de Julho p.p. constituíram-se em um momento político particular da cidade, conferindo-a uma rotina ímpar, tanto pela dinâmica inédita que lhe impôs, quanto pela configuração exibida pelo movimento, em todos os sentidos. O referido movimento, deflagrado e hegemônico por estudantes secundaristas, ofereceu *closets* expressivos da realidade juvenil, possibilitando alguns entendimentos não apenas das juventudes florianopolitanas, mas das juventudes brasileiras em um contexto de mudança de parâmetros da modernidade. São pontos prioritários as sínteses que o movimento operou quanto: a) à expressão política do movimento – a maneira como se constituiu, consolidou e conduziu a dinâmica interna, o discurso, as demandas, a relação com o Estado e a sociedade evidenciou características marcantes da ação política da modernidade fluida. Entretanto, evidenciou também o resgate de verbos e atos do “passado”, resumindo no seu espaço a ambivalente atualidade moderna brasileira. b) à expressão estético-político-cultural horizontal dos participantes – a aglutinação de jovens da classe média, dos morros, moradores da rua e, provindos de quase todos esses segmentos, “tribos” de rockers, punks, rappers, clubbers, místicos, plays, patys e grupos de maracatu e capoeira. Em tempos de profunda diversidade, a aceitação e a solidariedade foram exercícios constantes. c) à relação com os adultos – a clareza tática da importância dos apoios recebidos e o desprezo manifesto pelos auto-emulados “militantes históricos” ou ainda pela repressão provinda de superiores adultos. A relação com a experiência das gerações anteriores. d) a presença da realidade digital. O *soft* que atravessa todas as “tribos” e imprime certa marca nas juventudes atuais, num contexto brasileiro *hard*, que nem sempre muda à velocidade dos *bytes*. A internet, o celular, as reportagens ao vivo, a câmara digital e o obrigatório recurso dos informativos colados nas paredes em função da postura da mídia local. Todas as coordenadas explicitadas por este movimento obrigam-nos a pensar a cidadania juvenil brasileira sob nova perspectiva que, inclusive, contemple o próprio olhar dos jovens acerca deles mesmos, do mundo e da vida atual.

ADOLESCÊNCIA E CONTEMPORANEIDADE: EFEITOS DA CIÊNCIA SOBRE O CAMPO DO SUJEITO

Fernanda Costa-Moura

Partindo do princípio de que a ciência não transforma apenas a realidade que nos cerca, mas também, e talvez sobretudo, a linguagem como campo a partir do qual o sujeito se constitui, o trabalho visa examinar a incidência dos desenvolvimentos contemporâneos da ciência através dos efeitos que estes remanejamentos do campo discursivo têm sobre os adolescentes ouvidos pela clínica psicanalítica. Após identificar algumas operações que a formalização introduz no funcionamento ordinário da linguagem, o trabalho analisa, como indicadores privilegiados destas operações, algumas manifestações da crise adolescência – tais como as dificuldades relacionadas à elaboração de uma referência ao Outro, ao posicionamento sexual e à morte como limite – na correlação que estas manifestações mantêm com o funcionamento institucional contemporâneo ordenado pela ciência.

ADOLESCÊNCIA E TEMPO NO CONTEMPORÂNEO

Cristiana Carneiro

O presente resumo parte da pesquisa de doutorado (Carneiro, 2002) onde realizamos uma análise da relação entre tempo e sujeito no contemporâneo pensados a partir da adolescência. Mais especificamente, nos voltamos aqui para a pesquisa de campo onde realizamos uma análise do discurso a partir de 12 entrevistas com jovens entre 14 e 22 anos de idade. As entrevistas foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro em diferentes espaços, tendo uma duração média de cinquenta minutos cada. Foram feitas no total doze entrevistas abertas semi – dirigidas, todas gravadas e transcritas integralmente, cujo objetivo central consistiu em obter material que nos possibilitasse uma análise qualitativa do discurso, tendo como eixo a análise de conteúdo descrita por Krippendorff (1980). Nossa pesquisa foi norteadada pela seguinte questão de fundo: que impactos a nova vivência de tempo no contemporâneo – perpétuo presente (Jameson, 1991), presente permanente (Virilio, 1997) – poderia estar delineando nas subjetividades? Mais especificamente, intentamos mapear como passado, presente e futuro compareceram no discurso dos adolescentes tendo como bússola o sujeito no tempo – como eles se “vêm” no tempo – e que relevância conferem a uma lógica de antes e depois. O que significa perder tempo, ganhar tempo, passar o tempo? Ser adulto? Como interpretam a rapidez contemporânea? Esses questionamentos nos remeteram a temas co-

relacionados como imprevisibilidade, busca de felicidade, prazer e desprazer, a importância de ter objetivos, competitividade, que foram entendidos por nós como formas de discursarem sobre o tempo em relação a si próprios. As entrevistas realizadas foram analisadas e organizadas a partir de quatro grandes categorias compostas a partir de pares de oposição: destino e previsibilidade; domínio e coação; mobilidade e paralisação; pessoalidade e impessoalidade. Essas categorias emergiram tanto de nossa discussão teórica quanto de nosso campo empírico. A primeira abarcou predominantemente o discurso sobre o futuro, sobre seus ideais, o que esperam do depois. A segunda, domínio e coação, perscruta a forma como eles dizem estar lidando com o instituído, volta-se mais para o tempo presente, em relação ao depois. A terceira se dirige predominantemente à articulação entre passado, presente e futuro, entrevedo as possibilidades de subjetivação do tempo. Por fim, pessoalidade e impessoalidade disse respeito à hipótese de que uma impessoalização, uma subjetividade impessoalizada, seria uma forma contemporânea de garantir alguma permanência, alguma estabilidade enquanto sujeitos e, desta forma, exercer um controle peculiar do tempo.

ADOLESCÊNCIA POBRE E TRÁFICO DE DROGAS VISTOS DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Claudio Huguet

Pretendemos chegar a uma compreensão mais aprofundada dos determinantes psíquicos e sociais que levam um número crescente de crianças e adolescentes pobres de nosso Estado a se somar às fileiras do tráfico de drogas. Pretende-se chegar a esta compreensão mais aprofundada utilizando-se uma abordagem interdisciplinar, valendo-nos de conceitos e técnicas da sociologia e da antropologia das sociedades complexas e a possibilidade de apreensão da subjetividade proporcionada pela psicanálise. Indo além da idéia de associarmos a busca de identificações fora da família com figuras como as que envolvem jogadores de futebol, traficantes, etc. à ausência / desqualificação da figura do pai nestas famílias, atentamos para a precarização absoluta da família nas áreas mais pobres: se, por um lado, os indicadores demográficos mostram que em grande número de famílias o pai já não está, por outro lado, ocorre que com as mudanças tanto na família como do mercado ligadas principalmente ao fenômeno da globalização, aumentam as exigências para a sobrevivência, fazendo com que freqüentemente esteja ausente também a mãe, que tem que sair para trabalhar, o que resulta no quadro dramático de crianças deixadas sós, à sua própria sorte. As altas taxas de mortalidade por homicídios de jovens pobres entre 15 e 24 anos ajudam a dar substância à

extrema gravidade da questão do adolescente que acaba por se incluir no tráfico de drogas, especialmente no Rio de Janeiro. Giffin salienta a extrema importância deste tema, sugerindo que seja mais pesquisado, principalmente quando associado à precarização do trabalho e ao desemprego na sociedade de consumo (Giffin, 1998). Desta forma, com o objetivo de levantar informações relevantes às perguntas desta pesquisa, recorreremos ao trabalho de campo, baseado em entrevistas (entre 15 e 30) com adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos. Esperamos encontrar resultados que dêem maior visibilidade aos modos de funcionamento sociais e subjetivos dos jovens (e de suas famílias) que se encontram na situação de vulnerabilidade que caracterizamos acima. Tais resultados e conclusões deverão subsidiar a idéia de que é necessário capacitar os agentes sociais e comunitários que atuam junto à população estudada, no sentido de que possam desenvolver aguda consciência de que eles mesmos podem (e devem), dentro de certos limites, oferecer-se como destinatários dos anseios identificatórios dos jovens em questão, tornando-se figuras importantes em suas vidas.

ADOLESCENTE E TRABALHO: A ESCOLHA PROFISSIONAL NA CERTEZA DO RISCO

Célia Ferreira Novaes

A partir da pesquisa sobre as *determinações sociais no problema da escolha profissional*, é apresentado um dos seis núcleos de significação resultante da análise do discurso do sujeito, denominado de *contradições e ambigüidades entre a autonomia protegida e a rotina sempre nova*. O referido núcleo de significação aponta a relação dos jovens com a experiência emocional do risco na escolha profissional. São analisados os paradoxos com que os jovens expressam seus desejos de futuro, gerando a angústia em que se constitui a questão. O trabalho é baseado na perspectiva sócio-histórica que considera a produção histórica da subjetividade dos jovens como decorrente da relação dialética com a realidade objetiva, o que nos permite perceber as condições sociais na configuração do processo psicológico da escolha profissional, enquanto conseqüência da conversão de multideterminações relacionadas no plano intersubjetivo em processo intra-subjetivo. Foram realizadas 15 entrevistas que constituíram o atendimento de um jovem de 17 anos que buscou o Serviço de Orientação Profissional da PUC-Rio. As entrevistas foram não estruturadas, acompanharam as questões referidas pelo sujeito e o incentivaram a buscar conexões entre afirmações, fatos e emoções que se desdobraram no seu discurso. As intervenções do pesquisador buscaram facilitar a produção de novas possibilidades de significação da experiência ao mesmo tempo em que se constituíram numa construção do espaço

relacional, no transcurso da relação dialógica. A pesquisa aponta os ingredientes de incerteza quanto ao futuro demarcados no discurso das escolas que reforça a hierarquia social das profissões; a reprodução do modelo de individualidade e diferenciação, impulsionado pela lógica do mercado de consumo, no qual a ação de escolher, como um valor em si mesmo, indica o estado de liberdade daquele que decide. A busca do constantemente novo que expõe o risco de um futuro mutante e fora de controle. O rompimento com as tradições num mundo com amplas possibilidades que requer uma constante revisão das decisões, configurando uma complexa gestão de riscos. É discutido o modelo de projeto de vida que exalta a autonomia exercida como se estivesse fora e além da sociedade que a confere, significando a responsabilidade solitária pelos fracassos e a culpa pela imprevisão de fatos inesperados. O risco se transforma de problema em virtude, acompanhando a mobilidade e flexibilidade das redes sociais onde a incerteza favorece as chances de movimento, criando uma cultura do risco.

ADOLESCENTES E DROGAS NO CONTEXTO DA JUSTIÇA: CONSTRUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO PROJETO FÊNIX

*Maria Fátima Olivier Sudbrack, Maria Inês
Gandolfo Conceição*

O envolvimento de adolescentes com drogas constitui especial desafio que precisa ser enfrentado com metodologias adequadas a cada contexto onde a questão é abordada. A condição de adolescentes que, além de consumir drogas estão envolvidos com práticas infracionais, configura uma situação complexa que nos remete à busca de soluções também complexas. O trabalho apresenta as construções teóricas e metodológicas para a abordagem da drogadição junto a adolescentes em conflito com a lei desenvolvida junto ao PRODEQUI – Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas, do Departamento de Psicologia Clínica, do Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, num projeto de pesquisa-ação realizado sob demanda da Vara da Infância do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Estado e Ação Social e o Hospital Universitário de Brasília, com o objetivo de contribuir para uma definição das políticas públicas de abordagem da drogadição entre adolescentes em conflito com a lei, no contexto da medida socioeducativa. O estudo tem como referência o pensamento complexo de Edgar Morin, na medida em que se reconhece este projeto em sua perspectiva transdisciplinar, contemplando articulações entre diferentes atores e contextos, e as constantes ressonâncias entre o psicossocial e o jurídico. Resultou na construção de

metodologias efetivas de abordagem da drogadição junto aos adolescentes e também junto às famílias que articulam o contexto da justiça e da saúde. Cada intervenção apresentada é situada em seu embasamento teórico e metodológico. A drogadição na adolescência é vista como um sintoma e o adolescente como um sujeito portador de uma demanda. Esta demanda deve ser decodificada, compreendida e atendida. Mas, como atender a uma demanda que não está posta em palavras? E, por outro lado, como atender a uma demanda institucional que remete o sujeito ao profissional no contexto da obrigação? As construções interdisciplinares integram o psicossocial e o jurídico num processo apresentado em três dimensões: *da obrigação à demanda, do risco à proteção e da dependência à liberdade.*

ADOLESCENTES EM LIBERDADE ASSISTIDA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Suzie Hayashida Cabral, Sonia Margarida Gomes Sousa

Trata-se de uma pesquisa realizada no mestrado em psicologia da Universidade Católica de Goiás, que teve como objetivo a compreensão dos sentidos atribuídos por adolescentes autores de ato infracional por estarem submetidos à medida socioeducativa de liberdade assistida. Foram realizadas entrevistas com sete adolescentes, sendo cinco do sexo masculino e duas do sexo feminino, na sede do Programa de Liberdade Assistida em Goiás, cuja análise teve como referência a abordagem sócio-histórica proposta por Vigotski. Inicialmente, recupera-se a história da inclusão pela exclusão da adolescência pobre no Brasil pelas políticas públicas direcionadas ao adolescente autor de ato infracional, discutindo a construção histórica do termo “menor” que associa o adolescente pobre à marginalidade, e a tentativa, a partir do ECA, de reestruturar as relações entre a sociedade e o adolescente em conflito com a lei. São, então, discutidas as concepções naturalizadas sobre a adolescência, sublinhando-se a processualidade do desenvolvimento e o caráter necessariamente social e histórico da personalidade. Dessa forma, o adolescente autor de ato infracional é situado no contexto da sociedade contemporânea, evidenciando-se os aspectos ideológicos fundamentais da relação dialética desse adolescente com a realidade social. Constatou-se que, por ambíguos e contraditórios, os sentidos que emergem da fala dos adolescentes entrevistados não só revelam sua realidade concreta como também reproduzem valores ideológicos cristalizados, como a reinclusão via escola, trabalho e bom comportamento, que norteiam o Programa de Liberdade Assistida. Passado-presente-futuro surgem nos discursos dos adolescentes permeados pelo aspecto da “normalidade”, que naturaliza sua infância, sua condição social, sua perspectiva de vida e eviden-

cia sua inclusão pela exclusão social, o que impediria a percepção e a crítica sobre os valores da sociedade capitalista e sobre a sua própria temporalidade e historicidade. Por fim, a Liberdade Assistida é questionada como instituição que, servindo a interesses da classe dominante, pretende o conformismo e a adaptação, mas também como um termo que pode referir-se a assistir o adolescente em busca da liberdade embasada na consciência crítica de sua realidade social e histórica, possibilitando-lhe, portanto, tornar-se sujeito, e não objeto.

ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: DOS LAÇOS FAMILIARES AOS VÍNCULOS NA RUA

Flávio Augusto Ferreira de Oliveira, Karine Fernanda Perondi, Maria Tereza Claro Gonzaga, Paula Vanalli

Buscou-se através deste trabalho bibliográfico, de visão psicanalítica e psicossocial, explorar as relações estabelecidas pelo adolescente em situação de rua com sua família e, posteriormente, com o seu grupo de escolha nas ruas. Para tanto, pesquisou-se o que é *vínculo normal* segundo Enrique Pichon-Rivière (1982); em seguida, na concepção de alguns autores: Fischer (1979), Ferreira (2001), Menezes e Brasil (1998), refletiu-se sobre as maneiras de interação do adolescente em situação de rua com a sua família, que, muitas vezes, é estruturada de forma deficiente e instável, devido às condições socioeconômicas que lhes são impostas. Para Pichon-Rivière (op.cit.), o vínculo normal é uma estrutura na qual a comunicação se estabelece, sendo esta estrutura formada por dois ou mais sujeitos. Então, para que se estabeleça uma boa comunicação entre dois sujeitos, ambos devem assumir o papel que o outro lhe confere. O autor ainda expõe a importância do estabelecimento deste vínculo para que se possa desenvolver as relações interpessoais. Objetivou-se neste estudo abstrair um aspecto identificado na sociedade atual e estudá-lo, ou seja, foi composto de uma reflexão acerca das relações possíveis de serem mantidas por um adolescente cujas condições socioeconômicas de sua família são precárias, restando a este adolescente estabelecer vínculos que se subjugam a um sofrimento ético-político conseqüente de uma vida indigna e sem perspectivas de mudanças. Contudo, a pobreza enfrentada por ele e por sua família, esta por sua vez, abalada psíquica e economicamente, não basta para fazer com que o adolescente busque outros vínculos na rua. Entende-se que a maneira como esta família marginalizada está estruturada, isto é, a falta de liderança (papel normalmente exercido pelo pai), igualdade nas relações de trabalho, onde até mesmo o “caçula” assume o papel de mantenedor do lar e, principalmente, a

carência de afetos, vínculos significativos, contribui primordialmente para que o adolescente busque suprir em grupos na rua o que não pôde ser oferecido a ele por sua família. Conforme exposto nos conceitos de Pichon-Rivière (op. cit.), notou-se que a necessidade de liderança para este adolescente que se encontra em situação de rua é significativa, pois a partir desta figura “líder”, ele poderá encontrar um modelo a ser seguido, para que possa, posteriormente, estabelecer novas relações interpessoais com o restante do grupo que o rodeia. E este líder, quando não encontrado em sua família, é buscado nas ruas, como visto no decorrer deste trabalho.

ADOLESCENTES, GÊNERO E CIDADANIA

Walfrido Menezes

O presente trabalho tem a finalidade de discutir a questão da cidadania no contexto de gênero no feminino, diante de uma sociedade centralizada em um viés masculino, impedindo a eqüidade de gênero e assim podendo ou não reproduzir uma pseudocidadania. Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo em Caruaru/Pernambuco, junto a um grupo de vinte adolescentes acerca da gravidez na adolescência na faixa etária de 15 a 19 anos, oriundas das classes populares em dois Postos de Saúde da Família. Assim, ao desenvolvermos o trabalho sobre gravidez, a questão de gênero tornou-se evidente, desde a criação em casa até o momento presente. Neste sentido, por exemplo, constatamos quando questionado sobre: O que para você é engravidar? E se quis esta gravidez? Encontramos um número bastante significativo de mais de 50% – 11 –, que não a planejaram. Ela aconteceu por falta de experiência e em 30% dos casos, o ato sexual e a conseqüente gravidez ocorreu por pressão e imposição do namorado. Portanto, percebemos que os gêneros masculino e feminino ao longo da história da humanidade sempre foram pautados em relações que implicam numa constante desigualdade, voltando-se para as mulheres em sua maioria os trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos. Assim, constatamos junto a este grupo de adolescentes, que são as mesmas quem assumem as tarefas domésticas: “é uma coisa de mulher mesmo, portanto tem que ser realizada sem discussão”. Já diante do papel materno em suas opiniões é algo normal: “é uma coisa de mulher, da natureza feminina”, e abrem mão de qualquer coisa pelo(a) filho(a). Diante do exposto, observamos que a identidade de gênero e a plena vivência da cidadania se organizam em um contexto social, fragmentado e excludor. O que termina gerando uma pseudocidadania.

ADOLESCENTES, SAÚDE E CIDADANIA: UM OLHAR SOBRE DIFERENTES ECOLOGIAS DESENVOLVIMENTAIS

Mirela Figueiredo Santos Iriart, Ana Cecília de Sousa Bastos

Este estudo busca articular questões ligadas à cidadania, saúde e exclusão, partindo da concepção de adolescentes, enquanto sujeitos sociais, distintos em suas condições de vida e em suas particularidades psicológicas, para se discutir, de uma perspectiva crítica, o lugar social do jovem na cidade de Salvador, as possibilidades de se moverem entre o risco e a proteção, as possibilidades de participação e pertencimento social e as possibilidades de inclusão, como condições para o seu desenvolvimento e bem estar integral. Com o foco no contexto e na pessoa, como unidade de análise dialética e a partir da reconstrução de algumas narrativas e da interpretação de significados construídos no diálogo entre os adolescentes com as instituições, os objetivos específicos deste trabalho são: (1) analisar comparativamente diferentes contextos da adolescência em Salvador, enquanto espaços dialógicos – uma escola pública, um projeto Social (ONG) e uma casa de atendimento socioeducativo em regime aberto e (2) compreender diferentes trajetórias de vida configuradas pela posição dos sujeitos nos diferentes contextos. Numa perspectiva sócio-construtivista e semiótica, cada contexto está sendo analisado enquanto prática discursiva, onde são construídas redes de significações marcadas pelas posições dos diversos sujeitos, configurando subjetividades, ressignificadas na interação. Em cada contexto foram entrevistados o coordenador e três educadores, realizados grupos focais com 15 a 16 adolescentes sobre questões ligadas a: participação, cidadania e exclusão; e entrevistas em profundidade com quatro adolescentes de cada contexto, configurando suas trajetórias de vida. Resultados preliminares indicam que a posição e as trajetórias do sujeito nessas diferentes ecologias podem ser diferenciadas com base nas seguintes dimensões, tratadas como categorias de análise: (a) permeabilidade do contexto: deslocamentos; modos de participação, lugar do adolescente; (b) estruturas de oportunidades: abertura para outras formas de inserção, recursos pessoais construídas; (c) dinâmica risco-proteção, (d) rupturas e redirecionamentos; (e) encontros significativos; (f) orientação para o futuro; (g) noção de pessoa. As diferentes posições do sujeito nas ecologias aqui consideradas revelam diferentes possibilidades de construção de participação social, de identidades sociais e de projetos de vida.

ADOLESCENTRO: CONSTRUINDO CAMINHOS NA PREVENÇÃO E ATENÇÃO A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES DE ESPAÇOS POPULARES

Cynthia Ozon Boghossian

Este trabalho se propõe a refletir sobre os caminhos de prevenção e de atenção a diferentes formas de violência que envolvem a juventude do bairro Maré, a partir da construção e da prática do projeto Adolescentro. Desenvolvido por uma equipe multidisciplinar e 70 jovens promotores de saúde, suas ações se dão em duas unidades de saúde e em instituições locais onde são realizadas oficinas coordenadas por estes jovens. Através de uma formação continuada com sua equipe, que inclui os jovens promotores, e do planejamento coletivo das atividades, privilegiando o protagonismo juvenil neste processo, formas ocultas de violência contra os adolescentes puderam ser reconhecidas, melhor compreendidas e focalizadas como alvo das ações. A expulsão súbita ou progressiva da escola, a submissão das meninas aos seus namorados, relações de autoritarismo e força dentro da família ou as fronteiras impostas pelo narcotráfico ao direito de ir e vir, todas estas questões ganham visibilidade na interação da equipe com o grupo de jovens participantes. Ressaltam-se, ainda, a inadequação dos serviços de saúde às demandas e necessidades da juventude e sua conseqüente exclusão destes espaços, as barreiras sociais para acesso dos jovens a atividades culturais e outras formas de violência não tão noticiadas como a de jovens que matam e que morrem nas favelas do Rio de Janeiro. As formas como se estruturam a rotina e as propostas do projeto Adolescentro privilegiam a fertilidade do diálogo multidisciplinar e “multigeneracional”, integrando profissionais de dentro e fora da Maré. A criação de um questionário chamado ficha comum para o cadastro e atendimento dos adolescentes participantes torna-se um instrumento de pesquisa-ação e de encaminhamento direto de situações de violência e risco à saúde. Uma equipe de jovens e técnicos discute, planeja e avalia intervenções em cada situação levantada. Potenciais pessoais e institucionais podem ser também identificados e catalisados a partir deste instrumento. Encontrar formas de abordagem para as “violências” estrutural, institucional, intrafamiliar, dentre outras identificadas, vem demandando criatividade e versatilidade da equipe de saúde e sobretudo a convicção de que podem e devem ser os próprios jovens, moradores da Maré, agentes de transformação e de promoção dos direitos sociais junto a outros jovens da comunidade. Médicos, psicólogos, dentistas, assistentes sociais, enfermeiros e educadores aprendem, numa relação de respeito às diferenças, a extrapolar limites disciplinares e visualizar potencialidades onde antes só enxergavam carências.

AIDS E JUVENTUDE: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM UMA ONG NO RIO DE JANEIRO

*Danielle Ribeiro de Moraes, Simone Monteiro,
Elizabeth Moreira dos Santos*

Nas últimas décadas, a ocorrência de gravidez na adolescência e a distribuição etária dos casos de aids têm indicado práticas sexuais desprotegidas entre jovens, sugerindo a existência de fatores que contribuem para a vulnerabilidade ao HIV/Aids, principalmente para aqueles em situação de pobreza. Tendo por base as críticas às políticas preventivas centradas na mudança comportamental e o papel, no Brasil, das Organizações Não Governamentais (ONGs) na execução de programas de intervenção voltados para o controle da epidemia de aids, este trabalho objetiva caracterizar as práticas educativas em saúde sexual e reprodutiva de uma ONG situada na periferia do município do Rio de Janeiro. A partir da análise da produção documental da instituição, de observações do cotidiano da ONG, de entrevistas semi-estruturadas com os educadores e da observação direta das práticas educativas, foram reconhecidas duas fases na história das práticas de educação em saúde da organização. A primeira aproximou-se de uma proposta pedagógica com estímulo à participação popular. Houve valorização do desejo e das percepções de educadores e educandos no planejamento do programa de saúde da ONG, visando sua inserção em espaços públicos de representação. Na segunda e presente fase, identifica-se a manutenção do vínculo de referência na relação educador-educando e da autonomia na escolha e tratamento das temáticas, revelando a potencialidade para o desenvolvimento de ações mais integralizadoras para a prevenção do HIV/Aids. Todavia, verificam-se mudanças no desenho organizacional, caracterizadas pela ênfase nas alternativas de inclusão dos jovens no mundo da produção e o distanciamento da busca pela representatividade na formulação das políticas de saúde. Em seu lugar, é tecida uma rede de apoio entre serviços e projetos locais que se mantêm periférica a esses espaços. A priorização da inserção profissional dos jovens, associada à desvalorização da participação popular, impõe limites à transformação social, principalmente em um contexto de invisibilidade das ações públicas. Tendo em vista a relação entre o aumento da vulnerabilidade ao HIV/Aids e as situações de exclusão social, conclui-se que as ações voltadas para a prevenção do HIV/Aids são mais efetivas quando incluídas em perspectivas ampliadas que tenham como horizonte a transformação social. Compreende-se que as propostas de promoção da saúde sexual e reprodutiva devem contemplar ainda o significado das experiências sexuais e as desigualdades de gênero nas relações entre educadores e jovens.

AMIZADE E O ESPAÇO PÚBLICO COMO DISPOSITIVOS DE SUPORTE SOCIAL E DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS

*Emanoel José Batista de Lima, Magda Dimenstein,
Andreína Moura, Rayanne Pereira, Vanessa Medeiros,
Monique Brito*

A população jovem brasileira, segundo estudos no campo da saúde coletiva, é a que mais tem se envolvido em episódios violentos, tanto como vítima quanto como perpetradora. No Brasil, os homicídios compõem a primeira causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos, sobretudo na população masculina. Esse estudo objetiva identificar situações de violência envolvendo adolescentes e jovens de um bairro periférico de Natal; mapear as bases de apoio familiares e/ou comunitárias existentes na área para as quais os sujeitos recorrem quando da ocorrência de episódios violentos e como se dão essas relações, bem como refletir sobre como as bases de apoio, a partir do fortalecimento das mesmas, podem servir como territórios propícios para expressão subjetiva de adolescentes e jovens e contribuir no enfrentamento à violência. Bases de apoio referem-se tanto a atividades ou organizações formais – creches, escolas, programas religiosos, clubes, centros juvenis –, quanto a formas de apoio espontâneas ou informais – redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas na vida de crianças e jovens disponíveis na comunidade. Nossa discussão tem como base uma pesquisa realizada com 382 adolescentes e jovens estudantes da Escola Estadual Jean Mermoz, alunos do Ensino Fundamental II e médio, com idade entre 13 e 24 anos. Aplicamos um questionário composto por 189 itens, ancorado nos seguintes eixos temáticos: características sócio-demográficas; escolarização/educação; lazer e esportes; religião; saúde: acesso a equipamentos e costumes; problemas e necessidades especiais enfrentadas; violência e programas e iniciativas para jovens na comunidade. As principais situações de violência identificadas foram: grito (74,58%) e xingamento (59,53%), ocorridas no contexto familiar. Roubo/assalto (50%) e a revista policial agressiva (42,07%), vivenciados na rua, especialmente pela população masculina (53,26%). Os sujeitos recorrem com mais frequência às bases de apoio informais indicando que as bases formais não se configuram como dispositivos de suporte social. A busca das bases informais aponta que as relações estabelecidas informalmente no espaço da rua (quando procuram amigos, parentes ou vizinhos) têm mais ressonância, configurando-se como um lugar importante no qual há troca de valores e de afetos. As relações estabelecidas no espaço público devem ser levadas em consideração nos processos de elaboração e execução de intervenções e programas para a juventude no sentido de criação

de campos propícios para o desenvolvimento de potencialidades e âmbito de expressão das subjetividades de adolescentes e jovens. (*Fundació Càtedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears – Espanhã*)

AMPLIAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS AMIGÁVEIS EM SAÚDE REPRODUTIVA PARA ADOLESCENTES E JOVENS: PARCERIAS EXITOSAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E SETOR PÚBLICO

Ney Costa, Mônica Almeida, Patrícia Castro

A BEMFAM – Bem Estar Familiar no Brasil – é uma organização não governamental, de ação social, dedicada a promoção dos direitos reprodutivos sob a perspectiva de gênero, cidadania e direitos humanos. Uma das prioridades institucionais é a atenção à saúde dos adolescentes e jovens, que apresentam inúmeras vulnerabilidades frente às questões de saúde reprodutiva, tais como: doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS, gravidez precoce não planejada e violência de gênero. A insuficiência de serviços de saúde reprodutiva que atendam às necessidades e expectativas de adolescentes e jovens contribui para aumentar esta vulnerabilidade. Com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde deste grupo populacional, a BEMFAM implementa uma série de ações preventivas e assistenciais, através do programa PROJOVEM. O PROJOVEM integra ações de educação e assistência à saúde, em colaboração com serviços públicos e outras instituições da sociedade civil. As estratégias de atuação são: informação e educação para adolescentes, jovens, pais e profissionais de saúde e educação; fomento ao protagonismo juvenil e prestação de serviços de saúde reprodutiva amigáveis para adolescentes e jovens. As principais atividades do programa incluem treinamento de profissionais, produção de material informativo e educativo, formação de adolescentes multiplicadores, atividades educativas para adolescentes, jovens, pais e profissionais; acesso a serviços de saúde reprodutiva de qualidade e acesso a preservativos. Além de aproveitar todas as oportunidades dos jovens nos serviços de saúde para ações educativas, o modelo de prestação de serviços amigáveis foi desenvolvido de forma integrada aos demais serviços de saúde reprodutiva, de forma que pode ser facilmente adaptado para unidades básicas de saúde. Este modelo vem sendo replicado de forma exitosa em convênios de cooperação técnica com serviços públicos de saúde e educação. Através dos convênios estabelecidos a BEMFAM capacitou profissionais de saúde, profissionais de educação e formou adolescentes e jovens multiplicadores/as em 14 municípios, em diversos estados da federação. Com assessoria técnica da BEMFAM

foram criados espaços específicos para os/as jovens, chamados Centros de Jovens, em dois municípios da periferia da Paraíba. As parcerias estabelecidas com instâncias governamentais para replicação da metodologia implementada pelo PROJovem têm ampliado o acesso de adolescentes e jovens das mais variadas realidades e locais do país a serviços de saúde-reprodutiva acolhedores e respeitosos, utilizando-se a mesma estrutura física e de pessoal já disponível nos serviços de atenção básica.

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS “CARECAS DO SUBÚRBIO” NA SOCIEDADE PAULISTA DOS ANOS 90

Carlos Eduardo França

Partindo das proposituras do momento presente onde observamos o avanço da violência praticada por grupos de jovens radicais de extrema-direita no cenário nacional e internacional, investimos no desenvolvimento de um trabalho que teve por objetivo analisar as formas específicas de resistência da facção skinhead brasileira denominada “carecas do subúrbio”. Para tanto, centramos nossa análise em uma perspectiva historiográfica, vislumbrando entender as formas de organização e táticas de articulação das identidades grupais das “gangues” contemporâneas, voltando a atenção para as formas de resistência dos “carecas do subúrbio” nos anos 80 e 90. Fundamentamos a investigação na historiografia contemporânea que investe na captação “hermenêutica” da dinâmica do cotidiano, ressaltando suas práticas e formas peculiares de luta e resistência evidenciadas nas experiências de sujeitos concretos, de diferentes classes, inseridos em temporalidades múltiplas e vivendo tensões e conflitos históricos específicos; não perdendo de vista a totalidade complexa que compõe as dimensões econômicas, políticas e culturais. Deste modo, entendemos que a compreensão mais detalhada da realidade social e dos pensamentos sustentados pelos “carecas do subúrbio” exigiu à apreensão do contexto histórico no qual este agrupamento estava inserido, permitindo-nos captar o período de bancarrota das medidas implementadas no país pelo Regime Militar que acabou produzindo a intensificação das desigualdades econômicas e sociais, bem como a eclosão de novas formas de resistência e rebeldia nos bairros pobres e subúrbios da Grande São Paulo. Neste contexto, percebemos a articulação de um grupo singular que se assumiram como “carecas do subúrbio” e expressavam-se como novos atores sociais, adotando alguns elementos dos skinheads ingleses para construir sua identidade própria, diferenciando-se dos demais grupos que ocupavam o cenário urbano conflituoso no final dos anos

70, início dos 80. Diante das pressões sociais, do Estado e setores vinculados à grande imprensa nas décadas de 80 e 90, observamos nos “fanzines” a preocupação dos “carecas do subúrbio” em construir uma imagem socialmente aceita deles próprios para se contraporem às narrativas da grande imprensa. Com isso, realizamos uma investigação histórico-antropológica sobre os valores e pensamentos dos “carecas do subúrbio”, observando seus componentes culturais e táticas de organização e divulgação criadas e utilizadas quotidianamente pelos integrantes do movimento para disseminar suas visões de mundo à população brasileira. Por fim, constatamos que esses sujeitos têm por objetivo persuadir os segmentos populares suburbanos, vislumbrando articular a organização de um movimento em âmbito nacional.

APRENDENDO E ENSINANDO O QUE É JUVENTUDE ATRAVÉS DA IMAGEM: A EXPERIÊNCIA COM AS OFICINAS DE VÍDEO CLIP

Caroline Zamboni de Souza

Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada para construção de uma dissertação de mestrado na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que tem como objetivo compreender de que forma a comunidade escolar vem trabalhando com as questões da adolescência, para que a Psicologia e áreas afins possam refletir sobre suas concepções de desenvolvimento, normalidade e aprendizagem. Vamos nos centrar aqui sobre os questionamentos trazidos pela técnica de geração de dados: a realização de uma oficina de vídeo clip sobre adolescência com estudantes do ensino médio de uma escola pública de Porto Alegre. Com isto buscou-se identificar os saberes produzidos sobre adolescência na escola e o início de uma instrumentalização desta comunidade escolar para produzir e interpretar imagens. O vídeo clip foi escolhido como tarefa grupal por ser um meio técnico de construção e transmissão de mensagem (Thompson, 2000), próprio da cultura *pop*, do cotidiano adolescente, comunicado pela mídia. Trabalha com o avesso das propostas pedagógicas comumente vivenciadas nas escolas por implementar o tempo escasso, a atenção dispersa e a pouca possibilidade de reflexão aprofundada. A escola busca, tradicionalmente, desenvolver e potencializar contatos mais estáveis nas relações com o tempo e promover a atenção concentrada (Carmo, 2000). A imagem ainda apresenta-se como um desafio enquanto objeto e recurso pedagógico, isto precisa ser transformado para que a escola seja, cada vez mais, um espaço de crítica, reflexão e inserção no cotidiano. A proposta da oficina foi um sucesso junto aos estudantes, po-

rém junto aos educadores, familiares e funcionários não se obteve tanto êxito, mesmo que a proposta para eles fosse diferenciada e envolvesse, no caso dos educadores, a continuidade em forma de assessoria a projetos pedagógicos. Há uma imensa dificuldade em que a escola se perceba enquanto comunidade e assuma que todos aqueles envolvidos com ela tem uma função educadora. A utilização e a reflexão sobre a imagem ainda não é sentida como necessidade pelos adultos que estão envolvidos no processo educacional e apresentasse como um desafio pra aqueles que buscam pensar a escola e suas relações com a juventude na atualidade.

AQUI SÓ NÃO TEM É GENTE FELIZ! SIGNIFICADO DE VIVER EM POSSE URBANA, PARA CRIANÇAS

Luiz do Nascimento Carvalho; Alciene Alves Ferreira,
Ana Ângela Torres Brasil*

Este estudo é parte de um projeto maior de investigação da subjetividade de crianças das camadas populares, na contemporaneidade. Concebe que a elaboração teórica, desenvolvida por L.S. Vygotsky (1987; 1996), dos conceitos de *sentido* e *significado*, contém um potencial heurístico para o desenvolvimento de uma psicologia social que articula razão-emoção, indivíduo-sociedade, objetividade-subjetividade, possibilitando o resgate do sujeito nas teorias psicológicas. Direcionando este enfoque para os estudos da infância, busca-se colocar em evidência o *sujeito-criança* na contemporaneidade, constituídas e constituintes na/da realidade social. Esse estudo preliminar foi desenvolvido a partir da experiência de trabalho com crianças das camadas populares, residentes em área de *posse urbana*. Todas participantes de *oficinas de convivência* desenvolvidas naquela área, desde 2001, por equipe de profissionais e estudantes ligados ao Programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás (PDH/CAE/PROEX/UCG). Posse urbana é concebida como a constituição de um *sítio social*, fruto das *contra-racionalidades*, que se opõe à racionalidade capitalista de produção do espaço (Santos, 1988). Focaliza-se o significado relativo aos elementos que compõe aquele *espaço urbano*, enquanto conjunto de práticas sociais materializadas *habitat*. As crianças significam o rio poluído, que faz parte daquela paisagem, como ameaçador, relacionando-o à morte – de peixes e crianças – e como local de se lançar dejetos. De fato, segundo dados do IBGE, 59,38% dos domicílios daquela área, lançam o esgoto sanitário no rio. Por outro lado, em atividade realizada com o objetivo de desenharem o bairro, chegam a enumerar o que compõe aquela paisagem: “casa,

*CAPES/PROSUP

bar, linha de trem, rio que mata criança”. Ao fim da atividade, uma criança volta-se à equipe que acompanhou a oficina e comenta: *tem uma coisa que não falou que aqui não tem (...)* Gente feliz, aqui ninguém é feliz (T. 07 anos). Essa frase resume o significado atribuído à posse urbana por essas crianças. São discutidas as implicações desses resultados a partir da noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

ARTICULANDO POLÍTICAS SOCIAIS: GARANTIA DE DIREITOS, INCLUSÃO SOCIAL E CULTURAL PARA OS JOVENS DE OLINDA

Maria Beatriz Monteiro Guimarães, Susana Mello

Apresentar o processo de implantação de uma política de atenção integral, voltada para os jovens em situação de risco social e pessoal do município de Olinda/PE, articulando princípios e conceitos que orientaram a construção dessa política são os objetivos desse trabalho que se insere na temática cidadania. Há em geral uma dupla fragmentação nas políticas públicas voltadas aos jovens. A primeira diz respeito ao fato de tratá-los e focá-los estaticamente como membros de uma determinada faixa etária sobre a qual se atua sem considerar o que vem antes ou depois, a criança que foi, o futuro adulto, o idoso. Esta tendência centra a responsabilidade e a busca de respostas no próprio jovem, desconsiderando a necessidade de articulação, participação e responsabilização por parte da família, da comunidade e do Estado. A segunda trata de focar as políticas como ações compartimentadas e voltadas apenas para a criação ou geração de emprego e renda, pressupondo que isto resolveria os problemas dos jovens, ou então partem para ações quase que exclusivamente no campo do lazer e/ou da cultura. A implantação da Política de Atenção Integral para os jovens do município de Olinda propõe ações e reflexões partindo da constatação de que a juventude é uma das fases da vida que, na conjuntura social contemporânea, se encontra em estado de maior vulnerabilidade. Nos projetos que compõem a Política de Atenção Integral procura-se compreender as exclusões, riscos e vulnerabilidades a que estão sujeitos os jovens dentro de uma proposta de garantia de direitos e inclusão social e cultural traçando ações compartilhadas em rede. Operacionalmente, cada um dos casos é analisado, em reuniões sistemáticas da equipe formada por técnicos de diferentes programas, objetivando o encaminhamento para o atendimento nos projetos e/ou instâncias mais adequadas, e o tipo de atuação que pode ser desenvolvida junto à família, à escola e à comunidade a qual pertence o jovem. Desta forma, realiza-se um mapeamento da situação do jovem para identificar nas

diversas políticas e ações no campo da saúde, educação, geração de emprego e renda, cultura, lazer, esportes aquelas que respondam às necessidades e fragilidades do jovem reduzindo as vulnerabilidades e fortalecendo as potencialidades individuais e o convívio comunitário e social mais saudável.

AS ESTÉTICAS DO/NO COTIDIANO ESCOLAR: JUVENTUDE E SENTIMENTOS DE EXISTIR

Aldo Victorio Filho

Partindo do pressuposto de que a experiência estética permeia a vida humana e que suas fontes e produtos são permanentemente gerados nas mediações sociais, este trabalho pretende, sob a perspectiva da estética, realçar algumas questões que entendemos centrais no campo da educação formal. Caracterizado pela ausência de interesse e finalidade na ótica hegemônica, o campo da estética é tradicionalmente visto como oposto ao campo do pragmático, no qual se desdobram os espaços e tempos das práticas cotidianas escolares. Aceitando o desafio desse aparente paradoxo, propomos investigar as práticas e discursos dominantes no cotidiano escolar que mantêm a estética exilada no nicho da arte outorgada e, no mesmo movimento, pouco considera as produções, criações e performances estéticas das diversas culturas que freqüentam, atravessam e tecem os espaços escolares. O percurso proposto começa pela discussão dos conceitos que estabelecem a arte como área exclusiva da produção estética – e assim reafirma a legitimidade dos acervos contemplados pelas “oficialidades do conhecimento”, – e avança discutindo as produções estéticas dos jovens estudantes, que, também, se revelam nos seus corpos, gestos e palavras, elementos, estes, formadores de parte considerável da imagética escolar. Defendemos que a estética torna-se muito mais central e significativa quando admitimos que, ao abranger o prático, ao refletir e informar sobre a práxis da vida, ela também diz respeito ao social e ao político (Shusterman); dessa maneira, a ampliação do conceito “estético” envolve, necessariamente, uma reconsideração do “belo”, liberando-o do isolamento das formas mais populares e contemporâneas de expressão cultural, possibilitando, por sua vez, elucidar muito do que emerge das produções estéticas da vida cotidiana. Produções também identitárias que se revelam potencialmente emancipatórias, visto que, de uma forma ou de outra, são movimentos táticos (Certeau), ou seja, formas de existência no campo das imposições dos discursos e ações da educação oficial. O espaço/tempo pesquisado pertence a um colégio público de ensino médio do Rio de Janeiro, no qual as práticas cotidianas de seus jovens protagonistas representam, a um só tempo, *táticas* de superação

(desvio ou contorno, mesmo que transitórios, das regulações dominantes) e *sentimentos de existir* (Todorov), potencialidades cujas elucidações, por sua vez, desafiarão ações pedagógicas fortemente comprometidas com a emancipação, indissociáveis, que são, da harmonia com tais potencialidades, ou seja, com o encontro e o acolhimento de diferentes estetizações da vida.

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE JOVENS ANTES E DEPOIS DA INTERNAÇÃO NA FEBEM

Marília Mastrocolla de Almeida, Rosalina Carvalho da Silva

Historicamente no Brasil, as políticas de atendimento aos jovens que praticam ato infracional têm caminhado no sentido de incluí-los em atividades de trabalho, uma vez que a sociedade percebe o jovem trabalhador como a antítese do infrator. Buscando contribuir com as discussões sobre esses modelos de atendimento, o presente estudo teve como proposta conhecer quais foram as estratégias de sobrevivência utilizadas por esses jovens para conseguir dinheiro e acesso aos bens de consumo antes e depois da primeira internação na unidade da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) da cidade de Ribeirão Preto. Foram investigados os tipos de atividades realizadas, as idades dos jovens e a duração de cada uma das estratégias, a quantia recebida e o destino do dinheiro e os motivos para a interrupção das atividades. Foram entrevistados 104 jovens internos na unidade de junho a agosto de 2000. A coleta dos dados foi realizada através do roteiro estruturado para entrevistas individuais e registros de notas em diário de campo. Dentre os resultados, observou-se que os jovens buscaram diversas alternativas legais e ilegais para ganhar dinheiro e ter acesso aos bens de consumo. Dentre as estratégias relatadas houve um predomínio das atividades ilegais como única estratégia. Dentre elas destacam-se, principalmente, o Trabalho Infantil e o Ato Infracional, unicamente ou como estratégia complementar à atividade legal. Observou-se também que a partir da primeira internação na FEBEM houve uma mudança na diversificação e na quantidade de atividades realizadas, pois, enquanto que a maioria das atividades relatadas antes da Internação, foi relativa ao subemprego, com baixos salários, em situação de exploração, risco e desrespeito pela condição de cidadão em desenvolvimento, após as demais internações, houve um predomínio da prática do Ato Infracional. As estratégias utilizadas por esses jovens tinham o propósito de oferecer autonomia econômica e possibilitar-lhes vivenciar a juventude, principalmente no que diz respeito à diversão e ao consumo. É necessário salientar que diante das condições de escolaridade e qualificação profissional, poucos tiveram o acesso às Atividades Legais que

atendessem suas necessidades, o que os levou a enxergar no ato infracional uma alternativa. Após a desinternação, em que se deu a entrevista, a maioria dos jovens relatava que pretendia realizar Atividades Legais semelhantes às realizadas antes da internação. No entanto, quando questionados sobre a possibilidade de escolha, muitos relataram o desejo de realizar atividades diferentes daquelas mencionadas ou daquelas oferecidas pelos programas profissionalizantes destinados a essa população.

AS MANIFESTAÇÕES DA CRISE-ADOLESCÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

Ana Maria Moraes Fontes

Acostumamo-nos a pensar que a adolescência é uma época, na vida do sujeito, propícia ao surgimento de crises. Na verdade, a adolescência não é um momento no qual podem aparecer algumas crises; a adolescência é, em si, uma crise. Uma crise constituída por não ter o adolescente um lugar simbólico, como tem a criança e o adulto. Esta é uma condição da nossa cultura. Não há registro de que o mesmo se dê em outras culturas. As culturas que antecederam a nossa e a ela deram origem não falaram de um mal estar próprio desta idade, entre a infância e a idade adulta. O mesmo se passa com as culturas denominadas tribais. Nestas outras culturas, diferentemente da nossa, a criança, tão logo esteja madura do ponto de vista biológico, passa a ser considerada um adulto com os direitos e obrigações que tal condição implica. Entre nós existe um espaço entre o amadurecimento biológico e o amadurecimento social e isto constitui a adolescência: um período no qual o sujeito não tem um lugar. Podemos, ainda, constatar que existe uma considerável diferença entre os adolescentes de hoje e aqueles de algumas décadas passadas; observamos, mesmo, um recrudescimento da crise, ou seja, da própria adolescência. E como poderíamos descrever o adolescente de hoje? Ele é um sujeito que tem pressa e não que se comprometer. Ele espera resultados rápidos e de preferência que estes resultados sejam alcançados sem esforço, quer dizer, o sujeito adolescente economiza a si mesmo em tudo o que faz. Esta condição do adolescente incide com significativas conseqüências no espaço considerado, na nossa cultura, como o espaço próprio para ele e as crianças, que é a escola. Assim, convivemos, hoje, no nosso país, com situações que estão se tornando cada vez mais rotineiras no espaço escolar: violência, depredações, rechaço da autoridade e baixo desempenho escolar. O que pretendemos discutir nesta comunicação é o motivo pelo qual justamente a escola veio a se transformar em palco para as manifestações destes sintomas que povoam a adolescência.

AS MÍDIAS DE INTERVENÇÃO JUVENIL COMO DISPOSITIVO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL NO BAIRRO RESTINGA, EM PORTO ALEGRE/RS

Deisimer Gorczewski

A pesquisa em andamento envolve a tríade juventude, mídia e violência e objetiva analisar as estratégias midiáticas construídas por jovens num bairro de periferia associado às marcas da violência, bem como investigar os aspectos que mobilizam o desejo da juventude por visibilidade-reconhecimento, mesmo que efêmeros. Este trabalho decorre das experiências e do convívio com jovens moradores do bairro Restinga, na cidade de Porto Alegre. Neste bairro, encontramos uma diversidade cultural, social e política que se anuncia tanto através das expressões de afeto e de alegria, principalmente, nas escolas de samba, no carnaval, nas rodas de capoeira, nas oficinas de arte e comunicação comunitária, no hip-hop, quanto com os territórios de conflitos, as gangues, o tráfico de drogas/armas, entre outras marcas da violência urbana. Ao focalizar os jovens que interessam à pesquisa, venho orientando o olhar para os que atuam criando, produzindo, circulando e compartilhando mídias – jornal, fanzine, rádio, vídeo e sites – denominando-as de mídias de intervenção juvenil. Observo, na atuação destes jovens, uma certa autonomia em termos de produção e circulação política, cultural e midiática. Esse processo vem sendo fomentado por diversos fatores, desde os mais gerais, como o acesso à grande mídia, até os cenários configurados pelos filmes que, recentemente, tomaram a cena urbana – “Uma onda no ar”, “Cidade de Deus” – as lutas e conquistas por políticas públicas voltadas para a juventude. No entanto, cabe frisar a importância das iniciativas singulares da comunidade que, distante 22 km do centro de Porto Alegre, sem acesso a salas de cinema, teatro, parques, etc., improvisa e recria formas de se manter informada produzindo e fazendo circular diversas mídias no Bairro, ao mesmo tempo que compõe sua imagem para além das marcas da violência, ultrapassando as fronteiras geográficas via os sites, vídeos que participam de mostras, oficinas em eventos nacionais e internacionais. Desse modo, interfere também na pauta da mídia local.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CARRO, DA VELOCIDADE E DO RISCO EM JOVENS

Ligia Claudia Gomes de Souza, Cynthia Clark

O objetivo deste estudo foi pesquisar as representações sociais do carro, da velocidade e do risco em dois grupos de jovens de 13 a 20 anos e realizar

comparações entre dois grupos de jovens pilotos e não-pilotos, entre o grupo de não-pilotos homens e não-pilotos mulheres, e finalmente entre os pilotos homens e os não-pilotos homens com a finalidade final de discutir o comportamento dos jovens no trânsito e o seu envolvimento em um alto número de acidentes. O referencial teórico que dá o embasamento a este trabalho é o da Teoria das Representações Sociais, enquanto a metodologia da Abordagem Estrutural das Representações Sociais foi utilizada para a definição das estruturas das representações sociais dos grupos. A comparação das representações sociais do carro entre os grupos de não-pilotos e de pilotos mostra que são valorizados aspectos diferentes do carro. Para os pilotos o carro é o instrumento da velocidade; os não-pilotos o vêem como um instrumento social que facilita a vida. Os não-pilotos homens e mulheres apresentam representações do carro semelhantes. A diferença entre eles é a ordem das idéias. Os não-pilotos homens representam o carro como um objeto social valorizado que facilita a vida, enquanto para as alunas mulheres, o carro é um instrumento que facilita a vida e que trás riscos se mal utilizado. Os pilotos e os não-pilotos homens valorizam aspectos diferentes do carro. Para os pilotos o carro foi representado como um instrumento de trabalho quando comparado aos não-pilotos homens que o representaram como um instrumento de valorização social entre os amigos. A velocidade foi representada segundo um critério de utilidade. Cada grupo organizou suas representações baseando-se na utilidade e nas vantagens da exposição à velocidade. O risco foi o objeto que apresentou mais diferença nas representações entre pilotos e não-pilotos. Foram observadas diferenças na qualidade e na quantidade do risco que cada grupo percebe. Os não-pilotos, homens e mulheres, apresentaram representações semelhantes para o risco. Os dois grupos ressaltaram as conseqüências negativas do risco. Os pilotos e os não-pilotos homens apresentaram representações diferentes do risco. Os homens destacaram as conseqüências negativas do risco, enquanto os pilotos representaram o risco como algo incômodo que deve ser evitado. A pesquisa propôs os pressupostos de um modelo de intervenção contra os acidentes no trânsito baseado nas características do grupo jovem, discutindo os modelos de intervenção existentes.

ASPECTOS INTERGERACIONAIS: INTERATIVIDADE AUDIOVISUAL ENTRE CRIANÇAS, JOVENS, PAIS E AVÓS

Maria Florentina Almeida Camerini

Trata-se de um estudo com pessoas oriundas das comunidades da Rocinha e Vila Canoas, que se reúnem semanalmente no salão paroquial da igreja católica de São Conrado, por um período de dois anos, para trocarem experiências e

informações sobre o desenvolvimento emocional da criança e do adolescente, assim como receberem a doação de uma lata de leite em pó. Inicialmente, o público desse trabalho da pastoral, seria constituído por mães. No entanto, o jovem de 12, 13 anos e avós são muito frequentemente os substitutos das mães quando estas necessitam faltar. Por isto, neste grupo tem-se a presença de bebês, crianças, jovens, pais e avós. Em 2003 defendi meu doutorado sobre um estudo com esse grupo da pastoral onde trabalho como psicóloga e coordenadora dos encontros, há 21 anos. Parti da idéia de que a subjetividade atual é constituída pelas imagens técnicas. A principal meta foi a tentativa de demonstrar a articulação entre a função da imagem como dispositivo técnico; seu lugar na mediação da experiência com a comunidade, e a construção de saber como um dos efeitos possíveis. Tomei como eixo de condução da investigação o conceito de exotopia (Bakhtin), pois ele indica que a visão que o sujeito tem de si mesmo é constituída pelo olhar e pela palavra do outro, considerando a posição espacial deste. Além disto, são observados outros subsídios teóricos, no sentido de apontar a contribuição de uma leitura crítica da organização contemporânea. Resumidamente, constatei que a imagem, no discurso da comunidade, mostrou ser, estrategicamente, uma modalidade de intervenção em vários aspectos: conferiu visibilidade a cada participante; instaurou discursividade de modo crítico sobre o sujeito, sobre o contexto relacional, sobre a história referida ao percurso existencial e ao *modus vivendi* atual, a uma vida digna e, enfim, à esperança de o vídeo despertar interesse e responsabilidade em outras instâncias que tem poder de resolução, também afetadas pelos conteúdos de seus discursos. A intervenção pela imagem forneceu ao grupo um processo de conscientização, pois a construção alteritária do diálogo dos participantes pode ser considerada como uma conquista não só como uma delimitação da responsabilidade de papéis, mas na ciência dos limites enfrentados. Para o JUBRA pretendo retomar alguns fragmentos deste trabalho, procurando, no exercício do olhar exotópico, buscar outros sentidos ali indicados que se identifiquem às questões dos jovens.

ATENÇÃO À SAÚDE DOS ADOLESCENTES: AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS MÉDICOS E ENFERMEIROS DAS EQUIPES DA SAÚDE DA FAMÍLIA, LONDRINA, PARANÁ

*Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari, Zuleika Thomson,
Regina Melchior*

Este estudo teve como objetivo analisar a atenção à saúde do adolescente prestada pelos médicos e enfermeiros das equipes da Saúde da Família, no

Município de Londrina, Paraná. A coleta de dados foi realizada no período de agosto a setembro de 2003. O método utilizado foi uma investigação descritiva quantitativa. Para a análise dos dados utilizou-se o programa Epi-Info 6.04d. O município contava com 188 profissionais (94 médicos e 94 enfermeiros). Desse total, 89 enfermeiros (94,7%) e 82 médicos (87,2%) participaram da pesquisa. Mais da metade dos médicos era do sexo masculino, com média de idade de 42,2 anos. Entre os enfermeiros predominou o sexo feminino, com média de idade de 33,9 anos. Grande parte dos médicos atuava há mais de nove anos na área da Saúde Coletiva, enquanto que a atuação de mais da metade dos enfermeiros, nessa área, era de menos de nove anos. Quase a totalidade dos enfermeiros e pouco mais de 50% dos médicos tinham mais de dois anos de trabalho na Estratégia da Saúde da Família. Quanto à pós-graduação, os enfermeiros foram predominantes na especialização em Saúde Coletiva; já o índice da especialização, nessa área, por parte dos médicos atingiu 45%. Quase a totalidade dos profissionais referiu que não havia um programa específico de atenção à saúde do adolescente no serviço, mas todos afirmaram prestar assistência para esse grupo etário, todos os dias e quase todos os dias. Pouco mais de 20% dos médicos atendiam adolescentes no pré-natal e na prevenção do câncer, cerca de 32%, atendia-os no planejamento familiar e aproximadamente 60% na prevenção de DST/Aids, orientando-os sobre o uso do preservativo, e pouco mais da metade orientava-os sobre a prevenção da gravidez. Cerca de 70% dos enfermeiros prestavam assistência aos adolescentes no planejamento familiar e orientavam-nos sobre a prevenção das DST/Aids e da gravidez, mais de 70% sobre o pré-natal e a prevenção de câncer e mais de 80% sobre o uso do preservativo. Evidenciou-se que mais de 80% dos profissionais consideraram prioritário desenvolver ações de atenção à saúde do adolescente no serviço. Diante dessas conclusões, considera-se necessária a implantação de um programa de atendimento específico para adolescentes no serviço de saúde do município, após treinamento e capacitação das equipes da Saúde da Família.

ATENÇÃO PSICOLÓGICA PARA AGENTES DE APOIO TÉCNICO DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE UM COMPLEXO DA FEBEM/SP

*Heloisa Antonelli Aun, Natalia Felix de Carvalho Noguchi,
Sáshenka Meza Mosqueira, Henriette Tognetti Penha
Morato*

Este trabalho apresenta experiências de Atenção Psicológica oferecidas a Agentes de Apoio Técnico (funcionários que estão em contato direto com internos no pátio e nas diversas atividades realizadas) de Unidades de Internação da FEBEM/SP, desenvolvidas em projetos de Extensão Universitária do LEFE/IPUSP. Em 2001, após conhecer a instituição através de cartografia institucional, iniciou-se o Plantão Psicológico, como metodologia interventiva, junto à equipe de Agentes de Apoio Técnico de uma unidade do Complexo. Nesses Plantões, confirmava-se o sofrimento humano, revelado durante a cartografia, produto de relações inquietantes numa dinâmica institucional de constante instabilidade frente a ações e reações do ser humano em situações-limite. Em 2003, a diretoria desse complexo procurou o LEFE manifestando preocupação com seu corpo de funcionários, enfatizando equipes de Agentes de Apoio Técnico das Unidades de Internação não contempladas pelo Plantão Psicológico de psicólogos e estagiários do LEFE. Parte considerável da equipe de agentes estava afastada das funções por licença médico-psiquiátrica ou trabalhando em condições emocionais comprometedoras ao desempenho profissional. Ocorrências de violência, física e psicológica, contra agentes no pátio das unidades faziam parte do cotidiano institucional, revelando falta de condições mínimas de saúde no ambiente de trabalho. Assim, a direção solicitava a ampliação do apoio do LEFE aos Agentes de Apoio Técnico. Após breve cartografia para conhecer as reais condições dos funcionários das unidades, ouvindo relatos próprios dessa experiência, clareou-se a demanda de cada nova unidade, iniciando-se a intervenção. Na unidade A, onde já havia Plantão Psicológico, optou-se por continuar essa prática. Nas unidades B e C, recentemente envolvidas em agressões físicas, provocadas por internos e pelos próprios agentes, ofereceu-se atendimento individual em Plantões aos agentes envolvidos nesses incidentes, fora da Unidade, mas no horário de trabalho. Encaminhamentos para Acompanhamento Psicoterápico Individual surgiram como resultado destes atendimentos em Plantão, revelando a necessidade da implementação de Plantão Psicológico para Agentes de Apoio Técnico no pátio. Finalizando, a proposta de Atenção Psicológica recebe pedidos de prática clínica em instituições já com uma atitude investigativa, para desvinculá-la de teorias normativas, possibilitando a construção de intervenção mais adequada, não institucionalizada, junto a todos os atores institucionais envolvidos.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA JUNTO A JOVENS EM PREPARAÇÃO PARA A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

*Tatiana Gomes da Rocha, Ticiania Santiago de Sá,
Mariana de Brito Lima, Monike Cordeiro Gouveia,
Narciso Lopes De Oliveira, Sicília Maria Moreira de Araújo,
Alessandra Araújo Farias*

O presente trabalho surgiu como proposta de atuação conjunta entre o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) e o Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), vinculados ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Esta atuação vem sendo realizada através de parceria com a Associação Comunitária Vila Mar, entidade que vem se destacando há mais de vinte anos pelo trabalho junto a crianças e jovens do bairro do Serviluz, em Fortaleza. O Serviluz é um bairro situado próximo ao cais do porto, atravessado pela pobreza e pelo desemprego, problemáticas acentuadas que repercutem no processo de constituição dos jovens que lá residem, vivenciando uma realidade marginal de prostituição infanto-juvenil, tráfico de drogas e incidências criminais. Diante dessa realidade, o projeto Vila Mar surgiu como iniciativa cristã que, em parceria com a Compassion, desenvolve atividades artísticas, desportivas e educacionais para um público de aproximadamente quatrocentas crianças e adolescentes apadrinhados. Uma das preocupações desse projeto diz respeito aos jovens mais velhos, próximos de se desligarem do programa, pois é comum o seu distanciamento das atividades promovidas e envolvimento com o contexto aversivo e repressor da localidade. O Vila Mar mantém também uma parceria com o governo estadual e empresas locais através do projeto Estágio Menor Aprendiz, que visa possibilitar o primeiro emprego aos jovens e assisti-los nesse processo. A partir dessas duas demandas, a equipe de estudantes articulou-se em dois grupos, ambos inseridos na perspectiva da Psicologia Comunitária, utilizando uma metodologia reflexivo-vivencial (Góis, 1993) realizada através de oficinas de arte, círculos de cultura, círculo de encontro, roda de conversa, dramatização, dinâmicas de integração grupal e vivências baseadas em exercícios de Biodança. Um dos grupos tem se dedicado ao trabalho com jovens de 13 a 15 anos, e vem se centrando nas significações dadas pelos mesmos à realidade do bairro, problematizando temáticas presentes no cotidiano dos adolescentes da comunidade, a fim de promover uma reflexão crítica, de forma que eles possam compreender-se como sujeitos sociais e históricos. O outro grupo integra o curso de capacitação do Estágio Menor Aprendiz, constituído por jovens de 16 a 17 anos e vem buscando construir com os jovens algumas reflexões

acerca do significado que o trabalho adquire para cada um, as repercussões do estágio ou a expectativa do mesmo em outros aspectos de suas vidas, tais como: relação com a família, com a escola, com a vivência na comunidade e promoção da cidadania.

BOAS PRÁTICAS E POLÍTICAS PARA JUVENTUDE

José Eduardo de Andrade, Josiane do Carmo Silva

O Brasil é reconhecido como um dos países que possui um dos mais completos ordenamentos legais e jurídicos do mundo no que se refere aos direitos da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, pautou-se na Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 20/11/89) e em outras convenções e tratados internacionais e regulamentou o artigo 227 da Constituição de 1998, que estabelece os direitos fundamentais da criança (pessoa até doze anos de idade incompletos) e do adolescente (pessoa entre doze e dezoito anos de idade). O ECA é a expressão do anseio político e social de integrar a infância e a juventude à cidadania. O presente trabalho pretende apresentar levantamento e análise de boas práticas do Projeto *Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano* desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que se destina a 55.563 jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social inseridos em famílias cuja renda per capita é de até ½ salário mínimo, com prioridade àqueles que estejam fora da escola, egressos de programas sociais (como o PETI), em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, ou oriundos de programas de atendimento de exploração sexual. Tem, assim, o objetivo de assegurar a participação ativa e efetiva do jovem na sociedade, propiciando condições para inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, integração à família e à comunidade, propiciar o protagonismo juvenil enquanto agente de transformação e desenvolvimento da comunidade, diminuindo, assim, os índices de violência, uso abusivo de drogas, DST/AIDS e gravidez não planejada, além de desenvolver ações que facilitem sua inserção no mundo do trabalho. A partir da identificação de oito experiências desenvolvidas em municípios das cinco regiões brasileiras, buscamos identificar aspectos direcionados à garantia da igualdade de direitos e ao fortalecimento de grupos mais vulneráveis (gênero, raça, renda, local de moradia, condição especial, situação de risco ou cumprimento de medidas socioeducativas).

CAMINHANDO EM SILÊNCIO EM BUSCA DE UMA VIDA: UM ESTUDO DE CASO CLÍNICO

Clarissa Gouvea Stein Lopes

O Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente – NESAs – no Hospital Universitário Pedro Ernesto – da UERJ – atende a uma clientela de adolescentes que provém, sobretudo, de comunidades carentes. Através do estudo do caso clínico do adolescente João, que vem sendo atendido pelo Serviço de Saúde Mental do referido setor, pretendemos articular o lugar desse adolescente em sua família e no contexto social em que vive, investigando, através da psicanálise, como está a função paterna para este adolescente e como vem caminhando seu tratamento no NESAs, marcado por longos silêncios e por reiteradas referências à falta dos pais. Com efeito, trata-se de um adolescente morador de uma favela próxima ao NESAs, cujo destino se sela de saída a partir de um contexto de grandes dificuldades econômicas, violência e descuido.

CAPACIDADES PSICOSSOCIAIS DESENVOLVIDAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO JOVENS DO PROJETO PEQUENOS GUIAS DO BOSQUE DA CIÊNCIA

Raquel Floriano Correia, Maria Inês Gasparetto Higuchi*

A participação social é um meio que possibilita aos jovens oportunidades de aprender e exercitar o direito da cidadania, resgatando valores como a solidariedade e a responsabilidade social. Para que tais valores permaneçam vivos e consistentes, é necessário que haja um processo de educação contínua e abrangente o bastante para incorporar aspectos da relação com o meio ambiente, uma das grandes preocupações da humanidade atualmente. Seguindo esses pressupostos é que o projeto “Pequenos Guias do Bosque da Ciência” (Parque Zôo-botânico) vem sendo realizado no INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), em Manaus, Amazonas. O projeto envolve jovens em atividades educativas centradas no princípio de formação integral e integradora, visando a construção de uma cidadania ambiental associada ao crescimento pessoal e social. Como espaço de transformação dos educandos há o estímulo para o desenvolvimento de capacidades psicossociais que inevitavelmente desencadearão relações ecológicas. Essa atuação psicoeducativa se materializa em atividades específicas de envolvimento interpessoal, na formação de habilidades

*PIBIC/INPA

sociais e na alteridade gradual de ações grupais. Acredita-se que quanto maior o estímulo para o desenvolvimento dessas habilidades, maior será a possibilidade de uma mobilização social para a busca de soluções para os problemas ambientais. Quando o educando se torna Guia do Bosque da Ciência, ele se apropria de um espaço que é muito mais que um espaço físico; é um espaço social de reconhecimento, uma conquista, onde através de seu empenho, vai internalizar sua valorização pessoal e aumentar sua auto-estima. A condição de “guia” passa a ser um exercício referencial para conquistas de outros espaços sociais. A comunicação verbal vem a ser uma das habilidades que abrem portas para um efetivo sentimento de inclusão social. Ter alguém que esteja atento e interessado em sua mensagem, poder ser “ouvido”, atua como um importante elemento de desinibição e enriquecimento pessoal. Esse “ter voz” se renova e é fator de inclusão na sociedade, condição que muitas vezes lhe é negada ou imposta pela condição de *ter menos*. E é nesse exercício, nesse despertar, construído gradualmente na participação ativa no grupo, que o jovem se apropria de sua condição cidadã de distinção e reconhecimento, tão necessárias para se sentir realmente incluído. Essa conquista do espaço social, mediado pelo espaço físico, o transforma em sujeito de sua própria história. Nesse lugar, ele re-elabora sua identidade e passa a considerar o mundo como também seu, podendo assim, melhor cuidar dele.

CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Augusto Caccia-Bava Júnior

As estatísticas brasileiras, produzidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) indicaram, no ano de 2002, a existência de 20,1% da população do País, constituída de jovens de 15 a 24 anos. Essa referência populacional, como categoria analítica, constituiu-se num grande avanço, por separar, oficialmente, a população juvenil da infantil, nas bases institucionais nacionais de dados estatísticos. Pode dar conta da quantificação de distintas experiências juvenis, presente, no âmbito da cidadania, muitas vezes tratadas como demandas indiferenciadas. No entanto, do ponto vista histórico, no século XX, década a década emergiram outras e diversas categorias analíticas, que permitem o estudo da juventude, em profundidade e em dimensão nacional. No processo abolicionista a rebelião é referência. Nas primeiras décadas do século, na formação do partido comunista, a militância político-partidária; na Semana de Arte Moderna de 22, a contestação estética e cultural. Na organização da juventude integralista, a integridade moral; na formação da UNE, o caráter nacional, presente na organização do movimento. Na constituição da pasto-

ral da juventude católica, a convicção doutrinária; na organização dos jovens integrantes aos movimentos negros, a resistência à discriminação; nos carapintadas o enfrentamento à corrupção instituída. Entre os jovens escoteiros, a capacidade da educação não-formal, entre outros. Em cada experiência juvenil constituem-se os fundamentos históricos das categorias analíticas. Assim, as categorias de rebelião, militância, contestação, integridade moral, formação doutrinária, movimento político, resistência, rebeldia, enfrentamento, educação não-formal, dão conta da identificação concreta de grupos e práticas juvenis que se distinguem de outros. Por exemplo de crianças ou adultos. Elas permitem a superação de parâmetros dominantes, como adolescência, menoridade, período de moratória, transição, como de outros: identidade, consumismo, individualismo. Ao longo do século XX, do ponto de vista histórico prevaleceu a juventude como categoria social protagonista, diante de outras como: ator social, grupo social, agente social, empreendedor, por exemplo. No final do século XX e início do XXI esse protagonismo aponta para o reconhecimento do valor histórico da formação política da juventude, destacando-se, como experiência maior, os encontros de juventude do MST, abrindo perspectiva para a pesquisa e o estudo da juventude integradas a movimentos de luta pela terra, para além do universo urbano.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO NEPAD / UERJ: A JUVENTUDE CARIOCA E O USO ABUSIVO E INDEVIDO DE DROGAS

S. Izecksohn, J.A.S. Neto, E. M. Canarim, D. J. C. Becho

O Centro de Convivência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao uso de Drogas da Universidade do Rio de Janeiro (NEPAD/UERJ) foi concebido visando à reintegração social do usuário de drogas. Priorizando a expressão e otimizando as potencialidades individuais, através do estímulo às normas elementares do convívio social apresenta-se a percepção do sujeito como cidadão capaz de atuar coletivamente, em oposição ao seu alijamento social. O espaço funciona dentro do referencial clínico do NEPAD/UERJ que visa o respeito à singularidade do sujeito que faz uso indevido ou abusivo de drogas. Oriundos em sua maioria de comunidades de baixa renda participam juntamente a uma equipe multidisciplinar de oficinas e projetos, todos com vistas à produção científica sobre o uso de drogas pela juventude carioca da contemporaneidade. Em parceria com outras instituições, este setor participa da elaboração e do desenvolvimento de alternativas à institucionalização do jovem usuário de drogas, favorecendo através do convívio o contato com outros jovens sem en-

volvimento com as drogas em um ambiente que a reinserção escolar, além de propiciar o acesso à informação sobre o assunto, com vistas a uma maior conscientização. A presença de profissionais do NEPAD/UERJ capacitados para o trato dessa população visaria acolher a demanda emergente, no próprio espaço, proposta essa alternativa ao encaminhamento imediato dos jovens aos núcleos públicos especializados. O principal objetivo deste projeto seria buscar parcerias com a comunidade a fim de inserir o jovem num contexto mais amplo em termos sociais, culturais, profissionais e educacionais, mantendo um ambiente constante e acolhedor, em oposição à sedução do tráfico de drogas e a estigmatização dos jovens usuários. Surgindo como espaço de experimentação, onde as relações sociais e o estímulo à expressão de potencialidades possam ser mediados pela instituição. Ao privilegiar dispositivos extra-hospitalares como parte da assistência ao usuário de drogas, torna-se um recurso capaz de funcionar como alternativa à internação, acolhendo o paciente no espaço institucional e permitindo a manutenção dos laços familiares e o convívio com o seu meio. Buscando atender as necessidades da clientela de maior permanência no serviço, além do período dedicado ao tratamento ambulatorial, oferece oficinas terapêuticas, como um lugar de transformação de materiais como metáfora à modificação da realidade material e subjetiva do usuário, que implica o sujeito na ação, desde a concretização de uma idéia, até a resolução dos problemas de aproximação, conhecimento e mudança, envolvidos com o processo terapêutico.

CHEGA JUNTO, CARA. HOMENS JOVENS E SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DO USO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PELA POPULAÇÃO MASCULINA JOVEM

Dario Córdova. Co-autores Gary Barker, Marcos Nascimento, Márcio Segundo, Christine Ricardo

Pesquisas demonstram que, por um lado, os homens jovens são menos propensos a usar os serviços de saúde do que as mulheres jovens e, por outro, os serviços não estão preparados para atender as especificidades desta população. Neste contexto, o Instituto Promundo, em colaboração com a SMS (PROSAD) do Rio de Janeiro e o NESA/UERJ, com apoio técnico e financeiro da OPAS/OMS, promoveu uma iniciativa para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de saúde para a população masculina jovem envolvendo pesquisa, capacitação de equipe de provedores, elaboração de material informativo, implementação de ações e avaliação. A intervenção ocorre em 3 comunidades de baixa renda e contempla dois níveis de atuação. Do lado da oferta, pode-

mos citar o desenho e a implementação de estratégias para tornar os serviços mais adequados e atrativos para os homens jovens, tais como horário de atendimento diferenciado, atuação de promotores de saúde, capacitação de profissionais e estabelecimento de redes comunitárias. Do lado da demanda, a criação de estratégias de comunicação para atrair os homens jovens para as unidades de saúde, tais como o uso de uma linguagem mais próxima da cultura juvenil, como o grafite, o teatro e o esporte, por exemplo. Resultados iniciais mostram que mudar a atitude dos provedores em relação aos homens jovens é um desafio. Um outro ponto diz respeito à presença da mãe (ou responsável) como acompanhante do homem jovem quando esse vai à unidade. Em ambos os casos, o Projeto produziu um material informativo específico para cada um desses grupos. O estabelecimento de parcerias entre as unidades de saúde, escolas, organizações de base comunitária e outros projetos sociais se revelou como uma estratégia importante para a promoção de saúde entre a população masculina jovem.

CIRCULANDO NA VIDA E NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA NA PERIFERIA URBANA

Carla Beatriz Meinerz

O tema desenvolvido neste trabalho tem o objetivo de refletir sobre a vivência da adolescência na periferia urbana, situando-a nos marcos da cultura em geral e da instituição escolar em específico. Tal tema encontra-se no contexto de uma investigação em andamento no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa “Educação, culturas, memórias, ações coletivas e Estado”, sob orientação da Professora Doutora Jaqueline Moll. O foco de tal investigação trata do fenômeno de adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) que vão para a escola, mas resistem em participar das aulas, circulando pelos espaços institucionais ou simplesmente passando a maior parte do tempo no pátio. Os sujeitos da pesquisa são representantes de uma forma própria de viver a adolescência, num contexto social de inclusão precária, experimentando o movimento constante em suas práticas dentro do espaço escolar. A análise de tais práticas estão aqui relacionadas com o conceito de circulação de adolescentes dentro das redes sociais estabelecidas entre grupos populares desenvolvido em pesquisas da antropóloga Cláudia Fonseca, assim como com o conceito de nomadismo, fundamentado em autores como Alberto Melucci e Zygmunt Bauman.

“COISA DE JAPONÊS”: CULTURA POP NIPÔNICA COMO MEIO POSITIVO DE SOCIALIZAÇÃO

André Luiz Correia Lourenço

A juventude é uma transição de difícil demarcação e compreensão para participantes e outros envolvidos (família, escola, etc.). As capacidades apresentadas pelos jovens escapam às classificações adultas, não sendo vistas como socialmente aproveitáveis, ocorrendo uma marginalização dos saberes juvenis – vistos pejorativamente. O saber em torno da cultura *pop* japonesa (muito visível nas unidades de ensino em que trabalho e/ou trabalhei) é um desses exemplos, pois é constantemente desvalorizado por pais e professores. Essa postura atinge os *otakus*, aficionados por desenhos animados (*animês*) e revistas em quadrinhos (*mangás*) japoneses que buscam sentido e socialização através do culto a produtos culturais japoneses. Suas preferências são alvo de deboche e seus conhecimentos sobre as mesmas (cartas *clow*, séries *fuku-satsu*, *mangás shojo* versus *shonen*, etc) são tratados como futilidades, para não dizermos inutilidades. É verdade que esse culto é marcado por objetos de consumo (estojos, baralhos, bonecos, etc.), todavia também há o interesse pela *cultura*: escrita em *kanjis* (ideogramas), *história* do Japão, arte nipônica (*origami*), *culinária* (*sushis*, *sashimis*, etc.), entre outras coisas – temas que podem ser trabalhados positivamente. Tal interesse leva à formação de grupos de discussão, de encontros, etc; espaços onde se compartilham experiências e criam-se símbolos de identificação – lugares onde fortes laços de solidariedade dão suporte às descobertas (sociais e individuais) necessárias à elaboração de identidades e projetos de vida. Os jovens investem tempo e afetividade nesses agrupamentos, tendo orgulho em ostentar seus símbolos, etc. Essa união em função do fascínio pelo Japão, não pode ser descartada como sendo apenas uma possível força negativa (desvalorizada por certo simplismo/preconceito), ela pode ser positiva – aparecendo como lugar de valores nobres. Mais do que uma imagem “fantasiosa” do Japão, os jovens brasileiros buscam um universo onde amizade, esforço, honra, etc. ainda seriam valorizados – cabe lembrar que são ideais fundamentais na formação ético-moral do aluno. Quando o professor conhece, ainda que minimamente, essas referências, ele faz os alunos se sentirem valorizados, pois um representante da cultura “oficial” trata com respeito o seu objeto de afeição. Ele ganha maior respeito, sendo tido como estando aberto para o novo e para o diferente (não está aí a questão do reconhecimento do direito à alteridade?), facilitando a dinâmica professor-aluno. Ao invés de tentar deter a invasão nipônica, o meio escolar deveria aceitá-la e trabalhá-la como mais um dos conteúdos que o aluno traz para a sala de aula.

COMBATE À INCIDÊNCIA CRIMINAL: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Edilaine Kátia Alves, Flávio Augusto Ferreira de Oliveira, Karine Fernanda Perondi, Marcos Vinícius Teixeira Paim, Maria Tereza Claro Gonzaga, Paula Vanalli, Pedro Henrique Pietsch Bavia

Este projeto é realizado em parceria com a Prefeitura do Município de Sarandi/PR, através da Secretaria de Ação Social, com a participação de uma professora orientadora, seis acadêmicos do curso de psicologia da Universidade Estadual de Maringá e três psicólogas. Caracteriza-se pela preparação dos acadêmicos para uma prática de intervenção pautada no combate à incidência criminal dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), projeto socioeducativo de jornada ampliada (contra-turno) que atende crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos, proporcionando a possibilidade da realização de um fazer social condizente com a ciência psicológica e a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes do programa. Tem como objetivo proporcionar aos alunos uma reflexão acerca da realidade socioeconômica na qual estão inseridos e de seus direitos como cidadãos, para que busquem formas de ação que propiciem uma vida digna. Além disso, procura-se instigar o Poder Público a desenvolver Políticas Públicas que possam beneficiar essa população. Para tanto, realizou-se o cadastramento dos adolescentes do PETI na faixa etária de 12 a 16 anos e visitas prévias no intuito de conhecer e estabelecer vínculos com a população e com os educadores e identificar as temáticas que pudessem ser trabalhadas no decorrer do projeto, mediante o interesse desta população. Com os dados e conhecimentos obtidos, iniciou-se a intervenção com as seguintes temáticas: sexualidade e cidadania, através de aulas expositivas, palestras de autoridades locais, visitas a setores públicos, teatros, dentre outras atividades que poderão surgir conforme necessidades e conflitos da população alvo. Planejou-se 37h/a sobre sexualidade e estamos na 17h/a, que estão sendo ministradas para 4 turmas de 20 alunos, sem ocorrência de problemas e instigando a participação de todos; planejou-se 24h/a para cidadania e estamos na 10h/a, pois nas primeiras semanas houve necessidade de mudar as estratégias didáticas devido a solicitação dos próprios alunos. A partir daí, constatou-se que o estabelecimento de vínculo foi adequado e que as aulas ministradas estão possibilitando o processo de cidadania dos participantes do programa, no sentido de oferecer aos mesmos a oportunidade de lutar pela reformulação de políticas públicas que atendam suas necessidades básicas de forma digna e proporcionem melhorias na qualidade de vida das crianças e adolescentes do PETI.

COMO ACABA A ADOLESCÊNCIA CONTEMPORÂNEA? UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FINALIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA ENTRE JOVENS DE BAIXA E MÉDIA RENDA

Marisa Cunha Marques, Antônio Marcos Chaves

Os períodos referidos por diversos autores para definir a fase de desenvolvimento chamada de adolescência raramente coincidem. Embora variem com relação à faixa etária, são unânimes quando descrevem o que determina o início da adolescência: os fenômenos pubertários, ou seja, a aparição das primeiras características sexuais secundárias. No entanto, quando se busca definir o final da adolescência o mesmo não acontece, pois embora os fenômenos pubertários tenham um fim, eles por si só não são suficientes para estabelecer o final da adolescência. Embora inicie com a puberdade não se restringe a ela. Mas como acaba, o que determina seu fim? A resposta a essa questão já aparece, há mais de 20 anos, relacionada ao aspecto sociocultural. Durante muito tempo os sistemas sociais eram transmitidos de maneira constante, muitas vezes rígida, entre as gerações. Com o desenvolvimento industrial e a conseqüente aceleração na transmissão de informações, a tarefa do adolescente ficou ainda mais complicada. Se por um lado ganhou espaço ao perder a rigidez de outrora, por outro perdeu certos códigos pré-estabelecidos, referências culturais que lhe davam sentido ao marcar as etapas de passagem. Dessa forma, o adolescente conta cada vez menos com o apoio das comunidades social e familiar, essas também modificadas pelas novas constituições da modernidade, dificultando ainda mais o trabalho do adolescente, na medida em que ele deve ajustar-se não apenas a seus próprios problemas, mas também aos da sociedade. Assim, numa sociedade onde a descontinuidade no condicionamento cultural é privilegiada, fazem-se necessários rituais ou algum tipo de reconhecimento público desse atravessamento. Dessa forma, esse estudo teve como objetivo investigar a representação social que os adolescentes atuais têm de si mesmos, do adulto, da finalização da adolescência e se esta inclui rituais de passagem ou substitutos que sirvam de marcadores desse atravessamento. Para isso, foram entrevistados 24 adolescentes entre 14 e 24 anos, de baixa e média renda. As entrevistas, semi-estruturadas, giraram em torno da definição do adolescente, do adulto, do fim da adolescência e da identificação de possíveis rituais de passagem contemporâneos. A análise das informações revelou a existência de duas representações sociais do adolescente, uma referida à criança e outra referida ao adulto. Do adulto foi encontrada apenas uma representação. O fim da adolescência está maciçamente identificado ao ritual de passagem contemporâneo – o primeiro emprego.

COMO OS JOVENS BRASILEIROS ESCOLHEM TRABALHAR NA PESQUISA?

R. C. R. Louzada, J. F. Silva Filho

Neste trabalho foram tomadas as produções de P. Bourdieu (1989, 2001) para pensar como são realizadas as escolhas que culminam na decisão de trabalhar com pesquisa. Utilizamos especialmente a noção de ordenação, caracterizada como um processo contínuo de socialização, que se efetiva na formação escolar/acadêmica, marcada por inúmeros ritos. Objetivo – Tentou-se identificar as formas com essa escolha profissional tem sido feita em nosso meio, a partir de relatos de um grupo específico de pesquisadores em formação. Método – Trata-se de pesquisa qualitativa, onde foram feitas entrevistas abertas, com 21 pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) de ambos os sexos, matriculados num mesmo programa de pós-graduação. Este programa, de excelência, inseria-se na área biomédica e funcionava numa universidade pública brasileira. As entrevistas foram conduzidas nos moldes do método biográfico, gravadas, integralmente transcritas e submetidas, posteriormente, à avaliação de conteúdo (Bardin, 1987). Para este trabalho foi analisado apenas o tema “escolha da profissão”. Resultados – Os relatos revelaram diferentes modos de escolher o trabalho de pesquisador: vários pós-graduandos apresentavam *interesse anterior* por pesquisa e relacionavam isto a: *características pessoais, entrada precoce na pesquisa e incentivo do orientador*. Outros pós-graduandos *não apresentavam qualquer interesse* por pesquisa até que receberam convites (de colegas, professores ou pesquisadores estabelecidos) para envolvimento na atividade (incluindo bolsas). Conclusões – Nossos achados indicam que a escolha da atividade de pesquisa como profissão é um processo social que envolve muitas variáveis. Pudemos perceber que, nesse programa de pós-graduação, o que mais importava era a relação com a pesquisa. Não era incomum, por exemplo, a permanência de um aluno por muitos anos em um único laboratório. Durante esse tempo o aluno era acompanhado constantemente, e a partir daí, encaminhado (ou não), em função de seu desempenho, para o processo seletivo da pós-graduação. A escolha da atividade acadêmica/pesquisa, portanto, parece ter relação íntima com o processo de ordenação ao qual esse aluno se submete, e este só pode ser compreendido a partir da organização do campo/trabalho científico.

COMPANIA CIRANDEIRA NO PROCESSO DO PROJETO CIRANDA BRASILEIRA

Mabel E. Botelli

O Projeto Ciranda Brasileira é desenvolvido desde 2001 pelo Instituto de Arte TEAR, que opera com uma metodologia construída ao longo de 24 anos pela Escola de Arte TEAR. O Instituto é uma ONG que desenvolve um amplo programa de arte-educação e formação cultural vinculado ao exercício de cidadania. O Projeto contempla adolescentes de escolas públicas da Grande Tijuca, Rio de Janeiro, em situação de vulnerabilidade social. Um aspecto significativo do processo de trabalho foi a criação, em 2004, da CIA Cirandeira, Companhia Artística de caráter profissionalizante, que constitui uma síntese da expressão do Projeto e a forma pela qual este se exterioriza e se relaciona com comunidades populares, círculos artísticos-culturais e educativos. O trabalho de formação organiza-se em três níveis: o primeiro oferece os fundamentos das linguagens artísticas; o segundo aprofunda as linguagens e o terceiro tem caráter profissionalizante, sendo a própria CIA Cirandeira. Os participantes percorrem variadas oficinas de arte integradas e articuladas, tendo um eixo temático comum, além de participarem de fóruns de discussão de temáticas pertinentes ao universo juvenil. O Projeto trabalha com os vários sentidos da arte, quais sejam: como campo específico de conhecimento, como socializadora, meio de autoconhecimento e expressão, como mobilizadora de subjetividades e coletividade. Consideramos estas qualidades da arte fundamentais para uma educação cidadã, pois a partir do exercício da arte se torna possível não só os jovens se apropriarem das linguagens artísticas, como alcançarem o conhecimento de si, o reconhecimento de seu lugar no mundo, e particularmente, de que fazem diferença na construção deste mundo. Neste sentido, o trabalho não se resume a uma “ocupação de tempo” ou puro entretenimento, mas proporciona que os alunos se preencham vivenciando a arte nas suas dimensões ética, estética e de conhecimento. É com a subjetividade dos alunos que dialogamos, pois acreditamos que não se criam mudanças com palavras de ordem, mas com ritos de passagem, quando se sai de um ponto para chegar a outro, redimensionando o conhecido e o vir a ser. Há um exercício de construção contínua de saberes entre professores e alunos alicerçado em valores de cooperação, solidariedade, respeito e cuidado. Assim, o Ciranda Brasileira tem como princípio a arte como centralidade no processo de formação de sujeitos de direito, de desejos e de conhecimentos, autores de sua própria história e construtores de uma nação que dialogue com a diversidade e tenha espaço para uma juventude crítica e criadora.

COMPARTILHANDO CRENÇAS: OS IMPASSES DE UM ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DE UMA ADOLESCENTE E SUA MÃE

Mariana Bteshe

É notório que as transformações corporais e psíquicas são inerentes a adolescência, razão da importância do trabalho multidisciplinar. Há um ano acompanho o caso de Joana, no Núcleo de Estudos sobre a Saúde do Adolescente (NESA) da UERJ como residente em psicologia, concomitantemente com a nutrição e o serviço social. A adolescência é o momento em que o sujeito se depara com a responsabilidade de seus atos e com a reificação de seu desamparo fundamental. É através da percepção dos limites reais do outro, isto é, da falha parental, que o adolescente encontra-se face a face com a sua própria cisão. Para tanto, é importante que este possa pouco a pouco abandonar, mesmo que parcialmente, as identificações imaginárias com os pais que foram internalizadas. Diante desta desidealização, o adolescente se vê obrigado a fazer novas escolhas identificatórias, contando apenas com seu próprio arsenal simbólico. Um trabalho psíquico de elaboração há de ser feito. O papel dos pais é portanto essencial, pois a ausência de uma falha parental vem atrelada a impossibilidade do sujeito de fazer este trabalho. A partir da apresentação do caso de Joana, que compartilha crenças delirantes com sua mãe, faremos uma reflexão acerca dos impasses encontrados no atendimento psicanalítico da adolescente realizado no ambulatório do NESA. Acompanhamento que acabou por mobilizar diferentes profissionais, transformando-se em um atendimento compartilhado. Pretendemos discutir o encaminhamento do caso no interior do ambulatório, nos questionando quanto ao nosso lugar. Como nossas intervenções podem ajudar Joana a mediar este aprisionamento na fantasia materna? Como atender a adolescente sem levarmos em conta o deslocamento produzido na subjetividade de sua mãe com as mudanças na filha? Como lidar com a angústia gerada na equipe neste encontro com a loucura?

COMUNICAÇÃO PAI-FILHO EM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS COM DROGAS E COM O CONTEXTO DA JUSTIÇA / PROJETO FÊNIX

Cristiane Barbosa Di Bernardo Zuim, Juliana Borges dos Santos, Carla Dalbosco, Eliane Seidl, Maria Fátima Olivier Sudbrack

A dificuldade de comunicação entre pai e filho é referenciada na literatura como um dos principais fatores presentes em famílias de adolescentes envolvidos com o contexto das drogas e da Justiça. Esta pesquisa teve como objetivo traçar um panorama de algumas características na comunicação pai-filho, presentes em famílias de adolescentes envolvidos com drogas, no contexto da medida socioeducativa no Distrito Federal. Os dados foram colhidos a partir de prontuários de registros de entrevistas de avaliação familiar realizadas ao longo do projeto Fênix, um projeto piloto de atendimento de cem adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco pelo envolvimento de drogas e suas respectivas famílias, realizado junto ao PRODEQUI, sob demanda da Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Estado de Ação Social. O banco de dados foi montado a partir de 59 prontuários dentro de um universo de 101 adolescentes atendidos pelo programa nos anos de 2002 a 2003. Foi utilizado o programa SPSS como recurso de tratamento e análise quantitativa dos dados envolvendo diversas categorias, entre elas a de comunicação pai-filho em níveis qualitativos e quantitativos. A partir dos resultados obtidos, observou-se, entre outros, a presença de rigidez nas regras e papéis presentes no sistema familiar, ausência de intimidade emocional, diálogo superficial e uma relação descrita como “distante”. Observou-se também uma alta incidência de casos de alcoolismo do pai, concomitante a um distanciamento, desqualificação e a uma exclusão da figura do pai. Há ainda referências a situações de violência intrafamiliar nas quais o adolescente relata medo, mágoas e sentimento de abandono. Muitos adolescentes não mantêm nenhum tipo de contato com o pai, apresentam relação conflituosa com o padrasto e tem outras figuras de referência que assumem este papel paterno. Em alguns casos observados, verificou-se que em muitas famílias há a dificuldade de estabelecimento de limites e regras ao adolescente por estas famílias onde a falta do pai deixa suas marcas profundas. Ao mesmo tempo, este pai revela seu próprio sofrimento por este afastamento afetivo do filho e seu drama pessoal, familiar e social no descaminho do desempenho da paternidade. A partir destes resultados percebe-se a importância da implementação de intervenções que ofereçam um espaço de apoio, continência e troca que possam ampliar os canais de comunicação e expressão de afetividade, ressignificando os sintomas e potencializando os recursos familiares.

COMUNIDADES E UNIVERSIDADE: CONSTRUÇÕES E INTERLOCUÇÕES DE JOVENS EM OFICINAS DE VÍDEO

Amana Mattos, Elaine Juncken, Lucia Rabello de Castro

O presente trabalho avalia e discute o desenvolvimento da oficina de vídeo do sub-projeto de extensão intitulado 'Jovens pelos Jovens', realizada pelo NIPIAC, em que dois grupos de jovens de duas comunidades do Rio de Janeiro foram convidados a participar. A proposta da oficina teve como objetivo a elaboração de um vídeo pelos próprios jovens coordenado pelas autoras e por um professor da ECO/UFRJ. Os encontros foram realizados na UFRJ e propiciaram um espaço de escuta, de troca e de discussão das questões vivenciadas em suas comunidades. Discutem-se também as dificuldades encontradas num trabalho que uniu pesquisa, a aprendizagem da técnica envolvida na produção e edição do vídeo e a intervenção clínica, já que propiciou deslocamentos subjetivos por parte de todos os envolvidos no trabalho, tanto jovens como coordenadores. A oficina de vídeo teve duração de 6 meses, contou com a participação de 14 jovens e teve como desdobramento o vídeo "Mandando a Real".

CONSELHO TUTELAR DE MARINGÁ: INTEGRANDO AÇÕES EM REDE NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

João Batista Martins, Rosana Ravelli Parré

O objetivo desse trabalho é apresentar alguns resultados de pesquisa desenvolvida junto ao Conselho Tutelar de Maringá-PR. Ela foi realizada através da participação em reuniões com o colegiado de Conselheiros e representantes da rede de atendimento e proteção à criança e ao adolescente do município. Foi com o Estatuto da Criança e do Adolescente que se criaram mecanismos democráticos de aplicação e fiscalização de direitos e deveres desta população. Assim, a compreensão da perspectiva de atuação em rede está sendo fundamental o principal horizonte de trabalho para o desenvolvimento de ações de proteção integral. Nesse contexto, o Conselho Tutelar, na medida em que tem como missão cumprir e fazer cumprir as determinações alçadas na lei, passa a desempenhar um papel fundamental na consolidação desta rede de atenção. No entanto, articular e mediar diversos setores da sociedade com este propósito não tem sido um empreendimento fácil, bem como distinguir os casos que necessitam ser abordados no âmbito das políticas públicas, da solidariedade social, de outros que envolvem conflitos de natureza jurídica. Tal dificuldade ficou mais clara quando, nas reuniões de que participamos, verificamos vários aspectos do problema: o não-reconhecimento da necessidade

do desenvolvimento de ações concomitantes entre os setores que compõem a rede de atendimento; a falta de avaliação dos efeitos dos encaminhamentos e parcerias; a indicação de ações não integradas o que incorre geralmente na duplicação de encaminhamentos; altas expectativas entre as partes; falhas de comunicação; a falta de planejamento estratégico para o setor; etc. Identificado o lugar do Conselho Tutelar, entendemos que o seu desafio no interior da rede está em avançar em ações de cunho preventivo e educativo. No que tange a garantia do direito à Educação, tarefa que envolve todo o sistema social (a escola, Conselho Tutelar, Estado, família, sociedade ...) observamos que os setores envolvidos apresentam resistência em somar esforços, diferenciar e assumir cada um seu respectivo papel e manter um espaço de diálogo entre si. O cotidiano do Conselho Tutelar pesquisado, por sua vez, convive com os efeitos da incompreensão do seu papel/função, pois ainda é percebido como órgão de repressão ou coação, recebendo, por exemplo, muitos encaminhamentos incorretos, problema associado à falsa idéia de que ele mesmo é um programa de atendimento ou uma entidade de assistência. No que tange a rede de atendimento notamos um certo comprometimento em sua consolidação, pois não há clareza quanto ao papel das entidades/setores envolvidos no processo.

CONTEXTUAIS E PRAGMÁTICOS: OS RELACIONAMENTOS AMOROSOS NA PÓS-MODERNIDADE

Jacqueline Cavalcanti Chaves

Este trabalho é um produto da Tese de Doutorado submetida ao corpo docente da Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu objetivo era estudar os relacionamentos amorosos sob condições pós-modernas. Para tal fim, recorreu-se a uma bibliografia multidisciplinar e foi feita uma pesquisa de campo que consistiu em entrevistas realizadas com jovens cariocas de classe média, de 18 a 25 anos de idade. A partir deste estudo, concluiu-se que o cenário social no qual os relacionamentos se dão é caracterizado, sobretudo, pela instabilidade e pela insegurança propiciadas pela ênfase dada à flexibilidade, à pluralidade, ao tempo presente, à mudança e à liberdade individual entendida como viver como bem quiser e ter opções. Neste cenário, o convívio social é marcado tanto pela indiferença e apatia diante do outro quanto pela solidariedade e empatia, marcado pela flutuação entre escassez e excesso, tédio e êxtase, solidão e pertencimento. As vivências afetivo-sexuais oscilam entre, de um lado, a superficialidade e a satisfação das sensações, e, de outro, a profundidade e a satisfação do sentimento formando um campo amoroso sincrético no qual, a princípio, é possível deslizar livremente. Esta alternância é facilitada pela ausência de regras e normas claras,

fixas e rígidas que restrinjam as possibilidades de se ter satisfação sentimental e sexual. Na atualidade, não existe um modelo amoroso dominante que seja imposto sobre todos ou um discurso que pretenda unificar as várias práticas afetivo-sexuais. Não há um projeto social amplo, a ser construído em longo prazo, e no qual as práticas amorosas se encaixem. O que há são projetos ou perspectivas mais individuais orientados, sobretudo, para o bem-estar e o prazer próprios alcançados, preferencialmente, em curto prazo. Assim sendo, o indivíduo se torna o único ou o principal regulador de suas práticas afetivo-sexuais, o que dá a ele uma grande liberdade para experimentá-las e gerenciá-las. O contrato que ajusta a convivência com o outro é flexível, contextual/particularizado, pragmático, e passível de ser alterado ou rompido a qualquer momento, por qualquer uma das partes, em função das condições reais de vida de cada um deles, do contexto e da situação em que cada um está inserido. Então, é necessário constantemente construir estratégias para se lidar com as diversas e próprias expectativas e necessidades, e para se negociar com o outro.

CONVIVENDO COM A HOSPITALIZAÇÃO DO FILHO ADOLESCENTE

Lindalva Carvalho Armond, Magali Roseira Boemer

Este estudo teve como proposta desvelar facetas da essência do significado de conviver com a internação de um filho adolescente sob a ótica dos pais, considerando ser esta uma das minhas inquietações no cotidiano da prática docente assistencial. Fundamentando-me no referencial fenomenológico e à luz da analítica existencial de Martin Heidegger, mantive encontro com quinze pais de adolescentes que, no período de agosto a outubro de 2002, habitavam as Unidades de Internação do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. A análise dos depoimentos obtidos nesses encontros, interligadas às minhas vivências e às leituras realizadas, possibilitaram a construção de quatro categorias temáticas que sinalizam a essência desse conviver: 1-o impacto da doença na família, 2-os sentimentos vividos pela família e a adaptação no mundo hospitalar; 3-a religiosidade e a presença dos amigos no enfrentamento da hospitalização; 4-as transformações do filho. A compreensão do vivido pela família, acompanhando o filho doente, sinaliza para uma assistência de enfermagem contemplando o binômio família e filho, tendo em vista o SER com todos os seus sentimentos, conflitos e vivência e considerando o desvelamento do fenômeno que aponta o impacto que é conviver com a internação de um filho e quanto isso os afeta em todas as esferas do seu existir. Ao refletir sobre a experiência dos pais contemplo ainda, a necessidade de pensar o adolescente e sua família como um ser-aí, sendo-no-mundo e sendo-no-mundo-com-os-outros.

CORPO E IDENTIDADE: ESTUDO FUNCIONAL DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES CRIADAS EM ORFANATO

Geny de Oliveira Cobra

Esta apresentação foi inspirada em minha pesquisa para a dissertação de mestrado, realizada na PUC/Rio, em 1998/99, sobre corpo e identidade. Na esfera teórica, trabalhamos com a teoria energética de Wilhelm Reich, procurando sistematizar a partir do corpo a organização ontogenética da percepção e consciência. Para a aplicação dessa teoria no trabalho de campo, elegemos o segmento ocular como o responsável pela organização do contato com o self ou vida interna, e com o mundo ou ambiente externo. Para tanto, realizamos a pesquisa de campo com um grupo de nove a onze adolescentes do sexo feminino que cresceram em orfanatos. A duração da pesquisa foi de 14 meses com encontro de uma hora e trinta minutos por semana. Este grupo foi composto por jovens de 13 a 18 anos, que estavam vivendo na Casa Rosada, um dos projetos da Organização não-governamental CEBBES-Rio – Conselho de Entidades de Bem-Estar Social do Rio de Janeiro. O trabalho com o grupo de adolescentes foi realizado na própria Casa Rosada. Os encontros do grupo consistiram em um espaço onde se discutiu sobre: sexualidade, os métodos de prevenção de gravidez, assunto de maior preocupação no momento de vida destas jovens. Durante este período trabalhamos a ausência da família, a questão da adoção e a relação emocional das adolescentes entre si e com o grupo. A visão de si mesmas e de seu corpo foi feita através de trabalhos com fotografia, desenhos e com o espelho, colocando em questão a imagem corporal e a identificação com o gênero feminino. A observação e o estudo do grupo de adolescentes com o auxílio dos trabalhos aplicados sobre a imagem corporal das mesmas, permitiu-nos verificar as eleições de modelos identificatórios e transformar suas imagens e fantasias estereotipadas do ser feminino.

CORPO E SOCIABILIDADE NA ADOLESCÊNCIA: CONSTRUINDO IDENTIDADES, MARCANDO FRONTEIRAS

Cláudia da Silva Pereira

Entre as conclusões da dissertação de mestrado intitulada “Patricinhas da Zona Sul: adolescência nas camadas médias cariocas”, defendida em 2003, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS-UFRJ), o corpo é destacado como um agente importante na construção das identidades entre adolescentes do sexo feminino. Partindo de um estudo analítico sobre a Revista Capricho, dirigida a este público, revela-se o padrão estético adulto

como dominante entre estas adolescentes, gerando a busca por um ideal de corpo que entra em conflito com a própria transitoriedade do momento social e biológico por que passam. Nas páginas da revista, em matérias sobre moda e beleza, ficam claros os critérios de classificação que interferem diretamente na forma com que os adolescentes se identificam entre si e que acabam por gerar representações baseadas em valores distintivos estéticos que se refletem na sociabilidade. Na adolescência, a inserção social é fundamental na construção das individualidades, o que é reforçado por dados coletados durante a pesquisa, através de 100 questionários aplicados, e que apontam para hábitos e preferências relacionados à sociabilidade. Além disso, revelou-se, no discurso das pesquisadas, a prática de um controle que tem na categoria de acusação “patricinhas”, expressão diretamente relacionada à valorização da aparência física, uma fronteira social.

CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INCESTUOSO: SINÔNIMO DE MÃE CULPADA?

Rosana Morgado

Debater sobre o papel da mulher/mãe, face ao abuso sexual incestuoso constitui o objetivo principal deste trabalho. As qualificações freqüentemente encontradas, na literatura, nos pareceres profissionais ou no senso comum de negligente, omissa, passiva, cúmplice ou conivente, não se apresentam como satisfatórias. Em nossa perspectiva de análise, nenhuma delas possibilita a explicitação de quem são, nem a real apreensão do que vivem, estas mulheres/mães, face ao fenômeno. Ao analisarmos a função materna nas diferentes sociedades, conceituar as mães como mulheres/mães tornou-se um recurso fundamental para problematizarmos, com base na perspectiva das relações de gênero, os limites e possibilidades que elas têm de enfrentar os desafios a elas apresentados. Os sentimentos vividos por estas mulheres/mães, como elas se representam, o que nos dizem suas histórias de vida e as exigências sociais a elas dirigidas, têm sido questões desconsideradas pela literatura, dando lugar, tão somente, à ênfase sobre a culpa de não ter exercido a função protetora de mãe. Esta proposição nos conduz a necessidade de problematizar a centralidade da função materna na sociedade brasileira. Associada a valorização do exercício da maternidade, as mulheres passam a ser responsabilizadas de forma exclusiva, o que se traduz em culpabilização, por tudo o que se relacione com sua prole e sua família.

O presente trabalho tem assim por objetivo somar-se aos demais interlocutores que buscam trilhar o caminho do “estranhamento”, com vistas à ruptura de processos de dominação / exploração. Problematizar a postura da

mulher/mãe face ao abuso sexual incestuoso possibilitou identificar uma interseção entre a violência doméstica contra a infância e a violência doméstica contra a mulher. Cabe sinalizar que, longe de considerar que as condições de subordinação da mulher frente ao atual ordenamento das relações de gênero delimitam apenas limites de enfrentamento e ruptura, ao mesmo tempo a frequência de relações de violências que marca as trajetórias destas mulheres/mães irrompe como uma dimensão que não pode ser menosprezada. Em sua maioria são mulheres que se referem a um processo de isolamento emocional; sentem-se envergonhadas, traídas e sem saber como agir. Da perspectiva aqui adotada, o enfrentamento e a ruptura constituem-se em processos que se realizam simultaneamente individual e coletivamente, nos quais propostas político-profissionais têm um papel preponderante, fortalecendo psicologicamente e com infra-estrutura adequada as mulheres/mães.

CRIANDO UM ESPAÇO DE INTERVENÇÃO NA DÍADE MÃE-FILHO

Adriana Bisi e Danielle de Andrade

No ambulatório do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente-NESA, localizado no Hospital Universitário Pedro Ernesto-HUPE/UERJ, a equipe de Saúde Mental recebe diversos pedidos para avaliação e para o atendimento de adolescentes, os quais são encaminhados através dos profissionais de saúde, principalmente, pela Clínica Médica e pelo Serviço Social do NESA. Os pedidos são acolhidos e são feitas entrevistas iniciais com o adolescente e os pais ou responsáveis para se pensar a direção do tratamento. Em alguns casos, o pai e/ou a mãe também ficam em atendimento, tendo em vista a dinâmica observada na relação entre o adolescente e os mesmos e a constatação de que muitas vezes, as questões depositadas no adolescente, são particulares aos pais, tendo estas uma função de “neblina”, evitando que os responsáveis se deparem com suas próprias angústias. Portanto, é importante escutar a demanda inicial de tratamento, mas ao mesmo tempo, interrogá-la, não a aceitando sem que antes seja feita uma avaliação. Desta forma, não trabalhamos com pais ou mães simplesmente, mas com o sujeito José, Ana, Maria e suas histórias singulares. Porém, como oferecer um espaço individual para que estes sujeitos possam falar? Como dizer a eles que é importante escutá-los e não apenas atender aquele que seria o “portador de um problema”? Criatividade talvez seja uma saída. Neste trabalho, vamos destacar a importância de escutar os pais não apenas no que diz respeito ao seu filho, mas também oferecendo um espaço para que possam falar sobre si, criando estratégias para que isso seja possível. Para tanto, ilustraremos esta situação com fragmentos de casos clínicos, onde

foi fundamental que a mãe fosse atendida em espaço distinto ao do filho, para que ambos pudessem emergir como sujeitos, se posicionando frente às queixas atribuídas, inicialmente, apenas ao adolescente.

DA TEORIA À PRÁTICA, EXPERIÊNCIAS DE UM LABORATÓRIO DE PESQUISA: A SENSIBILIDADE

*Nyrma Souza Nunes de Azevedo, Nilma Figueiredo
de Almeida*

O Laboratório do Imaginário Social e Educação (LISE) é um espaço destinado à realização de pesquisas, estudos e seminários. Criado em 1989, vem buscando sistematizar a relação entre Educação e Imaginário Social em suas múltiplas possibilidades de articulação, através da cooperação e integração com pesquisadores de diferentes instituições e áreas afins. Para Jung, cognição e emoção são inseparáveis, psique e matéria formam uma unidade múltipla, diferenciada e complexa. A partir do inconsciente, de suas imagens e símbolos, originam-se todas as formas de conhecimento e cultura. Refletir, planejar, organizar estratégias, usar o conhecimento previamente adquirido, acessar informações relevantes, tudo isto está impregnado de imagens que levam a um processo criativo. Em Wallon também se encontra a visão de homem como uma integração de corpo e mente, onde a emoção é o fundamento para o cognitivo. A função da arte é buscar um sentido para a vida, é a possibilidade da experimentação que integra aspectos opostos. Desenvolvendo a sensibilidade, a criatividade, enfim, o aspecto emocional, o indivíduo alia ao seu aspecto racional, a intuição (aspecto irracional). Desta forma o homem se descobre, se transforma, renova valores, atitudes e atua de forma criativa na cultura. Pode-se, portanto, promover maior integração da aprendizagem ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo através de uma práxis relacional (homem/mundo), educativa, crítica e transformadora, onde a arte, exigindo a habilidade de integração entre as linguagens verbal, não verbal e seus significados simbólicos, amplia os recursos de expressão que o homem possui fazendo com que sua intervenção, através de instrumentos culturais no ambiente, promova transformação. O LISE tem promovido diferentes experiências culturais visando a ampliação da sensibilidade através de rodas de leitura, oficinas de poesia e de contos indígenas, além do Projeto Arte Educa, desenvolvido na FE por três anos e encerrado em 2004. Este projeto envolveu 12 estagiários licenciandos da UFRJ que ofereceram à comunidade, como atividade de extensão, oficinas de expressão corporal, folclore, cinema e artes plásticas, além de estudos instrumentais de espanhol e francês.

DE BOAS INTENÇÕES O INFERNO ESTÁ CHEIO: UMA ANÁLISE DE INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS DA GRANDE VITÓRIA/ES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Gilead Marchezi Tavares

O trabalho foi elaborado a partir da experiência desenvolvida na disciplina Psicologia Social Comunitária III do Curso de Psicologia da FAESA (ES), cujo objetivo é favorecer aos alunos o conhecimento de estratégias sociais de enfrentamento da exclusão. Como docente, acompanhei os alunos em visitas a instituições e orientei os trabalhos escritos que continham relatório das visitas e das entrevistas realizadas e considerações pautadas na literatura acerca da exclusão social no país. Dos grupos de trabalho orientados, três objetivaram conhecer perspectivas de atuação de três instituições filantrópicas de cunho religioso que atendiam crianças e/ou adolescentes das classes populares ou em situação de abandono em municípios da Grande Vitória/ES (Cariacica, Vitória e Vila Velha). Duas delas atendiam crianças e adolescentes de até 16 anos de idade em meio período diário e ofereciam alimentação e algumas atividades alternativas às escolares. A outra instituição, situada em Vitória, cuidava, em regime de internato, de crianças do sexo feminino de até 11 anos, órfãs ou retiradas de seus pais através de ordem judicial. Tendo em vista que o desafio que se impõe a educadores e profissionais da infância e juventude é o de favorecer microsistemas que possam ampliar as alternativas futuras de tais indivíduos, as instituições foram analisadas a partir de seus projetos e contextos sociais (estrutura física, metodologias, atividades, crenças e valores, etc). A análise dos relatórios das visitas e das entrevistas subsidia o entendimento de que as instituições pesquisadas, embora atentas à problemática do modelo assistencial, ainda configuram-se como obras assistenciais e morais, ou seja, possuem reminiscências da idéia de criança pobre como carente e incapaz de desenvolver resiliência e da concepção de oficinas de trabalho como formas de ocupação da mente (“mente vazia, oficina do diabo”) em vez de potencialização do jovem pela valorização do seu saber-fazer e do fortalecimento da rede de relações sócio-afetivas pelo sentimento de coletividade. A presença maior de voluntários em contraposição à escassez de profissionais capacitados para o serviço pode servir como fator de manutenção de tais idéias. As instituições visitadas cumprem uma função em caráter de urgência, como a alimentação das crianças, mas o impacto que produzem no desenvolvimento a médio e longo prazo não parece ser muito diferente do que o que elas teriam fora dali, uma vez que são reproduzidos ideologias e estereótipos (constituintes das subjetividades) que vinculam pobreza e banditismo e/ou vagabundagem, por exemplo, através da culpabilização dos pais pelo “infortúnio” das crianças.

DE COMO SE CONSTITUI A DEMANDA NOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO: A FUNÇÃO DOS DISPOSITIVOS JUDICIAIS

José César Coimbra

Em que medida os procedimentos judiciais podem influenciar na definição de demandas nos casos de adoção? Na cidade do Rio de Janeiro é expressivo o número de requerentes nos processos de habilitação para adoção que buscam uma criança com menos de dois anos de vida, branca e de sexo feminino. Diversas considerações poderiam ser feitas acerca dessa configuração. Contudo, quer-se aqui apreciar a hipótese de que restrições impostas ao grau de liberdade na escolha do perfil do adotando poderiam – dentro de certos limites – criar novos tipos de demanda. Deve ser entendido sob a expressão ‘novos tipos de demanda’ não apenas uma alteração imediata no plano das coordenadas relativas a sexo, cor de pele e idade. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa inicial de dissociar a imagem da criança daquela de um objeto de consumo. Na mesma medida, os desdobramentos obtidos com os trabalhos realizados junto aos requerentes têm como alvo um segundo tipo de dissociação: aquela em que as tentativas de concepção – muitas vezes pautadas em técnicas de reprodução assistida – separam-se dos pressupostos da adoção. Tal distinção é o ponto de base a partir do qual a criança imaginada sob o signo da impotência – e referendada pelo discurso da ciência – poderia dar lugar ao encontro de uma criança no campo da realidade. Esse deslocamento coaduna-se com os referenciais do paradigma da proteção integral presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais sinalizam a importância de se pressupor um sujeito em germe na mais imatura criança. O estudo realizado tem como alguns de seus balizadores a portaria 7/2004 da 1ª Vara da Infância e da Juventude referente à habilitação para adoção na cidade do Rio de Janeiro, e a análise comparativa entre o ECA e os dispositivos legais franceses no que tange à adoção.

DE JOMTIEN A GENEBRA – A EDUCAÇÃO DE JOVENS DIANTE DAS METAS INTERNACIONAIS

Gabriela Rizo

Este ano de 2004, em Genebra, ocorreu a 47ª Conferência Internacional de Educação, cujo tema é “Uma educação de qualidade para todos os jovens: Desafios, tendência e prioridades”. Porém, o estabelecimento de metas mundiais para a educação de jovens no século XXI – principalmente para aque-

les excluídos da educação formal em sua infância – vem sendo feito desde a Conferência Mundial “Educação para Todos”, em Jomtien/Tailândia em 1990. O direito pleno a educação é objetivo essencial para as nações na luta em prol do desenvolvimento. Em Hamburgo, em 1997, isso foi enfatizado como forma de construir-se uma cultura de paz. Porém, quanto aos jovens – sobretudo os de baixa renda – falta muito aos países em desenvolvimento para cumprirem, através de seus sistemas formais de educação, o sonhado em tais conferências. Embora estas tenham colocado pontos relevantes a serem tratados, no que diz respeito às necessidades de aprendizagem básicas dos jovens no mundo globalizado, dado a engugamento da máquina estatal no Brasil e em outros lugares de nossa região, a criança vem sendo priorizada no setor educativo formal. Ainda que grande parte da educação dos jovens continue sendo realizada pelos sistemas estatais de educação, e que a Unesco considere que a ampliar o número de jovens que freqüentam do ensino médio na América Latina é prioridade para o desenvolvimento da região, preencher as necessidades básicas de aprendizagem da população jovem brasileira conta hoje com a parceria dos organismos da sociedade civil, e de órgãos internacionais. Este trabalho tem como objetivo apresentar de maneira genérica o que foi estabelecido pelas Nações Unidas quanto à educação de jovens em 1990 e 1997, observando como isso se desenvolveu até hoje, sobretudo no Brasil. Ao mesmo tempo deseja-se aqui refletir sobre as demandas estabelecidas na mais recente reunião da ONU sobre o tema, a 47ª Conferência Internacional de Educação, comparando-as com o que foi colocado anteriormente, no sentido de responder a pergunta: o que mudou em termos de quadro mundial? A partir daí, analisando o documento de base para a discussão da conferência de setembro de 2004, se visa observar como as Nações Unidas compreendem a construção de parcerias entre os Estados membros, organismos internacionais e setores da sociedade civil (incluindo o setor privado) para a realização da Educação dos jovens como direito humano e cumprimento das complexas necessidades básicas da aprendizagem para nossa era.

DEZ HISTÓRIAS DE RESPOSTAS POSITIVAS A UMA SOCIALIZAÇÃO DE RISCO

Regene Brito Westphal

A socialização do indivíduo será sempre o resultado de sua interação com uma dada realidade sociocultural. No caso das crianças e adolescentes em situação de rua entende-se que seu comportamento de risco muitas vezes é reativo à forma como são vistos e tratados pelos agentes sociais que interagem em seu

processo de socialização. Este trabalho é parte dos resultados de uma pesquisa de doutoramento em Saúde Mental, que buscou uma interface com a educação de crianças / adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Com tese defendida, em 2001 no Instituto de Psiquiatria da UFRJ, a pesquisa se constituiu numa análise da trajetória de vida de dez jovens entre 18 e 21 anos, ex-meninos(as) de rua com comportamento de risco, que a partir de intervenções socioeducativas, conseguiram efetuar mudanças pessoais e sociais. Através do levantamento das histórias de suas vidas antes, durante e depois das ruas, foram identificados, principalmente, os fatores sócio-culturais que influenciaram positiva e negativamente no seu processo de socialização, assim como a qualidade relacional dos principais atores sociais que interagiram em cada etapa de seu desenvolvimento: família, comunidade, escola, grupo de amigos, instituições e educadores sociais. Recorrendo às teorias sobre o comportamento adolescente buscou-se analisar as subjetividades contidas no comportamento de risco por eles apresentado, assim como a influência de fatores sócio-culturais pode ser impeditiva da construção de uma identidade social saudável e plena. Os dados obtidos revelaram como o preconceito, a discriminação e o estigma podem se constituir como risco à saúde mental, principalmente para crianças e adolescentes, indivíduos que ainda se encontram em formação. Revelam também que, muitas vezes, o comportamento de risco, apresentado por adolescentes e jovens, e freqüentemente considerado como ameaça social, não é determinante na constituição de suas personalidades. É episódico e temporário, relacionado aos sintomas próprios da adolescência, exacerbados ou não pelas condições sócio-culturais que envolvem suas realidades existenciais. Que meninos (as) de rua nem sempre são irrecuperáveis. As histórias do grupo estudado é uma amostra de que uma interação social positiva pode ser decisiva na inserção, ou não, de crianças e jovens, socialmente vulneráveis, em uma lógica social mais saudável. Demonstrou a importância da capacitação de agentes educacionais numa perspectiva de promoção e prevenção à saúde mental, e que as propostas pedagógicas, formais ou informais, devem sempre levar em consideração que a verdadeira ameaça social não está nas crianças e adolescentes de rua, mas na forma inadequada de intermediarmos a relação criança / mundo.

DIAGNÓSTICO DA REDE DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

Maria Izabel Calil, Vera Lúcia Alves dos Santos

Apresentação dos resultados da Pesquisa realizada pelo Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos durante os anos de 2002 e 2003, com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre a política metropolitana de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nos 9 municípios da Baixada Santista. Os dados analisados foram obtidos por meio de visitas e entrevistas com conselheiros tutelares, técnicos e coordenadores de diferentes programas e serviços que dão atendimento a esta população, referindo-se a: identificação da instituição (tipo, origem dos recursos, número de funcionários, composição e qualificação da equipe, formação continuada e supervisão da equipe); tipo de atendimento oferecido (critérios de atendimento, origem da clientela, capacidade de atendimento, trabalho realizado, duração do atendimento, encaminhamentos, ações de prevenção); atuação em rede (integração com outros serviços, divulgação do serviço junto à população, desenvolvimento de ações conjuntas). A partir do diagnóstico sobre a adequação do atendimento às necessidades regionais e sobre o nível de atuação em rede são elaboradas propostas concretas de ação, com vistas à inserção da Universidade na construção e operacionalização de uma política metropolitana de enfrentamento à grave problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, voltada à implementação e fortalecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CAPACITAÇÃO PERMANENTE NA ÁREA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Ana Carolina Jacinto, Fátima Regina Fabril, Lucília Amaral Fontanari, Maria Teresa Claro Gonzaga, Helena Maria Ramos dos Santos

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná em virtude das discussões sobre a necessidade de se consolidar as conquistas legais na área social como de fundamental importância para efetivar as Políticas Públicas, estabeleceu como prioridade a formação continuada de profissionais, conselheiros tutelares e municipais (da criança e adolescente, da assistência social, idoso e PPD – Pessoa Portadora de Deficiência) e demais

peças que trabalham na área da criança e do adolescente. Desta feita, desde 1999 vem sendo desenvolvido o Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência, que atualmente encontra-se na IV Etapa, vinculado e desenvolvido através da Universidade Estadual de Maringá, que, com esta parceria atende 94 municípios, efetivando o processo educativo cultural e científico. O detalhamento pedagógico deste Programa de Capacitação contempla sete módulos com conteúdo programático amplo, totalizando carga horária de 290 horas (distribuídas em 16 horas semanais num período de 6 meses) para instrumentalizar os participantes a exercerem efetivamente sua participação nas instâncias deliberativas e assegurar os direitos sociais, políticos e civis garantidos nas legislações (Constituição Federal; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social; LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Lei Orgânica da Saúde). Este Programa tem como objetivo criar espaços permanentes de discussões, debates para contribuir para implantação e implementação do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, na sua promoção, controle e defesa, propiciando condições para a criação de políticas públicas intersetoriais e interinstitucionais com centralidade nas demandas familiares, fomentando e fortalecendo a criação das redes sociais de atendimento às famílias e a criança e adolescente. Para tanto, o Programa estabelece como resultado final a elaboração do Diagnóstico Participativo e da construção do Mapa Inteligente por cada município para identificação das áreas de riscos e da rede de atendimento, possibilitando assim, o desenvolvimento de um processo de reflexão sobre a realidade local, suas problemáticas e prioridades, consolidando a participação da sociedade civil no planejamento, execução e monitoramento das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes.

DROGADIÇÃO E ATOS INFRACIONAIS ENTRE JOVENS NA VOZ DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI DO DF

*Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira, Maria Fátima
Olivier Sudbrack*

O trabalho apresenta os resultados de pesquisa de dissertação de mestrado em psicologia clínica, defendida em 2003 pela primeira autora e orientada pela segunda, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. A pesquisa fundamenta-se teórica e metodologicamente nas abordagens sistêmica e psicossocial. Partimos do pressuposto de que, em contexto de pobreza e exclusão social, a drogadição na adolescência não se limita a uma dependência do sujeito em relação ao produto, mas compreende outros níveis de dependência, colocadas pela

literatura sistêmica como sendo dependências relacionais, o que promove a inserção do jovem no circuito da delinquência. Esses níveis de dependência consideram todas as relações que os usuários possuem no seu cotidiano de aquisição e de consumo de drogas, quais sejam: dependências relacionais afetivas (relações familiares), dependência do fornecedor, do provedor e dos pares, além das dependências das crenças e dos efeitos do produto propriamente dito. O objetivo do estudo foi descrever e discutir a relação entre estes níveis de dependência e a prática de atos infracionais entre jovens, na perspectiva do adolescente em conflito com a lei. A metodologia utilizada foi qualitativa. Os dados foram coletados através de 29 entrevistas semi-estruturadas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais, no contexto da Vara da Infância e Juventude de Brasília. Foi utilizado instrumento de mapeamento das redes sociais, de autoria da segunda autora, ampliado pela primeira para os objetivos desta pesquisa. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo do tipo construtivo-interpretativo. Os resultados apontam várias conexões entre os níveis de dependência relacional e o ato infracional, descritos em diversas categorias que revelam a complexidade das relações entre a drogadição e a prática de atos infracionais entre jovens. A conclusão analisa as implicações das descobertas da pesquisa para intervenções preventivas e de tratamento com a clientela de adolescentes em situação de risco psicossocial, destacando a necessidade de um trabalho de intervenção em rede.

E ASSIM NASCEU UM PROJETO VOLTADO À SAÚDE DO ADOLESCENTE

*Mônica Tereza M. Mascarenhas, Fábila Lisboa da Silva,
Maria de Lourdes Viana de Araújo*

Pretende-se através desse trabalho, apresentar como nasceu um projeto relacionado à saúde do adolescente, articulando uma escola, um serviço de saúde e a universidade. Através de um vínculo já estabelecido entre o serviço de saúde (Policlínica e Programa Médico de Família de uma área do município de Niterói) e uma professora do curso de medicina da Universidade Federal Fluminense, dá-se uma parceria para a realização do evento “Coisas de Mulher” no mês de maio deste ano. A escola estadual localizada em frente ao serviço de saúde é convidada a participar do evento na presença de alguns alunos e professores. As atividades se deram através de dinâmicas que pudessem enfatizar os temas sexualidade, métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A avaliação da atividade identificou a necessidade de um retorno à escola e até da continuidade de algum trabalho, principalmente, em função da discussão feita pelos adolescentes em torno de alguns

temas. O que demonstrou sua vulnerabilidade a alguns problemas, o que é também apontado por outros autores. Começou-se a discutir, então, um projeto na perspectiva do que apontam as discussões nacionais, tanto em relação aos temas, como em relação ao trabalho intersetorial, e para que se pudesse ir além de sempre alguém externo à escola, levar uma discussão de um tema para os alunos e depois se retirar, embora isso também possa se fazer necessário. Pautamos, então, a proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação através da idéia dos temas transversais. Vêm ocorrendo algumas reuniões com os professores da escola, os quais têm se mostrado dispostos e interessados. Resgatou-se um trabalho já realizado por outra área da universidade na mesma escola e numa linha de pensamento semelhante. O envolvimento e o vínculo construído já demandaram duas atividades com os alunos, uma no dia mundial contra o tabaco, e outra inserida na disciplina de Ciências para uma turma específica, sempre buscando uma metodologia em que eles sejam sujeitos participantes. E todas essas perspectivas de trabalho passaram a fazer parte de um projeto maior “Atenção à Saúde do Adolescente” na região em questão.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: HABILIDADES EM LEITURA E ESCRITA

Iara Rosa Farias

O processo de leitura e de escrita está na base da formação da cidadania. Numa sociedade em que se exige cada vez mais habilidades nesses processos, a Educação e seus protagonistas centrais, professores e alunos, enfrentam o desafio de se constituírem enquanto sujeitos. Se por um lado há todo um discurso que reconhece a importância desses processos na vida de ambos, por outro lado as condições precárias em que se vê colocada a Educação constitui um contra-discurso figurativizado em contra-senso. Neste cenário, professores e alunos buscam meios para desenvolver suas capacidades de leitores e de escritores. No entanto, o sujeito habilitado a ler não é aquele que decodifica palavras, mas aquele que entende o sentido segundo o contexto em que se apresentam. O sujeito habilitado a escrever sabe que as palavras de um texto visam a construção do sentido. Mormente os esforços feitos que se constituem no cotidiano escolar, vemos ainda um ensino ainda muito mais voltado às questões gramaticais, de cunho sintático. Ensina-se o aluno a analisar frases e é exigido que ele se torne um leitor e, ainda, que tenha uma escritura eficiente. Para habilitar a ler e entender o sentido de um texto é preciso buscar mostrar o que se observa nele, isto é, apontar as organizações feitas para constituir o sentido. A mesma ação pode ser aplicada para o processo da

escrita. Ao escrever o sujeito-autor busca construir o sentido por meio de procedimentos discursivos. Alguns fazem isso de forma mais ou menos intuitiva, outros não conseguem constituir-lo porque não o entendem. O trabalho que apresentaremos visa a tratar, de maneira geral, dessas questões, utilizando-se dos estudos da Lingüística e da teoria do discurso, a Semiótica de origem francesa. Nosso objetivo é contribuir com reflexões e ações para Educação visando a cidadania.

EDUCAÇÃO PELO TRABALHO

Reivani Chisté Zanotelli

O Programa de Educação pelo Trabalho, atende 150 jovens entre 14 e 18 anos, moradores dos diversos bairros do município de Conceição de Macabu/RJ. Os jovens possuem baixo nível sociocultural. A renda mensal de 30% da família desses jovens é de um salário mínimo, enquanto 70% sobrevivem de outras atividades temporárias. Este programa surgiu do resultado de um levantamento realizado através de escolas, agentes comunitários de saúde, sociedade civil organizada, onde foram detectados adolescentes necessitando de atividades laborativas, que pudessem estar desenvolvendo suas habilidades para inserção no mercado de trabalho. Assim, esses adolescentes trabalham em atividades produtivas e ocupam o tempo ocioso. O programa visa em suas ações contribuir para: a conquista de direitos por meio do exercício da cidadania como resultado de um processo histórico; a participação dos jovens na vida social, política e econômica, inseridos no mundo do trabalho exercendo assim, a cidadania; como expressão de identidade, trabalhar a sensibilidade como facilitadora para o reconhecimento e valorização da capacidade de cada jovem aumentando assim, sua auto-estima. Trata-se de um programa que prioriza ações que possam contribuir decisivamente no crescimento dos jovens como pessoas no mundo do trabalho, oferecendo-lhes a oportunidade de aprender uma profissão, bem como um espaço de diálogo para a superação de desafios. Assim, o Programa de Educação pelo Trabalho, tem como objetivo, estruturar, encaminhar, orientar os jovens para enfrentar a diversidade do mundo do trabalho, expondo princípios comuns a todos eles, considerando suas responsabilidades e obstáculos a enfrentar. O Programa de Educação pelo Trabalho conta com oficinas de marcenaria/ carpintaria, padaria, artesanato, culinária, laticínios, informática educativa, reciclagem de papel e educação ambiental (horta) e visa através destas, incentivar e dar suporte na ampliação do universo de conhecimentos desses adolescentes por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer, durante o período complementar ao da escola, ou seja, na Jornada Ampliada. Ao final dos treinamentos propostos pelo progra-

ma, os jovens estarão habilitados a ingressar no mundo do trabalho, dentro da responsabilidade que lhe cabe na promoção e inclusão social de segmentos vulnerabilizados pela situação de pobreza e risco social.

ESCRITA E IDENTIDADE JUVENIL: O MOVIMENTO HIP HOP EXISTENTE NO BAIRRO RESTINGA EM PORTO ALEGRE/RS

Gisele Santos Laitano

Desenvolvi esta pesquisa como dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Rego; tendo como objetivo interpretar a produção textual escrita no Movimento Hip Hop existente no bairro Restinga, em Porto Alegre. Para tal fim, apresento o Movimento Hip Hop quanto a sua localização, tanto no mundo quanto no bairro, inserindo-o dentro dos atuais processos globais e processos locais atuantes no tempo presente. Faço uma abordagem histórica do Movimento, bem como da sua estruturação interna. Faço uma descrição fenomenológica do Movimento Hip Hop no bairro, centrada nas questões qualitativas estabelecidas dentro do mesmo, o qual cria uma identidade e um território. Interpreto a produção textual escrita presente no Movimento Hip Hop, existente no bairro Restinga, a partir da geograficidade e da subjetividade presentes na escrita em questão, adentrando na Geografia Pessoal dos sujeitos. O núcleo de tal geograficidade é interpretado pelos conceitos de vivência, juízo e transformação da hermenêutica de Gadamer. Tal hermenêutica possibilitou-me defrontar com o mundo vivido por esses jovens, com suas emoções, afetos, rituais, dores, perspectivas e não-perspectivas, laços, solidariedades, redes de significação, enfim, com o agir simbólico desses, o qual é construtor e partícipe do espaço reticulado, onde as fragmentações espaciais trazem novas cartografias e novas dinâmicas sociais. As relações entre passado/ presente/ futuro e expressas na produção textual dos jovens envolvidos com o Movimento Hip Hop, explicitam o seu universo cultural e seus códigos de pertencimento, o qual é revelador dos processos de formação de identidade(s) juvenil(is) em áreas periféricas das metrópoles contemporâneas. A relação explicitada pela abertura hermenêutica, entre os sujeitos do Movimento Hip Hop e suas escritas evidencia ações as quais constroem e, ao mesmo tempo, constituem o espaço. Enfim, apresento as múltiplas influências plausíveis/possíveis através da produção poética desses jovens num quadro onde os sujeitos através de suas ações põem em construção o espaço.

ESFERA PÚBLICA, JUVENTUDE E ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Denise Maria Antunes Cordeiro Terra

O estudo se propõe a realizar uma sistematização analítica dos projetos de juventude e escolarização de jovens e adultos que nascem na administração pública municipal de São Gonçalo, no quadro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Podemos afirmar que no nosso quadro de análise, a juventude configura-se como um terreno movediço de conceituação. A dificuldade de tematização da juventude seria uma situação paradoxal de difícil resolução. O desafio de compreender a juventude envolve uma dupla e intrincada hermenêutica, isto é, como problema social e como problema de investigação sociológica (Pais, 1993: 21-31; Sposito, 1997: 37-8; Margulis E Urresti, 1996:13). A partir dos anos 90 intensifica-se o debate em torno da juventude e o poder local, o que coloca em foco o tecido das relações entre esfera pública e a sociedade civil, ou seja, o aparecimento do jovem como ator social e sua interface com as políticas públicas (Abad, 2003: 14-5; Rua, 1998: 31; Abramo, 1997:26). Ao mesmo tempo, a luta pelo direito à escolarização no campo da Educação de Jovens e Adultos entra no debate dos direitos consagrados pela Constituição Federal, desde 1988 (Beisegel, 2001; Haddad E Pierro, 1999:5). Assim, a pesquisa se propôs a caracterizar a população juvenil gonçalense e a oferta escolar dirigida a essa população do ponto de vista da esfera pública local. O artigo parte do pressuposto de que a educação de jovens e adultos ainda é concebida nesse município, em um modelo restritivo de atendimento e a compreensão das práticas educativas e culturais da juventude, no quadro dos projetos de escolarização, ainda precisa ampliar seu campo visual.

ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS NAS POLÍTICAS DE AÇÕES EM SAÚDE MENTAL A JOVENS ACOMETIDOS DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICOS OU PORTADORES DE NOSOLOGIA CRÔNICA: QUESTÕES E EXEMPLOS

Jamil Zigueib Neto

O presente trabalho tem como objetivo apresentar estratégias clínicas como alternativas ao internamento de jovens acometidos de distúrbios emocionais severos e também nos serviços de atendimento à indivíduos em situação de estresse pós-traumático (violência sexual e familiar). Sublinha-se a indissociabilidade que deve haver nessas ações entre a pedagogia e a intervenção psico-

terapêutica, aqui representada pela orientação psicanalítica. Após a ilustração de casos atendidos em clínica-escola e em serviço de atendimento psicológico no Instituto Médico Legal, fundamenta-se os argumentos a partir das proposições alinhavadas na 2ª e 3ª Conferência de Saúde Mental do Ministério da Saúde. São propostas políticas de criação de espaços mais abertos, inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS), que se harmonizem com as demandas sociais e a cultura regional, incentivando-se posições para um pensamento contrário a uma visão da psiquiatria tradicional.

EXPECTATIVAS DE TRABALHO ENTRE JOVENS DE CAMADAS MÉDIAS DE TERESINA/PI

Lila Cristina Xavier Luz

Um dos objetivos desta pesquisa era compreender que expectativas de futuro existiam entre os jovens de camadas médias de Teresina e como as preocupações com o trabalho apareciam na vida deles na atualidade. Para tanto, num primeiro momento, observei-os, para me situar e aproximar-me das suas realidades, e poder construir algumas informações sobre eles. Em seguida fiz entrevistas, ao todo foram doze entrevistas, envolvendo jovens dos sexos masculino e feminino, no entanto havia referências comuns entre eles: tinham idade entre 15 e 19 anos, alguns estudavam na mesma escola, compartilhavam os mesmos comportamentos e manifestavam interesse por atividades de lazer semelhantes. Focalizei os jovens, suas tensões diante do que estão experimentando neste momento particular da vida. Para tanto parti das seguintes questões: Quais são suas expectativas? O que vocês mais gostam de fazer? O que mais preocupa vocês? Vários aspectos que envolvem a realidade dos entrevistados foram sendo explicitados, evidenciando tensões de toda ordem. São preocupações com os estudos, dúvidas acerca da escolha profissional, conflitos familiares, dentre outras. Como se pode perceber, são dimensões diversas e complexas das experiências e práticas sociais envolvendo não apenas sua vida privada, mas também a pública, aspectos do que eles estão vivendo, do que eles estão valorizando neste momento. À medida que prosseguia as conversas, a preocupação com o trabalho e com a falta de alternativas, relatadas por eles, me chamou a atenção. No desenho de suas inquietações com o trabalho, colocavam-se outras questões ligadas às suas perspectivas, que mereciam um olhar mais acurado. Em diversas dimensões, em diferentes experiências, em espaços privados, compreendendo família e escola; em espaços públicos, em grupos de amigos, por exemplo, as tensões vividas em torno das questões do trabalho se entrelaçam com várias outras nos tempos cotidianos dos jovens. Eles estudam porque têm em mente o trabalho, sonham com um emprego

para alcançar seus objetivos, constroem seus projetos de vida em torno daquilo que desejam fazer em matéria de trabalho, abrem mão do lazer, porque têm de estudar para trabalhar no futuro. Todas estas são preocupações que refletem a realidade enfrentada pelos entrevistados. A extensa rotina escolar à qual são obrigados é mais tensa que qualquer trabalho fadigoso, requerendo muita concentração e esforço. Desta forma, as questões sobre o trabalho aparecem no tempo presente, porque são tecidas neste tempo para serem vividas no futuro. Neste limiar suas rotinas são vividas entre estudo/profissão.

FAMÍLIA, DESAMPARO E DROGADICÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Bianca Bergamo de Andrade Savietto

Ao elaborar-se uma reflexão sobre a organização social, política e econômica na contemporaneidade, é possível apreender algumas de suas implicações subjetivas. Dentre as diversas conseqüências trazidas ao sujeito pelo atual estado de coisas, uma condição particular parece sobressair-se sobre as demais, merecendo atenção especial e aprofundamento teórico: o desamparo. Segundo Costa Pereira (1999), Freud não atribuiu ao desamparo o estatuto de um conceito, não havendo dedicado nenhum artigo específico a esta questão. No entanto, é possível pensar no desamparo como uma noção, que se apresenta de maneira extremamente pertinente na contemporaneidade, dada sua exacerbação. O objetivo desse trabalho consiste na articulação entre a noção de desamparo e uma das instituições que, assim como todas as demais instituições tradicionais, encontra-se absolutamente enfraquecida: a família. De que forma a família contemporânea contribui para a já citada exacerbação da situação de desamparo? O sujeito contemporâneo, ao tentar dar conta de sua condição de desamparado, vem apresentando um leque de respostas possíveis, como o pânico e a depressão, por exemplo. No presente trabalho, será enfatizada uma problemática específica engendrada, também, como resposta ao desamparo: a drogadicção, que vem ganhando um espaço inquestionável entre os adolescentes de hoje.

FAMÍLIA DESESTRUTURADA: REVISÃO DO CONCEITO

Leila de Andrade Oliveira. Orientador Leôncio Camino

As considerações aqui apresentadas fazem parte de uma investigação mais ampla denominada Discursos sobre a infância e juventude na justiça cujo eixo

central é a análise do discurso dos profissionais da Justiça da Infância e Juventude a respeito dos jovens em conflito com a lei. O objetivo é avaliar quais mudanças foram instauradas na prática assistencial a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acredita-se que através do exame das idéias sobre infância e adolescência no meio profissional pode-se chegar à melhor compreensão da adequação das práticas assistenciais atualmente adotadas e sua coerência com os novos paradigmas estabelecidos pelo ECA. O ECA introduz uma nova concepção de infância e adolescência através da doutrina da proteção integral. Diferentemente da doutrina da situação irregular, anteriormente utilizada, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e, portanto, vistos como prioridade absoluta de cuidados. Entrevistas iniciais, contudo, apontam para a persistência da noção de família desestruturada, idéia bastante comum entre os profissionais durante a vigência das leis “menoristas”, noção que deve agora ser superada. Por este motivo, considerou-se importante problematizar questões referentes à família, em especial à família pobre. Assim, o objetivo deste trabalho é contrastar o conceito de família construído pelas ciências sociais e a realidade das famílias pobres brasileiras. A noção de família é um conceito datado e historicamente construído que aponta para a idéia de uma instituição abstrata, higiênica, nuclear e privada. É este parâmetro de família ideal que se encontra difundido no imaginário social e subjacente às práticas profissionais. Tanto nas intervenções de psicólogos quanto na de outros agentes que atuam em diferentes instituições tais como escolas, justiça, saúde e etc., onde a importância da família torna-se presente, esse é o modelo aplicado. Contudo, tal parâmetro não se aplica à família concreta que encontramos no cotidiano de nossas práticas, assim como não se aplica às relações familiares, que têm passado por diversas transformações, assumindo características bastante diferenciadas a cada período histórico. A grande variedade de modelos de conjugalidade encontrados torna a intervenção pautada no modelo instituído de família na maioria das vezes ineficaz, quando não danosa e violenta. Por esse motivo torna-se necessário repensar o conceito de forma a torná-lo mais atual, o que conseqüentemente pode tornar a prática profissional mais adequada ao atendimento das demandas.

FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: A GARANTIA DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO E À SAÚDE

*Miriã Alves Ramos de Alcântara, Isabel Maria Sampaio
Oliveira Lima, Ana Cecília de Sousa Bastos*

O presente estudo foi conduzido com o objetivo de analisar o modo como a família participa do processo socioeducativo de adolescentes representados pela prática de ato infracional. A família vem sendo reconhecida em seu potencial para organizar-se frente a crises e desafios do contexto, bem como em seu caráter de constante mudança proporcionada pela diversidade de papéis e posicionamentos dos seus membros. Para o adolescente, a família representa um eixo de referência estruturante, lugar de apego e de proteção, que o abre para o outro em processos que incluem o convívio com a diversidade e o conflito. Congruente com a perspectiva do desenvolvimento da família, o modelo de proteção, fundamento das ações e da concepção que norteia o ordenamento jurídico e social para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, defende a família como alvo e sujeito privilegiado de proteção. Em sendo o desenvolvimento humano um processo não linear, e portanto, irredutível à causalidade e seus efeitos, o modelo de proteção requer análise sobre as possibilidades de ser sujeito e alvo de proteção frente à natureza dos eventos do cotidiano da família. Nesse estudo, foram analisados relatos de adolescentes e de seus familiares registrados nas ações socioeducativas públicas da 2ª Vara da Infância e Juventude de Salvador/Bahia, no período entre 1996 e 2002. Uma amostra com 549 ações socioeducativas públicas foi composta mediante sorteio aleatório, respeitando uma margem de erro de 4%. Os relatos foram transcritos para documento do Word e foram analisados de acordo com a temática e com o conteúdo do discurso. Os resultados indicam padrões de trajetórias de desenvolvimento diferenciadas segundo gênero e contexto do adolescente; o posicionamento dos pais em relação ao ato infracional e às medidas socioeducativas; o impacto do ato infracional sobre a saúde do adolescente. Discutem-se aspectos relevantes para a proteção ao desenvolvimento, em diferentes momentos do ciclo de vida. Verifica-se a necessidade de atuar sobre a família, especialmente quando se verifica distanciamento, conflito e violência entre crianças e seus genitores, com ausência de outros adultos ou cuidadores. Propõe-se uma análise das principais teorias da família que valorizem redes sociais internas e mais amplas, e os aspectos relacionais que possam contribuir para análise das políticas sociais para a família e para a abordagem das famílias de adolescentes em conflito com a lei.

FAZENDO O PASSO: UMA EXPERIÊNCIA DE TRANSIÇÃO PARA QUEM ATENDE E PARA QUEM É ATENDIDO

Emília Bezerra de Miranda, Karin Cristiane Melo

Considerando a gravidade da situação de vulnerabilidade social e pessoal em que estão submetidas as crianças e adolescentes no contexto da sociedade brasileira atual, o município de Olinda – Patrimônio Cultural da Humanidade – Pernambuco, elaborou uma Política de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, através da qual vêm sendo desenvolvidas ações de promoção e atendimento. Neste sentido, tem sido foco de atenção as crianças e jovens em situação de risco nas ruas, uma vez que percebe-se um aumento significativo dessa demanda. Para atender a esse público, o projeto Fazendo o Passo, tem como objetivo a reinserção de crianças e jovens na família, comunidade e escola, baseando-se nos princípios do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Assim, este trabalho se propõe a apresentar o relato de uma experiência, a qual vem sendo realizada desde julho de 2003. Para tanto, abordaremos desde a proposta inicial, dando ênfase a uma análise processual dos principais entraves, avanços, desdobramentos, modificações e resultados no período de um ano. Tal análise foi possibilitada mediante o redimensionamento na concepção da proposta do atendimento, considerando as especificidades do público atendido, do município de Olinda e do fortalecimento de uma rede social entre governo e sociedade.

FORMAÇÃO AUDIOVISUAL DE EDUCADORES E ANÁLISE DE TV POR JOVENS NA ESCOLA

Vânia Lúcia Quintão Carneiro

A partir da familiaridade da criança e adolescente com a cultura midiática, o presente trabalho estuda condições, estratégias e propostas que possibilitem a apropriação da linguagem audiovisual como instrumento de expressão, de comunicação, de aprendizagem por estudantes do ensino fundamental e médio. Acredita-se que o domínio dessa linguagem contribui para a compreensão e a leitura crítica da TV. Esta pesquisa teve a participação de bolsistas de iniciação científica (PIBIC) e bolsistas do Decanto de extensão da UnB. Foram entrevistados 61 professores que realizaram o curso “TV na escola e os desafios de Hoje”; 107 estudantes de escolas públicas do DF (59 crianças, 58 adolescentes). Observam-se muitas dificuldades para a incorporação crítica e criativa da televisão na prática pedagógica. Destacam-se a falta de equipamentos e/ou manutenção, de materiais diversos, de apoio da direção, de um projeto peda-

gógico da escola, de tempo disponível. Para conviver com tais adversidades e trabalhar com o audiovisual na escola, a formação do professor em linguagem audiovisual revela-se condição fundamental: 79% dos professores entrevistados utilizam o audiovisual com funções pedagógicas variadas de motivação, informação e conteúdo e de meio de expressão. Chama atenção a constatação de que 84% dos professores orientam seus alunos a assistir programas de TV, preferencialmente informativos, como jornais e documentários. Mas reconhecem que programas de entretenimento também devem ser discutidos em sala de aula. As respostas dos alunos confirmam tais dados: 54% dos adolescentes e 91% das crianças afirmam que seus professores conversam sobre algum programa de TV. Os jornais estão entre os mais comentados pelos professores, seguido das novelas. Quanto à televisão que gostariam de ter, 20% dos adolescentes destacam a importância da informação sobre o mundo e da ética na produção das notícias: “Seria uma televisão que não escondesse do público os assuntos reais que estão acontecendo no mundo” e de uma TV sem violência. Entre as crianças, 38% afirmam que gostariam de uma TV com mais desenhos, e o que menos gostam, 21%, é da violência existente nos programas. Em conclusão, o professor com formação audiovisual e motivação para proporcionar uma aprendizagem escolar mais significativa e autônoma pode mediar as experiências midiáticas dos jovens e os objetivos pedagógicos contribuindo para a formação de jovens mais críticos e seletivos em relação à TV.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SUBJETIVIDADE CIDADÃ EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E PESSOAL NA EXPERIÊNCIA COTIDIANA DAS MICRORREDES

Dagmar Silva Pinto de Castro. Colaboradores Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades, Projeto Meninos e Meninas de Rua em São Bernardo do Campo; Associação Comunitária do Bairro Montanhão, Ludmila Dantas Feitosa (iniciação científica – PIBIC)

Trata-se de pesquisa qualitativa sobre a formação e desenvolvimento da subjetividade cidadã em situação de risco social e pessoal. Tem por objetivo compreender a subjetividade cidadã e seu papel na experiência cotidiana da participação social em microrredes de gestão das cidades. Esta pesquisa é realizada em parceria com o Projeto Meninos e Meninas de Rua em SB Campo que tem desenvolvido núcleos de formação cidadã junto a adolescentes e jovens em bairros da periferia de São Bernardo do Campo e a Associação Comunitária do Bairro Montanhão. Por meio de metodologia participativa tem sido acom-

panhada a mobilização em torno da organização de uma horta comunitária, tratamento do lixo e plantação de árvores para evitar o deslizamento de terras. A partir do referencial teórico-metodológico da fenomenologia em diálogo com as Ciências os dados são analisados compreensivamente. O material de análise consta de pesquisa bibliográfica, caracterização da região, levantamento de dados oficiais, participação em atividades da comunidade que compõem registros situacionais das reuniões realizadas no espaço da associação de moradores, diário de campo e histórias orais de vida. Deste material são levantadas as unidades de significado, agrupadas em categorias que são fenomenologicamente analisadas. Os resultados parciais apontam para: – o papel da mobilização em torno de uma demanda comum como elemento facilitador à aquisição de novas linguagens; melhoria da saúde mental dos envolvidos; processo de apropriação da dimensão da cidadania como direito; busca de formação em escola formal e cursos de capacitação; envolvimento de adolescentes e jovens com outras gerações (adultos e crianças); busca da identidade pessoal e grupal; apropriação do espaço da associação pelos adolescentes e jovens como lugar de encontro e formação cidadã (discussão sobre cidadania, prevenção na área da saúde, capoeira etc); mobilização em torno da coleta do lixo (mutirão de limpeza); busca de parceria para atendimento das demandas do bairro. A pesquisa tem apontado para a necessidade de fortalecimento da parceria entre a Academia e ONGs como um caminho privilegiado de produzir conhecimento com compromisso social. Um novo desafio está sendo colocado pelos sujeitos da pesquisa quanto à necessidade de conhecerem de forma sistematizada quem são os moradores do bairro Montanhão. Esta demanda será o tema da continuidade desta pesquisa que tem previsão de término para agosto/2005.

FORMAÇÃO PARA LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA: INCLUSÃO PERVERSA OU EXCLUSÃO PELA INCLUSÃO QUANTITATIVA

*Vanda Mendes Loureiro Zidan, Jaqueline Luzia da Silva,
Ana Patrícia da Silva*

O artigo aborda uma dimensão importante das políticas educacionais na escola: o programa de alfabetização de jovens. Este trabalho partiu de uma experiência da prática educativa onde se vislumbram sinais de uma discrepância entre o discurso e a ação pedagógica, onde nem sempre a leitura e a escrita estão a serviço de uma formação emancipatória e participativa. O presente estudo se propõe a reconhecer de que maneira a produção da leitura e da

escrita pode ser capaz de garantir a emancipação do indivíduo. Reflete também o papel do professor como formador de leitores críticos e capazes de produzir sua própria autoria textual numa perspectiva reflexiva e criativa. A metodologia se baseia numa pesquisa qualitativa do ponto de vista de análise do problema, descritiva e exploratória de acordo com seu objetivo. A análise de dados seguirá o critério de análise de conteúdo de Laurence de Bardin (1997) que busca a análise interpretativa dos dados, não se propondo a dar validade quantitativa ao estudo. A pesquisa foi realizada numa escola pública localizada no bairro da Maré, situado na zona norte do Rio de Janeiro. A população de amostra foi composta por dez alunos pertencentes ao Programa de Educação Juvenil da Prefeitura do Rio de Janeiro. O resultado da análise levou à consideração de que a inclusão que vem sendo realizada em nosso sistema legitima-se como uma inclusão perversa, pois ela inclui numericamente ou estatisticamente parte da população, mas na realidade confirma e referenda a desigualdade social vigente.

FORMAR PARA A CIDADANIA: UM DESAFIO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS ADOLESCENTES

Martha dos Reis

Educar para a cidadania tornou-se um princípio geral nos documentos oficiais que versam sobre a educação e, ao mesmo tempo, estabelecem diretrizes para a atuação de professores nos três níveis de ensino. As determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9.394, de dezembro de 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais possuem estreitos vínculos com os Programas Nacional e Estadual de Direitos Humanos ao apregoarem que a educação formal deve ser o meio fundamental na promoção e defesa dos Direitos Humanos e deve estar voltada para a formação da cidadania. No entanto, em pesquisa realizada junto aos professores do ensino fundamental da Diretoria Regional de Ensino de Marília(SP) que, consistiu na observação de aulas ministradas, análise dos planos de ensino e entrevistas, constatou-se que as práticas desses profissionais continuam atreladas à metodologias de ensino reprodutivistas que não favorecem o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo no educando e, conseqüentemente, não o habilita para compreender a realidade social que o cerca com o propósito de transformá-la. Em relação aos componentes curriculares de História e de Geografia que, mais e melhor, poderiam contemplar uma educação voltada para a cidadania pois, se trabalhados através de um processo dinâmico que implica observação – reação e transformação resultaria no reconhecimento por parte do aluno de seu papel como sujeito da História, verificou-se que tais áreas são relegadas a segundo

plano. Aulas de História e de Geografia são inexistentes em determinadas turmas do ensino fundamental ou só ocorrem por ocasião de datas comemorativas oficiais. Ensinada a partir de uma metodologia reprodutivista, a História pode ser definida como “coisa do passado”, sem vida e sem significado para alunos e professores e a Geografia pode apresentar-se como uma disciplina que permite a aquisição de um novo vocabulário. O aluno é visto como um depósito de informações sobre o meio e o saber histórico não é compreendido como uma construção coletiva. Dessa forma, conclui-se que, educar para a cidadania continua a ser um desafio para a formação de crianças e jovens adolescentes que só poderá ser superado com a adoção de novas metodologias e, conseqüentemente, com a produção de novos materiais didáticos, o que passa necessariamente por novas concepções das Ciências que compõem a grade curricular e do próprio significado do que é educar.

FRAGMENTOS DA VIDA ADOLESCENTE EM UM CONTEXTO INSTITUCIONAL E SOCIAL DE PERIFERIA URBANA

Sueli Salva

Este texto tem por objetivo dar visibilidade à vida adolescente e problematizar algumas questões relativas a esse tempo da vida. Foram questões que surgiram ao realizar a pesquisa de mestrado no programa de Pós-Graduação da UFRGS, orientada pela Professora Dr^a Jaqueline Moll. O objetivo da pesquisa foi investigar as significações sobre a dança na escola, construídas por meninos e meninas adolescentes que participavam do grupo de dança da escola. Através das significações sobre a dança foi possível fazer uma análise reflexiva acerca do espaço escolar e a corporeidade, isto é, o próprio ser – sujeito – adolescente – aluno, que nos mostra, cotidianamente, um novo modo de ser na escola. São meninos e meninas na fase dos onze aos dezesseis anos que fazem o seu itinerário na instituição driblando a dualidade que se impõe entre a escola construída por eles e aquela desejada por nós, professores; entre um mundo adolescente ‘produzido’ pela teoria da modernidade e um mundo adolescente ‘vívido’ por eles; entre os valores do meio social em relação à dança e a superação dos mesmos para se autorizarem a dançar. Esses sujeitos parecem reivindicar o direito de se expressar com liberdade e de usufruir, com mais dinamismo, o espaço e o tempo escolar a que eles têm direito. São manifestações que, muitas vezes, se contrapõem à nossa história enquanto professores, novas maneiras de ser na escola com as quais ainda estamos aprendendo a conviver. A investigação possibilitou a descoberta de um universo adolescente próprio, singular e com características diferenciadas em relação ao gênero.

Adentrar na constituição da identidade adolescente, significou romper com algo que simboliza um dos “nós” que configura esse tempo da vida, por muitos definido como o tempo de “não ser” – não ser adulto, não ser criança, tempo de passagem. Dentro desta perspectiva a adolescência é vista como um período em que “não se é”. Esse artigo tenta romper com essa visão através de fragmentos da própria vida adolescente dos meninos e meninas, alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Ildo Meneghetti, localizada no Bairro Rubem Berta, periferia urbana de Porto Alegre, que podem ser traduzidos como tempos potentes de construção da identidade – tempos intensos de “ser”.

GESTÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Sônia Regina Nozabielli

Este trabalho é parte da Dissertação de Mestrado em Serviço Social realizada na PUC-SP em 2003. Consiste na análise da gestão das medidas socioeducativas em meio aberto no município de Presidente Prudente/SP. Aborda o caráter multisetorial das medidas socioeducativas que movimentam as formas de fazer, saberes e poderes dos três níveis de governo e dos poderes que compõem a estrutura do Estado. Portanto, compreende as ações desenvolvidas pelas organizações implicadas em sua execução – Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Febem e Prefeitura Municipal. Tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente como referência normativa do modelo de gestão, essa área precisa se comportar em rede, propiciando a máxima circulação de informações e com a máxima consciência da incompletude de cada parte. Assim, esse estudo centrou-se na análise das complexidades que se colocam nesse processo de gestão e interferem no desenho organizacional e institucional do sistema local. O percurso metodológico composto de três momentos de aproximação – estudo exploratório, diálogo com os gestores e grupo focal – expressa um processo de desvendamento de um objeto de investigação complexo. A análise demonstra que elementos da cultura política e da trajetória histórica das organizações rebatem nas representações e práticas sociais e conduz a sobreposição de uma (s) sobre a (s) outra(s). Conseqüentemente, fragiliza o potencial de diálogo, desenvolve uma postura de subserviência e aceitação e compromete a circulação de informações entre os âmbitos institucionais. Trata-se de um assunto palpitante cuja clivagem coloca-se de frente com o quadro societário de violência, do sentimento de impunidade, de eufemismos, da banalização das situações de injustiça, da ausência de comprometimento

do Estado e da própria sociedade com o cumprimento dos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa discussão, traz em sua essência, o adolescente como sujeito principal do processo. O debate sobre o modelo de gestão ancorado no ECA; a necessidade de diálogo e de práticas integradoras e complementares entre os órgãos; a otimização dos fluxos operacionais não se encerra em si mesma. Ao contrário, nela está contida uma preocupação com o adolescente que deve ser o norte dos processos de gestão.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM DESAFIO AO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO JUVENIL

Elaine Reis Brandão

Propõe-se uma interpretação alternativa ao tema da gravidez na adolescência, tradicionalmente contemplado, no Brasil, a partir do universo simbólico e material das camadas trabalhadoras. Trata-se de estudo empírico realizado com famílias dos segmentos médios, da cidade do Rio de Janeiro, cujos filhos permaneciam solteiros e residindo com os pais. A extensão da escolarização e dificuldades de inserção no mercado de trabalho acentuam a dependência dos jovens aos pais. No entanto, o alongamento da dependência familiar não se torna um impeditivo ao exercício da autonomia nessa fase da vida, na qual a sexualidade tem grande relevância. Focalizam-se os efeitos do processo social de individualização na transformação das relações familiares, em especial, nas relações intergeracionais. O relacionamento entre pais e filhos jovens é presidido por uma tensão entre autonomia (autodeterminação juvenil) e heteronomia (afirmação dos valores parentais), diante do desafio de produzir uma “pessoa individualizada”. Essa ordenação peculiar do percurso de transição à vida adulta engendra novo olhar aos fenômenos comumente associados à juventude, tomados como “problemas sociais”. Assim, a gravidez na adolescência pode ser configurada como evento contingente ao processo de autonomização juvenil. Embora inesperada, ela pode integrar o percurso biográfico adolescente, que congrega um aprendizado gradual das regras sociais que estruturam as relações entre gêneros e gerações, as quais incidem diretamente em sua socialização sexual, na qual o domínio da contracepção se situa. A análise dos dados empíricos acompanha o contraste entre gerações (pais e filhos jovens), gêneros (rapazes e moças) e relações de parentesco: consanguíneo ou por afinidade. Abordam-se a iniciação sexual e afetiva destes jovens, a gravidez e seus desdobramentos familiares, as mudanças na interação e funcionamento doméstico e as avaliações geracionais sobre o fenômeno em exame. Os jovens integram a parentalidade na adolescência ao processo

de “crescimento pessoal” (construção de si), favorecidos pelo apoio parental que preserva a individualização dos filhos. Os pais, por sua vez, interpretam o evento de um prisma diferente, evidenciando os significados que ele condensa para o grupo familiar.

GRUPO DE REFLEXÃO: POSSIBILIDADE OU UTOPIA?

Adriana de Andrade Gomes

Este trabalho decorre de uma experiência com jovens entre catorze e dezoito anos, oriundos de camadas socialmente desfavorecidas, que estiveram trabalhando no espaço da Fundação Oswaldo Cruz. Através do estabelecimento de um contrato, assinado entre os responsáveis pelo jovem e a São Martinho, criou-se a possibilidade de treinamento e de aprendizagem de diferentes atividades como mecânico de automóveis, jardineiro, técnico em informática, etc. O fato de permanecerem na Fiocruz por um período de tempo previamente delimitado gerou, junto à equipe, inúmeras reflexões sobre o alcance da iniciativa, bem como nos alertou sobre a urgência por seu máximo aproveitamento. Tornou-se consenso que a experiência de trabalho não deveria restringir-se à possibilidade de complementação de renda familiar, devendo ser redimensionada, para que o curto período de vínculo empregatício significasse não somente uma época de menor pobreza material, mas pudesse fazer parte permanente na história do jovem. Embasadas nos trabalhos do filósofo Walter Benjamin, que assinala que o sujeito da modernidade perdeu a capacidade de narrar e aprender com a experiência, articulamos, durante o próprio horário de trabalho, a abertura de um espaço para reflexão, de forma que tivessem a possibilidade de discutir e pensar conjuntamente as experiências vivenciadas cotidianamente. Nosso objetivo com a criação dos encontros em grupo foi, portanto, facilitar a recuperação da arte de ouvir e contar, para que as histórias pessoais e grupais pudessem ser ressignificadas, evitando, assim, o empobrecimento da experiência. A metodologia utilizada baseou-se na apresentação de filmes educativos que serviram como estímulo para o início dos debates. Os encontros ocorreram duas vezes por mês, tendo a duração média de uma hora e meia. As temáticas dos filmes estiveram ancoradas na realidade empírica por eles vivenciadas: crianças e adolescentes; terra e ecologia; saúde; preconceitos; mídia e família. Resultados: Observamos que, nos grupos, os jovens encontraram algumas brechas que lhes permitiram retornar para sua interioridade, enquanto concomitantemente descobriam o outro – o real, o colega – e neste processo dialético inventavam a si mesmos. Embora tímidos, foi possível perceber que, a cada encontro, novos diálogos eram travados, propiciando o resgate de suas próprias histórias, até então esquecidas, porque

freqüentemente impossibilitadas de serem narradas. A reconstrução em grupo de suas experiências, portanto, possibilitou o surgimento de um novo olhar sobre si mesmo e sobre o outro, facilitando o crescimento de sua auto-estima e a confiança no agir sobre o real.

HIP HOP SUL: UM ESPAÇO TELEVISIVO PARA O JOVEM EXCLUÍDO SOCIALMENTE

Vania Malagutti Fialho

Este trabalho busca analisar o programa televisivo Hip Hop Sul. O mesmo foi cenário de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que investigou o fazer musical de grupos de rap participantes do programa (Fialho, 2003). O Hip Hop Sul é veiculado aos domingos às 13h:30, com reprise às quintas-feiras à 0h, pela retransmissora da TV Cultura do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (TVE-RS/SC). Ele está no ar desde junho de 1999 e é idealizado, produzido e editado por jovens da cultura hip hop, que não possuem conhecimentos acadêmicos formais do fazer televisivo. O programa é o resultado de uma parceria entre a Fundação Cultural Piratini e a Organização Cultural Movimento Hip Hop de Porto Alegre/RS. A principal meta do Hip Hop Sul é divulgar e consolidar a ideologia e as manifestações artísticas da Cultura Hip Hop – DJ, MC, Grafite e Breackdance. O programa traz assuntos diversos, caracterizando-se pelo seu dinamismo na abordagem de temas como drogas, violência, saúde, educação, arte e política, a partir da perspectiva da cultura hip hop, utilizando a linguagem e os códigos próprios da mesma. Nesse sentido, grupos de rap, ações sociais comunitárias e oficinas artísticas, dentre outras atividades das periferias, são apresentados no programa. Atualmente o programa conta com uma equipe de oito pessoas entre diretor, editor, produtor, apresentadores e DJs. As gravações são feitas em estúdio e junto à comunidade em espaços como escolas, campo de futebol e ruas. A linguagem própria da cultura hip hop, bem como os espaços e atores – na maioria jovens negros da periferia – que o programa contempla, faz com que fuja dos padrões comuns da televisão, fornecendo a ele características peculiares. Estas lhe garantem o recorde de audiência nesta tv, a estabilidade na TVE e funções sociais claras junto à comunidade. Isso porque o programa vai ao encontro dos interesses da comunidade, fazendo um elo entre a televisão, a periferia e a sociedade. Assim, ele colhe os interesses da comunidade, os traduz para o imbricamento de linguagem televisiva versus linguagem hip hop e concretiza-se em um intérprete entre os dois contextos, tornando-se um porta-voz para toda uma sociedade (Casetti e Chio, 1998).

IDENTIDADE DO JOVEM EM BUSCA DA CIDADANIA: UMA REFLEXÃO PEDAGÓGICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Marcos Zimmermann Fiegenbaum

Na edição 1804, a Revista IstoÉ aborda manchete de capa que a juventude brasileira é careta. A Revista utiliza a pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania em parceria com o SEBRAE, encomendada pelo Governo Federal com o intuito de utilizar o resultado da pesquisa para definir as políticas públicas para a juventude brasileira. Por outro lado a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, através do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – IEPG e do Departamento Nacional para Assuntos da Juventude – DNAJ realizou uma pesquisa finalizada em outubro de 2003, com o título Sociabilidade Juvenil: Contexto religioso e sua inserção social. Na apresentação do tema serão abordados 4 subtemas: 1. Análise comparativa da pesquisa do Instituto Cidadania/SEBRAE com a pesquisa da IECLB/ IEPG/DNAJ. Apontando dados relevantes sobre a identidade da juventude brasileira e aspectos identitários da Juventude Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2. Reflexão crítica das pesquisas e da matéria midiática da Revista IstoÉ de 5 de maio de 2004. Sabendo que os meios de comunicação de massa possuem sua ideologia, como o jovem percebe isso? 3. O Jovem como ator social, buscando sua cidadania e sua identidade. O jovem e suas características multifacetadas. 4. Uma reflexão pedagógica da juventude brasileira. Onde está se discutindo a educação da juventude brasileira? Por quem? O jovem como participante da construção da sua pedagogia.

IDENTIDADES DE GÊNERO E A MÚSICA DA MÍDIA: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UMA 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Helena Lopes da Silva

O presente trabalho é parte de minha dissertação de Mestrado intitulada “Música no espaço escolar e a construção da identidade de gênero: Um estudo de caso”, orientada pela Profª Dra Jusamara Souza, realizada no PPG Música/UFRGS, concluída no ano 2000. O locus de pesquisa foi a aula de música de uma 8ª série do Ensino Fundamental de uma escola pública de Porto Alegre, RS, durante um ano letivo, onde foram observadas as aulas e entrevistados grupos de alunos. Partindo da premissa de que os adolescentes dedicam grande parte do seu tempo diário à música, e de que esta música com a qual se envolvem é basicamente a que circula na mídia, esse recorte analítico pretende abordar a

relação existente entre a construção de gênero e a música da mídia consumida pelos alunos participantes dessa pesquisa. Tomando como referencial teórico autores que trabalham no campo de gênero, escola e educação musical numa perspectiva relacional (Scott, 1995; Louro, 1995, 1997, 1999), este estudo analisa a construção da identidade de gênero revelada pelas preferências musicais e pelos usos simbólicos que os alunos fazem da mídia (Green, 1997b; Valdivia/Bettivia, 1999). A identificação com determinados gêneros musicais demonstrada no espaço escolar evidenciou a existência de uma relação estreita entre a música e a identidade de gênero. Além disso, as escolhas musicais podem também ser comparadas com as roupas que escolhem para vestir, com a linguagem que escolhem para falar, com as atitudes que tomam. Declarar identificação com determinados gêneros musicais no espaço escolar implicava a obtenção de rótulos que poderiam vir a desmerecer a condição masculina ou feminina dos adolescentes. Observando as afirmações e contradições dos meninos e das meninas ao revelarem suas preferências musicais na sala de aula, pode-se dizer que assim como a identidade de gênero não é fixa por estar constantemente sendo construída, as preferências musicais atreladas a construção da identidade de gênero também estão em processo constante de mutação. Discutir e analisar a temática da construção da identidade de gênero associada à música consumida pelos adolescentes de hoje possibilita aos educadores musicais uma maior compreensão sobre as resistências apresentadas em relação ao repertório proposto na aula de música bem como a valorização da Educação Musical como Área de conhecimento fundamental para a formação da identidade.

IMAGENS JUVENIS: UMA LEITURA DAS EXPRESSÕES DE JOVENS ASSENTADOS RURAIS

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

O tema da juventude vem se tornando objeto de investigação, de estudos e de interesse social. Nesse sentido, esta categoria parece estar deixando de ser vista como receptora de ações para ser encarada como protagonista das mesmas. Pensar o jovem, nos dias de hoje, implica tornar relevantes seu lugar social, seus espaços, suas idéias e práticas. Os profundos contrastes existentes entre as várias experiências de juventude têm alertado para o fato de que em torno do "jovem" agrupam-se significados que enfatizam a necessidade de sua compreensão como uma "categoria socialmente construída" (Bourdieu, 1983). Este estudo realizou uma leitura das expressões de jovens rurais, uma categoria pouco contemplada como foco dos estudos de sociabilidade, visan-

do, sobretudo, situá-la na esfera do consumo. Aproximando dados que se mostravam distintos, foi dedicada atenção à análise da aparência, do comportamento, dos processos e das dinâmicas envolvidos na construção de um olhar sobre a juventude do Assentamento Casas Altas, no Estado do Rio de Janeiro. A compreensão do lugar ocupado por estes jovens, de quem eles são e o que fazem, do que valorizam e dos aspectos do seu jeito de ser foi a tônica do estudo. Outra questão igualmente considerada foi a relação entre a aparência e o comportamento destes jovens com algum tipo de questionamento que fazem das imagens e preconceitos tradicionalmente relacionados ao rural. Uma das proposições do estudo foi afirmar que o consumo se realiza num código social e, portanto, a lógica de consumo destes jovens não provém apenas das possibilidades geradas pela sociedade de consumo e pelas tendências globalizadas, nem da relação entre as representações de campo e de cidade e tampouco da questão geracional. Esta lógica inclui todos estes elementos, além da própria história da comunidade que serviu de pano de fundo nesta análise. Ao acompanhá-los de perto, foi possível perceber que o seu desafio maior é o de lidar com as experiências vividas no Assentamento e encontrar uma linha que ofereça um eixo coerente com seu jeito de ser jovem. Outro aspecto significativo foi observar que seus estilos integram traços que valorizam o urbano e o rural, isto porque o trânsito nesses contextos tornam sua fronteira cada vez mais difusa e revela sua capacidade de conjugar seus códigos.

IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS SOBRE O BRASIL E O “SER BRASILEIRO”

Angela Arruda, Lilian Ulup, Ana Carolina Dias Cruz, Luana Pedrosa Vital Gonçalves, Amanda Cerdeira Pilão, Paula Brito Cordeiro, Paulo Cardoso Ferreira Pontes, Tamara Galieta Nascimento, Carolina Fernandes Pombo de Barros

Este trabalho insere-se em uma proposta mais ampla de um grupo interdisciplinar de pesquisadores sobre imaginários latino-americanos. Ele tem como objetivo analisar o imaginário e as representações sociais de jovens de diversos estados brasileiros a respeito do país na atualidade, momento em que questões da nação e da nacionalidade tornam-se temas de debate sob o estímulo da globalização. O referencial teórico, além da teoria psicossociológica das representações sociais de Moscovici e Jodelet, e o conceito de imaginário a partir de Castoriadis, Baczko e outros, considera igualmente a utilização de mapas mentais como metodologia. Sua aplicação se dá na forma de um questionário, no qual os respondentes devem desenhar ou preencher diversos mapas do

Brasil, caracterizando o país. A comunicação apresentada no JUBRA tratará apenas da primeira parte do questionário, que se refere ao mapa imaginado: nele, solicita-se que desenhem o contorno do país e o que imaginam estar naquele espaço e, em seguida, pede-se que descrevam o que desenharam e expliquem o porquê. São também solicitadas as opiniões dos sujeitos quanto às características do Brasil e suas diferenças em relação a outros países, sob a forma de perguntas abertas. A população total é de 1.400 alunos universitários do primeiro ano, de 17 a 24 anos, de ambos os sexos, provenientes de cursos em universidades públicas e privadas, naturais de sete estados pesquisados nas cinco regiões do país. A opção por universitários deveu-se à necessidade de um nível de escolaridade que os capacitasse a discorrer sobre os diversos temas constantes dos instrumentos. Resultados preliminares, provenientes de análise de uma amostra representativa da população estudada, de 168 sujeitos, apontam para a persistência de um imaginário edênico do país, visto como contendo ricos e belos aspectos naturais e para a presença de uma caracterização majoritariamente positiva do povo (representado como acolhedor, solidário e alegre). Entretanto, são dimensões estruturantes das representações analisadas os aspectos de contraste, contradição e desigualdade, já detectados por pesquisadores como Da Matta, como norteadores das concepções do Brasil e seus naturais. Nessa lógica, os aspectos socioeconômicos negativos do país parecem formar com a natureza a principal contradição brasileira. A efetuação da análise das diferentes partes dos questionários permitirão a compreensão das articulações dos conteúdos cognitivo, afetivo e imaginário das representações estudadas. Além disso, serão futuramente realizadas comparações entre os resultados desta pesquisa com os de uma semelhante aplicada a jovens universitários mexicanos.

IMPACTO DE UM PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO COM HOMENS JOVENS PARA REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS NO RIO DE JANEIRO

Márcio Segundo, Co-autores Gary Barker, Marcos Nascimento, Julie Pulerwitz

Ainda que se reconheça a influência de normas sociais que mantém a desigualdade nas relações de gênero, particularmente aquelas que se referem à vulnerabilidade frente ao HIV/AIDS e à violência de gênero, pouco se sabe sobre o impacto alcançado por intervenções envolvendo estas questões. O Instituto Promundo, em parceria com o Horizons Program/PATH, realizou um estu-

do com 3 grupos de homens jovens (14-25 anos), no Rio de Janeiro (pré-teste n=780), que participaram de intervenções cujas linhas centrais de discussão e reflexão contemplavam temas como promoção de saúde, normas eqüitativas de gênero, vulnerabilidade frente ao HIV e violência de gênero. No pré-teste, mais de 70% deles, nos três locais, eram sexualmente ativos, com idade média de iniciação sexual aos 13 anos; aproximadamente 25% relataram sintomas de DST durante os três meses anteriores à pesquisa; 10% praticaram algum tipo de violência sexual, física ou psicológica, contra sua atual ou parceira sexual mais recente; 63% relataram o uso da camisinha na última relação sexual com parceiras fixas e 85%, com parceiras eventuais. Entretanto, o uso consistente da camisinha durante o último mês foi mais elevado com suas parceiras fixas (70%), do que com parceiras eventuais (49%). Foi desenvolvida uma Escala de Eqüidade de Gênero para Homens (EGH), utilizada como uma medida de aferição de mudanças nas atitudes dos homens jovens em relação às normas de gênero. Nos três locais da pesquisa, as normas mais “tradicionais” de gênero da escala EGH foram associadas significativamente com os sintomas de DST ($p < 0,05$), falta do uso de contraceptivos ($p = 0,05$) e violência sexual e física contra a parceira fixa atual ou a mais recente ($p < 0,001$). Bangu e Maré apresentaram uma diminuição dos sintomas de DST, sendo que em Bangu, aonde a intervenção combinava grupos educativos com campanhas comunitárias de promoção de equidade de gênero, as melhorias foram estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Os resultados indicam que houve mudanças satisfatórias no uso de camisinha e na redução dos sintomas de DST, tanto em Bangu como em Maré, entre a aplicação do pré-teste e ao longo de 1 ano da pesquisa, revelando a necessidade de se incorporar uma perspectiva de gênero nas intervenções que tratam dos temas mencionados.

ÍNDICES E MOTIVOS DE TENTATIVAS DE SUICÍDIO ENTRE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

*Elder Cerqueira-Santos, Normanda Araujo de Moraes,
J'aims Ribeiro, Sílvia Helena Koller, Vicente Cassepp
Borges, Marcela Raffaelli*

Este estudo tem como objetivo levantar os índices e os motivos para tentativas de suicídio em jovens de ambos os sexos entre 13 e 24 anos e de nível socioeconômico baixo da cidade de Porto Alegre, RS. Trata-se de dados preliminares, em uma amostra de 400 casos, de um estudo maior com 3000 jovens brasileiros das cidades de Recife, São Paulo e Porto Alegre sobre fatores de risco e proteção. Trinta e oito em 376 jovens que responderam à pergunta sobre

tentativas de suicídio (10,1 %) declararam, em um questionário estruturado de auto-aplicação, terem tentado suicídio. Dezenove deles informaram terem tentado o suicídio por duas ou mais vezes (65,5%; n=19). Uma análise dos motivos revelou como fatores mais presentes: 1) problemas familiares (60%; n=24); 2) falta de sentido para viver (50%; n=20); e, 3) desilusões amorosas (37,5%; n=15). Apenas um participante mencionou o uso de drogas (2,5%). Em um cruzamento dos dados dos jovens que tentaram o suicídio (G1) e os que não tentaram (G2; n=361), em itens sobre a satisfação com a qualidade de suas vidas, G1 apresentou menor satisfação consigo próprio ($t=2,603$; $gl=39$; $p<0,05$) e menor satisfação com o local onde mora ($t=2,939$; $gl=360$; $p<0,01$). Um teste de correlação de Spearman revelou uma correlação inversa ($r=-0.424$; $n=28$; $p<0,05$) entre o número de tentativas de suicídio e o índice de satisfação com o local onde moram. Estes dados preliminares apontam para os altos índices de ocorrência de tentativas de suicídio entre jovens e sua relação com a insatisfação diante de certos aspectos da vida. Análises posteriores, com inclusão de maior número de casos serão apresentadas e discutidas, comparando jovens nas três cidades, e avaliando problemas familiares, qualidade de vida e senso de pertencimento às comunidades nas quais residem. O reconhecimento desse quadro é fundamental para o entendimento dessa problemática e, sobretudo, para propor programas de prevenção e intervenção.

INFRAÇÃO JUVENIL FEMININA: INVESTIGANDO TRAJETÓRIAS DE VIDA

*Débora Dalbosco Dell'Aglio, Samara Silva dos Santos,
Jeane Lessinger Borges*

Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados de um estudo sobre a trajetória de vida de adolescentes do sexo feminino, autoras de atos infracionais, que estavam cumprindo medidas socioeducativas em uma instituição governamental da cidade de Porto Alegre. Embora existam poucos estudos sobre a questão da infração juvenil feminina, a literatura tem relacionado esta conduta a eventos estressores, como, por exemplo, quebra e perda de vínculos familiares, dificuldades financeiras, gastos com drogas e maus-tratos, envolvendo a violência física e o abuso sexual. A violência intra ou extrafamiliar contra crianças e adolescentes tem sido, na última década, alvo de diversos estudos e é considerada um sério problema de saúde pública e um dos principais fatores de risco para comportamentos delinquentes na adolescência. Participaram deste estudo 50 adolescentes autoras de ato infracional, com idade variando de 13 a 20 anos ($M = 16,39$; $D.P.=1,82$), com tempo médio de institucionaliza-

ção de 3,5 meses (D.P. = 5,3), sendo 72% delas oriundas do interior do Estado e 28% da capital. Os motivos pelos quais estas adolescentes encontravam-se cumprindo medidas socioeducativas se referiam a: ato infracional contra pessoa (66%), ato infracional relacionado a tóxicos (10%), regressão de medida (14%) e ato infracional contra o patrimônio (6%). As medidas socioeducativas cumpridas eram privação de liberdade (34,1%), restrição de liberdade (22%), regressão de medida (14,6%) e internação provisória (29,3%). Foram realizadas entrevistas individuais enfocando suas trajetórias de vida, sendo os relatos caracterizados por seqüências de abandonos, rejeição, afastamentos da família, maus-tratos, gravidez, abuso sexual, institucionalização na infância, morte dos pais e vivência de rua. Observou-se que apenas 16% delas permaneceram junto à sua família de origem durante a infância e adolescência, embora também tenham relatado situações de violência intrafamiliar, 34% sofreram abusos sexuais, 48% já haviam ficado grávida pelo menos uma vez, sendo que destas, 34% tinham de um a três filhos e 16% haviam tido aborto espontâneo ou provocado. Os resultados deste estudo indicaram a presença de um ciclo de violência no desenvolvimento destas adolescentes e uma falta de estabilidade nos vínculos estabelecidos em suas vidas, os quais podem ser entendidos como facilitadores para a entrada na vida infracional. Percebe-se então, a importância de programas de prevenção e intervenção junto à população jovem e em situação de risco social e familiar, tendo em vista que a exposição a ambientes estressores e violentos ao longo da infância se mostra associada ao desenvolvimento de comportamentos delinqüentes na adolescência.

INFLUENCE OF THE LIFE-CAREER-FAMILY ON THE YOUTH OF URBAN INDIA

Deepak Kumar Behera

The paper examines the influence of two dominating institutions on the life of urban youth in India, i.e. the family and the educational system and the interaction between them. The post-modern family, based on the expanding social groups of education professionals is termed as the "life-career family". Here life career family is defined as a family with children where both parents have invested in a professional career outside the home. This type of family, rooted in the educational society, has become the dominant family in urban India. In this paper, an attempt has been made to analyse the impact of the life-career family on shaping the urban youthhood in modern India. The perspective of the life course as a career and the demand for success in the educational system, structure the urban youthhood in India through the ever-expanding edu-

cational system, affecting youthhood at all age levels. The educational culture is oriented towards the future. The institutions of the educational society place stronger pressure on parenting. The life-career family represents the values of educational society: emphasis on choices, competence and planning and the individual responsibility for constructing one's own future. The Indian post-industrial society places emphasis on the role and obligation of the parents. The position of the educational system as the mechanism of integration into adult society implies that differences in economic and cultural capital may entail social inequalities among children.

The educational society expands the period of time spent on education. The period of youth is less of a moratorium than a period of qualifying for the demanding future. The framework of life course career creates meaning in the life as a complex flow of events. This also implies a particular perspective on the future. The future is regarded as a challenge, as complex, filled with opportunities and at the same time demanding. This entails an active future-orientation; the life-career has to be planned. This in turn produces a unique parental focus on the children, emphasizing the children's preparation for future. Post-industrial society requires a planning under uncertainty and complex conditions. Some of the youth in urban India have been successful in meeting the new challenges put forward by the life-career-family. However, the vast majorities have failed to cope with the demanding situation of the life-career-family and thereby developed a sense of frustration leading to youth unrest in India.

JEUNESSE EN ALLEMAGNE – ENTRE EXCLUSION STRUCTURELLE ET FORMATION D'ÉLITE

Doris Bühler-Niederberger

Le discours scientifique en Allemagne est marqué par la notion de l'individualisation. Si on se réfère à ce terme, on implique la thèse que la société se développera (ou bien s'est déjà développée) au delà de la caste et de la classe sociale, ce qui veut dire, que les liens, les formations et les limites qui résultent de l'appartenance à une classe sociale seraient dissolues. Mais si par contre on parle de la jeunesse et de la formation, on peut très bien reconnaître la tradition et la perpétuation des vieilles inégalités selon l'origine sociale et (même s'il s'agit d'une influence moins forte) selon le sexe. Il s'agit seulement d'un petit groupe des jeunes qui sont vraiment exclu de la participation à la société. Mais il s'agit de désavantages considérables, qui persistent et qui résistent aux réformes scolaires. Par contre et à l'autre extrême du spectre on

peut constater des stratégies intensifiées de former des élites – stratégies qui sont différentes selon la capacité monétaire des familles. Ce sont des investissements qui accumulent un capital culturel pour les enfants. Un marché privé de cours, des événements culturels, des leçons privés, de l'éducation dans des instituts privés. Un bref aperçu de la recherche sociologique en Allemagne va démontrer cette tradition des vieilles inégalités qui est quand-même en partie une perpétuation spécifique d'une nouvelle manière, c'est à dire d'une société individualisée.

JOVENS COM FUTURO

Instituto Continuum

Objetivo: utilizar uma metodologia que procura construir, através do debate de idéias, sentimentos e valores, um espaço comum e possível de reflexão voltado para jovens participantes de Projetos de pré-vestibular comunitário. A proposta é oferecer uma oportunidade de inclusão social e de mudança a estudantes que visam ingressar no ensino superior e/ou se preparar como um todo para os desafios da vida. Tal dispositivo tem por finalidade construir uma perspectiva possível na diversidade dos olhares e experiências subjetivas dos participantes sobre a cidadania, a família, a comunidade e principalmente a escolha profissional. Metodologia: a metodologia que será utilizada é chamada de Grupo de Reflexão. Cada encontro possui um tema específico de trabalho. Estes são desenvolvidos utilizando disparadores de conversas, que podem ser exercícios corporais, dramatizações, dinâmicas de grupo, entre outros recursos. Os disparadores ajudam a estruturar as conversações e auxiliam os participantes na reflexão sobre os temas escolhidos para os encontros. O processo que se dá no grupo possibilita que cada participante possa rever os significados advindos de sua experiência pessoal e compartilhar estes significados com seus pares. Produtos: o produto principal desta proposta é a de facilitar junto aos jovens a busca de instrumentos capazes de ajudá-los a lidar com mudanças e novas realidades. Também se propõe a apoiar a realização de suas aspirações e projetos pessoais e coletivos. Como sub-produtos teremos: desenvolver nos participantes as competências exteriores e capacidades interiores para uma vida com autonomia, ética e responsabilidade. Propiciar um rico ambiente de troca de experiências entre os participantes, de forma a potencializar o processo de escolhas. As técnicas e instrumentos utilizados em nossa proposta estão, a serviço do ser humano; respeitando o modo pelo qual cada um estrutura seu raciocínio. Buscando estimular a participação ativa nas discussões, fomentando a criatividade presente em todo o indivíduo. Incentivando a capacidade de aprendizagem. Facilitando a comunicação interpessoal, através do uso mais

consciente e preciso da linguagem. Avaliação e resultados: documentos e publicações que permitam avaliar o impacto da proposta, bem como a replicação do Projeto em outros contextos e cidades. Perfil dos membros do grupo: dez jovens; Período de realização: 3 a 5 meses; Frequência: os encontros são realizados semanalmente; Duração dos encontros: duas horas.

JOVENS E NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO SOCIOCULTURAL E PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA: SUBJETIVIDADES, SOCIABILIDADES, SABERES

Coordenação Maria Stephanou. Equipe científica Ana Mariza Filipouski, Diana Marchi, Carmem Zeli Vargas, César Lopes, Elaine Dulac, Guilherme Reichwald e Maria Ângela Gandolfo. Bolsistas de iniciação científica Iana Lima, Fátima Lopes

Na última década, o Brasil passou a dar mais atenção ao tema da juventude. Multiplicaram-se as iniciativas voltadas aos 34 milhões de pessoas entre 14 e 24 anos, segundo o censo de 2000. A pesquisa Juventude, Cooperação Sociocultural e Participação Solidária, realizada pelo Núcleo de Integração Universidade & Escola/UFRGS, por demanda da ONG Parceiros Voluntários-RS, desde janeiro de 2004, visa colher informações junto a grupos de conversação de jovens que narram e discutem suas trajetórias de participação social. Para tal, apoiada em estudos de Mellucci (2001), Pais (2003), Charlot (2001), Carrano (2003) e Lullianelli (2003), a investigação organizou três eixos para análise das narrativas dos jovens: a dimensão da produção das subjetividades (a relação que os jovens estabelecem consigo mesmos e o modo como atuam na produção de suas identidades juvenis), as referências quanto às práticas de sociabilidade nos contextos em que atuam e os saberes que produzem nas diferentes ações que experimentam e nas quais se inserem. O eixo operativo da subjetividade busca, ainda, compreender o que mobiliza os jovens para uma inserção em ações solidárias; o eixo operativo da socialização orienta a pergunta relativa ao que mantém o jovem em coletivos que operam com práticas sociais diversas e o eixo operativo do saber indaga acerca do que tem o potencial de multiplicar a ação solidária dos jovens, ou como os próprios jovens elaboram formas de organização de grupos atuantes em diferentes associações e movimentos, além de estratégias de comunicação e mobilização de outros jovens, como produto de autonomia e/ou responsabilidade social. O desafio e a riqueza das narrativas dos jovens em torno dos eixos é possibilitada pela diversidade de grupos de conversação compostos a partir da identifica-

ção de espaços plurais de existência de práticas solidárias protagonizadas por jovens na região metropolitana de Porto Alegre, a saber: arte e cultura; Hip Hop; agremiações/grêmios estudantis; movimentos ecológicos; movimentos religiosos; escotismo; associações comunitárias; grupos de geração de renda; ongs e partidos políticos. As falas nos grupos expressam a pluralidade da cultura juvenil, evidenciando elementos comuns e diferenciadores dos significados pessoais e sociais atribuídos pelos jovens à cooperação sociocultural e à solidariedade.

JOVENS NUMA CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Maria do Socorro Lima, Fransergio Goulart, Daniel Becker

A juventude no Brasil encontra dificuldades para construir um projeto de vida frente a um cenário marcado pela alta complexidade social, onde fatores como saúde, violência, levam os jovens a estarem mais expostos às situações de maior vulnerabilidade. Neste contexto o Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS – implementa ações em parceria com os/as jovens entendendo que eles/as são forças fundamentais no processo de desenvolvimento comunitário e promoção da saúde. Através da metodologia “Construção Compartilhada” – PSBH da Dreyfus Health Foundation – desenvolvida no Brasil pelo Cedaps, os/as jovens elaboram seus Planos de Ação (projetos) se apropriando de um processo metodológico que os auxiliam na concepção, sistematização, planejamento, execução e avaliação de suas ações. Partem do seu olhar e do seu universo, ampliando o alcance a outros jovens e suas diferentes problemáticas sociais. Nesta estratégia o/a jovem atua em seu próprio território (comunidade), conhecem a realidade local e almejam atuar sobre ela, buscando minorar ou solucionar seus problemas potencializando recursos próprios: criatividade, desejo de mudança e principalmente a pluralidade e diversidade das linguagens e expressões da geração. Atualmente um grupo de aproximadamente 300 jovens encontra-se em atuação em comunidades do Rio de Janeiro. Trata-se de uma rede de jovens trabalhando de forma compartilhada. Alguns planos elaborados e executados merecem destaque: oficinas de reforço escolar e recreação infantil; alfabetização de adultos; dança e teatro utilizando linguagens como o samba, o rap, o hip hop; oficinas de grafite; camelôs educativos com materiais sobre DST/Aids expostos de modo itinerante pela comunidade; acomodação adequada de lixo, limpeza de áreas para lazer e esporte, dentre outros. O exercício do protagonismo juvenil resulta no despertar de lideranças e eleva a auto-estima dos envolvidos por se destacarem na comunidade.

Tornam-se agentes de informações e de mudanças, passando a ser referência como promotores de um “movimento positivo” gerador de resultados iniciados em função da demanda da localidade. Os jovens são força fundamental no processo de desenvolvimento, expressando concretamente a concepção de promoção da saúde e estabelecendo de modo individual e coletivo um compromisso com o futuro. Inseridos em projetos comunitários e entendendo sua real participação, alcançam um novo patamar de atenção e posição social, adquirem visibilidade positiva e instalam na comunidade a vivência cotidiana de uma geração jovem que pensa, deseja e realiza, que trabalha pela mudança, lidera com compromisso e seriedade e constrói valores pautados na coletividade e no diálogo.

JOVENS RURAIS OU JOVENS DO CAMPO? PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Maria Regina Clivati Capelo. Co-autores Wagner Roberto do Amaral, Thais Regina Mantovanelli

O artigo revela dúvidas e dificuldades que emergem quando se focaliza a categoria analítica “juventudes” para além da perspectiva essencialista de uma etapa biológica da vida humana. A referida categoria torna-se mais complexa quando se trata de analisar jovens pertencentes a territorialidades entendidas como não-urbanas. Os primeiros levantamentos bibliográficos mostram enorme carência de estudos e pesquisas sobre jovens do campo, especialmente quando se focaliza a região de Londrina (norte do Paraná) cuja tradição é eminentemente rural. Optou-se, neste primeiro momento, por uma discussão teórica que reflete questionamentos dos envolvidos na pesquisa sobre jovens rurais/do campo. Entre esses questionamentos estão: a pertinência do conceito de “rural” em comparação com a categoria “campo” face às mudanças que incidem sobre as estruturas produtivas; a necessidade de confrontar categorias de validade universidade com o concreto vivido, porque nem sempre são capazes de acompanhar a processualidade histórica. Além disso, as mudanças implicam em diferentes modos de significar as ruralidades. Entende-se, portanto, que é preciso superar o senso comum que homogeneiza e simplifica apagando a complexidade e heterogeneidade do rural/campo. Assim, dúvidas e incertezas que caracterizam os pertencimentos socioculturais e econômicos dos jovens do campo sugerem imprescindível vigilância epistemológica, pois ao ressaltar diferenças, desigualdades e complexidades do mundo rural, pode-se cair na armadilha do relativismo absoluto que tudo admite e nada é, de fato.

JOVENS, COOPERAÇÃO SOCIOCULTURAL E PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA: MAPEAMENTO DE GRUPOS E EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Coordenação Maria Stephanou. Equipe científica Ana Mariza Filipouski, Diana Marchi, Carmem Zeli Vargas, César Lopes, Elaine Dulac, Guilherme Reichwald, Maria Ângela Gandolfo. Bolsistas de iniciação científica Iana Lima, Fátima Lopes

A pesquisa Juventude, Cooperação Sociocultural e Participação Solidária, vem sendo desenvolvida por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Integração Universidade & Escola/UFRGS, por demanda da Ong Parceiros Voluntários-RS, desde janeiro de 2004. Tem como propósito maior investigar quais elementos da condição juvenil são capazes de mobilizar jovens, inseridos em diferentes experiências e contextos, para a participação solidária e a cooperação sociocultural. A partir de Alberto Melucci, José Machado Pais, Marília Sposito, Paulo Carrano, toma por princípio a pluralização do conceito de juventude, ou seja, a idéia de juventudes, e concebe que as ações conduzidas por jovens têm inaugurado modelos diversos de participação social. Propõe uma perspectiva afirmativa, fundada nas falas de jovens em sua diversidade/pluralidade, a partir de diferentes contextos e experiências. Através da constituição de grupos de conversação compostos por jovens, a investigação buscou a escuta de narrativas e debates, espaços de comunicação aberta, sobre suas motivações, experiências e trajetórias de participação em diferentes práticas associativas, movimentos, institucionais e não institucionais. Para a constituição dos grupos de conversação a equipe enfrentou o desafio de, rompendo com estereótipos “movimentistas” ou “filantropistas”, identificar onde estão, quem são e o que fazem jovens que atuam em práticas de cooperação e participação solidária na região metropolitana de Porto Alegre a fim de contemplar a diversidade das identidades e práticas juvenis, seja pelo pertencimento social, de gênero, territorial e de prática social. Simultaneamente, procurou assegurar elementos comuns viabilizadores de interação discursiva nos grupos de jovens. Os aspectos comuns foram a faixa etária (jovens entre 14 e 24 anos), e o tipo de participação, o que resultou na formação de dez diferentes grupos, a saber: arte e cultura; Hip Hop; agremiações/grêmios estudantis; movimentos ecológicos; movimentos religiosos; escotismo; associações comunitárias; grupos de geração de renda; ongs e partidos políticos. Como aspectos de diferenciação, procurou contemplar, em cada grupo, presença proporcional de gênero masculino e feminino, diversidade de localização geográfica da ação (Porto Alegre e Região Metropolitana), além de critérios específicos de acordo com

a natureza da ação. Os resultados da pesquisa fundamentarão a elaboração de metodologias mobilizadoras de práticas solidárias de jovens, através de estratégias educativas e formação de educadores envolvidos com ações de participação juvenil.

JOVENS, EDUCAÇÃO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS RESSIGNIFICADAS

Tânia Regina Raitz

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, realizada nos anos de 2002 e 2003, com jovens de 16 a 25 anos, egressos de cursos de educação profissional do SENAI e CUT, na microrregião de Florianópolis. A investigação busca refletir sobre a experiência vivida por um grupo de jovens nas relações que estabelecem com o trabalho, o desemprego e interfaces com a educação profissional. A análise dos dados direciona para uma rede complexa e heterogênea vivida por eles. A realidade destes jovens introduz uma particularidade que não deixa de ser experimentada por muitos outros jovens contemporâneos, em muitos lugares vivem um tempo de instabilidade e de incertezas no mundo do trabalho. Nos rumos ou caminhos que são engendrados por estes, muitas vezes as encruzilhadas tomam vários sentidos, retornos escolares, formativos e de trabalho, constituem becos de circulação difícil. Estas trajetórias consideradas em movimentos cambiantes, se moldam, muitas vezes, num período curto, outras vezes esse se alonga na condição juvenil. Para além do espaço escolar regular e de trabalho, a expectativa dos jovens esteve pautada em um movimento de reconhecimento e luta para um espaço de pertença na sociedade. Este estudo também direciona para o foco de que pensar políticas públicas para a juventude, cursos de educação profissional, através de instituições como SENAI e CUT, significa planejar e potencializar essa diversidade encontrada nas experiências e ações desenvolvidas pelos jovens, numa nova concepção como sujeitos de direitos, que não sejam só ouvidos para subsidiar políticas para si próprios, que 'assumam' programas, atividades, ações como também responsáveis e não só executores, mas sujeitos de 'autoria'.

JUVENTUDE E DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO CONSELHO TUTELAR

*Bruna de Oliveira Santos Pinto, Naira Milene Silva,
Suelen Carlos de Oliveira*

Este trabalho parte de uma experiência de estágio em psicologia de alunos da Universidade Federal Fluminense no Primeiro Conselho Tutelar de Niterói. Tal proposta busca fazer uma intervenção nas práticas referentes às denúncias de violação de direitos de crianças e jovens, que chegam ao conselho tutelar, através de terceiros ou por telefone e, em alguns casos, de forma anônima. Tem-se verificado, dentre estas, um grande número de casos onde o suposto violador não comparece à convocação feita por este estabelecimento. Quando isto ocorre, a denúncia acaba ficando sem um encaminhamento imediato, sendo preterida por casos em que as pessoas se encontram presentes fisicamente. Isto pode acarretar um aumento do tempo de exposição da criança ou jovem à situação de violência, causando também um efeito de descrédito da atuação do conselho tutelar, fazendo com que a população passe a não mais recorrer a este órgão quando de outras situações de violação de direitos. Tendo em vista a enorme demanda de trabalho, os conselheiros estão sempre atuando em situação de urgência. Tal circunstância predispõe a que os casos em que os envolvidos estejam ausentes não sejam prioritários em suas práticas. Neste sentido, a intervenção se propõe, a partir das ferramentas da análise institucional, não apenas a estabelecer rotinas para entender estas denúncias, mas também colocar em análise algumas outras questões, tais como: a produção de urgências, a necessidade de discutir junto às estruturas públicas as demandas por elas encaminhadas e a abordagem higienista e culpabilizadora presentes nos encaminhamentos.

JUVENTUDE E LETRAMENTO DIGITAL: UMA POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO

*Damares Aparecida, Janaína Ovidio de Carvalho,
Maria Teresa de Assunção Freitas, Olívia Paiva Fernandes*

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no período de 1999 a 2003, e tem como objetivo compreender como se processa a construção da leitura/escrita de adolescentes do ensino fundamental e médio a partir de um novo aparato tecnológico – o computador, mais especificamente o ambiente virtual. Para isto, entramos em salas de bate-papo e listas de discussão, trocando e-mails com adolescentes de todo o país e até do mundo. Em seguida, analisamos sites construídos por adolescentes, compreendendo-os como um local de produção de leitura/escrita e também como um espaço de construção da subjetividade. O adolescente-internauta usa uma linguagem própria, estratégias diversas e possibilidades outras que transformam os contextos em que se escreve, e o que se escreve. Esta escrita/leitura é marcada pela interatividade própria do contexto virtual. Enquanto as interações sociais na realidade física se realizam de forma presencial, no mundo virtual elas são de natureza puramente simbólica não deixando de serem ações humanas. Em nossa pesquisa compreendemos que a Internet pode estar propiciando aos adolescentes contemporâneos um espaço interativo que contribui para a constituição de sua subjetividade. Encontramos apoio para dizer isto em Vygotsky e Bakhtin os quais consideram que a consciência é engendrada no social, a partir das relações que os homens estabelecem entre si, pela mediação da linguagem. Ao focalizar o discurso escrito do adolescente, objetivamos compreender um pouco mais dessa escrita teclada, suas peculiaridades processuais, genéricas, formais e lingüístico-discursiva. Algumas questões orientaram nosso trabalho, a saber: – o que, como, por que, para que e para quem os adolescentes escrevem na Internet? – que sentidos estes alunos estão produzindo para sua escrita na Internet e na escola? – poderá a escrita usada na Internet estar interferindo na escrita produzida/construída na escola? Assim, percebemos que o processo discursivo que ocorre na Internet põe em uso as modalidades da fala e da escrita, utilizando-se de novas estratégias para a construção de sentidos. Os adolescentes-internautas investem sua criatividade nesta conversação escrita, transitando pelo espaço cibernético, conversando em *chats*, trocando e-mails ou explorando a web de diversas formas. E nesse movimento, a partir das práticas discursivas que ali produzem vão re-elaborando vivências próprias de seu cotidiano, construindo suas subjetividades.

JUVENTUDE E MOVIMENTO SOCIAL

Maria Aparecida T. Cassab, Clarice Cassab

A readequação do capitalismo a partir da superação do modelo de acumulação fordista por formas produtivas desregulamentadas e flexíveis provocou, nas últimas décadas, mudanças profundas nas esferas econômica, política, social e cultural. A consolidação dessa política teve como principal resultado o aumento da precarização dos trabalhadores urbanos. Em realidade, a partir da década de 90 e em especial após o governo Collor e o Plano Real, foi adotada uma série de medidas políticas e econômicas que acabaram por acirrar a dependência do Brasil aos capitais internacionais, tornando-o ainda mais vulnerável às flutuações financeiras. Essas alterações foram acompanhadas de políticas de redução do papel do Estado que visavam retirar deste os “ônus” provenientes dos encargos sociais. A fragilidade econômica e as políticas de desregulamentação do trabalho, associadas ao enfraquecimento da “mão esquerda do Estado” propiciaram uma enorme precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores e em especial dos jovens que habitam as cidades brasileiras. O resultado foi a crescente diminuição da renda média familiar, o aumento da pobreza, a redução dos postos de trabalho formal e o crescimento do subemprego. Esse processo formou um enorme contingente de trabalhadores desempregados, com baixa expectativa de se (re)inserirem no mercado de trabalho formal, além de subproletariados. Ambos sem possibilidades de acesso às rendas direta e indireta geradas pelo trabalho. Esses trabalhadores engrossam o número de pessoas que vivem em condições precárias nas periferias cada vez mais distantes das metrópoles brasileiras. Diante disso, o objetivo do texto é mostrar como o movimento social surge como uma das muitas respostas possíveis aos jovens na luta pela construção de sua cidadania, diante do contexto de precarização do trabalho e da vida urbana. Para tanto o trabalho está alicerçado no estudo da participação dos jovens no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em São Paulo. A intenção é apontar como, se de um lado são os jovens aqueles que mais sofrem os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, por outro cada vez mais buscam respostas a sua situação. Nesse sentido, muitos desses jovens tem se incorporado a movimentos sociais, se colocando não apenas como base, mas assumindo posições de liderança.

JUVENTUDE ESTUDANTIL CONTEMPORÂNEA: PREOCUPAÇÕES E FORMAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Carla de Sant'Ana Brandão

Diante da relevância dos estudos sobre o Movimento Estudantil, os quais investigam, em sua maioria, a ação dos estudantes durante a década de 1960, este trabalho objetivou analisar a atuação do Movimento Estudantil na contemporaneidade, investigando as situações que conduzem às mobilizações, formas de atuação e o modo como a memória desse movimento se apresenta na argumentação dos seus representantes, ou seja, como as práticas características de outros períodos são transformadas a partir do contexto atual. Este estudo foi realizado a partir de entrevistas com 15 representantes de Entidades Estudantis brasileiras e do levantamento de notícias que enfocavam o ME no *Jornal do Brasil* no período de 1995 a 2000. As análises foram realizadas à luz da teoria de Anthony Giddens sobre a modernidade, especificamente do seu conceito de *ação reflexiva* e tomando como instrumento para a compreensão das ações do Movimento Estudantil a Filosofia Heumenêutica de Gadamer. Conforme as análises, os temas que mobilizam os representantes estudantis podem ser agrupados em três categorias: a) referente ao *ensino superior*, em especial sobre a qualidade do ensino, sua adequação às novas demandas e o compromisso social da universidade; b) *mercado de trabalho*, enfocando a responsabilidade e o papel do ensino superior e das políticas governamentais; c) *questões internas do Movimento Estudantil*, enfatizando a necessidade de organização coesa, ações coerentes com o atual contexto e a representatividade frente às preocupações dos estudantes. Quanto às formas de atuação, observamos que as transformações nas formas de ação do Movimento Estudantil são orientadas pela reflexão e os debates acerca da pertinência dos temas priorizados e das maneiras mais adequadas de intervir nos problemas estudantis e sociais. Em relação à memória do ME, foi observado o importante resgate dessa como meio de construir bases norteadoras das formas de ação estudantil a fim de atender às necessidades contextuais da atualidade. Neste sentido, o ano de 1968 é tomado como referência para a reflexão acerca da necessidade de ações revolucionárias ou, ao contrário, mais apropriadas ao atual contexto, baseadas na possibilidade de diálogos e negociações; e o ano de 1992, representado pelos estudantes como o momento da retomada do vigor das lutas estudantis, a partir das mobilizações dos caras-pintadas em prol do *impeachment* do Presidente Collor de Mello.

JUVENTUDE URBANA E CULTURA: NOVOS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Eliana Monteiro Moreira

Tereza Correia da N. Queiroz.

Como se apresenta o cotidiano de moradores jovens de bairros pobres e como expressam suas vivências? Que formas de participação vêm ensaiando para a ampliação do acesso à cidadania? Estas questões motivaram o desenvolvimento de um projeto de pesquisa e extensão que atua junto a moradores jovens de áreas pauperizadas, visando contribuir para o fortalecimento de sua luta pela cidadania. Entendemos por cidadania não apenas o atendimento das necessidades básicas, mas a capacidade de intervir de forma crítica nas situações de precarização, buscando sua superação e a reinvenção de direitos. Ela implicaria, portanto, um efetivo empoderamento que possibilita aos sujeitos interferirem de forma crítica na reversão da situação de privação sócio-econômica a que estão expostos. O projeto vem se realizando na cidade de João Pessoa, PB, em três comunidades pauperizadas e tem por objetivo produzir oficinas culturais a partir de interesses manifestados pelos próprios jovens buscando, além de aprimorar suas sensibilidades, criar espaços de sociabilidade que incentivem a troca de experiências e a discussão acerca de seus cotidianos, numa perspectiva de ampliação de direitos. Ao lado de atividades culturais realizam-se sessões de vídeo com temáticas que remetem a vivências e questões juvenis, como forma de estimular o debate e a compreensão crítica de suas realidades, assim como a descoberta de formas solidárias de enfrentamento dos problemas. A pesquisa vem evidenciando que os bairros onde se dão essas experiências apresentam algumas similitudes. Surgiram a partir de invasões em áreas de risco ou em locais distantes do centro da cidade, e após processos de luta, passaram por certas melhorias em termos de infraestrutura. Tais medidas e ações tem sido ainda insuficientes, perpetuando-se condições de vida precárias que afetam sobretudo os segmentos jovens. Muitos deles têm poucos anos de estudo, reclamam do desemprego e passam boa parte do tempo em completa ociosidade, sendo poucas as alternativas de atividades que atendam a seus interesses. Os índices de violência e de uso de drogas são alarmantes. Alguns vêm encontrando nas expressões culturais vertentes importantes para falarem de seu cotidiano e construir espaços de sociabilidade que lhes permitam adquirir um rosto com o qual apresentar-se e reivindicar direitos. O desenvolvimento de oficinas culturais vem atendendo estas perspectivas, produzindo e estimulando novas habilidades, fortalecendo outras já existentes, e remetendo a novas demandas que indicam uma ampliação da noção de direitos.

JUVENTUDE(S) SUJEITOS DE DIREITOS: AS FALAS DOS RESPONSÁVEIS POR PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Olga Celestina da Silva Durand, Doris Regina Marroni Furini, Donizeti José de Lima, Francisco Canella

Este artigo é um produto referente às conclusões parciais de uma pesquisa de âmbito nacional intitulada “Juventude, escolarização e poder local”, a qual está sendo realizada em dez regiões metropolitanas de diferentes unidades da federação. Mais especificamente, discute as representações de juventude presentes nas falas dos responsáveis pela concepção e pela execução de programas e projetos de quatro municípios da região metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina, a partir de entrevistas com seus gestores e coordenadores. Partimos de uma concepção de juventude que a compreende como sujeitos de direitos, na complexidade da sua pluralidade, diversidade e diferenças, que exige a sua compreensão a partir da égide à inclusão e à participação social, que garantam o pleno exercício da sua cidadania. Referenciamos-nos em estudos e pesquisas recentes de autores como Pais, Abramo, Melucci, Margulis, Peralva e Spósito, quando estes debatem a Juventude, Escolarização e Políticas Públicas. A necessidade de compreensão das concepções apresentadas pelos gestores e coordenadores justifica-se pelos seus desdobramentos nas realidades onde estão inseridos tais programas e projetos, o que nos leva a pontuá-las sem a pretensão de conferir à elas uma representatividade ou hierarquizá-las. Observamos criteriosamente a heterogeneidade apresentada pelas falas. Nesse sentido, destacou-se como fala mais recorrente àquela dos jovens como sendo o “futuro adulto”. Tal definição reconhece nos jovens a condição de moratória social, e tem como intenção destacar a necessidade de ações que garantam a eles melhores possibilidades de futuro. No entanto, tal definição vem acompanhada por outras, como “idade dos conflitos” ou então como “fonte de problemas”, sendo percebido como uma fase a ser superada – ou melhor, uma fase, tão somente. Os conflitos não denunciam uma situação real, legítima, um problema da sociedade, mas é refletido como um problema do jovem, que é apenas uma fase, uma faixa etária. Outrossim, qualquer ação ou desejo fora da ordem estabelecida, ou fora do caminho que o conduza ao “futuro adulto” é visto como desvio, ausência de limites ou, no mínimo, falta de orientação. Em outras palavras, é negado a esses sujeitos o direito de práticas ou percepções diferenciadas das regras impostas pela sociedade. A partir disso podemos destacar que esses modos de conceber a juventude impõem limites, não só à implementação das políticas existentes, bem como, impedem atitudes que exijam do Estado outras políticas comprometidas com a legitimação e reconhecimento das Juventude(s) como sujeitos de direitos sociais.

JUVENTUDE, CIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: NOVOS OLHARES, MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES

Nilda Stecanela

Este trabalho procura fazer uma reflexão sobre as práticas educativas que ocorrem no espaço urbano, tomando a cidade como cenário e as relações que os jovens estabelecem com ela, como objeto de estudo. Visa a investigação dos princípios educativos que ocorrem para além do espaço escolar, tendo como sujeitos os jovens das classes populares da cidade de Caxias do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul. Convida a fazermos uma re-leitura da cidade, no sentido de compreendê-la e transformá-la em um espaço de construção de múltiplos saberes. Indica a necessidade de ampliação da noção de educação para o conjunto das práticas sociais da cidade, considerando a multiplicidade de fatores que interferem na construção das identidades dos sujeitos que nela circulam e nas relações que estabelecem com e nos espaços urbanos. Os itinerários investigativos contemplam a sociologia do cotidiano como metodologia por se basear numa lógica que se afasta do preestabelecido, penetrando na vida cotidiana e privada dos sujeitos investigados, numa perspectiva etnográfica. A pesquisa busca subsídios nas concepções de juventude construídas ao longo da história, tendo em vista que a juventude é uma construção social da modernidade e, nesse sentido, procura tensionar essas concepções cruzando-as com as narrativas dos jovens entrevistados e com as idéias dos autores que inspiram a reflexão. Aborda a categoria juventude como uma estação da vida que transcende o tempo fabril ao qual nossa geração se encontra enraizada. Sinaliza a existência de um protagonismo juvenil que contribui para a produção de novos olhares para os jovens da cidade que ultrapassam os rótulos patologizantes com os quais o mundo adulto está acostumado a focalizá-los. Tece relações entre as políticas públicas voltadas para a juventude as quais, em geral, encontram-se diluídas no conjunto das políticas públicas da população e as concepções que contemplam os jovens como sujeitos de direitos. Tendo como pressuposto que a cidade exerce um papel educativo e educador, numa das fases do estudo, investiga as iniciativas do poder público local em constituir políticas públicas voltadas para a juventude e os níveis de envolvimento dos jovens da cidade na construção do Plano de Ação da Juventude de Caxias do Sul, a partir da participação no I Congresso Municipal da Juventude, promovido pela Assessoria da Juventude, vinculada à Prefeitura Municipal. Dentre os vários autores que inspiram a investigação, encontram-se: Marília Spósito, José Machado Pais, Jaqueline Moll, Alberto Melucci, Paulo Carrano, Juarez Dayrell, Mário Margulis.

JUVENTUDE, CULTURA HIP-HOP E RE-INVENÇÃO DA POLÍTICA

Célia Amália Lodi, Solange Jobim e Souza

A segmentação social dos sujeitos contemporâneos em diversos agrupamentos, constituindo referências identitárias que se organizam e se expressam por meio de manifestações culturais específicas, parece ser a marca atual de uma nova ordem social e política. Nesta perspectiva, analisar a especificidade das diversas manifestações da juventude requer uma delimitação desta ampla categoria, que no caso da presente pesquisa se concretiza a partir da cultura hip-hop. Portanto, juventude e cultura hip-hop se constituem mutuamente, apresentando especificidades que apontam para novas modalidades de ação política como modos de produção da cultura e da subjetividade de determinados grupos de jovens habitantes das periferias dos grandes centros urbanos. A criação de modos de expressão que legitimam espaços de voz e de ação política de jovens marginalizados se configura como um dos modos de apropriação e re-criação da cultura no mundo globalizado e excludente. Tendo por base diversas fontes documentais, tais como, observações de grupos específicos de jovens que desenvolvem atividades culturais com apoio de ONGs, entrevistas gravadas em vídeo com jovens participantes da cultura hip-hop, relatórios de encontros e mesas redondas com a participação de lideranças expressivas do universo Hip-hop, pretendeu-se analisar e discutir as táticas de sobrevivência e de re-invenção do cotidiano, nos termos de Michel de Certeau, desenvolvidas por estes grupos de jovens como formas de reação aos processos de exclusão social. Nossa análise do lugar social e político ocupado pela juventude hip-hop, coincide com a visão apresentada por Milton Santos, quando este autor enfatiza que a grande parte da população excluída do mercado global, ou que sobrevive à margem da contabilidade pública oficial, cria uma cultura própria, endógena, resistente, que constitui uma base sólida para a produção de uma política. A tomada de consciência trazida pelo enraizamento no meio, pelo território comum e pela experiência da escassez torna possível a produção de projetos e ações políticas como modos genuínos de resistência. O uso criativo da cultura hip-hop, por determinados setores da juventude, é, portanto, tomado aqui como estratégia de luta e de re-invenção dos modos de fazer política no mundo contemporâneo.

JUVENTUDE, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO TERCEIRO SETOR

Andréa Pavão

Este trabalho tem por objetivo sistematizar as experiências vividas na parceria entre uma ONG e o Instituto de Responsabilidade Social de uma grande empresa através de um programa elaborado por este e destinado a jovens de comunidades carentes. Assim, desenvolveu-se uma Oficina de Vídeo em comunidade localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Partindo de um breve histórico desta parceria, a dimensão interinstitucional do programa, suas relações de co-responsabilidade e ações em rede, concentro-me na dimensão pedagógica do programa, desde o processo de seleção dos jovens, seu perfil e expectativas, passando por aspectos de sua formação ao longo do programa, as atividades desenvolvidas, incluindo as relações com a esfera familiar e da comunidade. Discute-se a eficiência deste programa e seu ousado projeto de participação no primeiro setor, “através do conceito ampliado de educação pelo empreendedorismo”. Questiona-se, também, os riscos das políticas públicas destinadas à educação de jovens e adultos ficarem a mercê da boa vontade do segundo setor. Um dos maiores desafios, parece ser o de desenvolver o valor da formação entre jovens de baixa renda, e a autonomia necessária para que busquem e exijam, do Estado, o acesso ao conhecimento e formação, o que ainda constitui, infelizmente, privilégio em nosso país. Este seria um diferencial efetivo em relação aos programas de cunho meramente assistencialista que se constituem apenas na ocupação e docilização do grande exército de reserva, característico das sociedades pós-industriais e que, apesar do acesso a alguns bens culturais e simbólicos, permanecerá perversamente excluído da vida cidadã através da lógica capitalista que transforma diferença em desigualdade. Não acreditamos que o empreendedorismo seja a solução redentora à trágica situação em que se encontra a juventude brasileira de baixa renda, pois sabemos que não é falta de vontade individual que produz a miséria mas, precisamente, a precariedade da educação pública, a falta de vontade política e a submissão avassaladora desta à lógica do mercado. Esperamos, contudo, termos contribuído para a formação de uma consciência mais crítica entre os jovens, estes arautos do futuro, de modo que possam atuar de forma contra-hegemônica, no sentido de superarem as condições impostas por esta realidade sustentada por todos nós, adultos, em nossas escolhas cotidianas, e que tenhamos sabedoria e humildade para escutá-los e com eles aprendermos.

JUVENTUDE, IDENTIDADE E MOVIMENTO SOCIAL

Maria Teresa Castelo Branco

A presente comunicação apresenta uma pesquisa sobre o processo de produção da identidade dos jovens do assentamento da Fazenda Ipanema, em Iperó, São Paulo, que faz parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Para tal investigação, foi necessário estudar o contexto onde se insere esta juventude, explicitar os significados que circulam na história do grupo e identificar, no cotidiano dos jovens, as referências para suas ações. Algumas significações relacionadas ao desejo de 'reconhecimento social' e de 'valorização comunitária', aliado a um forte 'sentimento de pertencimento' aos grupos locais, se revelaram como eixos aglutinadores de significados comuns a todos os jovens, em torno dos quais outras significações apareciam e serviam de mediação para a produção dos sentidos e das práticas individuais. O processo de produção de identidades coletivas e pessoais que ocorria neste universo apareceu como questão política, pois se desenrolava em um campo de forças antagônicas e em uma sociedade autoritária, onde os sujeitos da pesquisa tentavam romper com as identidades para eles pressupostas, exigindo o 'reconhecimento social' que lhes estava sendo negado. Estes sujeitos significavam o mundo e a si próprios realizando uma difícil negociação de sentidos contrários e em meio a uma multiplicidade de vínculos afetivos.

JUVENTUDE, POLÍTICA E AMIZADE: UM ESTUDO DE CASO

Jaileila de Araújo Menezes

Estudo das possibilidades de subjetivação política na contemporaneidade, tomando as relações de amizade entre jovens como uma situação social onde temas como o público (território de convivência entre os diferentes), o privado (projetos estabelecidos pelo eu), o político (reconhecimento e valorização das diferenças, mas também desafio às relações de subordinação), a ética (respeito às diferenças), o discurso (forma que dispomos para nos apropriar do mundo a que chegamos na condição de estranhos e novos), a ação (o que, ao mesmo tempo, nos iguala e distingue dos demais) e o exercício da crítica (localização dos conflitos inerentes à vida social) podem se atualizar. A pluralidade e a diferença que caracterizam a condição da política no contemporâneo convidam as subjetividades para um reposicionamento diante do outro e do mundo. Implica a elaboração de uma crítica aos princípios da democracia liberal, defensora da razão universal, da unidade e do consenso e uma postura de recusa ao modelo subjetivo que lhe é correlato, pautado no individualismo xenófobo, alérgico à

alteridade e anti-político, pois incentivador da busca, prioritária, de auto-realização na esfera privada. Quebra do monopólio do consenso, da transparência, da identificação, da extrema intimidade em prol da hipertrofia da assimetria, da heterogeneidade e da alteridade. Nessa visada ético-política, a amizade toma a forma de um vínculo, pautado na distância, no “entre”, espaço necessário ao desenvolvimento do respeito e da tolerância pelo outro, condições primordiais para o desenvolvimento de uma democracia generosa com a diferença. Vale ressaltar que não se tratará de uma pura e simples celebração das diferenças, mas sim do reconhecimento de que certas diferenças são construídas em relações de subordinação e por isso devem ser desafiadas em condições de DEMOCRACIA RADICAL, para fazer referência à proposta política de Chantal Mouffe. Nessa situação democrática, pode-se distinguir entre diferenças que existem, mas que não deveriam existir e diferenças que não existem, mas que deveriam existir. A proposta da amizade ético-política foi vivenciada por jovens através de um trabalho em grupo no formato metodológico de oficina que marca a singularidade de uma pesquisa social-clínica, principalmente por diferenciá-la de um tipo de pesquisa que denominamos de “identitária”. Na pesquisa social-clínica interessam os “momentos de diferenciação”, ou seja, momentos que expressam a constituição de um novo modo de pensar e agir que se gesta no grupo, no encontro com os demais, na atividade narrativa de apreender as diferenças e/ou desigualdades.

JUVENTUDE, PUBLICIDADE E CIDADANIA: ESTUDOS SOBRE AS NOVAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL NA CULTURA DE CONSUMO

Maria de Fátima Vieira Severiano

O crescente protagonismo do mercado e a instabilidade psicossocial derivada do debilitamento dos antigos códigos nacionais, éticos e políticos instiga-nos à reflexão acerca da atual relação do homem com os signos do consumo e suas repercussões enquanto fonte produtora de novas subjetividades, considerando-se a mídia publicitária como núcleo privilegiado de produção simbólica, na medida em que veiculam valores e estilos de vida. Ante as desigualdades sociais vigentes no Brasil, a intensificação do fetichismo do consumo, além de produzir novas formas de discriminação social, constitui-se em sério obstáculo às formas de vinculação social promotoras de cidadania. Diante desse consumo fetichizado, o presente estudo visa discutir algumas pesquisas realizadas pela autora, na linha de Subjetividade e Consumo, com adolescentes e jovens, nas quais foram investigadas: 1) as formas de produção e recepção

dos ideais veiculados pela publicidade comercial televisiva, em escala transnacional (Brasil e Espanha); 2) o impacto produzido pelas 'imagens de marca' na constituição de jovens de ambos os sexos e de distintas classes sociais e 3) as expressões de (pseudo) individualização/homogeneização produzidas pela mídia. O problema relevante observado nestas pesquisas se refere à promoção de uma "individualidade" que para ser reconhecida exige do jovem a submissão a modelos de identidade, previamente articulados pela lógica do consumo. As necessidades de um espaço de pertinência social e de referência de identidade, própria dos jovens, são direitos humanos, hoje, capturados pelo mercado, os quais findam sucumbindo às estratégias mercadológicas da publicidade, com suas promessas de salvação pessoal e social. Os dados destas pesquisas foram refletidos tendo por base o referencial teórico da Escola de Frankfurt e teóricos contemporâneos tais como Lasch, Baudrillard, Bauman, Lipovetsky, Ortiz, dentre outros. Numa perspectiva eticamente comprometida com uma racionalidade reflexiva questionamos se a "individualidade" e a "pertença social" são possíveis de se forjarem graças às benesses do mercado e quais as implicações disto para a construção de jovens cidadãos. Preocupamo-nos, basicamente, em discutir estratégias capazes de funcionarem como antídotos às ilusões instituídas pela atual "sociedade de consumo segmentada" e às novas formas de discriminação social – inclusão/exclusão via aquisição de bens de consumo.

JUVENTUDE, SEXUALIDADE, GÊNERO E SAÚDE: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO EM CONSTRUÇÃO

Leila Sollberger Jeolás,

Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari

O trabalho aqui apresentado busca sistematizar justificativas e orientações teóricas que compõem o referencial necessário para a análise dos dados (ainda em fase de coleta) referentes à temática *Juventude* e *Saúde* no município de Londrina-Paraná. Tais dados referem-se à saúde sexual e reprodutiva, à gravidez, ao aborto inseguro e às DST/Aids, cujos índices colocam a adolescência e a juventude no campo das grandes preocupações das áreas da Saúde e das Ciências Sociais. Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla – *Catálogo sobre juventudes: (re)conhecendo diversidades e desigualdades juvenis em Londrina e região* – que reúne professores e alunos de vários departamentos e áreas do conhecimento, cujo objetivo é reunir e sistematizar dados e estudos já realizados sobre as juventudes locais para a publicação de um catálogo. O referencial teórico proposto para a análise dos dados de saúde aborda os conceitos de risco e de vulnerabilidade. Este último, originário da área dos Direitos

Humanos, foi trazido para os estudos de saúde pública, no contexto da epidemia da Aids, com o intuito de pensar grupos e indivíduos fragilizados jurídica e politicamente na promoção, proteção e garantia de seus direitos de cidadania. Este conceito possibilita a consideração dos aspectos sociais, em seu sentido amplo (econômico, político e cultural) na análise das situações consideradas de risco para a saúde dos jovens, em contraposição ao sentido específico que o conceito de risco assumiu na epidemiologia referente à probabilidade de um evento negativo ocorrer. Trata-se de compreender o risco como uma construção sociocultural, o que significa apreendê-lo na íntima relação que estabelece com os significados que lhes atribuem os sujeitos sociais. Neste sentido, os riscos/perigos são concebidos e controlados dentro do quadro de referências culturais de cada grupo social, não se reduzindo à linguagem racional moderna da probabilidade. Soma-se a isto, o fato da adolescência e da juventude se constituírem em fases da vida nas quais a experimentação da sexualidade se faz presente, bem como a demarcação de diferenças de gênero, possibilitando a estruturação do processo de elaboração da identidade, tornando os jovens, portanto, importante objeto de estudo para as Ciências Sociais e da Saúde. Trata-se de um momento potencializador de transformações e de singularidades, mas também de reprodução de crenças e preconceitos, daí a importância de se contribuir com estudos sobre juventude, sexualidade, gênero e saúde baseados em um referencial teórico que dê conta das múltiplas dimensões deste processo.

JUVENTUDE, TV COMUNITÁRIA E SUBJETIVIDADE: A EXPERIÊNCIA DA TV MAXAMBOMBA NO PROJETO “CAPACITAÇÃO DE JOVENS EM PRODUÇÃO DE VÍDEO”

Luciana Lobo Miranda

Esta comunicação apresenta a discussão da produção de subjetividade no contexto do projeto “Capacitação de Jovens em Produção de Vídeo” realizado entre 1999 e 2000, pela TV Maxambomba, TV comunitária que atua com jovens de Rancho Fundo, Nova Iguaçu – RJ, desde 1986. Neste projeto, três jovens entre 17 e 19 anos, antigos “Repórter de Bairro”, com atuação na TV, desde os 14 anos, assumiram a coordenação dos grupos de trabalho para a realização dos vídeos comunitários. O projeto “Capacitação de Jovens em Produção de Vídeo” aponta a insatisfação de moradores da Baixada, particularmente os jovens, devido à forma como são retratados na grande mídia. Temas como violência, miséria, drogas, medo ou, então, temas considerados interessantes, como as iniciativas artístico-culturais da região, via de regra, recebem um tra-

tamento estereotipado, ora espetacularizado, ora glamourizado, passando ao largo da complexidade que tais temas possuem no cotidiano destes jovens. Para contrapor a esta postura, a produção de vídeos comunitários é utilizada com dois objetivos que se complementam: debater a relação da imagem midiática no cotidiano da comunidade e abordar temas considerados relevantes pelos jovens. Através de uma pesquisa qualitativa, realizada entre 1999 e 2001, pretendeu-se discutir os processos subjetivos engendrados pela experiência de produção de vídeos comunitários, realizada por jovens residentes da periferia, pela qual deixam de ser apenas enunciados nos discursos/imagens de outros, seja em programas de TV de massa, comerciais ou educativos, passando a ser protagonistas desta narrativa contemporânea, enunciando-se a si mesmos. Como categorias de análise foram privilegiadas, dentre outras: as diferenças e semelhanças entre TV de massa e TV comunitária; a mitificação e desmistificação em relação à TV de massa; a relação palavra-imagem; o ideal de informação; o processo de produção e o lugar do espectador.

JUVENTUDE: RISCOS OU PROMESSAS?

*Diógenes Pinheiro, Lúcia de Mello Souza Lehmann,
Sandra Albernaz de Medeiros*

O balanço da bibliografia que discute sobre os jovens e o mapeamento das políticas sociais em curso nos mostram um painel da juventude brasileira repleto de perigos, mas, ao mesmo tempo, pleno de possibilidades. Atualmente, os jovens são o grupo social vulnerável, pois são os que mais morrem e os que mais matam no Brasil. No entanto, são eles que se mobilizam, articulando-se, buscando ocupar os espaços públicos das cidades, em um momento marcado pelo encolhimento das manifestações coletivas de outros atores sociais. A despeito de sua diversidade e maior presença no cenário político brasileiro, os jovens ainda são vistos como um “problema social”. Esta visão vem crescendo a partir da década de 1990, com o aumento da violência da qual são vítimas e alvos. O reforço de tal visão negativa sobre a juventude provoca o aparecimento de políticas sociais carregadas de estigma, já que ela é percebida como “incompleta” e inabilitada para a aceitação social plena. Sendo assim, os jovens são vistos como portadores de inúmeras deficiências educacionais, sociais e culturais sendo, portanto, considerados como inaptos para a cidadania. No âmbito escolar, adolescentes e jovens são tidos da mesma maneira, já que suas formas de expressão tornam-se objeto do controle e da disciplina escolar. Tudo o que escrevem sobre as mesas das salas de aula – desenhos, mensagens entre amigos e namorados, comentários críticos sobre as aulas, por exemplo – transforma-se em lixo, pois o estabelecimento escolar os considera como

“desrespeito ao patrimônio” e passível de punição. No entanto, se pousarmos nosso olhar sobre esta forma de expressão podemos considerar que estes adolescentes buscam, entre si, espaços de visibilidade que se constituem como formas de subjetivação e de construção de suas identidades. Lá se dá uma modalidade de comunicação apelidada de “copy left”, ou seja, o oposto do “copy right”, já que todos podem se manifestar sem que se considerem proprietários. Desejamos, também, apontar a visibilidade como estratégia de reconhecimento social ou mesmo de sobrevivência. Esta reflexão deriva, dentre outros, em Goffman, Maffesolli, Forquin e Marc Augé e é produto de uma pesquisa realizada na Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

JUVENTUDES, INSTITUIÇÕES DE SOCIALIZAÇÃO E TRABALHO

Maria Cristina Leal

O texto traça um paralelo sobre as imagens de juventudes de três países (Portugal, Espanha e Brasil) a respeito de instituições de socialização e do trabalho. Para isto analisa os dados de pesquisas realizadas sobre a juventude em Portugal, na Espanha e no Brasil no período de 1991 a 2004. Os dados disponíveis de pesquisas a respeito das percepções de jovens de nacionalidades diversas permitiram examinar as imagens construídas pelos jovens a respeito das instituições de socialização e do trabalho, o que implica na discussão de valores. Os resultados revelaram que nos três universos examinados a família continua valorizada, a escola importa para aquisição de conhecimentos e preparação para a vida adulta e o trabalho se apresenta como fonte de sobrevivência e de busca de dinheiro para consumo. Os jovens dos três países vivem principalmente na casa dos pais. Entre eles, dois explicitamente revelaram que foi com os pais ou com a mãe que mais aprenderam e é a quem mais recorrem para pedir orientação (espanhóis e brasileiros). No caso dos jovens espanhóis a educação é altamente valorizada para obter êxito pessoal (46%), fato que não foi apontado pelos dois outros grupos. Um aspecto final a ser assinalado nos três é a permanência em casa dos pais, fato a ser levado em conta pelas políticas sociais para a juventude pois, pode indicar a falta de oportunidades e mesmo falta de condições para se sustentar, ter autonomia de vida. Este é um dos resultados que precisariam ser aprofundados na medida em que a tendência das sociedades é de redução dos custos previdenciários e o fato de pais/responsáveis terem que arcar com os custos de manutenção de jovens por maior tempo precisa ser levado em conta principalmente naquelas sociedades marcadas por alta desigualdade.

LA LIBERTÉ DE CHOIX COMME CONDITION FONDAMENTALE DE L'INSERTION SOCIOPROFESSIONNELLE DES JEUNES PRÉCAIRES: UN EXEMPLE CANADIEN

Mircea Vultur

Pourquoi les divers mesures et programmes d'aide à l'insertion des jeunes dits «défavorisés» paraissent-elles si peu efficaces? Au Canada et particulièrement au Québec les évaluations des dispositifs d'insertion et les études sur les jeunes faiblement qualifiés aboutissent à des conclusions relativement semblables: les ressources, les réseaux personnels et la débrouillardise sont plus utiles pour accéder à un emploi que les programmes et les mesures d'insertion aidée; les moins qualifiés, les jeunes sans diplôme, les jeunes de rue sont ceux qui bénéficient le moins des ressources institutionnelles mises en place par le gouvernements ou par le secteur communautaire. Ils restent souvent sur le côté du chemin même s'ils ont préalablement bénéficié d'une aide à l'insertion sur le marché du travail. Après un ou plusieurs passages par des stages de formation, une proportion non négligeable de jeunes retournent à la case départ. Au Québec, par exemple, environ 25% de jeunes participants aux programmes et mesures d'aide à l'insertion n'arrivent pas à mettre de l'avant un projet professionnel, même après avoir complété plusieurs stages. Dans le cadre de ce symposium, ma communication vise: (1) à présenter les caractéristiques des jeunes adultes qui, au Québec, effectuent à répétition des démarches d'insertion sans toutefois réussir à concrétiser un projet professionnel et d'exposer leurs trajectoires familiale, scolaire et professionnelle, (2) à fournir quelques éléments d'information et d'analyse sur le rapport à l'institution scolaire et sur la vision que ces jeunes ont de l'insertion sociale et professionnelle et (3) à mettre en relief le rapport des jeunes à l'insertion aidée et leur position vis-à-vis de la pratique d'intervention comme facteur à la source de l'inefficacité relative des programmes mis en place à cet effet. Je montrerai que les difficultés d'insertion sur le marché du travail éprouvées par les jeunes défavorisés et le risque de dérive sociale ne tiennent pas à un vide juridique ou à l'absence de programmes et de mesures concernant ces jeunes. Elles sont liées à l'absence d'une réponse qui relève de mesures de formation nouvelles, de création de programmes spécifiques pour améliorer les conditions d'une insertion sociale et professionnelle réussie en tenant compte des particularités de ces jeunes, qui valorisent fortement la liberté de choix et pour qui l'insistance sur des règles d'encadrement prédéfinies mises en avant par les institutions, entre en conflit avec leurs situations particulières et avec leurs valeurs. Ces analyses pourront informer les modalités d'action collective et les politiques d'insertion au Brésil et constituer une matière de réflexion pour ceux qui s'intéressent à l'échec scolaire et à l'exclusion sociale et professionnelle.

L'ENJEU IDENTITAIRE DE LA RECONNAISSANCE DANS LA SORTIE DE LA RUE CHEZ LES JEUNES À MONTRÉAL

PISTES THÉORIQUES

Annamaria Colombo

Cette présentation porte sur la problématique d'une recherche doctorale s'articulant autour de la question du rôle que joue la reconnaissance dans le processus de sortie de la rue chez les jeunes à Montréal. La recherche est de nature qualitative (entrevues individuelles et de groupe auprès d'anciens jeunes de la rue) et l'approche, basée sur l'interactionnisme symbolique, est compréhensive. Le but est de comprendre si le fait que le jeune de la rue sente que sa place sociale est reconnue ou non par différents acteurs significatifs facilite ou fait obstacle à son processus de sortie de la rue. La reconnaissance doit être comprise comme la coïncidence entre l'identité pour soi (la façon dont le jeune se représente sa place sociale) et l'attribution d'une place sociale par des acteurs significatifs. Il s'agit d'explorer la nature des relations entre d'anciens jeunes de la rue et différents acteurs significatifs à leurs yeux et de comprendre comment ces contextes relationnels construisent ou déconstruisent le processus de sortie de la rue, considéré comme un processus de repositionnement identitaire. L'angle de la recherche se situe du point de vue du sortant : il s'agit de révéler comment celui-ci perçoit l'attitude des autres acteurs à son égard et comment il l'intègre à son processus de sortie. Cette communication présente les pistes théoriques sur lesquelles se base la recherche, en mettant l'accent sur les dynamiques identitaires (principalement la reconnaissance) qui sous-tendent le processus de sortie de la rue.

LEVANTAMENTO INICIAL SOBRE USO DE ÁLCOOL ENTRE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

*Raul Aragão Martins, Antonio José Manzatto,
Suzy Mary Granzoto Poiate, Ana Carla C. F. Scarin,
Luciana Ap. Nogueira da Cruz, Maria Cecília Bérغامo
Braga, Patrícia S. Teixeira, Rosana Akemi Kawashimi,
Selma Kharfan, Lígia Carneiro Tovo*

O uso de substâncias psicoativas, legais e ilegais, é uma questão presente e muito discutida na sociedade contemporânea, especialmente entre crianças e adolescentes. Particularmente as drogas legais, álcool e tabaco, são as mais usadas e o consumo nesta faixa etária pode ter conseqüências sociais, legais, assim como as relacionadas à saúde. Levantamentos sobre o uso do álcool mostram que esta

conduta começa no início da adolescência, no convívio familiar ou nos grupos de colegas. Esta situação mostra que a conduta de beber é construída socialmente e, desta forma, o conhecimento de como adolescentes categorizam este comportamento, e quem consideram autoridade para regulá-lo é importante na elaboração de programas preventivos e de intervenção. Independente da legislação, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para pessoas menores de 18 anos de idade, existe a realidade de um grande número de adolescentes bebendo excessivamente e para os quais não há nenhum procedimento de atendimento padronizado e testado. Este relatório tem por objetivo mostrar o procedimento e os resultados do levantamento inicial (Screening) de um projeto que visa conhecer como adolescentes julgam socio-moralmente o uso de álcool e outras drogas, identificar aqueles que estão bebendo excessivamente e testar um procedimento de intervenção breve, o BASICS, visando a volta ao beber moderado ou abstinência destes jovens. A realização do levantamento inicial constou de organização do instrumento, seleção das escolas e preparação da equipe de aplicação. O instrumento de um levantamento inicial precisa ter uma sensibilidade alta para alcançar o máximo de sujeitos passíveis de uma intervenção e de preenchimento rápido. Com estes critérios foram selecionados o AUDIT – Alcohol Use Disorders Identification e o RAPI – Rutgers Alcohol Problems Inventory, assim como foram colhidos dados sócio-demográficos e nível sócio-econômico. Para a seleção das escolas foi pedido, em primeiro lugar, sugestões para o escritório local da Secretaria Estadual de Educação, que indicou duas escolas. O contato pessoal do pesquisador com as direções resultou na aceitação e possibilitou o planejamento dos melhores dias e horários para a aplicação do instrumento. A equipe foi treinada para a aplicação pelo próprio pesquisador. Foram poucos alunos que se recusaram a responder o questionário. O maior problema foi o absenteísmo no período noturno, o que demandou várias idas as escolas. Resultados mostram que foram alcançados cerca de 82% dos alunos matriculados e destes cerca de 20% pontuaram 8 ou mais no AUDIT e ou 3 ou mais no RAPI, os tornando elegíveis para participarem da intervenção breve. (Fapesp)

LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE: APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

*Ana Valéria Rodrigues, Bianca Barbosa Barroca,
Orientadora Juliana Thimóteo Nazareno Mendes*

O Estatuto da Criança e do Adolescente define as medidas sócio-educativas como aquelas que devem ser aplicadas aos adolescentes em conflito com a

lei. Aplicar, a privação de liberdade em um contexto histórico de abandono, pobreza e exclusão é uma prática que deve ser evitada. As medidas e programas a serem adotados na situação de prática de delitos, devem ter caráter reparador, curativo e socializador. Portanto, as medidas sócio-educativas, especificamente, a Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, além de evitar o internamento, chamam à responsabilidade a família, a escola e a comunidade. Em pesquisa realizada na cidade de Juiz de Fora, com o intuito de verificar a aplicabilidade da PSC neste município, concluiu-se que esta medida está se consolidando vagamente e apresentando questões problemáticas. As instituições que acolhem os adolescentes, não possuem técnicos capacitados para orientá-los e promovê-los durante o desenvolvimento de suas atividades, no sentido de observar suas aptidões, dificuldades e necessidades como escola, trabalho e lazer, na busca de garantir direitos constitucionais. Deveria ser realizado com os orientadores curso de capacitação, para que os mesmos fossem capazes de trabalhar com os adolescentes, mais do que o caráter punitivo da medida, mas o educativo, tendo em vista que o adolescente encontra-se em uma fase de transição. Verificou-se também, que as instituições não oferecem aos adolescentes um trabalho realmente educativo, que promova o senso de responsabilidade e o auxilie na aprendizagem de alguma tarefa. As atividades desenvolvidas, não estão garantindo a eficácia da medida, já que são realizadas sem o planejamento conjunto com o adolescente, e muitas vezes, permite que o mesmo permaneça com o tempo ocioso durante o cumprimento da medida de PSC. Na maioria das instituições existem vagas que não estão preenchidas, ou porque os adolescentes abandonaram a medida, ou por falta de comunicação com a equipe do juizado, responsável por fazer os encaminhamentos. Este fato contribui para um grande volume de adolescentes esperando para cumprirem as medidas. Durante a pesquisa, foi ressaltada a importância do envolvimento da família neste processo. Assim, pode-se apontar fragilidades na aplicabilidade da PSC, pois esta, não está propiciando condições para que o adolescente desenvolva um projeto de vida digno, rompendo com a prática de delitos e exercendo sua cidadania.

LIBERDADE SEXUAL DOS ANOS 60

*Adriene Barreto de Freitas,
Orientadora Regina Andrade*

Tentaremos inicialmente mapear as transformações que ocorreram na década de 60 no Brasil. De acordo com o jornalista Zuenir Ventura, “tudo começou” quando em 1964 foi instalado no país um regime de força autoritária, tendo a responsabilidade política e social e os rumos da nação, estando em mãos

de militares. Esta década e a seqüência deste tempo revelou várias mudanças para os parâmetros familiares e para a educação dos jovens. Muitos autores consideram que “esta foi a grande ruptura com a geração anterior”, o que nos faz pensar que sempre haverá fragmentações, conflitos e rupturas de uma geração para outra. A década de 60 é muito significativa com relação ao papel desempenhado pela mulher na sociedade. Há uma mudança marcante das ocupações que as mulheres passam a desempenhar na sociedade tais como o ingresso nas universidades, trabalhos nos serviços públicos e particulares e até mesmo na iniciativa privada. Nesse tempo, também alguns fatores advêm em benefício da mulher. *O novo estatuto da mulher casada* elaborado pelo jurista Romi Medeiros da Fonseca, foi incorporado ao Código Civil em 1962. Este projeto propunha a plena igualdade entre os cônjuges e distinguiu a mulher casada, dos indígenas, dos incapacitados e dos menores, possibilitando-lhes o exercício em atividades assalariadas sem a autorização do marido. Até esta época, e ainda durante quase toda a década de sessenta, a idéia prevalente da realização pessoal da mulher esteve condicionada ao sucesso no casamento, à perfeição na maternidade e sobretudo a um atrelamento da mulher ao projeto do homem. Uma reivindicação de direitos próprios começava timidamente a se expressar. Preconceitos contra a sexualidade fora do casamento eram reforçados pelo apego à virgindade, cujo valor complicou muitas relações entre os casais. A virgindade até o casamento era exigida pelos homens e pelas mulheres. Os abortos eram mais clandestinos do que nunca. Os métodos contraceptivos clássicos não facilitavam uma vida sexual mais livre mas com o *advento da pílula anticoncepcional*, e a necessidade da liberdade de expressão de uma época houve uma mudança de idéias frente à mulher.

LOS ADOLESCENTES Y JÓVENES Y EL DERECHO A LA CONVIVENCIA FAMILIAR Y COMUNITARIA

Maria Matilde Luna

El derecho a la convivencia familiar y comunitaria está consagrado en la Convención por los Derechos del Niño (CDN). Está en directa relación con el reconocimiento de la necesidad del niño como sujeto en desarrollo. En su preámbulo dice: “Reconociendo que el niño, para el pleno y armonioso desarrollo de su personalidad, debe crecer en el seno de la familia, en un ambiente de felicidad, amor y comprensión”. Por otro lado, en su art. 1º la Convención establece que “...se entiende por niño todo ser humano menor de dieciocho años de edad, salvo que en virtud de la ley que le sea aplicable, haya alcanzado antes la mayoría de edad”. La ley N° 23849, que es la que en la Argentina incorpora

a nuestra constitución nacional CDN declara en su Art. 2° que "...debe interpretarse en el sentido que se entiende por niño a todo ser humano desde el momento de su concepción y hasta los 18 años de edad". Para el cumplimiento efectivo de éste derecho, la sociedad y el estado argentino implementan o deberían implementar prácticas que garanticen la crianza en familia para los chicos de hasta 18 años. Éstas prácticas van desde el fortalecimiento de las familias hasta la adopción pasando por la institucionalización, el acogimiento familiar etc. En ésta presentación nos proponemos hacer una aproximación sobre el estado del cumplimiento de éste derecho, en particular para los adolescentes, identificando algunas prácticas, detectando los obstáculos, intentando profundizar en las causas de su cumplimiento o incumplimiento. Para ver qué está pasando en Argentina intentaremos responder, entre otras, a éstas preguntas: ¿Hasta qué punto se considera necesaria la convivencia en familia cuando se trata de un púber o adolescente?, ¿Qué información tenemos sobre los adolescentes y jóvenes argentinos que no tienen un grupo familiar de referencia? ¿Dónde y cómo están? ¿Qué medidas se toman cuando el adolescente debe ser separado de su núcleo familiar por medidas judiciales?, ¿Hasta qué edad es la práctica actual de la adopción y el acogimiento familiar? ¿Se buscan familias adoptivas para púberes y adolescentes?

LUGAR LEGAL: A PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DO LUGAR DE MORADIA E A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO DE ADOLESCENTES NA ÁREA URBANA DE MANAUS

Sylvia Souza Forsberg, Maria Inês Gasparetto Higuchi

O espaço é uma espécie de linguagem que manifesta significados reais e imaginários. Ao avaliar as percepções dos lugares é possível acessar formas de pensar e agir das pessoas *com* e *no* ambiente em que se acham inseridas. Esses comportamentos, que constituem o cerne das relações psicossociais e culturais, são construídos num processo histórico onde ao adulto é solicitado o poder de decisão de transformações sócioambientais. Nesse processo social é que o adolescente se encontra reproduzindo e produzindo sua própria história e de toda a coletividade que está fazendo parte. Desse modo, o adolescente vive uma espécie de privação, em especial aqueles que vivem num ambiente urbano, onde sua relação com o entorno é basicamente adultocêntrica, pois traz consigo elementos que foram estruturados pelos adultos com os quais convive. A pouca, ou quase inexistente, participação *da* e *na* construção espacial urbana distancia esse adolescente do processo ativo de construir e intervir numa cidade. Mas isso não se limita à problemática espacial, uma vez que

ao construir seu ambiente, o adolescente está construindo a si próprio como pessoa e membro de uma coletividade. A partir desses pressupostos, este trabalho pretende discutir os resultados de um estudo realizado com adolescentes na periferia de Manaus com o objetivo de analisar as percepções sobre a qualidade do lugar de moradia e o grau de apropriação a esses espaços. Além disso, procurou-se compreender a imagem que faziam do *seu* lugar e o lugar *dos outros*. Participaram da pesquisa 40 adolescentes de ambos os sexos, moradores de áreas periféricas de Manaus. Utilizou-se a técnica da entrevista semi-estruturada, auxiliada por uma série de fotografias em preto e branco de diversos lugares de moradia da cidade. Constatou-se que o adolescente morador dessas áreas mune-se de formas diferenciadas para consolidar o significado de enraizamento, pertencimento e habitabilidade. A imagem que os adolescentes projetam sobre o lugar de moradia *dos outros* é inevitavelmente informada pelas condições de *seu* próprio lugar, que contém aspectos relativos ao status social, distanciamento físico do centro, qualidades de urbanização e cuidado estético, poder aquisitivo, situação econômica e segurança. Por outro o *seu* lugar de moradia se constitui nessa relação recíproca do que o *outro* representa. Assim, essas percepções são constituídas numa relação dinâmica e interdependente, que se fundamenta nesse processo sócio cultural onde idade e gênero são fatores diferenciais.

MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA EM COMUNIDADES POPULARES DO RIO DE JANEIRO

Ivana Oliveira Lima, Leila Sanches de Almeida

A confirmação de uma gravidez envolve mudanças intra e interpessoais, principalmente no contexto familiar. No que diz respeito à primeira gestação, são criadas uma expectativa social sobre a formação de uma verdadeira família, em função de valores sócio-históricos que são carregados nos conceitos de gravidez e de maternidade e também expectativas de mudanças sociais. Quando a gravidez ocorre na adolescência, ela incide sobre um processo em curso na família, também pautado na reestruturação de identidades e papéis familiares e do eu corporal do adolescente – isto é, sobre a reconfiguração de seu esquema corporal e suas mudanças libidinais (Mouján, 1974), de modo que uma complexa crise familiar se instala pelo atravessamento das crises previsíveis (Erikson, 1959) da adolescência e da gravidez. Há cerca de três ou quatro décadas atrás, essa complexa crise familiar se configuraria em uma outra ordem, uma vez que os valores e costumes sociais eram outros. Assim esse estudo, fundamentado na Rede de Significações (Rosseti-Ferreira e col. 2004) objetiva

explicitar questões e fatos relatados sobre gravidez e maternidade na adolescência em um Complexo de 12 comunidades da zona norte do Rio de Janeiro, a partir da Pesquisa Participativa sobre a Infância e Adolescência desenvolvida, em 2003, pelo Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), por solicitação do UNICEF e em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do programa EICOS do Instituto de Psicologia e do NESC (Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva). Com base nas 25 entrevistas e 17 grupos focais realizados tem-se visto que a maternidade na adolescência é muito comum e costuma acontecer a partir dos 11 anos de idade. Em alguns casos, as adolescentes ao completarem 18 anos já estão na segunda ou terceira gravidez. Os depoimentos indicam algumas prováveis causas para esse fenômeno: a ausência de informação, as relações familiares fragilizadas, a escassez de projetos sociais na área de prevenção e a influência dos meios de comunicação. Foram apresentadas também algumas características específicas: a condição de solteiras da maioria das mães adolescentes, a permanência destas em geral com sua família de origem e a dificuldade das jovens exercitarem sua função materna, devido ao conflito entre ser mãe e adolescente.

MENINO BRINCA DE BOLA; MENINA DE BONECA E CASINHA: TRANSMISSÃO DE EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS BRINCADEIRAS INFANTIS

Laura Daniel

Levando-se em consideração as diferentes realidades em que vivem as crianças e jovens do Brasil, esta pesquisa busca conhecer e analisar as estratégias utilizadas por crianças de sete a onze anos de idade residentes no bairro São Dimas (composto por famílias de baixa renda) e no bairro Jardim Botânico (composto por famílias de camadas sociais abastadas) da cidade de São Pedro-SP, para criar vínculos de sociabilidade entre si e na família. Através da formação de grupos infantis, dos brinquedos e das brincadeiras que as crianças utilizam para sociabilizar-se umas com as outras, procuramos apreender quais as alternativas que as crianças buscam a fim de vivenciar a infância. Para isto, procuramos conhecer as relações de sociabilidade, a maneira peculiar que as crianças utilizam para brincar e criar brinquedos, as relações de gênero desenvolvidas durante as brincadeiras, a existência de violência ou não nessas atividades e a possível transmissão de brincadeiras que as mães viveram durante sua própria infância para os filhos. (CAPES)

MORALIDADES EM DEBATE: DIREITOS SEXUAIS DAS/OS ADOLESCENTES NO ÂMBITO DA SAÚDE

Lucélia Luiz Pereira

A questão da saúde sexual e reprodutiva das/os adolescentes tem sido uma das grandes preocupações da atualidade na área de saúde, haja vista o alto índice de gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, aborto provocado, uso incorreto de métodos anticoncepcionais, morbi-mortalidade materna, entre outros temas de relevância para a saúde pública. Essa realidade demonstra a necessidade e a importância de programas de saúde que contribuam para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das/os adolescentes. Em nome disso, o presente trabalho tem como objetivo investigar quais os modelos morais de educação sexual das/os profissionais dos Programas de Atenção Integral ao Adolescente (PRAIA) do Distrito Federal, e qual a percepção das/os adolescentes, inseridos nesses programas, acerca da educação repassada. O acesso a essas informações proporciona subsídios para se refletir sobre um modelo de atenção que responda às demandas dessas/es adolescentes, possibilitando que elas/es tomem decisões autônomas em relação a vivência de sua sexualidade. Para a análise, utilizou-se como espaço de pesquisa os sete PRAIAS implantados no DF, empregando como procedimento metodológico entrevistas abertas, semi-estruturadas, gravadas. Foram definidos dois grupos de entrevistadas/os: a de profissionais e de adolescentes. A pesquisa se encontra na fase final de coleta de dados e transcrição de fitas. A análise preliminar dos dados das entrevistas com profissionais revela que em relação a questão da sexualidade das/os adolescentes, a família é apontada pelas/os profissionais dos programas como a principal instituição responsável por educar sexualmente as/os adolescentes. Reconhecem que as/os profissionais, muitas vezes, imprimem julgamentos morais no momento do aconselhamento em sexualidade e ressaltam a importância da capacitação para que o atendimento ao adolescente seja de qualidade. Além disso, dentre o universo de temas e situações enfrentadas, os profissionais elegeram a violência sexual e a homossexualidade como as questões mais delicadas para as ações de intervenção. Os dados mostram ainda que nos atendimentos com as/os adolescentes, as/os profissionais quase sempre abordam a questão da sexualidade ligada aos riscos de sua prática. Enfocavam a gravidez na adolescência, as DST/HIV/AIDS, os métodos anticoncepcionais. Praticamente não foi abordada a noção de prazer. Poucas/os profissionais referiram-se a educação sexual como subsídio para a vivência prazerosa da sexualidade.

MOVIMENTO DE ADOLESCENTES DO BRASIL: DESAFIOS E CONQUISTAS

*Camila Leite, Claudia Ribeiro,
Maria Teresa de Arruda Campos*

O Movimento de Adolescentes do Brasil, mais conhecido como MAB, configura-se desde 1998, como uma rede de pessoas e grupos institucionalizados ou não que desenvolvem trabalhos na articulação das adolescências com a participação social. Comungando o desejo de construção de uma sociedade mais justa e mais feliz, os cinqüenta grupos de sete estados brasileiros e do Distrito Federal, que compõe o Movimento, atuam em diversas áreas, com distintas metodologias de trabalho. O que possibilita uma enorme diversidade de práticas e reflexões no campo dos movimentos sociais. Os/as participantes do MAB, adolescentes, jovens, educadores e educadoras, atualmente organizam-se como uma rede de articulação e mobilização social. Encontram-se em eventos municipais, regionais e nacionais, realizados pelos mesmos, nos quais aprofundam reflexões, trocam experiências, além de programarem ações coletivas e experimentarem novas formas de aprender e de ensinar. A rede executou dois projetos coletivos, um no estado de São Paulo, por um ano (2000), financiado pelo Ministério da Saúde (Coordenação Nacional de DST/AIDS) e o outro por dois anos (2001/2002), financiado pelo Ministério da Justiça (Programa Paz nas Escolas). Desses projetos resultaram duas publicações: uma revista (*De adolescente para adolescente, nosso jeito de prevenir*) e um livro (*Adolescências e Participação social no cotidiano das escolas: a paz também é a gente que faz*). Além dessas publicações, foi lançado durante o XII Encontro Nacional de Adolescentes (ENA), em Julho 2004, o livro *Afinal, que paz queremos?* fruto do registro do XI ENA, ocorrido em Lavras, MG, em 2002. O desafio que atualmente está colocado para MAB diz respeito à reflexão sobre nossas principais conquistas e dificuldades, que estão atreladas ao fato de construirmos um espaço de aprendizagens múltiplas e de exercício constante da democracia. Que contornos e texturas geram a parceria entre adolescentes e educadores? De que maneiras estamos construindo conhecimentos coletivamente, reconhecendo e valorizando nossas diversidades? Como o MAB pode apresentar um novo jeito de produzir conhecimento e de reconhecer o espaço e a participação do e da adolescente como sujeito de direitos e autores de suas histórias e da história desse tempo?

MÚSICA E INTERGERAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COLOCANDO A JUVENTUDE NO CENTRO DESSE DEBATE

Maria Guiomar de Carvalho Ribas

Em uma escola municipal da Educação de Jovens e Adultos (EJA) localizada na cidade de Porto Alegre, estou realizando um estudo de caso cujo objetivo central é compreender como se tecem as práticas musicais nas relações intergeracionais de estudantes ditos jovens e adultos. Nesse sentido, busco entender que formas de interação se dão a partir das práticas musicais dos/as estudantes; analisar como o contexto da EJA produz e interfere nessas práticas musicais; examinar se podemos falar de um processo de co-educação musical entre estudantes 'jovens' e 'adultos'. O estudo está situado no campo da sociologia da educação musical (Denora, T. 2000; Souza, J. 2000) e adota a sociologia da vida cotidiana (De Certeau, 2000; Pais, 2003) como referencial teórico central. Entretanto, o objetivo desta comunicação não será apresentar a referida pesquisa em andamento, mas, através de um recorte analítico, focalizar e refletir sobre as questões mais diretamente relacionadas às práticas musicais juvenis na EJA. Ao colocar a juventude no centro do debate, a presente comunicação discutirá sobre espaços e práticas sociais (principalmente as musicais) juvenis em uma escola específica da EJA, abordando mais particularmente as questões de repertório; divergências e/ou convergências de interesses; trocas, negociações e tensões sociais que se estabelecem entre universos culturais distintos desses sujeitos sociais 'jovens' e 'adultos'. Sobre a EJA cabe mencionar que esta é uma modalidade de ensino em nível fundamental cujas Diretrizes Curriculares Nacionais foram regulamentadas há quatro anos através do parecer 11/2000. Sua função central é oferecer escolaridade aos indivíduos que não tiveram acesso à educação básica, favorecendo desse modo a inclusão social de segmentos das classes populares de acordo com a LDB nº 9394. A EJA atende indivíduos a partir de 15 anos não havendo limite quanto a idade máxima. O presente estudo pretende ir ao encontro da necessidade de compreender jovens da EJA considerando sua diversidade sociocultural, notadamente no que diz respeito à música e às relações entre gerações. O estudo pretende ainda trazer reflexões sobre essa modalidade de ensino, que por ser constituída por 'jovens' e 'adultos', engendra uma complexidade singular que pode ser estudada através do olhar da educação musical, contribuindo para o entendimento da função sociopedagógica da música nesse contexto educacional. (CAPES)

NARRATIVAS DE JOVENS COM INDICAÇÃO DE DEFICIÊNCIA MENTAL EM CLASSES INCLUSIVAS DE ENSINO MÉDIO

*Sueli de Souza Dias,
Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira*

Diferentes significações nortearam os tratamentos aos sujeitos considerados deficientes. A perspectiva histórico-cultural possibilita compreender a deficiência mental como uma das possíveis direções do desenvolvimento humano, evidenciando um modo como o sujeito se constitui a partir da relação dialética entre a sua história pessoal e a dinâmica sociocultural. O objetivo do trabalho foi investigar os processos de significação de si em estudantes de ensino médio com indicação de deficiência mental. Os Sujeitos pesquisados foram 12 jovens com idades entre 17 e 24 anos que cursavam o 1º ou o 2º ano do ensino médio em escolas públicas do Distrito Federal. A metodologia foi construída a partir dos pressupostos da epistemologia qualitativa, num enfoque interpretativo. Instrumentos utilizados na construção dos dados: (a) entrevista semi-estruturada e individual norteadas pelos eixos temáticos: deficiência mental; escola; família; lazer, vida social e afetiva; trabalho e religião; (b) diálogos com as professoras itinerantes, da sala de recursos ou orientadora educacional das escolas em que os sujeitos encontravam-se registrados, bem como com seus responsáveis; (c) análise dos relatórios de avaliação psicopedagógica. As entrevistas foram o foco da análise. Os demais instrumentos serviram de referência e apoio ao processo de atribuição de significados às narrativas. A análise das entrevistas ocorreu em dois níveis: (i) análise extensiva das seqüências dialógicas selecionadas, significativas em relação aos eixos temáticos; (ii) análise intensiva de três entrevistas expressivas quanto aos processos de significação frente a indicação de deficiência. Os resultados indicaram que a deficiência mental é vista como tabu. A escola regular é referência para a realização de experiências pessoais e sociais que favorecem o desenvolvimento e a elevação da auto-estima. A sala de recursos é vista, simultaneamente, como estratégia de apoio à ascensão educacional e como espaço de rotulação. A família assume papel de promoção de inserção social, mas interfere na autonomia dos sujeitos. Há dificuldades na realização de amizades e na vida afetiva, embora haja experiências de namoro e vida social condizentes com atividades da juventude. As expectativas em relação ao mundo do trabalho e acesso ao curso superior são positivas. Os enunciados não evidenciaram influência direta da religião nos processos de significação dos sujeitos. Os resultados oferecem subsídios para a reflexão sobre o processo de inclusão educacional e contribuem para a maior compreensão dos

sujeitos para quem a indicação de deficiência mental marcou a passagem pela carreira escolar e que hoje se encontram nas últimas séries do processo.

NOS CAMINHOS DA CIDADANIA: JOVENS E PODER PÚBLICO CONSTRUINDO POLÍTICAS

Viviane Paliarini

Pensar em juventude na conjuntura social que estamos inseridos é transcender estereótipos, pois a juventude vem revelando formas novas e diversificadas de atuação e inserção no cenário social e político, atuando como sujeito participante e problematizador de seu contexto. Partindo desse pressuposto, este trabalho tem por objetivo central compreender como o jovem sai do anonimato político-social e emerge na esfera pública como sujeito participante e problematizador. As primeiras constatações, ainda preliminares, de um estudo de caso local no município de Alvorada/RS, revelam que as iniciativas de ações manifestadas pelos jovens estão tendo reconhecimento na forma de acolhida e estímulo para a sua continuidade e legitimação dentro da esfera pública e viabilizadas na institucionalidade política, através da criação da Assessoria de Juventude junto ao Gabinete da Prefeita. Visando a atuação transversal dos jovens não só dentro de suas ações, mas também na esfera pública e partindo do pressuposto de que os jovens são sujeitos criadores, atuantes e participantes das ações de/para juventude é que a Assessoria vem estabelecendo uma relação dialógica com a juventude local, concretizada através de programas como movimento Ensaio de Rua, Alvorada Double Session, Seminário de Políticas Públicas, entre outros. Ações pensadas pelos jovens e viabilizadas através da articulação da juventude local com a assessoria, colocando os jovens em contato com demais setores da esfera pública, fazem com que estas ações ganhem status de políticas públicas, sendo problematizadas e avaliadas pelas mesmas. É relevante pensarmos na temática juventude, cidadania e políticas públicas sem considerarmos o campo de tensões da qual elas emergem. Ações contínuas e apoios eventuais acabam esbarrando na tensão política de ordem burocrática, e orçamentária onde privilegia-se ações de cunho terapêutico ao invés de enfatizar ações de positividade e preventivas, das quais a apropriação de informações e conhecimento por parte do jovem constituem a possibilidade de uma real cidadania. Com a definição da “nova institucionalidade” como temática desencadeadora da pesquisa de campo, a metodologia consiste em entrevistas, cujo roteiro emerge do banco de dados construído em uma primeira etapa, que está sendo realizada com gestores ligados à assessoria de juventude, e gestores e atores locais do programas/projetos. Os referenciais

teóricos relacionam-se a estudos contemporâneos sobre políticas públicas e juventude destacando a produção de Spósito, Dairel, Fischer, Carrano, Melucci, com os quais se produz fortes interlocuções para a pesquisa.

NOVAS INSERÇÕES DA PSICOLOGIA EM ESCOLAS PÚBLICAS

Solange Cantanhede, Maria Alice Maranhão

O Projeto Girassol oferece atendimento psicológico clínico às crianças em seu ambiente escolar. Os alunos que seriam encaminhados para algum serviço de psicologia externo são encaminhados ao Girassol, que funciona dentro da escola. O objetivo específico do Projeto é facilitar o acesso ao atendimento e a permanência no mesmo, e o objetivo geral é dar apoio à educação e ao desenvolvimento pleno das crianças em escolas públicas. Entretanto, com o passar do tempo, o fato dos atendimentos acontecerem dentro da escola, criou oportunidades para o desdobramento das atividades oferecidas. Se no começo a idéia era o atendimento individual de crianças e acompanhamento dos responsáveis, logo foi criado um grupo quinzenal de mães, que é aberto à comunidade, não sendo necessário que a criança esteja em atendimento para o responsável participar. Com o crescente interesse dos professores em conversar com os psicólogos sobre as transformações que viam nas crianças, o grupo de psicólogos passou a participar, quando convidado, de reuniões de conselho de classe, sem nenhuma intenção de intervir institucionalmente ou psicopedagogicamente. A participação visava à troca de idéias, informações e orientações em relação ao desenvolvimento e à educação das crianças. Algum tempo depois, foi feito um pedido, pelos professores, de um espaço mais aberto e mais freqüente. Formou-se então uma sala de conversa, onde dois psicólogos, de quinze em quinze dias, encontravam-se com os professores para falar não só dos alunos, mas de si próprios. O Projeto abriu espaço também para grupos terapêuticos, contando com um ou dois psicólogos para grupos de quatro a seis crianças. Toda criança inscrita para atendimento no Projeto Girassol passa por um psicodiagnóstico. Desta forma foi constatado que, em muitos casos, a queixa principal era de agitação, dificuldade de concentração e agressividade. Questões que podem ser muito bem trabalhadas em grupos, que tenham uma tarefa objetiva, porém, com múltiplas possibilidades de execução. Para este trabalho foram desenvolvidas as oficinas sócio-educativas, sempre coordenadas por um psicólogo, que também possua alguma outra habilidade ou formação, ou por um especialista na área, auxiliado por um psicólogo. As oficinas atuais são de desenho, artes, bijuteria, dança, contos de fada, vídeo, costura e teatro. Continuando

com o propósito de fazer o possível, dentro do que é pedido, as mães também formaram grupos para as oficinas de bijuteria e costura, onde mantêm um espaço de conversa e trabalham de forma cooperativa, vendendo o que produzem e comprando material para produzir mais. Neste ano de 2004, começaram as oficinas de reflexão para adolescentes – oficinas de futuro, onde os alunos de uma determinada turma são convidados a participar de seis encontros com um grupo de psicólogos para falar livremente sobre os temas de sua escolha. Os temas que surgem variam em torno de sexualidade, segurança/violência, família, trabalho, gravidez, drogas e futuro. A espinha dorsal do projeto é a sua equipe, que se mantém firme em seus propósitos de que a psicologia tem muito a colaborar na educação e cuidado dos jovens e de que o pouco que se faz traz muitas mudanças. Os resultados deste trabalho nos incentivam a continuar criando e buscando novas soluções para a população infanto-juvenil brasileira.

NÚCLEO CEARENSE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA (NUCEPEC)

Monike Cordeiro Gouveia

O NUCEPEC, projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), iniciado em agosto de 1984 é a primeira experiência nordestina no gênero e segunda brasileira. Foi criado em virtude da necessidade do envolvimento da Universidade com questões sociais relevantes, contribuindo para o seu enfrentamento. É composto por estudantes, professores e consultores – profissionais envolvidos com a questão da criança e do adolescente – que reconhecem no NUCEPEC um caminho de atuação. Sem recursos próprios, conta com o apoio financeiro da UFC. Ao longo de sua história, o Núcleo tem firmado parcerias com entidades diversas, para a execução de atividades. Atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente, norteado pelos seguintes princípios: defesa da vida e da cidadania; compromisso social; a visão da criança e do adolescente como sujeitos da história; contribuição para o cumprimento do papel social da universidade; interdisciplinariedade do conhecimento; valorização da identidade pessoal e da autonomia de seus integrantes, através da construção coletiva. O NUCEPEC mantém acervo atualizado, na área da infância e da juventude e temas afins, aberto ao público para consulta, contando com uma pequena biblioteca, hemeroteca e videoteca. Promove intercâmbio de informações e experiências com pessoas, grupos e entidades de vários estados brasileiros; e, realiza estudos e pesquisas, a fim de aprimorar conhecimentos e subsidiar ações na área da infância e da juventude. O Núcleo elabora, ainda, material educativo, versando sobre temas ligados à área e voltados princi-

palmente para a população de baixa instrução. Publica artigos científicos em diversos periódicos de circulação estadual e nacional, bem como a edição, sob a responsabilidade do NUCEPEC, de coletâneas, agrupando trabalhos de autoria de estudiosos na área; organiza eventos públicos, voltados para a discussão de temas na área; promove cursos, palestras, treinamentos, tanto para o Núcleo, como para outras entidades com atuação na área; presta consultoria e assessoria a grupos, pessoas e entidades que trabalham com essa temática no Ceará. O engajamento na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente é concretizada em instâncias deliberativas e formuladoras de políticas públicas e pela implantação das medidas asseguradas pela legislação. Por fim, convém destacar que atuação do NUCEPEC tem se caracterizado pela busca de uma vivência democrática entre seus integrantes e com aqueles grupos e pessoas com as quais desenvolvemos atividades conjuntas.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E INTERCÂMBIO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA CONTEMPORÂNEAS – NIPIAC/UF RJ. JOVENS CARIOCAS: CARTOGRAFIAS DO PRESENTE E PERSPECTIVAS DO FUTURO

Lucia Rabello de Castro, Jane Correa, Hebe Signorini Gonçalves, Luciana Gageiro Coutinho, Alana Mendes Azevedo, Amana Mattos, Bianca Novais Lisboa, Elaine Juncken, Fabiana Vidal, Helena Antunes M. Villela, Isaura C. A. O. Rocha, Renata A. de P. Monteiro

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC) constitui uma unidade de pesquisa, extensão e intercâmbio na área da infância e juventude, congregando pesquisadores, docentes, técnicos e alunos de pós-graduação e graduação. Propõe-se a encaminhar, apoiar e realizar pesquisas e ações nesta área temática, articulando-se com outros grupos de pesquisa, nacional e internacionalmente, consolidando práticas de intercâmbio científico, assim como em colaboração com instituições da sociedade civil e do governo. Compromete-se com a discussão sobre a cidadania de crianças e jovens nas sociedades contemporâneas. Contempla quatro grandes linhas de trabalho: Infância e Adolescência na Cultura Brasileira Contemporânea, Aprendizagem e Desenvolvimento, Clínica Psicanalítica no Contemporâneo e Violência e Psicanálise. No seu programa de ação e extensão, o NIPIAC desenvolve trabalhos, tais como: produção de vídeos didáticos, publicações científicas, como por exemplo, a Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo, colaborações e parcerias com as Secreta-

rias Municipais de Educação e Desenvolvimento Social (Oficinas de Leitura e Escrita para crianças nas escolas; Oficinas da Cidade; Cidade em Imagens, Jovens pelos Jovens) e com o governo do Estado (Projeto Jovem Total). O JUBRA faz parte da ação programática do NIPIAC, tendo em vista a importância de se discutir as questões relativas à saúde, educação e cidadania da juventude neste momento histórico. No presente trabalho, nos deteremos sobre alguns aspectos pesquisados junto à população de jovens das camadas populares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizado pelas várias equipes do NIPIAC, notadamente: identificações e valores na cultura de consumo contemporânea; redes de convivência e socialidades e cidadania e política. A família representa o suporte institucional principal, atuando tanto como recurso de proteção e cuidado, como transmissora de valores intergeracionais e de modelos de vida mais concretos e realizáveis. Ao mesmo tempo, essa função se acirra na falta de outras instituições que possam cumprir este papel na vida dos jovens. Outros modelos também se fazem presentes, como aqueles provenientes da mídia, como por ex., músicos e jogadores de futebol. No entanto, não provêem uma capacitação necessária à ação. Neste sentido, podem constituir embaraços por fixarem imagens irrealizáveis para os jovens. O sentido de si mesmo está, muitas vezes, enredado na impossibilidade de agir e buscar alternativas à situação adversa e empobrecida emocional e culturalmente. Há significativas marcações de gênero nesse aspecto, assim como uma 'estrutura de oportunidades' distintas para jovens mulheres e jovens homens. Observa-se uma forte mobilização no sentido de desejar melhoras na vida da comunidade, até mesmo em detrimento de realizações pessoais, que só são percebidas positivamente quando inseridas na perspectiva mais coletiva. Portanto, supõe-se que resida aí, de modo incipiente, um solo importante que possa fundamentar e consolidar valores outros que os da cultura individualista, quando a solidariedade e o bem comum se tornam horizontes para a ação apontando na direção de um foco de resistência interessante às práticas sociais e valores vigentes. (CNPq/FAPERJ)

O ADOLESCENTE E A GLOBALIZAÇÃO: REFLEXOS DA MODERNIDADE NA FORMAÇÃO DO JOVEM

Oziléa Clen, Cristiane Fiaux

Na clínica de atendimento a adolescentes assiste-se atualmente a uma invasão crescente das conseqüências da globalização. O sujeito é levado ao tratamento apresentando-se sem desejo, sem querer ou vontade própria. Faz-se por ele, que permanece à mercê do outro. Observa-se que o adolescente apresenta

uma fala empobrecida, esvaziada de sentimentos, sem perspectiva ou projetos de vida. São evidentes o descuido e o desamparo em que se encontra exposto, devido à nova configuração do sistema globalizado. A globalização nada mais é do que um novo modelo capitalista e se apresenta de forma ambígua quando oferece ao homem “todas” as coisas da forma mais fácil, acessível, atraente e fascinante; porém, gira em torno de capturar, abocanhar e devorar os “seres” insatisfeitos, na tentativa de anular a insaciedade simbólica que poderia advir do sujeito. Dessa forma, criam-se expectativas de consumo e um padrão de felicidade inatingível, deixando o adolescente em permanente risco de desorganização pessoal e de ausência de sustentação dos valores éticos e morais, preponderantes para o convívio e harmonia social. O preço da globalização implica no custo de uma falsa felicidade que pode representar a perda das normas, das regras, das expectativas e dos modelos de vida. A globalização propõe ainda, uma falsa uniformidade no campo social — todos são iguais e “merecedores” do conforto da alta tecnologia. A subjetividade desmancha-se ou fragmenta-se em meio à uniformidade e padronização explorada, reforçada e imposta por esse sistema, que parece dificultar a singularidade do sujeito, provocando uma confusão no adolescente em estabelecer a diferença entre o que é dele e o que é do outro. O impacto desse novo sistema traz questões insistentes. O que a globalização propõe e quais os efeitos que ela provoca na vida desse sujeito? O que, de fato, o adolescente busca quando se vê inserido na gama de opções fugazes propostas na atualidade? Em que posição o sujeito tem permanecido ao ser convidado a protagonizar sua história? Será ele portador de uma história? Num cenário marcado por mudanças torrenciais e ininterruptas, urge entender e buscar estratégias para o acompanhamento dessa fase em questão. A clínica precisa inventar recursos para que o sujeito possa se implicar nesse sistema. Este trabalho busca uma interseção entre adolescência e globalização, na tentativa de refletir um pouco mais a dinâmica que caracteriza esse novo cenário no qual a sociedade se insere.

O ADOLESCENTE E A VIOLÊNCIA – UMA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DE SENTIDOS DO ADOLESCENTE SOBRE O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

Beatriz Akemi Takeiti, Sérgio Ozella

Esta pesquisa fez parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas Adolescente: Concepções e Questões Emergentes (NACQUE), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, que analisa o adolescente brasileiro em contextos específicos, se contrapondo a uma concepção universal da ado-

lescência. Este trabalho teve por objetivo analisar o sentido da violência entre adolescentes, que viviam em condições sociais específicas compondo universos cotidianos distintos à medida que representavam um determinado segmento social. Partindo da análise das entrevistas que recuperaram parte das histórias individuais de cada adolescente, procurei nos subtextos os sentidos que eles atribuíam ao fenômeno da violência, a partir da perspectiva da psicologia sócio-histórica, de Vigotski, que compreende o homem historicamente inserido na cultura. As entrevistas e posteriormente suas análises individuais possibilitaram apreendermos como cada sujeito vive as nuances da violência, sob a ótica das próprias experiências e enquanto espectador de um cenário urbano marcado pela diferença social. Eles se aproximam em determinados momentos chegando até a um consenso sobre atitudes e comportamentos violentos. Por outro lado, ambos os adolescentes de classe baixa se distanciam na produção de sentidos sobre a violência do adolescente de classe média, que se comporta apenas enquanto um espectador do fenômeno. São personagens que problematizaram a violência, evidenciando a questão da criminalidade urbana, enquanto protagonistas e/ou vítimas e como espectadores da vida cotidiana. Considerando a heterogeneidade de sentidos atribuídos ao mesmo fenômeno, a diferença ocorre na medida em que vivenciam fatos ou situações que, quando, internalizados, são convertidos em necessidades e motivos, gerando modos e práticas de vida próprias de cada sujeito. Desta forma, analisar a violência na ótica de cada adolescente que vive e assiste a ocorrência de eventos violentos possibilita-nos repensar práticas intervencionistas com esta população, levando em consideração os aspectos históricos, sociais, políticos e individuais.

O CONTEXTO DE PREPARAÇÃO PARA A ENTRADA NA SEXUALIDADE: SABERES E PRÁTICAS ENTRE JOVENS BRASILEIROS

Maria Luiza Heilborn, Cristiane S. Cabral e equipe Gravad

Propõe-se uma análise sobre a temática dos comportamentos sexuais e reprodutivos dos jovens brasileiros com base na investigação “Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil” (Pesquisa Gravad), realizada com jovens de 18 a 24 anos (n= 4634), de ambos os sexos e residentes em três capitais brasileiras, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. A faixa etária compreendida não é totalmente coincidente com aquela definida como adolescente, o que permite avaliar os desdobramentos de eventos ocorridos nesta fase da vida. Neste trabalho, são examinados os contextos da primeira experiência sexual, os elementos que permitem argumentar em

favor de um certo (des)preparo do jovem para entrada na sexualidade com parceiro bem como a contracepção/proteção na primeira relação sexual. A análise sobre a aquisição das primeiras fontes de informação quanto a relações sexuais, contracepção, DST e AIDS revelou a desigualdade existente entre os gêneros e setores sociais distintos. Os membros da família, principalmente a mãe, têm destaque na socialização à sexualidade para os jovens de setores sociais mais favorecidos, sobretudo para as mulheres. Já entre os de camadas populares, principalmente para os homens, o grupo de pares tem relevância. A escola é mobilizada como fonte de informação sobre sexualidade de forma muito parecida em todos grupos sociais. A análise dos dados revela ainda que a iniciação sexual do jovem brasileiro se dá em um contexto bastante estruturado, sobretudo no que diz respeito às relações entre homens e mulheres. A idade mediana na primeira relação sexual não varia entre os homens segundo grupo social mas diferencia-se largamente entre as mulheres em termos de características sociais e biográficas. Evidencia-se um importante desequilíbrio entre parceiros quanto à “inexperiência sexual”, idade e status que têm na relação. Os níveis de proteção na primeira relação sexual variam segundo o meio social, o gênero e a precocidade (etária) na iniciação. Argumenta-se que certas características da primeira relação sexual, amplamente marcadas por uma assimetria de gênero, podem funcionar como preditores de uma gravidez antes dos 20 anos. Ressalta-se neste estudo a premissa da natureza processual do aprendizado da sexualidade, que permite colocar em relevo a assertiva de que a iniciação sexual é uma passagem que não tem o mesmo alcance para homens e mulheres.

O FICAR NA VISÃO DE ADOLESCENTES E SEUS PAIS

Márcia Stengel

O *ficar* com alguém é uma relação afetiva que tem chamado muito a atenção de pais, educadores e profissionais que lidam com adolescentes. As razões alegadas por estas pessoas são as novidades que o *ficar* traz e as mudanças que trouxe em relação àquilo que viveram em seu tempo de adolescência. Se para estes adultos o *ficar* é problemático e de difícil – e muitas vezes impossível – compreensão, para o adolescente é um fato presente e constante no seu cotidiano, seja em sua vida pessoal ou na de seus pares. A partir de duas pesquisas, a primeira realizada com adolescentes e a segunda com pais de adolescentes, ambos os grupos das camadas médias de Belo Horizonte, este artigo pretende contribuir no esclarecimento desse relacionamento afetivo-sexual tão comum nos dias de hoje, comparando o discurso a respeito tanto de jovens quanto de pais de adolescentes. Apesar de o *ficar* ser uma prática rotineira na vida dos adolescentes, é um relacionamento marcado por am-

bigüidades, em que os jovens apontam aspectos positivos e negativos nesta relação afetiva, assim como possibilidades e limites para sua vivência. Já entre pais de adolescentes, o *ficar* é marcado por dúvidas e ignorância quanto ao seu significado e suas formas, provocando angústia e falta de referência sobre a maneira de lidar com essa situação na vida de seus filhos. É a partir destas considerações que o presente artigo tem o objetivo de discutir esse relacionamento na perspectiva de adolescentes, que são atores desta prática, e na ótica de pais de adolescentes, que têm que lidar com o *ficar* na vida de seus filhos. Pretende também apresentar o discurso dos adolescentes sobre os diversos aspectos do *ficar*, incluindo a participação ou não dos pais neste relacionamento, assim como o discurso dos pais, que apontam seus limites para com o *ficar* e comparam suas relações afetivas na adolescência e as de seus filhos.

O GRUPO FOCAL COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DE PESQUISA COM ADOLESCENTES: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA “ABRINDO O VERBO”

Fernanda Passarelli Hamann

Visando realizar um programa de TV semanal para o público adolescente, a Empresa Municipal de Multimeios do Rio de Janeiro (Multirio) recorreu à pesquisa, como ferramenta na busca por um formato e um conteúdo que atendessem a um ideal de qualidade coerente às preocupações pedagógicas da empresa. Este ideal corresponderia a um programa que fosse interessante para o jovem espectador e, ao mesmo tempo, tivesse o compromisso de fazê-lo pensar, refletir e desenvolver uma visão crítica acerca da vida e, mais especialmente, dos meios de comunicação. Optou-se por um programa de debates, para que os adolescentes convidados desfrutassem de um espaço na mídia para expressar suas vozes, seus questionamentos, suas idéias, discutindo temas de relevância para a juventude contemporânea (sexo, drogas, consumo, preconceitos, etc.). Desenvolveu-se, então, uma metodologia de pesquisa com grupos focais de alunos da Rede Municipal de Ensino, colocados frente a frente com parte da equipe do programa (diretor, apresentador, roteirista, etc.) e com uma equipe de pesquisadoras com a função de direcionar e registrar os encontros. Ao mesmo tempo em que servia ao intuito de alimentar os programas — ajudando na definição de temas e dos tratamentos que estes deveriam receber — os encontros com os grupos focais permitiam um contato próximo com o universo desses adolescentes, contato este que muitas vezes se mostrava surpreendente, contrariando expectativas e estereótipos que nós, adultos, costumamos nutrir acerca dos adolescentes e crianças. Justamente

por conta deste distanciamento entre adultos e adolescentes, consideramos que a estratégia metodológica do grupo focal foi bastante interessante, na medida em que procura estabelecer um diálogo intergeracional que hoje parece cada vez mais raro e escasso. Acreditando que a raridade e escassez deste diálogo não sejam um problema restrito ao âmbito de nossos objetivos particulares citados, ousamos apostar que nossa experiência pode inspirar outras pessoas implicadas no desafio de realizar pesquisas (aplicadas ou não) com adolescentes. Desta forma, o trabalho que pretendemos apresentar se divide em diferentes partes. Primeiramente, introduzimos o leitor aos objetivos da pesquisa e às demandas que justificam a escolha metodológica. Em seguida, abordamos de forma mais detalhada as técnicas utilizadas, descrevendo os passos que percorremos na nossa trajetória. Finalmente, fornecemos exemplos e citações decorrentes dos encontros que realizamos, demonstrando a riqueza metodológica do recurso do grupo focal.

O INTERESSE DE JOVENS PELO “MANGÁ”: CONSUMO CULTURAL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Maria Luiza Oswald

O texto apresenta os resultados preliminares de pesquisa em andamento, intitulada “Infância, Juventude e Indústria Cultural: sociedade, cultura e mediações”, cujo interesse é conhecer práticas culturais de crianças e jovens, bem como a influência dessas práticas na produção da subjetividade desses sujeitos no mundo contemporâneo. Em sua vertente atual, o projeto está investigando as produções de sentido que jovens, com diferentes tipos de inserção social, escolarização, idade, gênero e religião, vêm atribuindo ao “mangá” – Histórias em Quadrinhos japonesas – que se constitui como fenômeno mundial de comunicação de massa. A investigação está fundamentada nas contribuições dos Estudos Culturais Latino-Americanos (Jesus Martin-Barbero, Nestor Canclini, Beatriz Sarlo, Anibal Ford, Guillermo Orozco Gomes) que, começando a influenciar a pesquisa sobre recepção dos meios de comunicação na América Latina, vem propor que o estudo sobre processos culturais massivos precisa ser realizado a partir de um deslocamento teórico-metodológico que, redirigindo o foco dos meios/mensagem para as mediações, permite identificar os receptores em sua dimensão de sujeitos históricos, sociais e culturais, e não apenas como “dóceis audiências”. Coerentemente com o referencial teórico, o estudo vem sendo desenvolvido através de uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, por intermédio de entrevistas semi-estruturadas individuais com leitores das HQs japonesas. A análise exploratória das primeiras

entrevistas tem mostrado que o fascínio que o “mangá” exerce sobre os jovens não obstante seja, segundo eles próprios, fruto do competente “lance de marketing” que envolve a divulgação desse meio, não impede que eles estejam construindo sentidos originais e apropriações diferenciadas das HQs. Pretende-se nesse texto apresentar essa análise exploratória, trazendo alguns dos sentidos que os jovens entrevistados produziram sobre o “mangá”. Ao apontar o porquê do fascínio que esse produto da indústria cultural exerce sobre eles, os entrevistados trazem subsídios para pensarmos políticas e estratégias de formação promotoras da construção da cidadania, tanto no campo da educação quanto no da cultura.

O JEITO CARIOCA DE SER JOVEM

Phrygia Arruda

Para os jovens de hoje, existe o jeito carioca de ser jovem? Mais de 70% responderam sim – é o que mostra uma pesquisa, ainda em andamento, com 19 pessoas de 11 a 21 anos de diferentes bairros da cidade. Esse jeito carioca de ser jovem, não é tão diferente daquele jeito que encontrei na tese de doutorado. Os 26,32% restantes responderam não, ainda assim, eles escolheram características que descrevem o jeito carioca de ser jovem. Essa pesquisa dá continuidade aos estudos que venho desenvolvendo sobre a identidade e a cultura do carioca, cuja proposta metodológica é o uso da história oral, como método historiográfico, onde procuro através de questionários, entrevistas e depoimentos fazer uma crônica do Rio de Janeiro contemporâneo. Serão ainda consultados material documental da mídia impressa, que dão testemunho da vida dos adolescentes no Rio de Janeiro. Também utilizei o conceito de “imaginabilidade” (Lynch, K., 1997) enquanto este dá ênfase sobre o ambiente físico, relacionando-o aos atributos de identidade e imagens mentais; identidade, não de igualdade com alguma coisa, mas, com o significado de individualidade e de significado emocional para o observador. Os resultados ainda são incipientes, pois, a pesquisa está em andamento, contudo, como amostragem simples, vimos que algumas características do outrora jeito carioca, ainda persistem e que a cidade é fundamental na definição dessas características. Nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pelo urbano, pelo consumo, pela imagem e o efêmero, os jovens buscam uma identidade cultural que tem ligação com a cidade. Na pesquisa foi observado, que a violência não faz parte das características do jeito carioca de ser jovem, mas está associado com a cidade. Todos que responderam a pesquisa são estudantes de escola particular. Possuem uma religião e, apenas dois jovens nasceram em São Paulo. Olham, de maneira positiva, para a sua cidade. As mais jovens demonstram uma opinião

firme, talvez, por fazerem parte de uma geração influenciada pela internet, pela televisão e pelas revistas dirigidas ao público jovem.

O JOVEM ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO E SEU COMPORTAMENTO SÓCIO-POLÍTICO

Loriza Lacerda Almeida

Para captar a dinâmica e a complexidade das relações sociais vividas pela juventude é necessário agregar instrumentos de análise que dêem conta de compreender a mudança de identidade da juventude dos anos 60 para a nova identidade dos anos 90, assumida pelos jovens. Essa mudança de identidade se desloca basicamente da radicalidade da polarização entre o movimento estudantil e a ditadura para a ação mais universalizante da cidadania. Nesta perspectiva é necessário um conceito de identidade como focalizador de projetos, dando direções às ações além de definição aos grupos. Assim podemos percorrer o conceito de identidade, demonstrando analiticamente suas inter-relações com o ciclo de vida, expondo três elementos que conferem à noção de identidade um caráter mais dinâmico e interativo: o reconhecimento, a experimentação e a orientação. Estes elementos podem ser assim resumidos: a) as identidades possíveis (classe, gênero, raça, nacionalidade) tornam-se identidades de fato quando reconhecidas externamente, mas são também as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento; b) sendo a juventude um “momento” do ciclo da vida em que se vivencia múltiplas identidades, estas são experimentadas publicamente, buscando reconhecimento externo (família, escola, trabalho, etc.) e estabelecendo compromissos provisórios com laços sociais e significados coletivos, afirmando ou negando estilos e moldando novos modos de ser; c) a identidade não é apenas um elemento estruturador, mas também um mecanismo que faculta a escolha de procedimentos nas ações, ou seja, funciona como elemento orientador que o jovem mobiliza seletivamente, de acordo com seus projetos futuros. Desta forma a identidade de ‘estudante’ nos anos 60 foi forjada de forma mais específica no âmbito da família e da universidade e dentro de uma dinâmica de oposição política. De outra forma, a juventude atual tem sua identidade construída no campo de experiências mais amplas que favorecem múltiplos projetos pessoais e coletivos, de tal forma que possui uma diversidade de projetos, daí a necessidade de uma identidade mais abrangente, contida no universalismo formal de ‘cidadão’.

O JOVEM NA ESCOLA: CONSTRUINDO AÇÕES DE INTERVENÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DESTE ESPAÇO EM PARCERIA COM A FAMÍLIA

Andréa Silva Rodriguez, Roberta Soares da Silva

O trabalho com adolescentes no espaço escolar, buscando a valorização deste espaço pelos mesmos e por sua família, cada vez mais constitui-se como de fundamental importância a sua formação tanto acadêmica como de amadurecimento pessoal e construção de identidade, colaborando ainda no combate a evasão escolar dos setores mais populares da nossa sociedade. Sabemos que no desenvolvimento de projetos sociais em espaços da rede pública de ensino, questões relativas à cidadania, mobilização e participação comunitária devem ser consideradas básicas e de fundamental importância para a existência e desenvolvimento do ser humano “sujeito social” – construtor ativo de sua sociedade, grupo, comunidade. A experiência de trabalho em 08 escolas públicas do Complexo da Maré (maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro) através do Programa para Educação de Crianças e Jovens da Maré comprova que a estruturação conjunta de uma *Escola* por alunos e responsáveis, juntamente com professores e outros profissionais (educadores de diferentes linguagens, psicólogo, assistente social, pedagogo) atuantes neste espaço, acabam exercendo compromissos de ações e de mudanças em sua realidade social. Como bem coloca Candau, V. (2000), a *Escola* está sendo exigida para que seja mais do que simples via de apropriação de conhecimento, mas espaço de diálogo entre diferentes saberes. Neste sentido a realização de *oficinas pedagógicas* visa trabalhar com os jovens em uma perspectiva de introdução de valores éticos e de melhor convivência. Neste caminho percebemos a necessidade de realizar um trabalho mais intenso com os responsáveis dos participantes, pois é preciso envolvê-los nesse processo. O trabalho com o GRUPO DE PAIS nestas escolas da Maré tem o objetivo de contribuir para a permanência dos adolescentes na escola, por meio de uma maior organização e participação dos pais na vida escolar dos filhos, assim como incentivar seu envolvimento em questões mais amplas de sua comunidade. Nessa proposição, a família e as instituições comunitárias são pensadas como parte constitutiva do processo pedagógico e elementos fundamentais para garantir o melhor desempenho do aluno. Patto (1996) afirma que “mais do que o tão falado ‘currículo oculto’, a escola pública parece contar com um ‘corpo docente’ oculto sem o qual não consegue dar conta de seu recado”. O espaço escolar é apenas um dos espaços que precisa ser reconstruído e redimensionado junto às famílias. A educação só terá um novo sentido, só será reconhecida como perspectiva de mudança e de direito, na medida que os pais e crianças se sentirem construtores e sujeitos desse espaço.

O LUGAR DOS JOVENS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Dora Isabel Paiva da Costa

Desde finais do século XIX alguns jovens brasileiros têm se tornado protagonistas de lutas e movimentos políticos e culturais. Abolicionistas, emancipacionistas, jovens da Semana de Arte Moderna de 1922, tenentistas e revolucionários, integralistas, jovens da UNE, jovens da pastoral da juventude, jovens universitários católicos, jovens militantes de partidos políticos, jovens de movimentos de negros e jovens secundaristas denominados carapintadas. Estes são alguns segmentos juvenis que participaram ativamente de movimentos e lutas políticas da sociedade inclusiva e colocaram em vários momentos decisivos a sua energia e astúcia intelectual em prol das causas e ideais pelos quais lutaram.

O protagonismo juvenil transparece não apenas no ativismo intelectual, como também nas práticas e experiências que se destacam e na circularidade de idéias que transitam do campo cultural adulto em direção ao juvenil e vice-versa. A apropriação de saberes realiza-se no sentido da base em direção ao topo em razão da verticalização de processos societários. Assim, a visibilidade juvenil fica bastante matizada em relação à organização social das instituições políticas, civis, eclesiásticas ou militares fundadas em princípios ideológicos adultistas. Neste artigo, o método biográfico constitui-se em um caminho através do qual buscamos operacionalizar a construção intelectual do protagonismo juvenil enquanto categoria histórica. Não poderíamos deixar de lançar mão das articulações entre processos macro históricos experimentados pela sociedade nacional e as trajetórias individuais de lideranças e de atores que vivenciaram tais movimentos e lutas pelos quais o país e a sociedade passaram nos últimos 120 anos. O processo de crescimento do protagonismo juvenil tem percorrido uma trajetória de continuidades e discontinuidades, não só em razão dos momentos de rupturas institucionais tais como o golpe militar de 1964, da constituição oligárquica e autoritária da sociedade brasileira, mas também pelo processo contínuo das organizações e instituições embebidas por uma cultura adultista a qual se apropria das experiências juvenis.

O MAL-ESTAR DO PROFESSOR EM SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA DO ALUNO

Renato Saredine Araújo, Ilka Fanco Ferrari

Nesta pesquisa, intitulada “O mal-estar do professor em sua relação com a violência do aluno”, desenvolvida por meio de questionário e entrevistas realizados

com professores e alunos da rede particular de ensino de Belo Horizonte, procurou-se investigar o que os profissionais consideram violência do aluno, assim como o mal-estar que advém das relações consideradas, por eles, como violentas. Nos dados obtidos, ao identificar os comportamentos considerados violentos, nas relações professor x aluno, a figura do professor foi depreciada, assim como outras figuras que encarnavam o lugar de suposto saber. Através do relato dos professores foi possível compreender que o mal-estar deles tem a ver com a modalidade do laço social, fundada no discurso capitalista contemporâneo, segundo o qual só há razão para existir aquilo que se insere no jogo do capital. Os homens, sob esta lógica, não deveriam mais sentir necessidade de uma comunidade, mas sim de objetos de consumo. As relações humanas tampouco devem ser duradouras, pois a lógica capitalista permite apenas relações descartáveis e consumíveis. A violência, neste contexto, pode ser constatada quando os alunos das escolas particulares, são descritos pelos professores como aqueles que desejam apenas o simulacro da educação, o ensino instrumental, dirigido prioritariamente para o sucesso no vestibular, em lugar de uma formação baseada em princípios sólidos da ciência e da ética. Uma das raízes do mal-estar do professor é, assim, a impossibilidade de um vínculo duradouro com este aluno, fundamental para o processo da educação. Os professores entrevistados não relatam caso algum de agressão física, por parte dos alunos. A violência nessas escolas não é, segundo eles, “como as que aparecem no jornal”. Ela está simbolicamente presente nas situações em que eles se sentem “descartáveis”, “deslocados”, perdendo assim o lugar institucional que lhes confere autoridade ou referência, enquanto formadores e educadores. O trabalho docente foi analisado a partir da dimensão imaginária do reconhecimento, vista como inerente à função de educar e confrontada com um lugar diverso em que o aluno o representa. O mal-estar do professor acontece quando este perde o desejo de educar.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA INSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DE JOVENS NO BAIRRO DE PLATAFORMA (SALVADOR – BAHIA – BRASIL)

Denise Helena P. Laranjeira

A pesquisa tem como foco a experiência de jovens que participam de cursos semiprofissionalizantes na Associação de Moradores do bairro de origem fabril, Plataforma, situado no subúrbio ferroviário de Salvador, área de grande vulnerabilidade e exclusão social. Dois objetivos norteiam esta investigação: descrever como os entrevistados representam a condição de ser jovem no bairro onde moram e descrever suas representações sobre a educação não formal na in-

serção sócio-profissional. No campo metodológico, optei por uma abordagem qualitativa descritiva na qual a fala dos jovens tem centralidade na investigação. Neste sentido, busco compreender como os jovens na faixa etária entre 16 e 26 anos interpretam suas situações e ações a partir das suas experiências (Becker, 1985; Roulleau-Berger, 1993) na escola, no trabalho, no bairro e no contexto de aprendizagem na Associação de Moradores. Os principais resultados sugerem que o ser jovem no subúrbio significa viver numa cidade cindida não apenas geograficamente, mas no plano sócio-econômico-cultural e racial. Ser morador da “cidade baixa” em oposição à “cidade alta” é ver-se excluído dos seus direitos e ser estigmatizado como “inferior” (Goffmann, 1988). A falta de reconhecimento vivenciada pelos jovens no ambiente da escola pública e quando buscam trabalho constituem obstáculos para a sua inserção sócio-profissional. Os jovens almejam uma educação pública democrática e de qualidade que os prepare para o trabalho, além de opções de lazer e cultura quase inexistentes no bairro; estes desejos somados a outros relacionados às políticas públicas para o subúrbio e cidade de Salvador, poderiam vir a contribuir para diluir os estigmas e/ou a “cultura da violência” (Espinheira, 2000) que afeta, sobretudo jovens, negros, pobres e pouco escolarizados. Nesse contexto adverso por eles representado, existe o sentimento de esperança, se vêem enquanto sujeitos de direitos, o que implica em serem agentes de um lugar a ser transformado, exemplificado na educação não formal, na perspectiva da justiça e inclusão sócio-cultural (Narang, 1992, Gohn 1999; Freire, 2000). Na representação dos jovens, a educação não formal faz o contraponto com a escola, e joga um papel importante em suas vidas configurando um espaço de acolhimento, pertencimento e aprendizagem no qual o “saber fazer” e “saber ser” contribuem para o seu protagonismo no meio escolar, familiar e social (Roulleau-Berger, 1993, 1999; Spósito, 1994, 2000). As mudanças de atitudes para consigo próprios e socialmente, pareceram estabelecer um marco importante neste período de redefinição de papéis e de percurso de vida rumo à maturidade.

O PROBLEMA DAS IDADES: DESENVOLVIMENTO E TEMPORALIDADE EM VIGOSTKY

Mariana Tavares Cavalcante Liberato, Ticiane Santiago de Sá, Kaciano Barbosa Gadelha, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Alexandra Borges dos Santos, Elton Lucas Calixto Soares

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa teórica que vem sendo realizada pelo grupo de discussão e pesquisa sobre desenvolvimento, vinculado ao

Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. As reflexões sobre a questão do desenvolvimento na Psicologia centram-se, principalmente, no saber médico e pedagógico e, balizado por eles, foi-se construindo a noção de um desenvolvimento linear e contínuo, com um sentido teleológico direcionado à evolução do ser humano. Esta visão é pautada por uma percepção adultocêntrica do desenvolvimento, que compreende a questão do tempo vinculando-a ao crescimento e à maturação do indivíduo. Infância e adolescência se constituem, nesta perspectiva, etapas inacabadas, cuja meta está inscrita nas características definidoras do indivíduo adulto, padrão de maturação e de organização individual e inserção social. Vários estudos atuais vêm problematizando esta concepção de desenvolvimento, na medida em que questionam seus pressupostos epistemológicos enraizados em matrizes organicista e pedagógica e apontam para uma compreensão histórica e discursiva do mesmo, tomado como processo constituído na trama intersubjetiva das relações sociais. A proposta da pesquisa em pauta surgiu, portanto, de discussões acerca dessas noções de desenvolvimento que circulam no meio acadêmico em debate e contraste com os conteúdos das disciplinas curriculares vigentes na maioria dos cursos de Psicologia. Partindo de leituras da teoria de Vygotsky, especialmente por seus pressupostos sobre a construção social do desenvolvimento humano, onde o signo lingüístico assume papel primordial de mediação das relações sociais constitutivas desse processo, o estudo busca refletir sobre o significado e o lugar da temporalidade na concepção vygotskiana de desenvolvimento. Neste sentido, vem analisando o conceito de crise enquanto marco de transformação e mudanças promotoras de desenvolvimento e a questão identificada por esse autor como “o problema das idades”. Colocam-se ainda como vertente de análise na pesquisa as contribuições dos escritos de Vygotsky e de autores que prosseguiram com estudos embasados nos mesmos pressupostos, para a compreensão da infância e da adolescência na contemporaneidade.

“O PROIBIDÃO”: CULTURA MUSICAL DA BARBÁRIE ENTRE OS JOVENS?

Angela Arruda, Marilena Jamur

Trata-se de um estudo que está sendo desenvolvido com o objetivo de apreender as representações sociais construídas e difundidas através de um produto cultural musical conhecido na cidade do Rio de Janeiro como “o proibidão do rap”. Serão apresentados os resultados que correspondem à primeira etapa da pesquisa, durante a qual foram levantadas as condições de produção e

circulação desse produto, dando-se ênfase ao contexto sócio-histórico onde ele se originou, à inscrição social e às características dos produtores, difusores e receptores das canções. É um produto peculiar, considerando-se: a) o contexto da sua produção e circulação – a primeira versão em CD, que começa a circular em 1999, teria sido produzida e distribuída por uma das facções criminosas que controlam o tráfico de drogas na cidade e na área metropolitana – constituindo um verdadeiro poder paralelo ao do Estado, ditando as regras de funcionamento da vida social nas áreas onde se instalam. Apesar da sua proibição e das constantes apreensões pela polícia, novas versões surgiram, circulando no comércio informal: hoje, além das diferentes facções criminosas, várias “comunidades” das áreas pobres têm as suas canções, que fazem sucesso nos bailes *funk* e são cantadas pela cidade; b) a configuração do próprio produto, que se apropria do ritmo *funk*, apresentando-se numa forma musical pobre em termos das tramas melódicas, predominantemente reiterativa, à qual se associa o vocabulário próprio do mundo do crime (tráfico, assassinatos, armas, enfrentamentos violentos com a polícia ou com as facções rivais), fazendo exaltação de personagens ou bandos criminosos e dos métodos violentos por eles empregados. Tal produção apresenta, portanto, um uso da linguagem que expressa seus valores e sua estética, numa forma de rebeldia e violência cruas. A teoria das representações sociais aplicada a esta criação originada de um universo cultural determinado, reafirma a perspectiva de uma antropologia do mundo contemporâneo. A análise dessas condições possibilita a formulação de algumas hipóteses e questões orientadoras das próximas etapas do estudo. Por um lado, as diferentes canções que circulam são abordadas como campos de representação, em termos de conteúdo e de expressão cultural (Jodelet, 2001); por outro lado, serão abordados os processos de percepção e apropriação das canções proibidas por alguns segmentos da população carioca, tornando-se forma de expressão cultural de um grupo de jovens que, vivendo condições sociais excludentes (Wacquant, 2001), aderem a valores, a serem problematizados no contexto de vida e de oportunidades destes jovens (Telles, 2001).

O SERVIÇO ACOLHER

Maria Telma Ré

O *Serviço Acolher* tem por objetivo desenvolver atividades de Cuidado e Prevenção à Violência Física, Psicológica e Sexual de Crianças e Adolescentes e suas famílias no município de Santa Maria, RS. Nossa equipe é composta por um assistente social, três psicólogos e uma estagiária de psicologia que atuam no atendimento individual e de grupo de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como visitas domiciliares. O *Serviço Acolher* iniciou seus atendimentos no

dia 14/04/2003, sendo financiado pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Município de Atendimento Social e Cidadania, e até hoje, 255 casos foram encaminhados e em torno de 1600 atendimentos foram realizados. Na maioria dos casos, as vítimas são meninas e o tipo de violência mais freqüente é a violência sexual, ou seja, 57% dos casos. Também podemos detectar que em torno de 80% dos casos o autor da violência é um familiar, sendo que apenas 20% dos agressores são desconhecidos da vítima. Nosso público alvo provém de encaminhamentos feitos pela rede de proteção da criança e do adolescente, tais como, Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Infância e ao Adolescente, Delegacia da Mulher, Casas de Abrigo. O *Acolher* funciona junto a uma Unidade Básica de Saúde do município, uma das prioritárias, com a qual firmamos parcerias nos encaminhamentos para especialidades e contamos, também, com a parceria do Hospital Universitário de Santa Maria e da Assessoria Jurídica do Centro de Atendimento à Vítimas de Violência. Sendo um dos objetivos do *Serviço Acolher* a prevenção, realizamos sensibilização nas escolas municipais e estaduais, atingindo professores e funcionários. Nosso objetivo é ajuda-los a identificar comportamentos e indícios de crianças e adolescentes vítimas de violência. Nestas sensibilizações também trabalhamos com o ECA, ressaltando a responsabilidade da escola no processo da denúncia. Para comemorarmos nosso primeiro ano de funcionamento e, buscando o comprometimento e participação dos pais, inauguramos no dia 15/04/2004 a primeira oficina de artesanato dirigido às mães das vítimas, tendo como objetivo trazê-las ao *Acolher*, comprometê-las com o acompanhamento de seus filhos, e produzir objetos que possam futuramente gerar renda a estas famílias, visto que a maioria do nosso público é de classe baixa.

O SUJEITO ADOLESCENTE E A MATERNIDADE

Paula Mocarzel, Sonia Alberti

Atualmente muito tem sido discutido sobre a maternidade na adolescência. As estatísticas do SUS apontam para números tão surpreendentes que acabam por dar ao fato o estatuto de “problema de saúde pública”, além de criar um estigma social. Tomando a pobreza como “fator de risco”, o governo vem atuando ao nível de atenção primária, promovendo campanhas, discussões e inclusive incrementado os projetos de planejamento familiar. Apesar das diversas ações, em diversos segmentos, os dados estatísticos continuam crescendo. Será que realmente as meninas engravidam por que não sabem como evitar? Além dos números, vale ressaltar que as pesquisas que tratam o tema apontam duas falas que se repetem: a) que a gravidez foi desejada; e, b) que a maioria das mães dessas meninas também engravidaram quando foram adolescentes.

Seriam simples curiosidades? Não estariam essas falas demandando interpretações? Tendo em vista que há algo aí que escapa, não seria fundamental trabalhar com a psicanálise, que dá ao vacilo o estatuto de verdade? Que lugar ocupa a maternidade na vida dessas meninas-mães? Freud, a partir dos anos 1920, viu-se novamente debruçado sobre as questões do Édipo, que acenaram para a necessidade de afirmar a primazia fálica e os efeitos da castração na constituição do sujeito mas, ao mesmo tempo, isso levantou importantes questões sobre a sexualidade feminina. Nos últimos anos de seus trabalhos, Freud daria destinos diferentes ao menino e menina, na articulação com a teoria. Das conseqüências da inveja do pênis, Freud considera para a mulher três possibilidades de inscrição como sujeito sexuado. A maternidade é apontada por Freud, como a forma final normal, o caminho mais curto para a mulher enfrentar o dilema da feminilidade. Assim, dá ao desejo de um filho um lugar fundamental na vida psíquica de uma mulher. Este trabalho pretende, *através da clínica atual*, apontar para o lugar da maternidade para os sujeitos adolescentes. Para além do bebê como um substituto simbólico do falo, – traduzido pela equação pênis = bebê, em que Freud reconhece o desejo feminino vinculado à antiga aspiração de posse do pênis –, estariam estas meninas buscando tornarem-se mulheres, encontrando na maternidade uma âncora para isso? Tratar-se-ia aqui de uma identificação do lado da feminilidade, com o filho ocupando um lugar de substituto do falo perdido? Ou estaríamos diante de outra coisa? Qual é a função de um filho para uma mãe adolescente? Somente a própria clínica pode começar a responder tais questões.

O TRABALHO DOMÉSTICO REALIZADO POR ADOLESCENTES NA CIDADE DE MARÍLIA

*Paulo Eduardo Angelin, Juliana Nicolau Santana,
Josimara Aparecida Rodrigues, Ethel Volfzon Kosminsky*

O presente estudo teve como objetivo verificar a ocorrência do trabalho doméstico realizado por adolescentes no próprio domicílio ou na casa de um empregador na cidade de Marília, estado de São Paulo. A análise desenvolveu-se a partir de um confronto entre a fundamentação teórico-metodológica concernente ao tema proposto, os dados estatísticos levantados pelo IBGE sobre o trabalho doméstico efetuado por adolescentes em nível nacional e a pesquisa qualitativa, que foi realizada na cidade de Marília junto a algumas famílias que possuem filhos entre 12 e 18 anos de idade que realizam o trabalho doméstico. Os resultados alcançados indicam-nos que grande parte das jovens empregadas domésticas são oriundas de famílias pobres, residentes nas perife-

rias da cidade; a situação de desemprego ou subemprego dos pais impulsiona essas jovens ao mercado de trabalho, sendo que muitas vezes a necessidade assume a forma de desejo de trabalhar; a execução e a responsabilidade pelo serviço doméstico no próprio lar, na ausência da mãe, são colocadas como parte moral do trabalho nas camadas populares, fazendo parte de um sistema de ajuda e troca dentro do grupo doméstico; o treinamento fornecido pela mãe, durante a infância, às meninas pode contribuir para a entrada no mercado de trabalho, pois geralmente, as jovens exercem atividades semelhantes as desenvolvidas, anteriormente, em seu próprio lar. Em relação ao trabalho doméstico remunerado, constatou-se ainda que as jovens trabalhadoras possuem excessivas jornadas de trabalho, não recebem salários justos, poucas têm carteira assinada, possuem dificuldade em freqüentar a escola e não têm especialização no trabalho: geralmente cozinham, limpam, lavam, etc. Concluiu-se que o trabalho doméstico realizado pelas adolescentes na cidade de Marília é condicionado pela pobreza e miséria existentes no Brasil e vivenciadas pelas famílias das jovens trabalhadoras, bem como pela educação cultural e coerção moral promovidas pela sociedade e apropriadas por essas famílias pobres e miseráveis e, ainda, justificado no seio dessas famílias, pela divisão sexual do trabalho.(FAPESP e PIBIC/CNPq)

O TRABALHO INFANTO-JUVENIL DOMÉSTICO

Denise Carmem de Andrade Neves

O trabalho de crianças e de jovens assumem diferentes conotações valorativas conforme o contexto histórico e sócio-cultural. No Brasil, até praticamente a metade da década de 80, o trabalho infanto-juvenil no Brasil, embora legalmente proibido, era plenamente tolerado pelos governos e pela sociedade civil. Uma das formas de trabalho infanto-juvenil com características bastantes peculiares é o trabalho doméstico – ainda não reconhecido por grande parcela da sociedade como exploração – pois constitui-se num trabalho invisível, difícil de ser combatido. Se o trabalho de crianças e adolescentes em geral não deve ser analisado só sob o ponto de vista econômico, no debate em relação ao trabalho infanto-juvenil doméstico é imprescindível considerar também os aspectos sócio-históricos e culturais. Deve-se procurar desvendar na formação histórica brasileira, os elementos, representações e idéias que fazem do serviço doméstico uma alternativa de trabalho quase natural para crianças e adolescentes pobres do sexo feminino. A inserção de meninas no trabalho, não se dá por acaso, mas faz parte de uma divisão já cristalizada na família em que cabem às meninas as tarefas domésticas. Há uma expectativa tanto da sociedade quanto das famílias de que as meninas antes de tudo devem saber realizar

essas tarefas. Segundo Heilborn (1997), elas “são socializadas para lidarem com as tarefas envolvidas no cuidado com o lar e, sobretudo, reprimidas se não responderem positivamente a tais demandas”. Sendo assim ao se analisar o trabalho doméstico feminino procura-se refletir “não somente sobre o lugar atribuído, na sociedade brasileira, à população infantil e juvenil, mas estaremos também levando em consideração os valores e práticas ligados à questão de gênero – isto é, os fatores que tornam essa atividade, de longe, a mais exercida pelas meninas trabalhadoras no Brasil” (Rizzini e Fonseca, 2002).

OFICINA DE ATIVIDADES: UM ESPAÇO PARA CONHECER OS PROBLEMAS E AS PERSPECTIVAS ESCOLARES E DE TRABALHO DE ADOLESCENTES TRABALHADORES

*Roseli Esquerdo Lopes, Diana Basei Garcia,
Paula Giovana Furlan*

Este estudo integra a pesquisa *Problemas e Perspectivas Escolares no Cotidiano dos Meninos e Meninas Trabalhadores da UFSCar* que se debruça sobre as condições de vida, os problemas e perspectivas de estudo e vida escolar, bem como de trabalho de adolescentes de grupos populares. Esses adolescentes trabalham na UFSCar por meio do convênio desta com uma instituição de assistência social e educacional de São Carlos (SP), o Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro. Aquela pesquisa utilizou vários recursos para coletar informações acerca do universo escola/trabalho daqueles meninos e meninas. Um deles foi a Oficina de Atividades. Nesse espaço, buscou-se apreender como aquele universo está inserido no cotidiano dos adolescentes, seu significado, o que pensam e sentem a respeito, além de proporcionar-lhes oportunidade de reflexão e trocas. Para isso, foram realizadas 32 horas de oficinas de atividades com 12 adolescentes sorteados aleatoriamente, garantindo-se a participação igualitária em termos de gênero. Foram divididos em dois grupos e, em cada um deles, os encontros se deram em três dias. Utilizou-se atividades como fotografia, montagem de telejornal, colagem, modelagem, debate de música, entre outras, com os temas: escola, trabalho e perspectivas de futuro. Pôde-se perceber uma insatisfação geral com a escola; o estudar no período noturno foi considerado um problema fundamental para o ensino de qualidade. Apontou-se a rigidez, a criação de regras desnecessárias ou pouco claras e de forma autoritária como problemas comuns da Direção escolar. Por outro lado, os alunos foram alvo de críticas na medida em que a falta de interesse de muitos compromete o andamento das aulas e o cuidado com a escola de todos. Com relação ao trabalho, alguns adolescentes demonstraram-se satisfeitos,

pois se sentem inseridos entre os funcionários do seu local de trabalho. Isto, entretanto, não é a realidade da maioria, que acha que seu trabalho não tem significado para os demais funcionários; referem-se à indiferença e/ou a certo tratamento inferiorizante. Quanto às perspectivas de futuro, falam da realização profissional e da construção de uma família estável. A maioria, apesar das dificuldades em conciliar estudo/trabalho, deseja continuar com os estudos no nível superior, pois acredita que isso trará uma profissão melhor, mas reforça que será necessário muito esforço pessoal. Do ponto de vista desses adolescentes a escola e o trabalho não se constituem espaços de pertencimento, de descoberta de vocações e de desenvolvimento de habilidades; não os percebem como lugares de escuta, de diálogo e nem de construção coletiva/grupal. (Orientador: Sylvain Bourdoun)

OFICINAS DE DJS EM PORTO ALEGRE – RS

Juciane Araldi

Essa comunicação tem como objetivo discutir a função social das oficinas de Djs, a partir de um recorte da dissertação de mestrado “Formação e Prática Musical de Djs: um estudo multicaso em Porto Alegre”. Essas oficinas foram realizadas por Djs, na antiga Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM), hoje FASE, e na Escola de Porto Alegre (EPA), que atende crianças e jovens em situação de rua. As oficinas aconteceram na FEBEM dentro de um projeto da cultura Hip Hop, que oferecia além da oficina de Djs, a de MC, grafite e break, oportunizando que cada participante escolhesse a modalidade com que mais se identificasse. Já na EPA, o projeto era veiculado às oficinas do projeto de descentralização da cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com duração de dois meses, e apenas na modalidade de DJ. De acordo com o relato dos oficineiros, o hip hop possibilitou um vínculo entre eles e os participantes, uma vez que estes já se identificavam com o rap e os demais elementos do hip hop. As experiências trazidas pelos Djs ministrantes, revelam a importância de tal prática no sentido de proporcionar momentos de aprendizagem, bem como permitir que cada participante se expresse através da arte, neste caso, a prática musical de Djs. O estudo está sintonizado com discussões de práticas musicais juvenis em seus diferentes espaços de formação, utilizando referências nas seguintes áreas e autores: educação musical, com abordagem sociocultural (Kraemer, 2000; Souza, 2001); aprendizagem e formação (Giroux, 1996; Bolle, 1997; Dayrell, 2002), música e tecnologia (Lévy, 1999; Lemos, 2001). (Orientadora: Jussamara Souza, auxílio CAPES)

OFICINA DE IDÉIAS: UMA EXPERIÊNCIA PRECURSORA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI PELO ENVOLVIMENTO COM DROGAS

*Maristela Muniz Gusmão, Maria Eveline Cascardo Ramos,
Maria Aparecida Penso*

Este trabalho apresenta os resultados de uma experiência de atendimento psicossocial a adolescentes vinculados à Medida Sócio-Educativa de Semiliberdade e que fazem uso de drogas. Foram realizados, num período de sete (07) meses, encontros semanais com duração de 02 horas e 30 minutos nos quais participaram uma média de 15 adolescentes por encontro. As ações propostas tiveram caráter investigativo, preventivo e de intervenção, objetivando facilitar as condições de promoção da qualidade de vida, bem-estar e saúde mental dos adolescentes. Foram traçados cinco grandes objetivos: 1) ajudá-los a compreender o caminho percorrido até chegar a Semiliberdade; 2) construir um sentido para a Medida Sócio-Educativa em suas vidas; 3) investigar suas vivências, naquele momento, com relação ao uso de drogas, aos atos infracionais cometidos e às relações familiares e grupais; 4) ajudá-los a pensar em como aproveitar o tempo na Semiliberdade como produtivo para sua vida futura; 5) possibilitar a construção de uma perspectiva de vida para seu futuro. Os encontros seguiram o modelo sócio dramático de intervenção que, naquele grupo, definiu-se em três etapas: 1) aquecimento, momento em que os adolescentes falavam de si, de suas dificuldades, de seus feitos, de suas apreensões, do sentido de estar ali, participando daquele grupo em especial; 2) ação/dramatização, que se caracterizava pelo desenvolvimento de atividades lúdicas: jogos, brincadeiras, música, filmes, dinâmicas de grupo, encenações ou exercícios relacionais; 3) discussão e elaboração das situações ocorridas no encontro. Foram trabalhados temas que eram definidos a partir dos conteúdos que os adolescentes traziam de suas vivências familiares, sociais e grupais. As atividades propostas buscavam colocá-los como protagonistas de suas histórias, buscando o entendimento sobre seus papéis sociais e alternativas de inclusão social.

OFICINAS SOCIODRAMÁTICAS PARA O TRABALHO COM ADOLESCENTES EM DIFERENTES CONTEXTOS

Maria Eveline Cascardo Ramos

Desde 1988 vimos trabalhando com jovens na escola, em instituições, sob medida sócio – educativa, nas ruas. Neste tempo temos visto que, mesmo vivendo em contextos diferentes e tendo oportunidades de vida diferentes,

eles têm em comum a busca de referências externas, a prontidão para experimentar, a disposição para contestar. O adolescente se envolve e se deixa envolver por aqueles que têm respeito ao seu modo de ser e, na maioria das vezes, se dispõem a entender o que lhe é apresentado, desde que lhe seja dado o direito de opinar e de discordar. Este trabalho se refere à metodologia que tem sido utilizada, avaliada e aprimorada desde 1976, em consultório e, há quase duas décadas, nas ruas e instituições. Trata-se de oficinas que têm o modelo sociodramático como referência e que pode ser utilizado, também, por psicólogos e outros profissionais não psicodramatistas que trabalham com parâmetros sócio-educativos. Esta metodologia já foi utilizada em grupos de jovens e adultos dependentes químicos (Cordato – UnB); jovens que trabalhavam com crianças e adolescentes em horário alternativo à escola (Projeto Criança – Ceilândia – DF); adolescentes em situação de risco e de rua (Projeto Vida – Brasília), de educação para o trabalho e inserção social; jovens que cumprem medida de semiliberdade; jovens adultos encaminhados pela justiça (Vara de Entorpecentes e Central de Medidas Alternativas – DF); crianças e adolescentes em projetos de prevenção primária e secundária em escolas públicas. Em todos os trabalhos, o sucesso da metodologia se apresenta na expressão do entendimento e crítica, que são dois elementos importantes do questionamento próprio do exercício da cidadania. Está presente, ainda, na reinserção desses adolescentes na família, na escola, no trabalho e na sua inclusão como ser produtivo e multiplicador das habilidades adquiridas e de seus ganhos enquanto cidadãos.

ORIENTAR VOCAÇÕES NO MUNDO PÓS-MODERNO: UM FALSO PROBLEMA?

Mônica Dreux Frotté

Este trabalho se constitui num desdobramento de um projeto que vem sendo desenvolvido, desde 1994, no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal Fluminense, atendendo a demanda da “Orientação Vocacional”. Os jovens procuram o Serviço no momento de escolher um caminho profissional, buscando respostas para as suas dúvidas e garantias para seguir uma trajetória. Este projeto pretende criar outras formas de enfrentamento para este momento, procurando escapar da demanda naturalizada. Para isto tem como aliados conceituais autores da Filosofia da Diferença (Foucault, Deleuze, Guattari, Nietzsche, Proust, Spinoza), que afirmam outra imagem do pensamento e da vida. Atualmente, muitas questões contemporâneas atravessam o projeto, referentes a modificações no mundo das profissões e do mercado de trabalho,

na proliferação de faculdades e um acesso mais facilitado ao nível superior, tecendo uma lógica predominante de Mercado. Se os atravessamentos são de outra ordem, outros modos de existência são postos no mundo para lidar com as escolhas profissionais. Num processo de aderências ao já esquadrinhado e cabível ao Mercado, as questões vocacionais parecem ter cada vez menos importância neste processo. Diante de tantas incertezas que atingem o mundo do trabalho atual, como construir processos inventivos e potentes de investimento na escolha profissional, que escapem aos apaziguamentos e encaixes? Deste modo, desviar o foco da prática da “Orientação Vocacional”, que hoje parece não ser mais o problema em questão, para construir modos de intervenção que se conectem com a problematização da própria vida e das relações construídas. Um trabalho que se tece num outro viés, num convite ousado e difícil de colocar o jovem em contato com a sua maneira de estar no mundo, provocando o pensamento, criando problemas e não respostas prontas, que produzam novas questões e posicionamentos de vida. Um contrato diferente, que no mundo pós-moderno do imediatismo, da velocidade, se faz como um desafio de experimentação de um outro tempo. Um processo de resistência que possa produzir não a apatia, mas a descoberta de uma outra via que possibilite o agenciamento potente com o mundo profissional.

OS JOVENS E A CIDADANIA POLÍTICA E SOCIAL NA EUROPA

Pedro Moura Ferreira

O objectivo desta comunicação consiste em analisar as relações entre os jovens e a cidadania política e social no contexto europeu. A partir do inquérito transnacional do ESS (European Social Survey), envolvendo duas dezenas de países, desenvolve-se uma análise comparativa de diferentes indicadores de cidadania. Estes indicadores agrupam-se em torno de duas dimensões teóricas fundamentais. Por um lado, na dimensão da mobilização política em que assenta o actual debate sobre a crise da democracia política. Por outro, na dimensão da participação social e do protagonismo da sociedade civil, cuja importância tem vindo a ser equacionada em torno do desenvolvimento do conceito de capital social. Do lado da primeira dimensão são explorados indicadores como o interesse pela política, a eficácia e a participação políticas, a confiança nas instituições ou a satisfação com o modo como a democracia funciona. Como exemplos de indicadores da segunda dimensão, aparecem a confiança interpessoal, o envolvimento cívico e a participação associativa. Os dados são analisados a dois níveis metodológicos (e teóricos) distintos.

O primeiro nível de análise privilegia uma visão comparativa dos diferentes indicadores procurando enquadrá-los nas várias geografias políticas e culturais da Europa. Divisões clássicas, como as diferenças (e oposições) entre países do sul (e mediterrâneos) e do norte, estão, evidentemente, presentes, mas outras mais recentes, relacionadas com o actual processo de alargamento da União Européia, são igualmente convocadas. A idéia central é traçar um mapa de indicadores de cidadania no conjunto do espaço europeu, pondo em relevo as suas diferentes intensidades e expressões. O segundo nível de análise baseia-se na tentativa de desenvolver uma caracterização tipológica dos países em função dos indicadores de cidadania. A questão que se explora é a de saber se a intensidade diferenciada dos indicadores permite estabelecer perfis de proximidade entre os países. Recorrendo a procedimentos factoriais e classificatórios, constituem-se determinados agrupamentos de países cujos perfis são interpretados a partir dos indicadores que mais os caracterizam. De igual modo, desenvolvem-se também hipóteses explicativas dos critérios que poderão provocar a convergência dos países que se encontram em determinado agrupamento.

OS PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE

Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato

Neste trabalho pretendo refletir sobre alguns dos processos de sociabilidade ocorridos durante a implantação de um projeto de orientação sexual em uma escola municipal no Rio de Janeiro. Analisarei os diálogos ocorridos entre a professora responsável pelo projeto e os alunos participantes, discutindo as visões sobre a juventude e a relação desta "fase da vida" com a sexualidade que emergiam nestes encontros. O "Projeto Aids", nome pelo qual era chamado o projeto de orientação sexual desta escola, era dividido em um conjunto de 05 encontros que tinham por objetivo discutir a relação da juventude com a sexualidade, focando questões relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, Aids e gravidez indesejada. Durante todos os encontros a professora apresentava sua visão pessoal sobre a temática que seria trabalhada e procurava colher as opiniões dos alunos, o que proporcionava momentos de debate, e, em alguns casos, embate sobre os temas propostos. Pretendo discutir os processos de construção social da juventude que ocorriam durante estes encontros, focando, mais especificamente, os argumentos utilizados pela professora e pelos alunos para justificar a relação da juventude com a sexualidade, o que também justificava a manutenção do projeto de orientação sexual.

PARA ALÉM DA ESCOLA: FIOS QUE SE TRANÇAM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS

Geni Amélia Nader Vasconcelos

O cotidiano de uma escola traz à cena situações instigantes para aqueles que, como nós, procuram se fazer atentos aos seus murmúrios, convidando-nos a repensar questões para as quais respostas mais freqüentes mostram-se merecedoras de problematização. Com a pesquisa que originou este trabalho, não foi diferente. Inquietações trazidas por pais e professores a respeito do comportamento de jovens apontam a TV como lugar de suspeitas, temores e poderes ilimitados. O desejo de interrogar tais acusações, generalistas e simplificadoras, alimentou a investigação que desenvolvi, recorrendo a uma metodologia qualitativa, a respeito do relacionamento de um grupo de jovens com a TV. Acredito que, embora essa mídia constitua um espaço de fundamental importância para entendimento da sociabilidade contemporânea, as relações dos jovens com tal meio ainda são pouco estudadas. O trabalho realizado assumiu como pressuposto que os jovens não constituem um bloco homogêneo, uma realidade monolítica. São sujeitos de cultura, situados em contextos específicos, possuidores de características múltiplas e variadas. Considerou, ainda, que os usuários da tecnologia, enquanto consumidores (Certeau, 1998), são também produtores, praticantes singulares e criativos. Mergulhando no cotidiano desse grupo de jovens, a pesquisa trouxe para o debate inúmeros fios reveladores de redes nas quais suas vidas se tecem e retecem em um processo incessante. Fios que geram um diálogo complexo com a tecnologia, interpellando pronunciamentos que pretendem dar conta da questão, mas que se deixam limitar pelo *olhar janeleiro* (Pais, 2003). A investigação feita convida-nos a considerar pequenos/grandes detalhes, tantas vezes ignorados pelo modo hegemônico de interpretação, e oferece pistas interessantes para entendimento da subjetividade dos jovens. Provoca uma discussão a respeito de como se trançam na escola conhecimentos oriundos de outros espaços/tempos educativos, favorecendo a compreensão do modo através do qual jovens reais elaboram seus saberes, suas práticas, seus sonhos e seus afetos. Esse pode ser um fio que se mescle a muitos outros para pensar, sentir e fazer a educação em uma sociedade que desejamos mais igualitária e, simultaneamente, mais sensível às diferenças.

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E CONTROLE SOCIAL: JUVENTUDES PELOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

André Luiz da Silva Sobrinho

As recentes pesquisas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva dos e das jovens publicadas pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA alertam para uma efetiva prioridade política dos gestores e da sociedade na promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Presencia-se no país um amplo debate sobre políticas de juventude, as quais devem ser formuladas, atendendo às especificidades e linguagens juvenis. Os programas, projetos e políticas devem contar, sobretudo, com a participação das juventudes desde o planejamento até a fiscalização. Desta forma, já é possível encontrar nas organizações da sociedade civil o princípio da participação juvenil. Entretanto, esta participação é insipiente nas instâncias de controle social, tais como redes, conselhos e fóruns de articulação. Sendo assim, cabe problematizar quais são as estratégias de *empoderamento* que vêm sendo utilizadas para possibilitar que os /as jovens atuem nesses espaços. De que modos estas atuações fortalecem as instituições de controle social e os movimentos locais de juventude? Que caminhos são necessários para garantir a viabilidade do diálogo/debate entre estes/estas jovens e os profissionais que discutem Direitos Sexuais e Reprodutivos? A mobilização social com jovens nos faz repensar as metodologias educativas, em especial na educação para a Saúde Sexual e Reprodutiva. A forma como se trabalha o imaginário dos e das adolescentes, como se relacionam com seus corpos e, quais são os limites e possibilidades na relação autonomia/tutela entre adultos e adolescentes, na chamada educação para a cidadania? O trabalho aqui apresentado destina-se a discutir estas questões a partir da experiência de intervenção com adolescentes e jovens no controle social, bem como na realização de estágio realizada no *SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia*. O contato com esta instituição, referência no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, possibilitou que novas questões fossem levantadas: Quais as especificidades etárias, expectativas e necessidades dentro do universo juvenil? Como buscar referências de uma abordagem geracional para as políticas de juventude? (Programa GRAL, Fundação Carlos Chagas, Fundação Macarthur)

PARTICIPACIÓN JUVENIL EN LOS PROCESOS EDUCATIVOS DE LA SOCIEDAD GLOBAL

Alejandro Ventura

1) La sociedad global se configura como una sociedad dual, de incluidos y excluidos. En ese marco, el sistema educativo presenta diferentes problemas para

los jóvenes que lo integran. Para los excluidos, los problemas principales son la repetición escolar y la deserción del sistema. Para los jóvenes incluidos, los problemas centrales se refieren a su *participación* en el proceso educativo. En Uruguay, la institución educativa, preocupada por abatir la exclusión juvenil, ha transformado el aula en un dispositivo para la contención de los jóvenes excluidos, sin ofrecer propuestas claras sobre cómo educar a los jóvenes que permanecen en las aulas. 2) En la actualidad, la pregunta clave es: *¿para qué educar?* Las dificultades de responder esta pregunta delatan la actual crisis del sistema educativo, que básicamente se presenta como una *crisis de motivación* de los actores involucrados. *¿Para quién estamos educando y cómo hacer para ganar la atención y estima de los alumnos?*. Este es el tipo de pregunta que se hace el docente. Mientras tanto, la pregunta que se hace el joven sería: *¿para qué estudiar, qué me puede ofrecer el docente y qué respuestas da el liceo a mis preocupaciones reales?* 3) Los puntos de vista de jóvenes y adultos aparecen contrapuestos. La distancia entre ellos ha conducido a una *incomunicación intergeneracional* creciente, lo que es una traba fundamental para la participación de los jóvenes y el logro de su propia autonomía. Sin resolver ese conflicto, las propuestas de los adultos para fomentar la participación al interior del sistema educativo resultan viciadas. Al ser convocados a participar, los jóvenes oponen una *mayor opacidad* (incluso disfrazándola como transparencia sobre su propia identidad personal). La consecuencia más evidente de toda esta situación es la *formación deficitaria de los jóvenes* (que incide directamente en el desarrollo de sus capacidades para la creación autónoma). 4) La labor docente que ha desarrollado el Centro Cultural Dodecá en el área cinematográfica se ha orientado en la dirección de enfrentar la problemática antes planteada. En este sentido, sus resultados han sido auspiciosos para la construcción de un ámbito capaz de acortar la distancia entre adultos y jóvenes, fomentando la creatividad, participación y autonomía de éstos.

PARTICIPER POURQUOI? LES VALEURS DES JEUNES MILITANTS AU QUÉBEC

Pierre-Luc Gravel

Cette communication fait état d'une enquête réalisée auprès d'une quarantaine de jeunes militants québécois. Ces individus militent auprès d'organismes communautaires, de groupes de jeunes, de partis politiques ou d'organismes de revendications. De la socialisation à la participation civique jusqu'à la participation effective aux lieux de pouvoir et de décision, plusieurs jeunes s'engagent encore. Nous avons demandé à ces jeunes de nous dire leurs motivations

à militer, comment ont-ils développé leur engagement civique, pourquoi ils militent. Dans une société où l'on répète souvent que les jeunes ne participent plus, où l'on questionne leur capacité à offrir du temps et de l'énergie pour une cause qui dépasse les enjeux de la vie quotidienne, cette recherche confirme la diversité des formes et des enjeux d'engagement des jeunes d'aujourd'hui et permet d'attribuer plusieurs motivations altruistes à ces jeunes qualifiés par certains d'individualistes.

PENSER LA RELIGION CHEZ LES JEUNES ET PENSER LA JEUNESSE À PARTIR DE LA RELIGION: ÉLÉMENTS POUR LA CONSTRUCTION D'UNE PROBLÉMATIQUE DE RECHERCHE ET D'INTERVENTION

Jean-Philippe Perreault

Si les sociétés brésilienne et québécoise ont en commun d'avoir été dominées par le catholicisme, elles ont également toutes deux connu, au cours des dernières décennies, de profondes mutations socioreligieuses. Certains chercheurs iront même jusqu'à identifier le champ religieux comme étant actuellement le principal foyer de changement social et culturel en Amérique latine (Bastian, 2001). Bien que la configuration contemporaine du religieux dans ces deux Amériques diffère, le processus comporte un certain nombre de similarités. De l'hégémonie catholique, le Brésil et le Québec sont passés à la dérégulation, au pluralisme religieux et à une reconfiguration modelée par la logique de marché (Bastian, 2001; Mallimaci, 2001; Mariz et Machado, 1998; Lemieux et al., 1993). Les processus de modernisation, de sécularisation et de mondialisation invite donc à penser à nouveaux frais, tant au Québec qu'au Brésil, les enjeux spirituels et religieux. La jeunesse, en s'inscrivant dans le présent par la création et la production de marqueurs symboliques originaux (Attias-Donfut, 1996), se trouve au centre de ces transformations et mutations. L'étude du phénomène religieux chez les jeunes permet donc de mieux cerner la configuration actuelle du religieux et de mieux définir la jeunesse en tenant compte de ces dimensions fondamentales. Du coup, ce sont nos interventions auprès des jeunes qui gagnent en pertinence. En outre, une telle entreprise commande le développement d'instruments théoriques et méthodologiques particuliers puisque nous sommes confrontés à une situation doublement novatrice. D'une part, s'intéresser à la jeunesse revient à étudier une réalité mouvante, un «fait social instable» (Gauthier, 2000) pour lequel les outils conceptuels doivent être constamment questionnés et mis à jour (Hamel, 1999). D'autre part, le religieux moderne ne réside plus uniquement dans les formes et configurations

traditionnellement connues. Il nous faut donc mettre en place une sociologie des « itinéraires de sens » contemporains (Michel, 1993) afin de cerner les recompositions et déplacements actuels. Dans cette communication, nous avons l'intention de soumettre à la discussion quelques indicateurs permettant de saisir l'univers religieux des jeunes à travers l'éclairage particulier qu'offre la double perspective Brésil/Québec. Se trouveront donc proposés des éléments menant à la construction d'une problématique de recherche et d'intervention ayant pour objet central la question de la religion chez les jeunes. Cette étape apparaît nécessaire puisque les travaux récents en ce domaine sont trop peu nombreux.

PERCEPÇÕES SOBRE JUVENTUDE E IDADE ADULTA ENTRE JOVENS PAULISTANOS

Melissa de Mattos Pimenta

Partindo de uma abordagem qualitativa com jovens adultos em São Paulo, de diferentes origens socioeconômicas, este trabalho tem por objetivo recuperar as diversas trajetórias educacionais, laborais, afetivas e familiares que se articulam no complexo processo de transição para a vida adulta. O projeto parte da constatação, já bastante aceita por diversos pesquisadores, especialmente europeus, de que os modelos tradicionais de transição para a vida adulta têm dado lugar a novas formas de transição ou trajetórias diversificadas, que não seguem mais padrões pré-definidos, apresentando-se fragmentadas e também reversíveis. Isso significa que a percepção do que é a juventude, e de quando chega a idade adulta, também mudou. Falar sobre transição implica, portanto, reconhecer e identificar novas modalidades de ser jovem e ser adulto que não necessariamente se opõem ou se excluem, mas se complementam e inauguram novas formas de inserção social. A pesquisa também procura analisar, a partir do ponto de vista dos próprios jovens, enquanto sujeitos de seu processo de transição, quais são os elementos que compõem suas percepções sobre as duas fases da vida em questão, compreendendo a articulação entre subjetividades e práticas na elaboração de novas identidades juvenis e adultas na sociedade contemporânea. A fim de identificar as percepções que jovens de diferentes origens sociais e econômicas têm do que é ser jovem e do que é ser adulto, a pesquisadora utilizou a técnica de grupos focais, com seis grupos de jovens paulistanos entre 25 e 30 anos, de homens e mulheres de segmentos médio, baixo e médio-alto, onde os temas juventude e idade adulta foram discutidos. A análise dos grupos focais revelou que a noção de juventude é percebida muito mais como um "estado de espírito" do que uma fase da vida.

Embora a maioria dos participantes se considerasse jovem, os aspectos mais significativos relacionados ao adulto são claramente definidos em oposição à fase de vida imediatamente anterior, referida sempre como adolescência, e podem ser compartilhados tanto por jovens como adultos. A análise dos grupos focais também revelou diferenças significativas entre os três segmentos sociais analisados, assim como entre homens e mulheres. Os resultados indicam, portanto, que as percepções sobre juventude e idade adulta são informadas por diferenças de gênero e origem social, ao mesmo tempo em que atravessam essas mesmas diferenças e são compartilhadas pelos participantes enquanto membros de uma mesma geração.

PERFIL DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS MORADORES DE CASAS ESTUDANTIS EM GOIÂNIA

Livia Mesquita de Sousa, Sônia Margarida Gomes Sousa

Este trabalho faz parte de uma pesquisa para o mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás. O objetivo da pesquisa foi conhecer os sentimentos produzidos pelos estudantes na sua experiência como moradores de Casas Estudantis. Em princípio, foram aplicados 114 formulários, correspondentes a 50% dos moradores residentes em Goiânia, local de realização da pesquisa. O período de aplicação foi de 4 a 25 de novembro de 2003 e os resultados estão sendo analisados à luz da obra de Vigotski, sobre significados e sentidos, da literatura sobre inclusão e exclusão social e sobre juventude. Esta última aponta para uma enorme diversidade nos modos de ser jovem. Uma particularidade da juventude universitária é que apenas 9% das pessoas com idade entre 18 e 24 anos estão no curso superior. Além de fazerem parte de um grupo restrito de pessoas, os universitários costumam ser vistos com o papel de revolucionar ou reformar a sociedade, sendo as Casas Estudantis consideradas como parte do movimento estudantil. Nesta pesquisa, foi possível traçar um perfil dos moradores em Goiânia, no que diz respeito a: estrutura familiar, condições de trabalho, vida acadêmica, condições de moradia/convivência, condições de cultura, lazer, esporte, condições de alimentação e saúde e organização política e das Casas. Uma das informações confirmadas pelas respostas colhidas nos formulários aplicados é de que os sujeitos são em sua maioria jovens: 58,7% estão na faixa de 18 a 24 anos, 28,9% na faixa de 25 a 29 anos e 10,7% têm 30 anos ou mais. Além disso, confirmou-se também que eles vêm de outras cidades e que são de baixa renda. Essas informações caracterizam os participantes da pesquisa como pessoas que, apesar das dificuldades, valorizam o curso superior como forma de ascensão social. Uma outra informação trazida pelos

formulários é que embora os moradores tenham condições sócio-econômicas semelhantes, os significados dados à experiência de ser residente em Casa Estudantil diferem entre eles, podendo ser positivos ou negativos, embora exista um significado muito generalizado, que é o de aprenderem com as dificuldades. As principais delas são: ter de provar que vivem dificuldades financeiras, e que por isso precisam das Casas; experimentar cotidianamente o embate entre coletividade e individualidade; deparar-se com modos diferentes de viver a sexualidade e as drogas. Essas dificuldades e a forma de darem significados a elas caracterizam uma forma particular desses jovens de vivenciarem a relação dialética entre inclusão e exclusão social.

PERGUNTAS GERAM PERGUNTAS...!? ADOLESCENTES E JOVENS NA ARENA: CONVITE À COMPLEXIDADE

*Camila Leite, Cláudia Ribeiro,
Maria Teresa de Arruda Campos*

Com o objetivo de constituir espaços de encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, visando discutir as adolescências e as juventudes, foi concebido o XII ENA – Encontro Nacional de Adolescentes: “Nós com Voz(s). Adolescências e Juventudes tecendo a participação social”. Configurou-se como um espaço de formação, na medida em que teve como meta discutir e interferir na viabilização de projetos de vida e na promoção do envolvimento destes sujeitos sociais na vida cidadã. O evento se caracterizou, sobretudo, pela diversidade e singularidade dos 650 adolescentes, jovens e educadores e educadoras, integrantes de 89 grupos, de 11 estados brasileiros que estiveram presentes. Suas diferentes realidades e subjetividades em transformação possibilitaram que, neste ENA, identidades e diferenças fossem confrontadas e celebradas, entretidas numa cadeia de significações, entrelaçando os temas: direitos da criança e do adolescente, direitos sexuais e reprodutivos, gênero, enfrentamento às DST's/Aids, meio ambiente, cultura de paz, arte-educação e políticas públicas. Para tanto, metodologias participativas foram utilizadas, evidenciando que uma das maiores conquistas do XII ENA definiu-se pelo fato de termos criado coletivamente um território lúdico-educativo, simbolicamente representado por um arena. Especialmente montada no centro do local onde o evento ocorreu, a arENA configurou-se como um espaço de encontros e discussões. Foi nela e com ela que o convite à complexidade se deu. Inspirados na epistemologia da complexidade apresentada por Edgar Morin (1996), buscamos transformar a arENA em um *locus* no qual, os adolescentes, jovens, educadores e educadoras, envolvidos(as) no trabalho, puderam vivenciar o desafio da complexidade, com

as incertezas da contemporaneidade, desestabilizando verdades e dicotomias, rompendo padrões pré-estabelecidos e, principalmente, aprendendo a redimensionar a construção de conhecimentos. Realizamos um debate, sobre a temática do Encontro, estruturado em perguntas que geram perguntas. Ou seja, todos os participantes só podiam se posicionar fazendo perguntas. Não cabiam respostas prontas nem fechadas. Mesmo que alguém quisesse responder ao outro, esta resposta deveria ser em forma de pergunta. Ao final do debate sugerimos que cada um dos participantes escrevesse como havia se sentido durante aquela experiência. O trabalho aqui apresentado, problematiza a infinidade de possibilidades que esta vivência gerou no grupo. Problematizar para nós significa criar e não apenas responder a uma questão – coerente com a proposta do debate. Neste caso, problematizar significou considerar as infinitas contradições de quem somos e como agimos para, navegando em meio à criatividade, forçar novos lances, refazer hipóteses na ludicidade, na arte, no movimento.

PERMANÊNCIAS E FRAGILIDADES: UM ESTUDO SOBRE VÍNCULOS EM UM ABRIGO

*Anna Paula Uziel, Kátia Maria Magalhães Castro,
Daniela Loureiro Maia*

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a família como o melhor lugar para propiciar o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Contudo, em determinadas situações, é preciso recorrer a instituições que acolham temporariamente este sujeito em desenvolvimento, até que uma reintegração familiar seja possível ou que outra alternativa se apresente. O trabalho feito com crianças e adolescentes abrigados tem sido um desafio para os chamados profissionais da assistência e da saúde. Durante a estada do jovem na instituição, é fundamental o reconhecimento do estabelecimento como referência e comum a confusão com a própria casa. A responsabilidade pela criança ou adolescente, a fragilidade ou os riscos que a família de origem muitas vezes oferece contribuem para a dificuldade no entendimento do espaço que o abrigo deve ocupar nas suas vidas. Exige-se, espera-se, de certa forma, que vínculos sólidos como o ideal dos vínculos familiares sejam estabelecidos com a instituição de abrigo, incluindo nesta concepção de instituição, técnicos, outras crianças e a própria estrutura para a sustentação de vínculos. O temporário, o efêmero convivem com a intensidade, entre os significados e expectativas que marcam a relação das crianças e adolescentes abrigados com a instituição que os acolhe. O significado de familiar, que encontra um outro formato, externo e desvinculado do núcleo da família, desafia técnicos. Que

tipo de vínculo é permitido, estimulado, possível? Como garantir a intensidade necessária para oferecer referência e tranquilidade à criança, sem, no entanto, prender este jovem em uma instituição que por princípio é passageira em sua vida? Como trabalhar as relações quando o abrigo torna-se a única referência para aquele jovem? A exploração desta temática auxilia a reflexão sobre o funcionamento dos abrigos, bem como a formulação de políticas públicas relacionadas à infância e juventude.

PESQUISA PARTICIPATIVA SOBRE A SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

*Ivana Oliveira Lima, Nilza Rogéria de Andrade Nunes
Estrada, Kátia Maria Braga Edmundo*

O Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS, realizou durante abril e dezembro de 2003 a Pesquisa Participativa sobre a Situação da Infância e da Adolescência no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro, comunidades localizadas na zona Norte do Rio de Janeiro. Essa pesquisa, demandada e apoiada pelo UNICEF, foi desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do programa EICOS do Instituto de Psicologia e do NESC (Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva). A Pesquisa teve como objetivo geral desencadear um processo participativo de desenvolvimento humano sustentável que garantisse os direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como foco de estudo as práticas e competências familiares. O contexto estudado é formado por 12 comunidades e tem 65.026 habitantes (IBGE/2002) – o tamanho de um município de médio porte brasileiro. Considerada uma das regiões mais miseráveis do município, onde a maioria absoluta de sua população compartilha a pobreza, o desemprego, o baixo nível de escolaridade, a dificuldade de acesso a serviços públicos adequados e a violência onipresente a tornaram um ambiente gerador de problemas sociais e agravos à saúde, alterando substancialmente o projeto de vida de seus moradores, principalmente dos jovens. O referencial metodológico utilizado foi a Pesquisa Participativa. Todos os encaminhamentos e discussões metodológicas eram compartilhados no espaço denominado Conselho Comunitário de Pesquisa (CCP). Além deste conselho a pesquisa utilizou como estratégia prioritária a formação e a atuação de 56 jovens, entre 15 e 18 anos incompletos e escolaridade entre 6ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, como Agentes de Pesquisa para desenvolver a observação e análise crítica, busca e organização dos dados, sociabilidade e responsabilidade enquanto investigador e cidadão. Como resultados principais temos a sistematização de dados secundários, que reuniram todos os dados oficiais sobre as condições de vida neste contexto; mapeamento de recursos

comunitários, em que foram levantados os equipamentos locais; levantamento de demandas, identificando através de seminários, entrevistas e enquete popular as prioridades e desejos das comunidades; e sugestões e recomendações, em que a comunidade construiu propostas de intervenções públicas e comunitárias.

PESQUISAS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

*João Cláudio Todorov, Gisele Carneiro Campos Pereira,
Mara Regina Andrade Prudêncio*

O estudo da análise do comportamento em sociedades tem recebido pouca atenção, apesar das reiteradas propostas de Skinner considerando sua importância. Nos anos oitenta Sigrid Glenn criou o conceito de metacontingência como uma importante ferramenta para a descrição e análise do comportamento social. Uma metacontingência descreve relações funcionais entre classes de operantes, cada classe associada a uma contingência tríplice diferente, e uma conseqüência comum a longo prazo, comum a todos os operantes na metacontingência. Pesquisadores da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Goiás identificaram e agruparam contingências representadas nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Nº 8.069/1990), mostrando como a lei em seu conjunto poderia ser vista como uma metacontingência. Observando-se os artigos da Lei e organizando-os em contingências, percebeu-se que formam dois conjuntos: contingências completas, 47,22%, onde os elementos da contingência estão bem definidos como nos temas Prevenção e Saúde; e contingências incompletas, 52,77%, onde não são definidos claramente como Profissionalização e Procedimentos. Esses conjuntos entrelaçados procuram garantir uma conseqüência comum a longo prazo, a qual é descrita no seu artigo 1º: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.”. Os resultados mostraram uma grande fragmentação do texto, que muitas vezes definiu antecedentes no início do livro, os comportamentos no meio e as conseqüências para estes comportamentos no final. Os resultados dessa organização das contingências no ECA podem permitir um melhor entendimento da lei e sua aplicação à medida que descrevem melhor os antecedentes e conseqüentes dos comportamentos encontrados. A fim de dar continuidade a esse trabalho e avançar na elaboração de metodologias para o estudo da metacontingência estão sendo realizadas duas pesquisas na Universidade de Brasília, como requisito exigido para a obtenção do grau

de mestre. Uma delas objetiva identificar as contingências que se entrelaçam para a formação da metacontingência no cumprimento do ECA, verificando a participação efetiva de entidades governamentais e não-governamentais no âmbito do Distrito Federal, na execução de medidas socioeducativas que visam promover socialmente o adolescente em conflito com a lei. A outra pesquisa objetiva verificar se há relação entre as contingências programadas no ECA e os procedimentos contidos nos documentos jurídicos no que diz respeito ao cometimento de atos infracionais, desde a apreensão do adolescente pelos policiais até o arquivamento do processo na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (isto é, até onde as contingências estão de fato em vigor).

PLANTÃO PSICOLÓGICO A JOVENS INFRATORES: DIREITO PARA FALAR E OUVIR

*Heloisa Antonelli Aun, Marcelo Gustavo A. Calegare,
Natalia Felix de Carvalho Noguchi, Sáshenka Meza
Mosqueira, Henriette Tognetti Penha Morato*

O Estatuto da Criança e do Adolescente marcou, desde 1990, uma profunda mudança no tocante às questões legais concernentes à população a que se refere. Porém, apesar do exercício da legislação que garante seu desenvolvimento, proteção e cuidado, cada vez mais adolescentes atuam como agentes de violência que, diante da descrença, encontram via de escape na vida do crime a transgressão. Neste contexto, cabe à Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) fazer cumprir ou elaborar medidas socio-educativas para os adolescentes autores de ato infracional. Em 2003, a direção de um complexo da FEBEM/SP procurou o LEFE/IPUSP buscando implantar ações complementares na prática sócio-educativa para jovens internos, autores de ato infracional. O trabalho iniciou-se pela realização de cartografia institucional, para conhecer as unidades de internação, partindo do relato da experiência da direção, funcionários e internos. Nas primeiras visitas, foi possível perceber como a internação conduz à institucionalização do sujeito: adolescentes, segregados da sociedade, inseridos em sistema de leis rígidas e instituídas, muitas criadas e mantidas pelos próprios internos. Tais normas de conduta regram seu modo de andar, de vestir, de falar e até mesmo de pensar, tornando plural a singularidade de cada um. Mais, os adolescentes são instrumentos de uma disciplinarização constante, tornando o comportamento visível e passível de controle. Assim, dentre outras intervenções, foi proposto Plantão Psicológico aos adolescentes, com objetivo de disponibilizar um espaço de reflexão desvinculado do trabalho de avaliação realizado pela FEBEM. A prática do Plantão Psicológico Fundamenta-se, principalmente, no

Aconselhamento Psicológico, compreendido como uma ação de duas ou mais pessoas voltadas para a consideração de algo, com olhares atentos, respeitosos e cuidadosos. O Plantão Psicológico a adolescentes pretende, portanto, oferecer espaço de acolhimento e escuta, no qual narrativas revelam a singularidade de cada um, possibilitando a contextualização de condutas e reflexão sobre escolhas, para resgatar ao sujeito a propriedade de sua história. Se, em unidades de internação da FEBEM, o viver individual nesse coletivo atravessa, transpassa e segrega o viver subjetivo, o Plantão Psicológico oferece-se como situação para resgate de subjetividade e cidadania: uma ação política e social no exercício de falar e ouvir.

POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ARARAQUARA

Maria Teresa Miceli Kerbauy, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, José Luís Bizelli

O aumento da violência nas cidades do interior do Estado de São Paulo tem sido significativo e os governos municipais e instituições tem tido dificuldade em implantar políticas e programas de combate a este fenômeno, em parte, devido às deficiências de informação. O objetivo central do projeto é diagnosticar, através das ocorrências registradas sobre casos de violência contra crianças e adolescentes, os territórios que detém o maior índice desse tipo de violência no município de Araraquara. A escolha desse município se deve ao fato de ser uma cidade localizada na região central do estado de São Paulo, com uma população de aproximadamente 200.000 habitantes que, apesar de um baixo índice de exclusão territorial, tem apresentado casos de violência contra crianças e adolescentes. Realizamos um amplo levantamento de dados sobre a violência, procurando sistematizar as informações obtidas de forma a termos um diagnóstico social e espacial destas ocorrências no município de Araraquara. A construção de um banco de dados possibilitou inserir estes eventos na malha urbana digitalizada de Araraquara, permitindo uma avaliação mais adequada do tipo de violência estudada. Este amplo diagnóstico permite a formulação mais adequada de políticas públicas de atendimento ao menor e ao adolescente visando o controle e a diminuição da violência permitindo uma melhor gestão das instituições decisórias municipais, no que diz respeito a recursos, pessoal, programas e atendimento. A partir daí será possível aos agentes institucionais municipais desenvolver instrumentos de avaliação para acompanhamento das políticas implementadas.

PRÁTICAS CULTURAIS DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA DA UFRJ

Maria da Gloria B. Botelho

Este trabalho visa apresentar alguns dados da pesquisa feita junto aos estudantes de licenciatura da UFRJ que freqüentaram o curso de Psicologia da Educação II da Faculdade de Educação, em 2003/2. Tendo como objeto as *práticas culturais em comum* aos jovens futuro-professores de Educação Básica. Os dados apresentados referem-se aos questionários respondidos por 369 alunos (cerca de 10% da população de alunos dos cursos de licenciatura da UFRJ) de 14 diferentes cursos, do CCMN (Química, Física, Matemática e Geografia), do CCS (Educação Física, Enfermagem e Biologia) do CFCH (Filosofia, História, Ciências Sociais Psicologia e Pedagogia) e do CLA (Letras, Educação Artística, Desenho e Música). As variáveis relativas às práticas culturais foram agrupadas em : *Protoculturas*: abarcam teatro, museus em geral e centros de ciência, música elaborada e livros. *Culturas de volume*: abarcam jornais, revistas, Bienal do livro, música, rádio AM/FM, CDs, filmes, vídeo/DVD e televisão. *Culturas de lazer*: shopping, praia, cinema, dança, show de música, esporte, RPG, centros culturais e rotina de fim de semana. *Culturas sócio-digitais*: acesso à micro com internet, mecanismos de busca, troca de e-mails, comunicação instantânea, Blogs e MP3. Resultados: Estes alunos, embora não dispensem uma conversa com os colegas quando estão na UFRJ, em comum tendem a preferir saírem no fim de semana com amigos outros que não da UFRJ. Na semana, quando não estão no trabalho nem na UFRJ, aproveitam o tempo disponível para estudar e ler, reafirmando assim seu 'ofício' de aluno. Não tendem a fazer cursos de línguas, atividades esportivas e outros na UFRJ e em termos de atividades na comunidade, as do tipo participativas e ligadas a movimentos religiosos têm alguma expressão, nesta amostra. Consideram importantíssimo o uso da internet para trocas de e-mails e/ou mensagens instantâneas, principalmente no fim de semana. Poder-se-ia dizer que *no geral* este é um grupo que tem a música como aspecto em comum, mas com certo estilo: variadas no rádio(FM), internacional na hora de dançar e MPB na hora de escolher CD para comprar. Já que não se pode afirmar que seja uma geração, o perfil deste grupo em termos de práticas culturais seria: Google, para pesquisa/ Compra de livros, se possível e/ou necessário/ Filme, em casa / Dança, em lugares pagos / MPB, nos CDs e Espaço Cultural, é o CCBB.

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE JOVENS EM GRUPOS DE MÚSICA E RELIGIÃO

Carmem Zeli Vargas Gil Souza

Este trabalho tem como tema a juventude. Propõe-se discutir os processos educativos dos jovens de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, em grupos de música e religião. Tendo como foco dois jovens integrantes de uma banda de hardcore e duas jovens de um grupo da Pastoral da Juventude, procura analisar as experiências dos jovens no grupo, dando visibilidade aos processos educativos e às relações com outras instâncias sociais como a escola, família e trabalho. Significa discutir que existe um educativo para além do escolar. Diário de campo, observação, entrevistas individuais e coletivas foram estratégias importantes usadas na pesquisa. Autores como Alberto Melucci, José Machado Pais e Marília Sposito constituem as principais referências teóricas deste estudo. A investigação aponta que a imagem que esses jovens colocam em questão é a juventude vista como um tempo de quem não sabe ainda o que quer. Nesta aproximação, foi possível perceber que os conflitos e as incertezas existem entrelaçados com projetos de vida. Nutrem sonhos que expressam o desejo de serem tratados com mais respeito pelas opções que fazem. Denunciam o preconceito como um aspecto que os afasta de outros grupos, do mundo adulto e de uma participação mais ativa na cidade.

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E AÇÃO TERRITORIAL: REFLETINDO SOBRE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA INTERVENÇÃO LOCAL

Sandra Maria Galheigo, Beatriz Akemi Takeiti

Este trabalho se propõe a discutir alternativas de ações preventivas da violência. Partindo das diretrizes e recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por acidentes e violências, busca refletir sobre a importância do desenvolvimento de ações territoriais para a prevenção e redução da violência. Ao se pensar o território como o *locus* privilegiado para ações desta natureza, as autoras elencam as diferentes possibilidades de ação que promovam uma cultura da paz, tal como proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Indo além são elencadas e discutidas as possibilidades que a ação territorial apresenta para a monitorização da ocorrência de violências, a assistência interdisciplinar e intersetorial e a capacitação de recursos humanos. Este

trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa *Ações Preventivas Contra A Violência: um estudo das diretrizes, recomendações e estratégias propostas por organismos internacionais e por programas do governo federal de 2000 a 2003*. É decorrente também da experiência das autoras em trabalhos territoriais com crianças e adolescentes no município de Campinas, São Paulo.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA PESQUISA COM CRIANÇAS E JOVENS: UMA EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL E COLETIVA DE PESQUISA NO BRASIL

Ethel Volfzon Kosminsky

A partir das pesquisas realizadas em conjunto com os alunos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Marília, tem sido possível traçar um mapeamento dos estudos na área de Sociologia da Infância e da Juventude no Brasil. A orientação dos trabalhos investigados tem implicado na discussão de temas, conceitos, parâmetros e metodologia de pesquisa relativos à área de investigação.

PROCESSOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO E JUVENTUDE RURAL: ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Suely Aparecida Martins

Esse resumo refere-se à parte da pesquisa bibliográfica que tem orientado a investigação sobre a juventude rural em Francisco Beltrão-PR. A partir da perspectiva que considera a juventude não simplesmente como um grupo homogêneo, e ressaltando, principalmente, a diversidade do mundo juvenil, interroga-se acerca dos impactos sobre a juventude rural dos processos de individualização em curso na chamada modernidade reflexiva. Autores, como Ulrich Beck (2003) e Bauman (2000), chamam a atenção para o momento histórico atual, marcado por profundas mudanças sociais, no qual os indivíduos são liberados das formas de vida da sociedade industrial e chamados a encaixar-se em novas formas e, a partir daí, construir sua própria biografia. Na primeira modernidade, a individualização ocorria dentro de coletivos predeterminados, na modernidade reflexiva é o indivíduo que passa a ser o centro da sociedade, sendo chamado a ser autor e ator de sua própria biografia. Para Beck (2003), esse processo pode gerar novas formas de solidariedade e um renascimento não institucional da política – a subpolítica. Beck, porém, aponta que os pro-

cessos de individualização sobre a lógica neoliberal tendem a enfatizar o atomismo e o egoísmo, acirrando as contradições e desigualdades sociais. Como esse processo tem sido vivenciado pelos jovens rurais? A masculinização e o envelhecimento do campo, como verificado por Abramovay (1998), são indicativos desse processo? Abad (2003) destaca como uma das características que marcam a juventude na contemporaneidade a crise da família, que aponta um novo padrão de sociabilidade entre pais e filhos, mais pautado pela negociação do que pela imposição. No campo ainda persistem, conforme Durston (1996), a tradição e a autoridade paterna, o papel subordinado da mulher e a ausência de opções reais na vida dos jovens. A saída dos jovens do campo, na maioria das vezes explicada pela ausência de recursos materiais para permanecer no campo, estaria associada, especialmente no caso das mulheres, ao desejo de liberdade dos jovens em relação aos padrões culturais impostos pela família? Os jovens rurais desejam compartilhar com seus pares urbanos maior liberdade de decidir sobre a própria vida? Nesse sentido, esses jovens estão sendo atingidos pelos processos de individualização em curso na modernidade reflexiva e, muitas vezes, compartilhando a ilusão de que são os únicos responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso.

PROGRAMA CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA – PCA

Organização não governamental – Associação Excola

O Ex-cola desenvolve trabalhos nas ruas do Rio de Janeiro desde 1989, durante todo este tempo percebemos que um grande número de jovens que estavam em abrigos retornava às ruas após os 18 anos, despreparados para enfrentar a vida em sociedade. O grande percentual de jovens que saem aos 18 anos das instituições de abrigo vem engrossando progressivamente as populações de rua, as prisões, e o tráfico. Anos de investimento indo por água abaixo e ainda colocando na sociedade um jovem incapaz de lidar com sua condição de liberdade e de condições mínimas de gerir sua vida após os 18 anos. O Programa Construção de Autonomia nasceu exatamente para responder a lacuna existente na ação sócio educativa e na política para a infância e juventude: o que fazer com o jovem institucionalizado que sai dos abrigos aos 18 anos, sem família e sem a proteção do ECA? O PCA tem como objetivo: oferecer a jovens em situação de risco com mais de 18 anos, oriundos de instituições de abrigo, moradias e um projeto pedagógico que os auxiliem a construir ações autônomas e que os qualifiquem profissionalmente para oportunidades e os prepare para o auto-sustento, o que nós chamamos de “desintoxicação institucional”. Entendemos autonomia como a busca constante de realizações tendo o indivíduo ou o grupo como autoprovedor

de suas conquistas. Autonomia é fundamental no processo de socialização, seja nas crianças, seja no resgate do domínio de sua própria história. Os jovens moram em apartamentos alugados pela cidade do Rio de Janeiro em grupos de 5 sem a presença de educadores ou outros profissionais, recebem uma quantia semanal para compra de alimentos e tem garantido o aluguel e algumas contas. Em contrapartida tem que aprender a gerenciar a vida coletiva, as contas e a compra da alimentação. Os jovens aprendem vivendo como ser adultos, tomar conta de sua própria liberdade, e serem cidadãos. O projeto envolve três técnicos e um coordenador que dão apoio aos processos inerentes a esse momento de amadurecimento como: conflitos, o primeiro emprego, a escola, os medos, a sexualidade, etc. São ao todo 25 jovens que ficam até 30 meses no programa. Do total de jovens atendidos pelo programa desde sua inauguração em 1995, o PCA obteve resultados positivos com 75% dos jovens, que conseguiram algum tipo de alternativa de moradia ou retorno a família, além de impactos positivos na área de trabalho, escola e saúde.

PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE DA UFRGS

Carmem Maria Craidy, Liana Lemos Gonçalves

A Faculdade de Educação coordena desde 1997 o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) da UFRGS, que tem como objetivo receber e acompanhar adolescentes autores de ato infracional que receberam medida sócio-educativa de PSC. Desde então, os dados destes adolescentes foram sendo coletados e em 2003 acabaram de ser inseridos em uma Banco de Dados. Após seis anos de existência do Programa, sentiu-se a necessidade de avaliar o impacto do mesmo na vida dos adolescentes e da Universidade. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os funcionários que receberam os jovens nos setores; levantamento dos jovens que tiveram óbito por causas externas (homicídio, suicídio e acidente de trânsito), passagem pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase) e pelo sistema prisional. A partir disso, realizou-se cruzamentos no Banco de Dados, comparou-se e analisou-se o perfil geral dos 757 adolescentes egressos do Programa, com os dados daqueles que vieram a óbito, tiveram passagem pela Fase e/ou por presídios. Além disso, comparou-se separadamente o perfil das adolescentes do sexo feminino. Como resultados mais importantes, podemos destacar o seguinte: até janeiro de 2004, 15 adolescentes morreram, ou seja, 1,98% do total, sendo que 11 foram vítimas de homicídio; 194 (25,62%) dos egressos do Programa tiveram algum tipo de passagem pela Fase; 122 (16,11%) cometeram delitos após a

maioridade e foram para o presídio; 62 (51,66%) dos que passaram pela Fase cometeram delitos quando já eram imputáveis e deram entrada no presídio; 104 (13,74%) dos adolescentes que passaram pelo Programa são do sexo feminino, das quais 14 (13,46%) tiveram passagem pela Fase e 2 (1,92%) pelo presídio. A pesquisa que retrata a experiência do Programa de PSC da UFRGS está sendo publicada, e tem como objetivo desmistificar crenças sobre adolescência e ato infracional, até então verdadeiras para o senso comum e, além disso, buscar estratégias pedagógicas para trabalhar com essa população.

PROGRAMA RENDA CIDADÃ: UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS PRODUZIDOS NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS

Sonia Maria Mimura Cortez

Este trabalho originou-se de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida no processo de elaboração da Dissertação de Mestrado que tem como tema central a Política de Transferência Direta de Renda e seus impactos na vida das famílias pobres, beneficiárias dos programas sociais dela decorrentes. Mais especificamente, vem sendo analisado o Programa Renda Cidadã – um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo em execução nos 645 municípios paulistas. Os sujeitos centrais da pesquisa são noventa famílias que participaram do programa no período de 2002 – 2003, residentes no Jardim Itamaraty, bairro periférico pertencente ao município de Ourinhos, focalizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no ano de 2001 para o desenvolvimento do programa. Segundo este órgão, o bairro é um dos que apresenta os piores indicadores sociais do município. Tendo em vista que o programa prioriza a inclusão de famílias com filhos em idade escolar, e elege como indicadores de avaliação de resultados o aumento da permanência das crianças e adolescentes na Escola, bem como a melhoria do desempenho escolar dos mesmos, procuraremos analisar a efetividade do programa nesta área. Das 90 famílias atendidas 87,7% delas tinham filhos de 7 a 14 anos, o que representava um universo de 116 crianças e adolescentes cursando o ensino fundamental, naquele período. O trabalho a ser apresentado focalizará as crianças e adolescentes desse grupo etário, que cursavam o ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jandira Lacerda”, localizada no Jardim Itamaraty, e deverá, a partir da análise dos prontuários escolares, verificar sua frequência e desempenho antes e durante o período de permanência de suas famílias no programa e, desta forma, conhecer quais foram os impactos produzidos em sua vida escolar.

PROJECTOS E PERCURSOS: CONSTRANGIMENTOS E CONTINGÊNCIAS BIOGRÁFICAS

Ana Paula Marques

A problemática da relação entre o projecto individual e os percursos profissionais na configuração de modalidades de inserção profissional prosseguidas pelos jovens diplomados do ensino superior, apresenta-se relevante no contexto da definição das políticas do ensino superior e de emprego. A maioria dos percursos destes jovens caracteriza-se pela incerteza, descontinuidade e menor correspondência do diploma ao emprego. Daí, o conhecimento em torno do lugar e papel do projecto ser crucial na explicação e compreensão do grau de empregabilidade do diploma e seu impacto nos percursos profissionais. Neste processo de transição, assume-se que as posições de partida – à saída do sistema de ensino superior – e a antecipação dos “futuros profissionais possíveis” através da enunciação, ou não, de projectos por parte de jovens finalistas, estão relacionadas com as sequências e as modalidades mais recorrentes no acesso ao mercado de emprego – trajetórias sócio-profissionais. Para a maioria destes jovens, este processo coincide com uma passagem ritualizada de posições herdadas pela família de origem e das opções vocacionais que se sistematizam em feixes prescritos de percursos escolares, para uma posição a aceder no mercado de trabalho, em interdependência com outros processos de maturação psicológica. Nesta comunicação pretende-se saber em que medida a capacidade de antecipação de um projecto contribui para a realização de trajetórias profissionais “favoráveis”. As trajetórias profissionais apresentam configurações comuns aos jovens ou, pelo contrário conhecem modalidades diferenciadas em função de factores como o sexo, a licenciatura, as expectativas e os projectos profissionais? Até que ponto a antecipação, ou não, de “futuros profissionais possíveis” pelos finalistas contribui para a configuração de certos percursos-tipo, com características específicas e distintas entre si? Em que medida a capacidade de antecipação de um projecto contribui para a realização de trajetórias profissionais “favoráveis”? Em termos metodológicos, recorreremos, em particular às biografias e às experiências narradas pelos jovens sobre o trabalho, a carreira, o futuro profissional, a competência, a família, entre outros aspectos, ao longo de três anos. Pretende-se comparar as situações dos jovens licenciados, na área das engenharias e novas tecnologias de informação, à saída do ensino superior e a importância da enunciação, ou não, dos projectos, com as que se apresentam após o confronto com o mercado de emprego. Ter-se-á, portanto, presente tanto o impacto das determinações sociais, como os recursos e estratégias dos actores sociais, pelo que se procurará analisar as transformações ocorridas nos projectos e a persistência ou concretização dos mesmos nas trajetórias prosseguidas.

PROJETO CAPACITAÇÃO JOVEM: UMA EXPERIÊNCIA DE 1º EMPREGO DENTRO DA COORDENADORIA DE JUVENTUDE DE NITERÓI

Paula K. Latgé, Leonardo S. Soares, Izaura S. Cruz, Mônica C. P. Nunes, Terezinha S. Alecrim, Fabrícia M. Almeida

A Coordenadoria de Juventude/Secretaria Assistência Social, contempla três eixos básicos: prevenção, inclusão e promoção – organizando suas ações através de programas com objetivos específicos. Cada programa tem um conjunto de projetos e atividades desenvolvidos para alcançar metas definidas. A política de prevenção é desenvolvida pelo Programa Espaço Jovem tendo como objetivo fortalecer o debate sobre Política Pública de Juventude dando maior visibilidade a este segmento, entendendo os jovens como sujeitos desta política. A política de inclusão é desenvolvida pelo Programa Jovem Cidadão e tem como objetivo incluir o jovem, entendendo-o como ator transformador da sociedade. A política de promoção é desenvolvida pelo Programa Promoção Jovem e tem como objetivo promover, capacitar e inserir o jovem no mercado de trabalho formal e alternativo. Pretendemos, neste trabalho, apresentar ações e resultados de uma experiência de política de 1º emprego implementada pela Coordenadoria de Juventude envolvendo jovens atendidos pelo Projeto Agente Jovem e Arte Ação Jovem (Programa Jovem Cidadão). Metodologia: Os jovens integrantes dos PAJ e AAJ, que apresentaram perfil de liderança e habilidade para coordenação de grupos, foram convidados a participar da capacitação/seleção para Orientadores Sociais do Projeto Agente Jovem com demais profissionais. Nesta capacitação foram abordados temas como: elaboração de projetos e relatórios; dinâmicas de grupo; postura profissional (perfil do orientador); avaliação do perfil da comunidade, entre outros. Após este período, os jovens que atenderam aos objetivos da função foram incluídos na equipe de Orientadores Sociais do PAJ. Paralelamente, estabelecemos uma parceria com o CIEE – Centro Integrado Empresa Escola, objetivando sensibilizar e desenvolver nos jovens determinadas habilidades que os qualifiquem para inserção no mercado de trabalho. Além disso, a Coordenadoria tem como desdobramento do Programa Espaço Jovem o Projeto Juventude Fashion, tendo como objetivo envolver Agentes Jovens na produção de um desfile de moda. Para tanto, desenvolvemos oficinas de: Produção de eventos; Modelo/manequim; Cabelo/maquiagem e Acessórios. Este aprendizado contribui na manutenção da auto-estima, possibilitando aos jovens geração de renda. Resultados: Atualmente 50% dos Orientadores do PAJ são jovens oriundos de projetos sociais desenvolvidos pela Coordenadoria. São encaminhados, em média 300 jovens/ano para cursos/estágios através do CIEE. Embora as oficinas do Juventude

Fashion estejam implantadas a apenas 2 meses, alguns jovens já estão trabalhando informalmente nessas áreas. Conclusão: Considerando o universo de jovens de Niterói, entendemos que estas ações ainda são insuficientes, porém percebemos que é possível desenvolver uma política de capacitação e encaminhamento profissional para os jovens.

PROTAGONISMO JUVENIL: UMA PRAXIS SÓCIO-HISTÓRICA DE RESSIGNIFICAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

Maria Izabel Calil

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a proposta político pedagógica do protagonismo juvenil que, ao propiciar o empoderamento do jovem, favorece sua ressignificação enquanto sujeito de sua história e o desenvolvimento de sua cidadania ativa. A concepção naturalizante de adolescência como momento de crise e rebeldia tem contribuído para a construção de uma significação social do adolescente enquanto um problema para a família, para a escola, para a saúde pública e para a sociedade em geral. O rompimento deste processo passa pela desterritorialização da adolescência do espaço da naturalidade e sua reterritorialização como um conceito construído a partir do momento social e histórico contemporâneo, e pela construção de uma nova concepção teórica, que subsidie pesquisas, estudos e metodologias de trabalho inovadoras. Neste contexto, o protagonismo juvenil, enquanto práxis sócio-histórica, surge como possibilidade de rompimento com o significado de adolescência predominante no imaginário coletivo, abrindo novos horizontes para a compreensão das determinações sociais da constituição da subjetividade e para a ressignificação da adolescência como categoria social, reafirmando-se como estratégia privilegiada de legitimação da participação dos jovens na construção de políticas públicas promotoras do desenvolvimento social da juventude. Ancorado na epistemologia qualitativa, este estudo busca analisar, por meio de um acompanhamento longitudinal, observações individuais e entrevistas abertas, como o protagonismo juvenil interfere no processo de constituição da subjetividade de jovens participantes do Fórum Regional Juvenil, movimento juvenil da Região Metropolitana da Baixada Santista, que tem por finalidade promover a reflexão, a cooperação e a organização de grupos de jovens em torno de soluções concretas para a violência e outras questões emergentes do mundo atual.

PSICOLOGIA ESCOLAR EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira, Tatiana Yokoy, Davi Rosa, Joyce Guimarães, Ricardo Mendes Gomes Pereira, Miguel Ricardo de Carvalho Vargas, Ana Cláudia Lins.

A maioria dos adolescentes envolvidos em atividades delinqüentes vem de um histórico de insucessos escolares, acumulando profundas defasagens de conteúdo, de motivação pessoal para a aprendizagem, além de baixas expectativas do próprio contexto escolar. O presente trabalho é a análise da intervenção psicopedagógica, realizada desde outubro de 2003 na escola de uma instituição de privação de liberdade do DF. A intervenção consta das seguintes atividades: (a) oficinas psicopedagógicas, com o objetivo de desenvolver competências e habilidades motoras, cognitivas e sociais necessárias aos processos de construção de conhecimentos escolares; foram realizadas oficinas de dobraduras (origami), jogos de dramatização (RPG) e jogos de regras. (b) intervenção sobre o cotidiano escolar, por meio de reuniões com a equipe pedagógica, com o objetivo de promover a reflexão sobre o papel da escola no contexto da medida de privação de liberdade. Em conjunto, as oficinas buscam promover o desenvolvimento de aspectos como criatividade, imaginação, cooperação, pensamento convergente e divergente, planejamento e negociação de estratégias, bem como a abordagem de conteúdos escolares. Participaram da atividade uma média de 30 adolescentes, de ambos os sexos (com predomínio do sexo masculino), e idade entre 15 e 21 anos, divididos em grupos de, no máximo, 10 participantes. As sessões têm sido realizadas duas vezes por semana com cada grupo. A equipe pedagógica da escola é composta de 03 profissionais, sendo realizadas reuniões com frequência média mensal, onde se discutem temas tais como: a escola no contexto da instituição; conhecimento como emancipação em contexto de repressão; conciliação entre objetivos educacionais e objetivos institucionais; psicologia escolar em contextos escolares com as presentes características. Os resultados indicam que, se por um lado, há uma clara demanda dos adolescentes atendidos por atividades que insiram os processos de construção de conhecimentos em redes de aprendizagem significativa, por outro lado, o atendimento à demanda esbarra em entraves produzidos pela concepção de medida de privação de liberdade ali implementada. O predomínio do enfoque punitivo e repressivo nas ações institucionais frustra grande parte do esforço da equipe envolvida na intervenção e dos próprios atores da escola, na implementação de ações verdadeiramente educativas. O atendimento ao adolescente "em conflito com a lei" permanece apoiado em estruturas físicas e pedagógicas geradas segundo

uma lógica autoritária e moralizante, que não contribui com o objetivo de promover autonomia e inclusão social, ao reproduzir contradições e submeter-se à lógica repressiva que predomina na abordagem da violência, a despeito dos propósitos do ECA.

QUANDO O JOVEM VIRA PAUTA: ANALISANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA JUVENTUDE EM UM JORNAL CARIOCA

Ilana Eleá Santiago

Cabe aos educadores atentarem para o potencial formador dos meios de comunicação de massa. Este estudo procura mapear como os jovens têm sido vistos, citados e representados através de um meio de comunicação de massa específico – o jornal. Ao falarmos em juventude, estamos nos referindo ao momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita, que aqui adotamos como o período entre os 16 e os 24 anos. Segundo Abramo (1997), existe uma distinção entre os modos como são tematizados os jovens nos meios de comunicação: quando os produtos são dirigidos diretamente a este público, os temas normalmente são cultura e comportamento — música, moda, estilo de vida, esporte e lazer; em contrapartida, quando os jovens são assunto de noticiários, matérias analíticas ou editoriais, os temas abordados são de um modo geral, violência, crime, exploração sexual e drogadicção. Isso pode ser verificado também nos jornais? Para Barbero (2001), por mais que a televisão se apresente como o mais “sofisticado dispositivo de moldagem”, ela não funciona sozinha, devendo conviver/competir com outras mediações, como os valores instituídos pela família, pela escola, pelos amigos, enfim, pelo meio social em que o indivíduo estiver inserido. Nesse contexto de mediações, o jornal costuma apresentar-se como uma alternativa à “má-informação” do jovem, por ser feito em linguagem escrita e por tratar, diariamente, de temas considerados importantes para uma compreensão da realidade política, econômica e social em que esse jovem vive. Por ser visto como porta-voz da informação, o jornal é “sacralizado”, tanto em sua versão impressa como televisiva. A necessidade de manter-se informado tornou-se um dos requisitos na sociedade dita globalizada. Embora o telejornal ofereça um panorama dos principais acontecimentos do dia, será no jornal impresso que se poderá encontrar aquelas mesmas temáticas tratadas de forma mais densa, com um aprofundamento maior. As seguintes perguntas são colocadas: que representações sociais do jovem são mais freqüentemente encontradas nesse meio de comunicação, tido como importante fonte de

informação diária? Existem cortes de classe nessas diferenças? Existem correlações entre o modo como a mídia representa o jovem e o modo como ele próprio se percebe e o grupo do qual faz parte?

QUEM MANDOU ENGRAVIDAR? JUVENTUDE, REPRODUÇÃO E TRABALHO

Suyanna Linhales Barker

Este estudo enfoca as histórias de trabalho de jovens mães moradoras de espaços populares na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa objetivou cartografar as atividades de trabalho deste grupo de jovens, procurando estar atento aos possíveis aí presentes e à forma como a dinâmica saúde-doença se apresenta para este grupo. Desenvolveu-se um procedimento de pesquisa – intervenção para o acompanhamento de um grupo de mulheres jovens com histórias de trabalho e gravidez na adolescência que freqüentavam um Centro Cultural Comunitário em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento da atividade de pesquisa contou-se com o suporte teórico e metodológico da análise institucional, da teoria da produção de subjetividade, da ergologia e da clínica da atividade, entre outras disciplinas. Foram realizados grupos de discussão semanais, por um período de seis meses que abordaram temas relacionados à juventude em situação de trabalho e a experiência da maternidade. A técnica da “Instrução ao Sócia” originário da Clínica da Atividade foi utilizada para o entendimento do gênero de trabalho do coletivo de mulheres jovens. O grupo produziu, a cada encontro, um material gráfico e discursivo que foi registrado e usado posteriormente tanto na análise dos dados como na elaboração de uma cartilha, desenvolvida coletivamente, que teve como objetivo a difusão do conhecimento produzido pelo grupo para outras mulheres jovens que estejam experimentando as mesmas situações de vida e trabalho. Como resultados do estudo tem-se: (1) a inauguração da discussão da questão do trabalho entre mulheres jovens, moradoras de espaços populares e com história de gravidez na adolescência. (2) a formação do grupo “A Favor De-las”, que se forma na elaboração da cartilha e que segue em atividade após o período da pesquisa – intervenção. (3) a análise da concomitância do trabalho reprodutivo e produtivo para mulheres chefes-de-família. (4) a identificação da premência do trabalho imaterial para as mulheres pobres, tanto nas atividades de reprodução social como no trabalho produtivo desqualificado, típico do trabalhador jovem das camadas populares. (5) a análise dos processos de impedimento das atividades de trabalho desejadas como fonte de sofrimento psíquico, tanto no trabalho produtivo como no reprodutivo.

RECEITA: COMO SE PRODUZ UM ASSISTIDO

Fabio Azeredo

O Projeto de Reinserção Familiar (PRF) é realizado pelo Mote – Movimento Terapêutico, constituído por uma equipe de psicologia clínica especializada na área de Saúde Mental – em parceria com a FIA – Fundação para a Infância e Adolescência, órgão da Secretaria de Ação Social – desde 2001. Este projeto tem por propósito a desinstitucionalização de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais abrigados em unidades próprias e conveniadas à FIA. É importante salientar que os *portadores de necessidades especiais* atendidos pelo projeto em sua maioria têm também um comprometimento mental ou neurológico, afinal, não encontramos, senão excepcionalmente, portadores com comprometimento meramente físico. As famílias dessas pessoas abrigadas em sua quase totalidade são provenientes das camadas mais pobres do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto iremos problematizar o tipo de composição familiar e a situação socioeconômica que contribuem para o estado de abandono em que a maioria dessas pessoas abrigadas se encontra. A partir do levantamento de dados epidemiológicos, temos visto que muitas dessas famílias são compostas por mulheres que têm diversos filhos, frutos de diferentes relações, de modo que, quando um deles nasce com comprometimento mental ou neurológico, irá acabar sendo abrigado para que a genitora, quase sempre sozinha, tenha em trabalhos informais sua principal fonte de renda no intuito de garantir a subsistência dos demais. É entre essas famílias monoparentais e as ações assistenciais dos equipamentos públicos – incluindo desde as compensações assistencialistas às intervenções jurídicas de Destituição de Poder Familiar – que gostaríamos de analisar como se engendra o afastamento familiar dos pais em relação a essas pessoas que se encontram abrigadas, diferenciando o lugar que a mãe ocupa e destacando a quase total ausência do pai nesses casos.

REFLETINDO SOBRE A SAÚDE DOS JOVENS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA EM RECIFE

Mónica Franch Gutiérrez, Márcia Reis Longhi

Em meio ao debate sobre políticas públicas para a juventude que o Brasil está encampando, o tema da saúde tem sido também alvo de discussões e tentativas de reformulação. Em finais de 2003 e início deste ano, houve vários movimentos no sentido de se elaborar uma política nacional de atenção à saúde

de adolescentes e jovens que viesse substituir o programa de atendimento a adolescentes (PROSAD), estendendo a idade de abrangência até os 24 anos e mudando enfoques e orientações. Embora a discussão não tenha avançado, vários documentos de trabalho com diretrizes resultaram desse esforço. A movimentação pela saúde do jovem se dá em um momento em que o Programa Saúde da Família está se apresentando como a política principal de atenção básica à população do país. Surgido, em um primeiro momento, de forma extremamente ligada à saúde materno-infantil, como uma estratégia de redução da mortalidade infantil, o PSF atualmente aumentou seu escopo de atuação e cobre, não sem dificuldades, um amplo leque de demandas de saúde da população. Este trabalho pretende discutir de que maneira o PSF está lidando com as demandas dos jovens, a partir de dados recolhidos num trabalho etnográfico em duas unidades de saúde da família do Recife. Percebe-se que, para os profissionais de saúde, a categoria “jovem” não é significativa para o atendimento. Há, entre eles, uma série de práticas de saúde e representações em que os sujeitos são classificados ora pela sua idade, ora pela sua patologia, ora pela posição que ocupam na família. Desta forma, os profissionais e agentes de saúde classificam a população em “crianças”, que têm horários específicos de atendimento e são a prioridade; “adolescentes”, categoria que se refere basicamente a meninas; “mães”, onde entram todas as mulheres que tiveram filhos, independentemente da sua idade, embora as adolescentes possam ser adjetivadas (mãe adolescente); homens e mulheres que utilizam o posto para auxílio em alguma doença não relacionada diretamente com posição na família; “idosos”, que costumam ser compreendidos a partir de patologias (hipertensos, diabetes). As “adolescentes” formam o grupo sobre o que mais recaem críticas e visões moralizantes.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES E PROFESSORES DE CLASSE MÉDIA

Ana Lúcia Galinkin, Ângela Maria de Oliveira Almeida

Pesquisas atuais questionam se os problemas estruturais como pobreza, baixa escolaridade, falta de emprego são causas suficientes para explicar violência, particularmente quando se observa a crescente participação de jovens de classe média como autores e como vítimas de atos violentos. Novos espaços se configuram como arenas para manifestações da violência, como escolas, negando uma das funções primordiais desta instituição que é propiciar o desenvolvimento moral e ético, a aprendizagem de valores, o exercício da razão e da civildade. Diante desta realidade o objetivo deste trabalho é compreen-

der como os adolescentes de classe média e professores de escolas privadas compreendem e explicam as manifestações da violência em geral e na escola em particular. Quais as representações sociais elaboram sobre este fenômeno e suas implicações nas relações sociais dos jovens e nas práticas educativas na escola? Utilizou-se o método de grupo focal, tendo sido constituídos três grupos de adolescentes, estudantes do segundo grau de escolas privadas, e três grupos de professores de escolas privadas. Os dados foram analisados através do software ALCESTE (Analyse par Contexte d'un Ensemble de segments de textes). Os resultados mostram três classes de respostas no discurso dos adolescentes. Uma classe aponta para questões macro-sociais, onde os problemas estruturais como desigualdade social, injustiça e impunidade seriam responsáveis pela violência. Outra classe indica questões micro-sociais, como relacionamentos pessoais onde os amigos e ambientes freqüentados seriam facilitadores da violência. Uma terceira classe já enfatiza as fases da vida e a ambigüidade do período da adolescência. Do discurso dos professores foram discriminadas quatro classes de respostas. Uma que se refere à violência na escola que, nesse ambiente, se manifesta de forma mais verbal, e ressalta a importância do professor na formação e educação dos jovens. A segunda classe aponta para uma mudança no comportamento dos pais, que têm abandonado a educação dos filhos e delegado este papel aos professores. Na classe três, aparece mais uma vez, a importância do papel do professor na formação dos alunos através dos contatos informais. E a classe quatro refere-se a importância do relacionamento familiar e com os pares na formação do adolescente. No que se diz respeito à violência na escola observa-se que adolescentes e professores negam ou minimizam o problema. Tanto os discursos dos adolescentes quanto o dos professores enfatizam o papel da família e da escola na constituição de pessoas de bem e, por consequência, no controle da violência. (CNPq, CAPES/PROCAD)

RETRATO DA ANOREXIA: SUBJETIVIDADE E ADOLESCÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Vanuza Campos Postigo, Fabiana Gaspar Lustosa

No cenário contemporâneo da psicanálise, temos constatado o surgimento de novas formas de mal-estar que têm fundamentalmente se evidenciado através da evocação do corpo. Assim, nestas novas patologias contemporâneas, o corpo parece estar assumindo a frente da cena, passando a ser o instrumento de expressão da dor e do sofrimento. Na clínica atual, observamos a exacerbação dos quadros somáticos, através, por exemplo, do aumento significativo

de casos ligados às adicções, como a anorexia. Sabemos que na adolescência, frente ao complexo quadro de transformações físicas e psíquicas, a evocação do corpo é um recurso freqüentemente utilizado pelo sujeito, devido à precariedade de seus recursos psíquicos. Desta forma, nossa pesquisa se volta para esse panorama da atualidade, buscando uma compreensão da proliferação dessa psicopatologia na adolescência numa pesquisa teórico-clínica.

REVISÃO DO HORIZONTE BELO: O PONTO DE VISTA DE CRIANÇAS E JOVENS DE BELO HORIZONTE

Eline Maria Fernandes Rennó

O artigo trata da ação de crianças e jovens em seu esforço coletivo de produzir saber e compreensão sobre como a cidade contemporânea os transforma em suas relações sociais. Belo Horizonte também quer saber como é a situação de “privação urbana” atual em que se encontram suas crianças e jovens, diante da condição de estranhamento e nenhuma participação na construção do espaço da cidade, que lhes é imposto, conseqüência da divisão social do trabalho e da cultura de consumo. Como metodologia de pesquisa, utiliza as “Oficinas da Cidade”, nascida no âmbito do projeto intitulado “*Cidade, Consumo e Cidadania: a infância e a adolescência no Brasil Contemporâneo*”, que, desde 1996, toma por objeto de investigação os modos de se produzir o humano nas cidades contemporâneas. Desdobrado em um segundo projeto: “*O igual, o estranho e o inimigo: socialidades urbanas no novo milênio*”, foi apresentado, junto ao FIP – Fundo de Incentivo à Pesquisa, à Pró Reitoria de Pesquisa e Graduação da PUC-Minas, em 2003, no intuito de fazer parceria com as pesquisas interlocutoras realizadas em Fortaleza, no Rio de Janeiro e em São José dos Campos, colaborando com o programa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Visa também a ampliar as possibilidades de participação e ação de crianças e jovens em Belo Horizonte, abrindo-lhes um campo de construção, reflexão e imaginação, para que se vejam e se insiram de outras formas, nesta ordem social, como sujeitos ativos. Se comparada a outras crianças e a outros jovens do passado, a juventude atual está destinada a ocupar o espaço da escola e de *shoppings*. No vagar pela cidade, convive com um outro distanciado e estranho, o que gera a perda da familiaridade com o mundo, marcando-lhe, historicamente, a “pele urbana”. Os resultados da pesquisa indicam que as crianças e os jovens de Belo Horizonte, ao refletirem sobre essa condição, são capazes de produzir ações como sujeitos de direitos, que, ao mesmo tempo que escondem, mostram a imposição de um discurso repetitivo e esterilizado, sob a proteção da figura materna. Quando

lhes é dado o poder de voz, a construção criativa de *tableaux*, ao estilo do desvio benjaminiano, aparece como produção de um saber narrativo e imagético, que, de forma sutil, aproxima o inimigo.

ROTAS RECRIADAS – CONSTRUINDO UM EIXO DE CUIDADO NO COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM CAMPINAS/SP

Ana Paula Serrata Malfitano, Josely Rimoli

Este trabalho integra o projeto “Rotas Recriadas: Crianças e adolescentes livres da exploração sexual”, que problematiza, a partir de uma perspectiva sócio-cultural, as formas de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil no município de Campinas – SP. O projeto, em sua totalidade, está sendo concebido no âmbito intersetorial e interdisciplinar com o intuito de elaborar ações piloto, em diferentes eixos de atuação – da prevenção ao cuidado – com a intenção de produzir embasamentos teórico-metodológicos para a construção de uma política pública para o enfrentamento desta relevante temática. Tal projeto conta com um significativo financiamento da empresa Petrobrás, através das leis de incentivo fiscal, para sua implementação. O Eixo Cuidar, ligado a Secretaria de Saúde, se propõe a intervir junto às crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, assim como com as suas famílias, para promover o acolhimento, a escuta qualitativa e o vínculo com esta população, visando a construção conjunta de um projeto de vida que proporcione o resgate da cidadania, a inserção em uma rede de apoio pessoal significativa e social, buscando reduzir assim os fatores de vulnerabilidade aos quais estão expostos. O projeto aqui apresentado reflete uma produção coletiva dos profissionais do Eixo Cuidar que estão elaborando instrumentais e métodos para o cuidado propriamente dito da população-alvo. Intenciona-se realizar, em conjunto com as ações de intervenção, uma pesquisa-ação para registro e publicização das informações, dado a escassez de políticas públicas na área que tratem do enfrentamento da problemática da exploração sexual infanto-juvenil. Discute-se a relevância cada vez maior das políticas sociais para a juventude, e sua indissociável intersetorialidade intrínseca em suas ações, pautando a problemática da exploração sexual enquanto tema necessário para enfrentamento a partir de intervenções e serviços a serem produzidos.

RPG E LAÇO SOCIAL

Rosane Melo

A sigla R.P.G. (de Role-Playing Game) pode ser traduzida como *Jogo de Interpretação* de papéis ou ainda *Jogo de faz-de-conta*. Os participantes representam diferentes personagens em mundo fictício criado pelo Narrador ou Mestre de jogo, e precisam enfrentar obstáculos. O Mestre é aquele que lança desafios para seus jogadores, guia tudo o que não é personagem, descrevendo o ambiente; é o responsável pela trama. Ao resolver os desafios propostos pelo Mestre, os jogadores percorrem um roteiro de uma aventura onde não há perdedores nem ganhadores. É necessário um grupo de amigos e a ação ocorre apenas na imaginação dos jogadores, mas todas as ações são ditas em voz alta para que todos os jogadores e o Mestre saibam o que está acontecendo. Hoje, pelo tempo que as crianças e os adolescentes a frequentam, a Escola torna-se um lugar privilegiado tanto para a transmissão da herança cultural e constituição dos grupos, quanto lugar para a manifestação/exposição dos efeitos das exigências da cultura e da civilização sobre o sujeito. As exigências da civilização acarretam um *mal-estar* e as dificuldades escolares dos adolescentes, muitas vezes, revelam o quão difícil é a trajetória de um sujeito que precisa fazer um longo trabalho de elaboração, que envolve, dentre outras coisas, a perda da autoridade dos pais, ou seja, um questionamento dos ideais parentais. Para um adolescente psicótico tal elaboração é impossível e uma das saídas se dá através do recurso imaginário. Atentos para o fato de que o grupo apresenta um efeito apaziguador parcial, pretendemos abordar como o R.P.G. tornou-se um recurso para o restabelecimento de investimentos escolares e laços sociais através do fragmento de caso clínico de um adolescente psicótico.

RUSSIAN YOUTH IN POST-SOVIET PERIOD: PROBLEMS AND PERSPECTIVES

Irina Pervova

The political and socio-economical crisis, which greatly affected Russian society at the end of the last century was especially influential on Russian children and youth. Family life was disrupted. Poverty, population decrease, health deterioration, difficulties in school reform, social orphans and street children increased in numbers, increased divorce rates, lack of time for children at home, lack of teachers at schools, weak support programs, limitation of access to free higher education, drugs, alcoholism, juvenile crime, and AIDS increases followed the more general social crisis. Russian educational programs had been

recognized for their high levels of literacy. This historical value or priority for education was significantly reduced. Parallel processes of socialization of children and youth and re-socialization of adults in radically changed Russian society were the most important social and psychological issues for the end of the century. *In the last four years* there are signs of social stabilization. Still drugs and alcohol are a big problem. Health problems (especially due to environmental pollution and high costs of medication and medical services) and AIDS have significantly increased. Due to general social conditions, many youth are oriented to studying and working in the West due to low wages and low economic support of science and education in Russia. Some data suggest at least limited positive progress, e.g., slightly reduced crime rate among juveniles; education attempts on safe sex; growing activity in youth associations (20 thousand local and 80 bigger regional Russian youth organizations); more young people in politics and business; a growing role of education; and introduction of the idea of healthy life style. Children and youth continue to be a general priority on the micro-social level in Russia. The child's value as a type of social insurance guarantee for parents' older days is still true for the country. In general, families are mainly of the single child type. Youth are more educated than the parent's generation in innovative technologies and it dictates new types of relationships between generations. This happens when young people become more sophisticated in areas such as communication, earning money, consumer products and technologies, and styles of social behavior, or dress. Trends in transformation of pre-teen youth's subculture in the new millennium include reduced informal play time with more organized activities, growing differences between traditional socialization of pre-teen children and current teenagers' subculture, and the influence of delinquent subculture on teen's and youth's groups. Federal social policy concerning children and youth is selective in that it deals with only restricted categories of children and youth. Development of a national plan for coordination of children rights, education, treatment and services is complicated by many factors, including within and between agencies barriers.

SAPIENS CIRCUS AMAZÔNIA: A IMERSÃO DO JOVEM NA TECNOLOGIA

Fabíola Mourão Sousa,; Maria Inês Gasparetto Higuchi, Genoveva Chagas de Azevedo

A tecnologia aplicada à Educação é uma demanda crescente no panorama atual, considerando que se vive um acelerado processo de inclusão digital. É notório que para os jovens o acesso à tecnologia digital dá-se desde muito

cedo, de modo que esta passa a ser tratada como algo “natural”. Mesmo para os adolescentes pertencentes a famílias mais desfavorecidas economicamente, o acesso a dispositivos tecnológicos não é utopia. Nesse sentido, não se pode desconsiderar o impacto que o desenvolvimento tecnológico exerce sobre os grupos juvenis, tendo em vista que seu impacto ultrapassa o âmbito estritamente técnico e perpassa o processo educacional. Desse modo, iniciativas que objetivam a integração da tecnologia à Educação, tem-se mostrado frutíferas, pois priorizam o educando em suas necessidades e interesses, englobando procedimentos mais coerentes com a pesquisa e comunicação. Nesse contexto, desenvolveu-se o Sapiens Circus Amazônia, uma plataforma tecnológica de comunicação e aprendizagem que permite a convergência de ciência, tecnologia e pessoas na vivência de conteúdos diversos, como a Biodiversidade. Com o objetivo de analisar as implicações psicopedagógicas associadas à proposta do Sapiens Circus Amazônia, tendo em vista a construção do conhecimento socioambiental, está sendo desenvolvida uma pesquisa do tipo descritiva-exploratória, envolvendo 8.400 alunos, de 5ª a 8ª série, e 280 professores, da rede pública e particular de ensino da cidade de Manaus. Tal estudo adota a observação participante e outras técnicas complementares como a aplicação de questionários aos alunos e professores. Os resultados preliminares mostram que no procedimento educativo há um impressionante incremento na sensibilização sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, outros elementos revelam que a integração da tecnologia à Educação contribui de modo significativo no processo de ensino-aprendizagem, através da recuperação do sentido e do prazer pelo conhecimento. Tem se constatado, ainda, que a tecnologia é uma ferramenta didática capaz de revolucionar o processo educativo. Contudo, algumas questões merecem destaque nesse processo, onde o jovem tenha oportunidades que, mediadas pela tecnologia, possa efetivamente se constituir sujeito do conhecimento e de sua própria trajetória social.

SAÚDE E SUBJETIVIDADE ADOLESCENTE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A INFÂNCIA VÍTIMA DE VIOLÊNCIAS?

Vera-Lúcia Calixto de Campos

O SERVIÇO DE PLANTÃO DA 1VIJ-RJ. A Justiça da Infância e da Juventude, na Cidade do Rio de Janeiro, divide-se em 1ª VIJ e 2ª VIJ, ambas com competências próprias e bem definidas e com a finalidade de fazer respeitar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes dentro da doutrina da proteção integral. Cabe à 1VIJ procedimentos de prevenção, mediação, defesa de interesses

e julgamento de conflitos e impasses que envolvam crianças e adolescentes, sempre na esfera cível. O SERVIÇO DE PLANTÃO (SEPLAN) da 1VIJ é composto por Comissários de Justiça, com formação em Psicologia, Direito, Pedagogia ou Administração de Empresas, que atendem o público que procura a 1VIJ necessitando de atendimentos sociojurídico, autorizações de viagem e outras providências protetivas previstas no ECA. Trata-se, muitas vezes, da primeira escuta de uma situação de ameaça aos direitos fundamentais de criança e/ou adolescente. O SEPLAN pode ser considerado porta de entrada de ações protetivas dos direitos de crianças e adolescente e como há uma rotina de registro na forma de ocorrências ou ofícios de encaminhamento, a análise destes dados demonstrará o perfil da demanda que chega à 1VIJ por esta via.

ESCUTANDO ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. Segundo Eplácido e Silva (1994), **Vítima**, do latim *victima*, geralmente entende-se toda pessoa que é sacrificada em seus interesses, que sofre um dano, ou é atingida por qualquer mal. Cabe à 1VIJ zelar pelos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e saber quando são negligenciados e porque. O Estatuto da Criança e do Adolescente define direitos fundamentais a saber: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e trabalho. A Lei 10046 de 10/01/2002 que sancionou o Novo Código Civil trouxe algumas alterações à lei 8069, de 13/07/1990 mas estes direitos continuam sendo garantidos pela Justiça através de medidas protetivas e socioeducativas determinadas judicialmente por Juizes da Infância e da Juventude. Em todo o território nacional observamos uma discrepância das condições de saúde e, segundo dados fornecidos pelo Almanaque Abril (2004), temos notícia de que a desnutrição, a mortalidade materna, a gravidez precoce e as desordens neuropsiquiátricas afetam as condições de saúde da população brasileira. Portanto, não é surpresa quando recebemos no Serviço de Plantão da 1VIJ a solicitação da uma Maternidade Escola da UFRJ para expedição do Registro de Certidão de Nascimento de uma criança de três meses de vida que não pode ser registrada no tempo convencional devido a complicações pós-natais e que esteve em estado grave durante todo este tempo. Recentemente passamos a receber casos de inclusão do nome do pai naqueles registros que devido a ausência do genitor só apresentam o nome da mãe. Estas situações falam da interseção Justiça/Saúde e o Comissário de Justiça da Infância e da Juventude com formação em Psicologia e atento às expressões da subjetividade pode não só atender à demanda jurídica mas perceber a demanda psicológica implícita à situação. Como nos chegam crianças e adolescentes vítimas de violências? Para onde são encaminhados? O que faz o SEPLAN? Como se articula com os outros setores da 1VIJ? Qual o papel do Comissário de Justiça? Formular uma pesquisa que responda estas e outras questões é o objetivo ao levantar os registros mencionados.

SEU BANDIDO, MEU HERÓI: UM ESTUDO REFLEXIVO ACERCA DOS PARADIGMAS E PERSONAGENS APODERADOS DO COTIDIANO CARIOCA

J. A. S. Neto, D. J. C. Becho, E. M. Canarim, S. Izecksohn

O Centro de Convivência, setor do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao uso de Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPAD/UERJ) recebe crianças, jovens e jovens adultos para tratamento relativo ao consumo indevido de drogas ilícitas. Seu principal objetivo é a reinserção social, priorizando a reinserção escolar. Oriundos em sua maioria de comunidades de baixa renda participam juntamente a uma equipe multidisciplinar de oficinas e projetos, todos com vistas à produção científica sobre o uso de drogas pela juventude carioca da contemporaneidade. Baseada na experiência da equipe supracitada uma reflexão acerca dos ídolos da juventude carioca é apresentada. O ponto focal de argumentação, fundamentado no medo gerado pela violência, e divergindo das atuais vertentes em voga sobre a juventude e de seus paradigmas, aponta o sujeito em questão buscando na figura do traficante a proteção necessária para sua libertação. A liberdade não só representaria a possibilidade de movimentar-se pelos espaços da urbe, como também, a de dissipar a constante exigência de assegurar-se no mundo. Enfim, jovem se tornando amigo do “inimigo” não mais temeria a vida ou ao mundo. Os traficantes, heróis da atualidade, encontram na juventude acuada o espaço para se apresentarem como aqueles que detém o domínio sobre a vida e a morte. Aclamados pela mídia os bandidos encontram através desta uma complexa textura para expandir seus domínios. Quanto maior a audiência obtida com as intervenções diretas sobre a comunidade, mais este é reconhecido e respeitado, e ainda, quanto mais ousadas as ações, maior é o número de admiradores. Afinal, são os bandidos que ofendem enquanto a sociedade se defende e é o jovem da atualidade criado sobre a sombra do medo quem almeja não temer mais a nada e copia fascinado todos os trejeitos do meliante. Imitando o comportamento dos traficantes o jovem progressivamente se identifica com o “império do mal” e ao se tornar um integrante não precisa mais temê-lo. A busca da juventude contemporânea ao preencher o vazio social referente à ordenação e a segurança encontra no traficante a encarnação da estrutura faltosa (da lei e do limite) necessárias a sua formação. Portanto, a equipe apresenta a idéia de um jovem deslumbrado não com o poder ofensivo da figura do traficante, mas sim com o êxtase utópico oriundo da promessa de segurança implícita sob o poder da violência.

SEXUALIDADE E GÊNERO NAS ESCOLAS

Dayse de Paula Marques

O estudo está sendo desenvolvido numa escola de ensino fundamental e médio, de natureza privada, e analisa como os professores e administradores do ensino estão operacionalizando as diretrizes indicadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, para a Orientação Sexual. Estas diretrizes tem como eixo norteador de suas propostas, o debate sobre as relações de gênero, incorporando uma perspectiva interativa da construção da identidade feminina e masculina entre homens e mulheres, de forma permanente. A partir desta premissa, está sendo observado como estes sujeitos envolvidos na educação de jovens, abordam no seu cotidiano a expressão da sexualidade em suas diversas dimensões, da criança ao adolescente e sua associação com as relações de gênero. Estes dados estão relacionados ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa intitulado Novas Hierarquias Profissionais: conhecimento, gênero e etnia, desenvolvido no Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas – PEGGE/SR3/FSS/UERJ. O estudo analisa a trajetória de homens e mulheres em carreiras universitárias. Em seu desdobramento foi observado que a conformação das identidades feminina e masculina na socialização, tanto no espaço da família como da escola, vem sendo negligenciada no debate sobre as relações de gênero e suas hierarquias. Este problema deve ser considerado no espaço da socialização infantil, o que enfrenta uma lacuna a priori – um “esvaziamento” das escolas psicanalíticas no debate sobre a conformação de identidades. Faz-se necessário acompanhar a trajetória de novos sujeitos sociais -- indivíduos sexualmente “construídos”, a partir da socialização primária -- e observar os “embriões” das hierarquias de gênero e etnia e como este processo tem repercussão nas escolhas de carreiras por parte dos jovens que tentam ingressar no ensino superior. É evidente o despreparo, as “soluções caseiras” a que os educadores têm que lançar mão para responder aos impasses surgidos no âmbito da escola quanto à sexualidade e identidade de gênero. É um momento de muita confusão e angústia na família quanto à educação das crianças no campo dos valores. O lugar da intermediação, reservado à Escola é sempre muito conflitante, fato que, associado às ambigüidades dos próprios educadores, agrava a “sensação de mal-estar” de muitos sujeitos envolvidos neste processo, observando-se uma certa insegurança sobre a orientação a ser dada.

SONHOS, DESEJOS E A REALIDADE: EDUCAÇÃO E TRABALHO DE 'JOVENS RURAIS' DA BAIXADA FLUMINENSE/RJ

Elisa Guaraná de Castro

O debate sobre “juventude rural” é marcado pela imagem de uma juventude do campo que é atraída pela cidade, fascinada pela vida moderna. Esta imagem não é nova, atravessa as décadas de estudo sobre o tema, e não se restringe ao Brasil, está na ordem do dia nos chamados países em desenvolvimento. Este olhar consolida uma percepção de “jovens rurais” em oposição à “jovens urbanos” e a de que os “jovens rurais” têm como principal sonho tornarem-se “jovens urbanos”. O “problema” do “êxodo” ganha força percebido a partir do processo de “reforma agrária” no Brasil. No entanto, apesar da grande importância das políticas voltadas para o campo, a “juventude rural” é alvo de pequenas iniciativas no que concerne às políticas públicas voltadas para juventude, que tendem a ter como público alvo “jovens urbanos”. A contribuição que ora apresento é resultado da pesquisa realizada em um assentamento rural (Seropédica/Baixada Fluminense) e com jovens de áreas urbanas e rurais próximas ao mesmo. A experiência analisada complexifica tanto a leitura naturalizada do êxodo dos jovens, quanto os seus interesses por uma inserção profissional. Observou-se que as fronteiras rurais e urbanas são constantemente diluídas no cotidiano. Morando em áreas rurais e transitando por áreas urbanas, estes jovens vivenciam diferentes redes sociais e práticas culturais, compondo um verdadeiro “bricolage” de linguagens e comportamentos. Mas para estes jovens a conquista da terra é muito valorizada, muitos, principalmente homens, têm forte atuação no lote da família e, no entanto, a grande maioria estuda e trabalha fora do lote. A pesquisa apontou ainda o imenso hiato entre o que sonham para o futuro e a realidade vivida. Apesar do forte desejo em manter a terra conquistada, de ingressar em uma graduação e buscar uma inserção profissional que permitisse, à alguns, a dupla inserção, o trabalho no lote e um sustento financeiro, ou ainda construir uma carreira, a realidade era outra: o sub-emprego ou empregos em condições precárias na construção civil ou no comércio, garantia, muitas vezes, o seu sustento e mesmo da sua família. Esta também era a inserção profissional de jovens dos núcleos urbanos próximos. O sonho é percebido como inatingível mesmo com a existência de uma universidade pública na região. Este trabalho propõe enfrentar o desafio de pensar juventude e educação a partir destas diferentes realidades de vida, buscando políticas públicas que ultrapassem as muitas fronteiras e valorizem as diferentes formas de inserção dos jovens, sejam urbanos ou rurais.

SUBJETIVIDADE, ADOLESCÊNCIA E CONTEMPORANEIDADE: UMA (RE) LEITURA

Déborah Paula Henrique, Mirella do Vale Perotta,
Patrícia Vale da Cunha, Yara Porto de Paula Lima*

O presente trabalho se constitui numa tentativa de compreender as influências que a Internet, enquanto instrumento cultural da modernidade, exerce na constituição/formação da subjetividade adolescente. Sob o prisma da abordagem sócio-histórica do conhecimento, buscamos perceber possíveis relações entre o adolescente de nosso tempo e os fatores contextuais que vêm, de maneiras variadas, lançando novos contornos para a vida em sociedade, haja vista o “boom” tecnológico das três últimas décadas. Para tanto, nos empenhamos em entender a adolescência com o respaldo da perspectiva teórica de Vygotsky, construindo a partir/com (d)este autor sentidos possíveis para esta fase da vida. Ainda, pretendemos ampliar nossas compreensões no campo das conceituações, buscando situar a definição de subjetividade na tentativa de criar o alicerce de nossas reflexões, para finalmente, alcançarmos o contexto sócio-histórico-cultural em que nos situamos enquanto sujeitos. Dentro deste panorama, a subjetividade adolescente emergiu como aspecto psicológico amplamente determinado pelos fatores contextuais. Dessa maneira, as relações sociais que se dão com base nos instrumentos tecnológicos surgiram como uma realidade que, na maioria das vezes, não é legitimada devido a sua natureza virtual. Entretanto, partimos do princípio de que o virtual não é, em essência, o oposto do real. Sendo este trabalho, fruto de reflexões compartilhadas dentro do Grupo LIC – Grupo de Pesquisa Linguagem, Interação e Conhecimento – ele se vincula à pesquisa “*A construção/produção da leitura/escrita na Internet e na escola: uma abordagem sócio-cultural (continuidade e desdobramentos)*” desenvolvida no biênio 2001-2003, e, em primeira análise, deve ser entendido como uma (re)leitura de aspectos que foram, de alguma maneira, indicados no período de análise de dados da pesquisa supracitada. Recorremos, portanto, aos achados da pesquisa maior e buscamos (re)construir/ (re)significar, criando pois, com novas leituras, lentes outras que nos permitam vislumbrar, com uma nuance, diferenciadas temáticas que estiveram presentes em trabalhos anteriores construídos/desenvolvidos dentro do LIC. (PROBIC/FAPEMIG)

SUBJETIVIDADE E A DIALÉTICA DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS

*Mercedes Villa Cupolillo, Ádria Assunção,
Candice Marques, Cláudia Barreto*

Nossa proposta de trabalho parte de uma compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento como processos pelos quais há a transformação da cultura pelo sujeito através de produções de sentido. Portanto, o que se aprende e como a aprendizagem vai atuar em um processo de desenvolvimento vai depender da dinâmica do sujeito que aprende na relação com mediadores sócio-culturais. A Educação se processa em um sujeito concreto na relação com seu mundo sócio-cultural, gerando aprendizagens e desenvolvimento. Produzem-se significados e sentidos que se integram em sua configuração subjetiva e que, além de o transformarem, modificam o mundo que o cerca. Os elementos de sentido são originários da experiência vivida em vários espaços de subjetivação, como a escola, e a família, interagindo com a condição sócio-econômica, a raça, sexo, etc. Apresentamos quatro estudos de caso de crianças provenientes de diferentes contextos educacionais, que enfatizam as relações com educadores em seus processos de constituição da subjetividade. Os estudos foram empreendidos a partir de uma pesquisa qualitativa com base na Epistemologia Qualitativa de Rey. Partindo do pressuposto de que todos somos diferentes, sujeitos de nossa própria história, podemos questionar o papel da inclusão, praticada como um processo que implica exclusão. A inclusão só é possível através de uma nova forma de abordar a educação: criando condições para a constituição de sujeitos da diferença, fator sine qua non para a nossa existência como seres humanos.

SUBJETIVIDADES DE “MARCA”: (PSEUDO) INDIVIDUAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO NA CULTURA DO CONSUMO DE JOVENS

*Thaís França Silva, Maria de Fátima Vieira Severiano,
Maria Tarciana de Almeida Barros*, Monalisa Pontes
Xavier, Michelle Aragão***

Com a crise dos ideais da modernidade, a descrença nos ideais coletivos e o surgimento de uma cultura, predominantemente narcísica e global, observa-se contemporaneamente sentimentos de insegurança, imprevisibilidade, exclusão social e despersonalização, em especial nos jovens. A falta de lugares de referência abala profundamente o status de cidadão e a confiança dos indivíduos em si mesmos, gerando angústia e ansiedade (Bauman), emergindo, assim, novas

estratégias de sobrevivência psíquica na tentativa de aplacar tais sentimentos, dentre elas, aquelas utilizadas pela publicidade com suas promessas de soluções e gratificações imediatas, através do consumo. O presente trabalho tem por objetivo refletir a questão da individuação/homogeneização na Sociedade de Consumo contemporânea, através da Publicidade, esta concebida enquanto instância simbólica produtora de ideais e estilos de vida. Investiga os apelos presentes em manifestações midiáticas, em especial, aqueles direcionados ao público jovem os quais associam ideais de singularidade, personalidade e segurança à aquisição de determinados produtos/serviços, considerados paradigmáticos do consumo contemporâneo, tais como aparelhos celulares, carros e serviços bancários. A partir de um levantamento bibliográfico das bases teóricas da Escola de Frankfurt (Adorno e Marcuse), e teóricos contemporâneos (Lasch, Giddens, Baudrillard, Debord, Ortiz, Ianni, Bauman), refletimos criticamente sobre os tipos de subjetividade que a indústria do consumo produz nos jovens, especialmente no que concerne aos conceitos de “individuação” e “personificação”, buscando refletir criticamente sobre a real possibilidade de construção de uma subjetividade individualizada e cidadã, numa sociedade regida pelos códigos do consumo. Metodologicamente, utilizamos materiais publicitários selecionados de revistas atuais, onde empreendemos uma análise teórico-crítica destas propagandas articulando-as com o referencial teórico já mencionado. A revisão dos conceitos basilares desse estudo relacionada à análise do material coletado, apontou para a impossibilidade de individuação, proporcionada pela aquisição de bens de consumo. Os tipos de subjetividades que a indústria do consumo produzem findam por conduzir o sujeito a um caminho inverso: o da homogeneização na massa de consumidores, onde a padronização deslocou-se do produto a ser consumido para a atitude de consumir, ocorrendo, assim, o que Adorno (1986) denominou “pseudo-individuação”. No que concerne à busca de segurança, inclusão social e cidadania, concluímos que, apesar de se veicular mensagens que denotam uma relação de proximidade, solicitude e segurança, o que se evidencia é uma relação extremamente impessoalizada, na qual as relações intersubjetivas são substituídas por um código de valoração social fundado não nos direitos de cidadania, mas no objeto/serviço, no qual o outro ocupa o mero lugar de platéia. (*PIBIC-CNPq; **PIBIC-UFC)

TATUAGEM E JUVENTUDE: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E CIDADANIA

Andréa Osório

A partir da década de 1970, a tatuagem foi progressivamente deixando de ser uma prática corporal associada apenas a camadas marginais, como marinheiros

e presidiários, passando a integrar o escopo de recursos corporais das camadas médias da população. Essa transposição se deu, no Brasil, por meio da juventude, cujo marco fundamental é o dragão tatuado no braço de Petit, surfista que serviu de inspiração para a música Menino do Rio, de Caetano Veloso. Atualmente, a tatuagem pode ser observada em quase todas as camadas urbanas. Embora a sociedade costume associar a tatuagem à juventude, a pesquisa antropológica realizada em dois estúdios cariocas, nos anos de 2003 e 2004, tem apontado para um público que ultrapassa o que se costuma considerar como juventude. A observação participante e as entrevistas com os tatuadores revelaram que a maior parte dos clientes está dentro de uma faixa etária que vai dos 25 aos 45 anos. Os estúdios estudados procuram não atender menores de 18 anos, mas uma portaria municipal definiu que a prática pode ser executada a partir dos 16 anos, se houver um termo de responsabilidade assinado pelos pais. Por que restrições se o público principal não está nesta faixa etária? Creio que a resposta para esta pergunta passa por questões como o preconceito histórico contra a tatuagem, o preconceito médico e a natureza permanente do processo. Estes pontos levam a uma reflexão sobre os significados sociais da tatuagem, do corpo, de nossas concepções sobre saúde e sobre o controle sobre nossos corpos.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO SIGNIFICADO NA RELAÇÃO EDUCACIONAL

*Christina Marília Teixeira da Silva,
Nyrrma Souza Nunes de Azevedo*

Muito se fala no discurso da educação na relação educador-educando. Percebemos, porém, que esta preocupação refere-se, geralmente, à comunicação relacional em termos pessoais, isto é, na interação entre ambos. Nossa abordagem é de outra natureza, diz respeito ao mundo da cultura, enfatizando sua importância para a formação dos processos mentais superiores que caracterizam o pensamento tipicamente humano. Especialmente a língua, que possibilita a construção, interpretação e negociação de significados, através, como diz Vygotsky, de sistemas simbólicos compartilhados. Por outro lado, é inegável a presença cada vez maior das tecnologias de informação nas instituições de ensino e nos ambientes de aprendizagem. A partir dessa concepção teórica, consideramos que, para se atingir objetivos em relação à aprendizagem, é imprescindível que os participantes do processo busquem compartilhar significados. No caso do trabalho de educadores em relação às tecnologias aplicadas à educação, essa necessidade é prioritária, uma vez que resultados de estudos vêm indicando que educandos e educadores vivem experiências

tanto cognitivas, quanto afetivas, bastante diferenciadas. Na pesquisa descrita, buscamos investigar as percepções de estudantes em relação às tecnologias de informação. Para isso, foi aplicado um questionário a 556 alunos de ensino fundamental e médio que freqüentavam, em 2001, quatro escolas públicas e particulares no Rio de Janeiro. O computador foi considerado pelos alunos uma ferramenta de aprendizagem, e a Internet, instrumento de comunicação e pesquisa. A partir dos dados obtidos, apresentamos sugestões para que os educadores utilizem as tecnologias de forma a favorecer o aprendizado.

TECNOLOGIAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: “ATIVISTAS POLÍTICOS OU ARTISTAS”? (ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOS OFICINEIROS DA RESTINGA, PORTO ALEGRE)

Fábio Dal Molin

O Brasil entra no Século XXI como um dos campeões em homicídios, e também com uma das maiores populações juvenis do mundo (IBGE, 2001). A população entre 12 e 24 anos encontra-se em uma posição ambivalente (Bauman, 2001), pois é considerada o grande motor da economia de mercado e padrão universal de estética, ao mesmo tempo em que os jovens são considerados cada vez mais uma ameaça à ordem pública. Ao mesmo tempo em que ditam a moda e movimentam milhões de dólares em bens de consumo, também figuram sempre nas páginas policiais, como assaltantes, homicidas e arruaceiros. É nas comunidades mais carentes que habitam as maiores populações juvenis, locais onde o poder público atua através da presença forte das forças policiais no combate ao tráfico e das grandes escolas, que sofrem com a falta de recursos e com constantes conflitos com a comunidade. Porto Alegre pode ser vista como uma cidade diferenciada e complexa, que tem dinâmicas espaciais de expansão da cidadania e também zonas de vulnerabilidade social. O Bairro Restinga apresenta uma população de mais de 80 mil habitantes, sendo que mais da metade constitui-se de jovens e adolescentes, e convive com o estigma de zona de tráfico e violência. No entanto, esta comunidade também é pródiga em participação e engajamento de suas lideranças comunitárias na proteção à criança e ao adolescente, em especial através da produção cultural. Entre os moradores encontram-se híbridos entre ativistas políticos e artistas, os chamados oficinairos, que atuam nos espaços comunitários através da tarefa de oferecer alternativas aos jovens do bairro. Debater a violência, as drogas e os meios de comunicação através da capoeira, do Hip-Hop, do Grafitti e das Artes Plásticas, esta é a proposta dos oficinairos da Restinga, e este estudo é

uma proposta de observar os métodos, as idéias e a formação destes atuadores sociais. Este trabalho está em fase de qualificação de projeto de doutorado em Sociologia, e se propõe a investigar que são as oficinas, como funcionam e que tipo de mudança elas operam na subjetividade dos jovens em relação ao conflito entre violência e cidadania à redução da insegurança ontológica e promoção da reciprocidade positiva. (CAPES)

TRABALHO E SERVIÇO DOMÉSTICO: A FACE OCULTA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DAS MENINAS

Maria Ignez Costa Moreira

Pesquisas sobre trabalho infanto-juvenil que focalizam as atividades que crianças e adolescentes praticam nas ruas das capitais (vendendo doces, lavando carros, etc) ou nas cidades do interior (nas carvoarias, etc) mostram que a maioria destes trabalhadores é do sexo masculino. A pesquisa “Crianças e Adolescentes de Belo Horizonte em Situação de Trabalho e a demanda por qualificação profissional” (PUC Minas: 2000) confirmou este dado. Onde estão as meninas? Novos estudos respondem que o trabalho/serviço doméstico e a exploração sexual são as formas de exploração que mais atingem as meninas. Meninas pobres são responsáveis pelas tarefas domésticas em muitas casas. Para estas o aprendizado do serviço doméstico, as prepara tanto para serem donas de casa como para o emprego doméstico. Estas tarefas associadas ao cuidado são consideradas em nossa cultura próprias do gênero feminino e, habitualmente exercidas por mulheres. A aprendizagem para cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças é desenvolvida na família. Mulheres adultas ensinam estas habilidades às jovens mulheres, ao longo de sucessivas gerações. As atividades domésticas, exercidas cotidianamente são repetitivas e “invisíveis”, não são reconhecidas como trabalho produtivo e, portanto são desvalorizadas. Segundo a OIT trabalho e serviço domésticos não são sinônimos. O primeiro, compreende o trabalho exercido em casa de terceiros ou para terceiros, resultando em remuneração em dinheiro ou objetos, configurando-se, portanto, em relação laboral. Já, o segundo, diz respeito às atividades exercidas na própria casa, sem remuneração e sem o status de trabalho. As meninas responsáveis pelo serviço doméstico são as substitutas de suas mães trabalhadoras, na maioria das vezes. Têm sob a sua responsabilidade a casa e o bem estar dos membros da família, encargo demasiado pesado nesta etapa da vida e impeditivo do brincar, da frequência e/ou do bom desempenho escolar e das atividades de lazer. Estas meninas ficam encerradas numa “domesticidade excludente” quando não combinam os afazeres domésticos com

outras atividades. A compreensão do serviço e do trabalho doméstico como forma de violação dos direitos de crianças e adolescentes do sexo feminino é necessária para que se busquem formas de superação desta exploração que perpetua a exclusão social e as relações desiguais entre os gêneros.

TRABALHO, VALOR E QUIMERAS: DILEMA VIVIDO PELO JOVEM OPERÁRIO

Cristiane A. Fernandes da Silva

A inserção prematura do jovem trabalhador no mundo do trabalho visa o complemento da renda familiar, a afirmação de sua autonomia e a efetivação do valor simbólico que confere ao trabalho. Contudo, a pertença a um estrato de classe de baixa renda, sua pouca qualificação educacional, sobremaneira profissional, e as escassas oportunidades que lhes são oferecidas pelo mercado de trabalho, constituem obstáculos para que esse jovem ocupe um ofício que o satisfaça subjetivamente. A abordagem desta pesquisa consiste em perquirir os dilemas por que passa o jovem operário dividido entre as aspirações subjetivas, em relação a uma profissão desejada, e as condições objetivas de sua ocupação. Trata-se, portanto, de enfocar e esquadrihar o conflito entre trabalho real e anseio subjetivo e as estratégias que os jovens operários utilizam para sobrepujá-lo, à medida que procuram delinear suas identidades de trabalhadores.

TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Irene Rizzini, Alexandre Bárbara Soares, Paula Caldeira

Pesquisa desenvolvida pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre a Infância (CIESPI) em parceria com a Rede Rio Criança, entre Outubro de 2001 e Fevereiro de 2002. A pesquisa subsidiou o início dos trabalhos da Rede (uma articulação entre 14 instituições governamentais e não-governamentais que atuam no atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro), a partir do ponto de vista do seu público alvo. Objetivou traçar os perfis-tipo dessas crianças e adolescentes, a fim de se aprofundar o conhecimento sobre suas necessidades básicas, sonhos e expectativas, a partir da sua visão de mundo. "Quem são as crianças e adolescentes que vivem em situação de rua no Rio? O que pensam? Quais são seus anseios, suas estratégias de sobrevivência? O que os leva para a rua? O que os faz sair

da rua?”, foram as principais questões norteadoras dessa pesquisa. Utilizamos uma metodologia participativa, de abordagem qualitativa, com a capacitação de 23 educadores de diferentes instituições ligadas à Rede, que junto com a equipe do CIESPI realizaram 60 entrevistas, abertas e gravadas, com 67 crianças entre 8 e 19 anos em todas as regiões da cidade. Em um roteiro orientador, foram abordadas questões referentes à vida familiar, vida nas ruas, vida institucional, trajetória de vida, laços afetivos e perspectivas de futuro. No ano de 2003 foi publicado o 1º livro fruto dessa pesquisa, destinado a um público juvenil, intitulado “A Rua No Ar: histórias de adolescentes”. E logo depois foi publicado o livro “Vida Nas Ruas – crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?” abordando toda a pesquisa em si. Acreditamos que as vidas dessas crianças e adolescentes poderiam ter seguido outros cursos. O que fazer para garantir que tenham chance de desenvolver seus potenciais? Como apoiar aqueles que estão à sua volta para que tenham condições de lhe oferecer cuidado adequado? Para além das questões de cunho macroestrutural, há também algumas direções de políticas e práticas que poderiam impactar de maneira positiva e relativamente rápida as vidas de muitas crianças e suas famílias. Nosso pressuposto é que se os adultos responsáveis pela criação, educação e formação das crianças que aqui retratamos tivessem encontrado apoio para isso, eles teriam tido mais chances de oferecer às crianças o que elas necessitavam para crescerem de forma saudável.

TRAJETÓRIAS JUVENIS, SAÚDE SEXUAL/REPRODUTIVA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE INTERVENÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO/BRASIL

Simone Monteiro, Fatima Cecchetto

A revisão da literatura sobre juventude e políticas públicas no Brasil indica que existem poucas intervenções direcionadas para o “protagonismo juvenil”, ou seja, que desenvolvam a noção de co-participação dos jovens, considerando as especificidades das representações e práticas sociais do universo simbólico juvenil. Os programas sociais tendem a definir comportamentos juvenis, a priori, como desviantes ou de risco, sobretudo dentre os segmentos populacionais empobrecidos. No campo das intervenções voltadas para a prevenção das DST/Aids e a promoção da saúde sexual e reprodutiva do adolescente verifica-se também a presença da perspectiva do risco e a naturalização dos aspectos biopsicossociais deste segmento. Tais abordagens tendem a enfatizar a divulgação da informação e do acesso aos serviços, não levando em conta as experiências sociais e culturais do grupo em foco. Tendo em vista a escassez

de reflexões sobre as implicações de intervenções sociais, este trabalho analisa as percepções e práticas sociais sobre saúde sexual e reprodutiva de jovens de camadas populares que participaram de projetos sociais de educação para a cidadania e profissionalização. Trata-se de um estudo qualitativo sobre a repercussão de quatro projetos sociais do Rio de Janeiro na trajetória escolar/profissional e afetivo/sexual de rapazes e moças, com destaque para as mudanças nas condições de vida, as diferenças de gênero e as relações raciais. Foram realizadas entrevistas aprofundadas com 42 jovens, de 19 a 24 anos, com e sem experiência nos referidos projetos. Tais dados foram complementados com entrevistas com os educadores e observações diretas das ações educativas desenvolvidas. Os resultados preliminares indicam que os jovens que participaram dos projetos sociais demonstram maior inserção e qualificação profissional, maior conscientização das noções de cidadania e ampliação das redes de sociabilidade. Neste trabalho analisa-se em que medida tais mudanças repercutem nas visões e práticas relativas à saúde sexual e reprodutiva destes jovens. Tem-se o propósito de contribuir para a construção de indicadores para um protocolo de avaliação qualitativa sobre saúde sexual e reprodutiva, capazes de orientar o desenvolvimento de programas sociais mais efetivos. Este estudo integra a pesquisa Sexualidade, Gênero e População Negra no Brasil e na Colômbia: Avaliações Qualitativas, financiado pela Fundação Ford.

TRATAMENTO DE ADOLESCENTES AUTISTAS E PSICÓTICOS EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA

*Angélica Bastos, Katia Alvares,
Mariana Mollica da Costa Ribeiro*

O trabalho aborda a problemática envolvida no tratamento da adolescência que apresenta grave sofrimento psíquico e busca atendimento num serviço da rede pública de assistência em Saúde Mental. A partir da psicanálise, busca-se interrogar a direção do tratamento destes sujeitos. Inserido no projeto de pesquisa “A Constituição do Sujeito e a Direção do Tratamento na Psicose”, através de convênio estabelecido entre o Instituto Philippe Pinel e o Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, o estudo levantou e analisou dados quantitativos dos adolescentes atendidos no Núcleo de Assistência Intensiva à Criança Autista e Psicótica, no período 1986 – 2003 e tece considerações qualitativas da experiência clínica com a referida população. Um dos maiores obstáculos, nesse início de século, a Reforma Psiquiátrica Brasileira diz respeito à exclusão até bem pouco tempo, nas agendas de discussão, de proposições para uma política pública na área da Saúde Mental para infância

e adolescência. Consta-se, no entanto, nos últimos anos, o aparecimento de ações em direção à implantação de serviços que atendam à especificidade dessa clientela – CAPSIs – que, embora em número ainda insuficiente, apontam para a importância e a peculiaridade do tratamento deste grupo etário, colocando questões acerca da conduta terapêutica nesses casos. A população pesquisada foi analisada considerando duas amostras: crianças que se tornaram adolescentes durante o tratamento na instituição e adolescentes que procuraram o serviço após completarem 12 anos. Foram analisadas também, de acordo com a região em que moram, a hipótese diagnóstica, a conduta terapêutica (alta, encaminhamento externo, atendimento efetivado) e outros dados relacionados ao tratamento destes adolescentes. Ao provocar mudanças no real do corpo, a puberdade é um tempo durante o qual o sujeito é confrontado, de maneira muito particular, com sua sexualidade. Na psicose e no autismo, não tendo os recursos simbólicos necessários à organização do novo circuito pulsional, observa-se a irrupção freqüente de crises ou a intensificação de quadros clínicos que se manifestam das mais diferentes formas: auto-mutilações, passagens ao ato, alucinações, crises convulsivas. Entretanto, no decorrer do tratamento analítico, verificamos que, na singularidade de cada caso, o sujeito pode vir a circunscrever este gozo. Através do levantamento quantitativo e da análise qualitativa dos dados, o trabalho busca interrogar a demanda destes adolescentes diagnosticados psicóticos e autistas e o destino dado pela instituição pesquisada na rede de assistência em Saúde Mental do Município do Rio de Janeiro.

TRAVESSIAS – A ADOLESCÊNCIA EM NOVOS ALAGADOS: TRAJETÓRIAS PESSOAIS E ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADE EM UM CONTEXTO DE RISCO PSICOSSOCIAL

José Eduardo Ferreira Santos, Ana Cecília de Sousa Bastos.

O presente estudo buscou identificar e descrever as experiências ligadas à adolescência em um contexto de risco psicossocial, em Novos Alagados, favela de Salvador, Bahia. Orientado pela abordagem ecológica do desenvolvimento humano e numa perspectiva interdisciplinar, o estudo assume a adolescência como um constructo psicossocial. Adotou-se uma metodologia qualitativa, baseada na observação participante e no estudo de casos, lançando mão de múltiplos recursos: entrevistas narrativas, observações, diários e cadernos de campo e fotografias. O extenso material qualitativo reunido (parte dele longitudinalmente) foi organizado em dois níveis de análise: 1) descrição do contexto: espaços, cenários, atividades e práticas dos adolescentes; 2) estudo

de quatro casos tomados como exemplares do que significa ser adolescente em Novos Alagados. A análise dos casos permitiu configurar a trajetória de desenvolvimento de quatro adolescentes do sexo masculino, focalizada em dois momentos (1994 e 2003). Foram caracterizados os domínios nos quais transita o adolescente em situação de risco psicossocial; os fatores de risco e proteção – tomados enquanto estruturas de oportunidade no que se refere à ação do adolescente – disponíveis no contexto caracterizado pela pobreza urbana; sua inserção, ou não, nestes domínios e como os adolescentes percebem as transições por que passam, ao descrever as dimensões pessoais e contextuais que organizam suas vivências ao longo dessas transições. Aparece, ao longo do estudo, uma variada disposição de domínios, caracterizados como fatores de risco e proteção (estruturas de oportunidade) no contexto de desenvolvimento dos adolescentes. Destacam-se, dentre eles, o papel dos projetos sociais, da música e da cultura como formas de socialização e inserção; a atuação suportiva da família, das relações proximais; o impacto da violência; aqui denominada de “desterro”; a vitimização.

UM POSSÍVEL ENCONTRO COM O FRACASSO ESCOLAR

Ruth Helena P. Cohen

Os termos educação e psicanálise delimitam áreas do saber que relacionam disciplinas voltadas para a intervenção com crianças e adolescentes. Pretendemos, no presente trabalho, dinamizar essa discussão, buscando criar um espaço de interlocução interdisciplinar que faça avançar questões que vêm se impondo a esses dois campos de atuação. Levantamos a hipótese de que a tensão sofrida pela criança diante da demanda do tecido social – família, escola e Estado -, com seus parâmetros políticos/éticos, pode ser vivenciada pelo aluno através da figura do professor e do diretor da escola. Desta forma, a posição tomada pelo educador frente aos impasses educativos poderá ter função facilitadora ou impeditiva na transmissão do saber. Um dos aspectos da questão acima citada pode ser pensado com Rabello de Castro (2002), que nos alerta para o fato de crianças e adultos serem parceiros na construção do mundo em que vivemos e que a infância está inserida na lógica capitalista, pela qual todos são iguais perante o consumo. A partir deste esclarecimento, inferimos que a escola tende a declinar de sua lei educativa, na medida em que essa lógica implica uma quebra na dessimetria entre educador e educando, igualando-os perante a demanda de consumo. Uma possível conseqüência desta modalidade de funcionamento emerge como “fracasso escolar”, geralmente considerado como um tipo de distúrbio de aprendizagem. Em recente pesquisa de Doutorado, após analisarmos os resultados apresentados pelas escolas que trabalhavam com o “Projeto

Aceleração de Aprendizagem”, no ano 2000, verificamos que o fracasso escolar no município do Rio de Janeiro, como uma das patologias de nosso tempo, estava associado a algumas ações políticas, amparadas por uma ética da globalização e pela queda dos ideais próprios ao neocapitalismo. Verificamos a suposição de que o fracasso escolar poderia emergir como resposta ao ideal educativo fomentado pela cultura contemporânea, em sua visada política e ética. Nossa finalidade, naquele projeto de pesquisa, era identificar problemas e ajudar a promover soluções possíveis aos impasses ligados ao processo ensino-aprendizagem. Acreditamos que a criação de um espaço coletivo de discussão poderá contribuir para que o educador, responsabilizando-se por sua tarefa, encontre suas próprias saídas frente aos impasses que a educação impõe. Por outro lado essa interlocução será um desafio ético ao psicanalista-cidadão, que saberá como a lei opera na cidade e como poderá praticar a psicanálise nesse contexto, isto é, sem se afastar do discurso analítico.

UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA SOBRE A OFICINA DE VÍDEO: TRABALHO E JUVENTUDE

Teresa Cristina O. C. Carreiro, Suelen Carlos de Oliveira,
Bruna Oliveira dos Santos Pinto*, Diana Iliescu**,
Leonardo Abreu Reis*

Nos últimos anos o vídeo tem sido empregado como recurso educativo e como objeto reflexivo em várias atividades de pesquisa. Nosso propósito neste trabalho é apresentar algumas questões metodológicas envolvidas nas oficinas de vídeo que coordenamos: “Jovens pensando o trabalho”. Temos como objetivo refletir a partir da discussão sobre esse tema de relevância para a comunidade implicada, indo além das motivações institucionais e familiares que vinculam o tema TRABALHO ao da prevenção, do risco e da periculosidade. Também incentivamos os jovens a uma revisão dos valores que a mídia incute no seu imaginário. Nesse sentido nos aproveitamos da atração exercida pelo audiovisual e transformamos a técnica envolvida no processo de realização dos vídeos, numa dinâmica de educação criativa que permite a exploração do tema proposto sob dois aspectos principais. Por um lado, utilizamos o audiovisual como ferramenta de pesquisa e exploração do tema TRABALHO e por outro, oferecemos a oportunidade dos jovens realizarem um trabalho em conjunto, atravessando os diversos estágios da produção de um vídeo e aprendendo as técnicas necessárias. Primeiramente, os jovens são convidados a elaborar um roteiro a partir de um debate orientado sobre o tema TRABALHO. A partir desse roteiro, organizamos, em conjunto, um plano de produção que nos

permitirá concretizar a idéia expressa pelo roteiro. Nesse momento, estamos estimulando o planejamento, e fazemos questão de ressaltar sua importância na vida dos jovens como ferramenta individual e coletiva. Em seguida, são realizadas as primeiras filmagens, acompanhadas das orientações técnicas essenciais, que permitem aos jovens se apropriarem cada vez mais do audiovisual. Os jovens se revezam nas diversas funções necessárias durante a filmagem. Nessa fase exercitamos a organização, o trabalho em equipe e a descoberta das aptidões individuais e grupais. Ao mesmo tempo, os jovens são chamados a realizar tarefas fora dos nossos encontros, muitas vezes em conjunto com seus outros professores. Isso possibilita novos desdobramentos desse trabalho dentro do espaço institucional e estimula a responsabilidade para com a realização de tarefas. Por fim, decupamos o material filmado e fazemos um plano de edição. Temos aí a oportunidade de rever os passos dados até aqui e formular o texto final em forma de audiovisual. O material gerado será visto e debatido em diversos momentos, possibilitando novas reflexões, divulgando o próprio trabalho dos jovens e estimulando a sua continuidade. (* Bolsista IC-CNPq; ** Bolsista AT-CNPq)

UMA GEOGRAFIA PARA A JUVENTUDE?

Nécio Turra Neto

A presente discussão emerge da articulação de duas reflexões. A primeira foi desenvolvida no mestrado e refere-se ao processo de construção de identidades e territorialidades de grupos juvenis. As questões que a nortearam foram: como jovens de diferentes lugares da cidade se integram numa mesma identidade coletiva, escolhida dentre as muitas possíveis? Como acontece a inscrição territorial do grupo? Que identidades são essas e quais suas vinculações com o lugar? Atualmente, o processo de construção de identidades individuais e coletivas está imensamente perpassado pela mídia e publicidade. Assim, pode-se dizer que estas identidades são a-territoriais, ou seja, não possuem vinculação com o lugar/ território, no seu processo de constituição, elas estão mais articuladas com o que pode se chamar de "mundialização da cultura". Em outras palavras, os produtos da publicidade desterritorializam e, ao mesmo tempo, criam estilhaços de identidades e de territórios, mas, há uma territorialização destas novas identidades, pois, o/a jovem, ao assumir uma identidade coletiva, assume também uma territorialidade/território, já que assumir uma identidade significa também construir uma alteridade e, algumas vezes, é necessário estabelecer recortes territoriais no espaço urbano que delimitem estas diferenças. A segunda reflexão tem relação com minha situação de professor universitário atuando na formação de professores, o que me estimula a pensar sobre ensino de Geografia, com vistas a uma

atuação mais conseqüente. Esta união me conduziu ao Ensino Médio – espaço escolar privilegiado de educação de jovens – onde encontrei a possibilidade de articular educação e ensino de Geografia com a reflexão desenvolvida na dissertação sobre juventude, identidade e território. Assim, as questões que me coloco hoje são: que implicações têm o conhecimento do processo de construção de identidades e territorialidades juvenis no mundo contemporâneo, sobre o ensino de Geografia no Ensino Médio? Se, como procurei demonstrar, existe uma **Geografia da Juventude**, seria também possível/desejável falar em uma **Geografia para a Juventude** na escola? A Geografia escolar tradicionalmente trabalha com recortes territoriais bem delimitados (município, estado, país), o que a distancia da dimensão existencial do território. Ela perde de vista o fato de que o/a jovem, na sua “vida banal”, possui uma “geograficidade”, pois, vai estabelecendo lugares de encontro, de diversão, de segurança; vai construindo uma vivência com a cidade que é ao mesmo tempo condição e conseqüência da identidade que assumiu. É importante/possível conhecer esta territorialidade juvenil. Mas, seria possível/importante tomá-la como contexto e como conteúdo para o ensino de Geografia?

VALORES, TECNOLOGIA E SUBJETIVIDADE: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DE JOVENS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

*Miriam Paura Sabrosa Zippin Grinspum, Patrícia Maneschy
Duarte da Costa, Antonio José de Oliveira*

Trata a presente pesquisa da relação entre jovens e tecnologia e as variadas possibilidades de utilização social, pessoal e educacional, na busca da discussão/compreensão das interferências valorativas sobre a concepção/construção das “múltiplas subjetividades” apresentadas no cotidiano escolar, cultural, social e pessoal. Na tecnologia está a possibilidade da transformação do real, ela é a afirmação prática do desejo de controle que subjaz ao se fazer ciência e pressupõe ação, transformação. Os valores dos jovens mediados na (con)vivência com tecnologia e aplicados em diferentes sociedades/contextos tem trazido conseqüências diferenciadas a inúmeros setores, como: organização do trabalho, estrutura profissional, mudanças de hábitos e atitudes na privacidade individual, direitos do cidadão, instituições políticas, ambientais etc. Há um caráter social da tecnologia representado por um resultado complexo de escolhas efetuadas por sujeitos sociais em situações concretas. A educação nesta cultura/sociedade tem compromisso com valores em termos pessoais, na formação do sujeito e, em termos histórico-sociais na formação da história da humanidade. Assim, se

questiona: como formar jovens para penetrar no mundo tecnológico sem dele ser dependente, mas possibilitando o crescimento e o desenvolvimento intelectual e cultural? A escola se compromete ao elaborar a proposta pedagógica; seleciona currículo, com procedimentos metodológicos e avaliação pertinente. Nas entrelinhas desse contexto fica em aberto, o que é bom, ruim, certo e errado para os jovens; propõem-se ter a possibilidade de discutir valores a partir do que a sociedade apresenta como bom, ruim, certo ou errado. Não basta mostrar valores como uma lista premiada ou como um código de ética a ser cumprido por todos de uma sociedade; deve-se discutir, analisar, refletir e dar possibilidade para que esses valores sejam interpretados e não deixados para serem vistos pela novela das oito. O trabalho da educação é significativo e pontuam-se três dados: educar é estabelecer limites, pensar no fazer dia-a-dia dentro de princípios (valores éticos); os jovens têm necessidades e precisam ser atendidos não para suprir lacunas, mas complementar espaços e tempos necessários à sua formação (questões do imaginário, do simbólico, inseridos nessas buscas) e a educação e seu compromisso com a construção da subjetividade entrelaçada à construção da cidadania e, compartilhar o que se tem com o que se pretende alcançar. Assim, torna-se imprescindível falar da e sobre a Juventude, de pensar e refletir a importância da educação implicada à relação com a tecnologia com/para os jovens, e de que maneira esses jovens podem contribuir em mudanças significativas que desejamos alcançar na nossa sociedade.

VARIAÇÕES DA CATEGORIA JUVENTUDE

Fernando Lima das Neves,

Orientadora Maria Arminda do Nascimento Arruda

A categoria social juventude está relacionada a uma ampla e intrincada rede de representações, práticas e imagens que corresponde a configurações sociais específicas, cuja produção de significados emerge de um campo de disputas e debates não menos complexo. A compreensão dessas lutas taxionômicas, para além dos aspectos cognitivo e normativo, permite a inserção nas questões da produção social do espaço público, dos embates em torno da distribuição da riqueza social, enfim, da questão social mais ampla que envolve determinada sociedade. As vinculações entre realidade e descrição da realidade, entre linguagem e base objetiva da sociedade, entre nomeação e definição exaustiva de conceitos e categorias são alguns pólos desse campo vasto de idéias e práticas que se entrecruzam na construção social da realidade. Buscou-se neste trabalho uma breve aproximação das disputas em torno da categoria social juventude no Brasil – aqui analisadas a partir dos textos acadêmicos produzidos mais recentemente –, assim como das implicações práticas resultantes

dos debates e estudos (que se encontravam praticamente ausentes da reflexão sociológica nas últimas décadas), cujos parâmetros de medida e avaliação estão sendo recompostos há alguns anos numa tentativa de elaboração de um consenso e de referências político-cognitivas sobre juventude. Por essa via, a composição dos diversos grupos de juventude está em desacordo, em muitas situações, com as definições a eles atribuídas por segmentos diversos – política, ciência, religião, mídia. Por isso, a observação desse pano de fundo pouco explicitado é imprescindível no processo de entendimento e definição das categorias, cuidado ainda mais indispensável com as recentes e generalizadas mudanças globais. A tarefa da reconstrução das referências básicas do debate, tendo em vista o conjunto mais amplo das mediações, onde o conflito é processado, é também uma exaustiva atividade de reconfiguração dos problemas. A análise das modificações e acontecimentos desse espaço público proporcionou a elucidação do complexo universo subjacente às palavras, os nomes atribuídos a uma situação empírica disputada e negociada. A juventude e os temas constantemente a ela relacionados como primeiro emprego, redução da maioria penal, violência, tráfico de drogas, educação e lazer, consumo e comunicação interligam-se quando da discussão das chamadas políticas públicas de juventude. A elaboração de tais políticas nesses espaços de disputa está intrinsecamente relacionada à definição da categoria juventude, pois aspectos como faixa etária, sexo, espaço social específico e particularidades culturais estão sempre em consideração nesse processo de tomada de decisão, evidenciando-se, então, os elos entre essas disputas conceituais e as decisões mais amplas que são tomadas quando da destinação do fundo público.

VIDAS ARRISCADAS: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS INSCRITOS NO TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Marisa Feffermann

Esta pesquisa constitui um estudo dos jovens no Tráfico de drogas na cidade de São Paulo. Jovens que vivem uma realidade na qual a violência permeia quase todas as relações, e a morte é uma das conseqüências mais constantes. São a parte perceptível do tráfico, a que exhibe toda a violência incrustada em sua economia ilegal, aqueles que são um apêndice, a um tempo indispensável e descartável, nas conexões internacionais da “indústria” do tráfico de drogas, uma das de maior rendimento da atualidade. Pretende-se com este estudo contribuir para descaracterizar como doenças as infrações realizadas por eles, pois a razão delas se encontra em contexto maior. Ao desvelar as máscaras

sob quais a sociedade encobre suas engrenagens, procura-se mostrar os elos do qual fazem parte o comércio de drogas, o movimento de capital e o papel desses jovens. As condições oferecidas pela sociedade buscam camuflar esta dominação e violência, quanto à realidade estudada, a irracionalidade da sociedade é visível de modo exacerbado. Almejou-se traçar um percurso para assinalar alguns fios condutores que, ao se entrelaçarem, oferecem uma possibilidade de reflexão em relação aos jovens que trabalham vendendo drogas ilícitas. Entre estes fios condutores, trabalhou-se a urbanização da cidade e a relação desse processo com o crescimento do crime; a natureza do ‘*crack*’ como multiplicador da violência existente; a ausência e/ou a ineficiência do estado de cumprir o seu dever. São características que definem a especificidade do tráfico de São Paulo. A complexidade destes discursos permitiu a percepção dessa realidade de vários aspectos, como se segue: o mundo do trabalho, ou seja, a inserção destes jovens nas relações de trabalho de um comércio ilegal de drogas; o contato social, em que se apresenta as formas que regulam as relações sociais existentes no tráfico; a crueldade como espetáculo: a violência tanto da polícia como do traficante e aquela resultante das relações que envolvem a droga denominada ‘*crack*’. O último tópico a ser tratado é como estas questões percorridas ao longo do trabalho, marcam as subjetividades destes jovens. Essa subjetividade é constituída por comportamentos compulsivos, talvez por conta do risco, quando a astúcia é a forma empregada o tempo inteiro na tentativa de contornar as situações opressivas do cotidiano, e a crueldade como a resposta a numerosas humilhações sofridas.

VÍNCULOS SOCIAIS, DESFILIAÇÃO E CIDADANIA

*Karen Giffin, Regina Helena Simões Barbosa,
Janaina Marques de Aguiar*

Na faixa etária dos jovens entre 15 e 24 anos, as taxas de desemprego e desocupação aumentaram significativamente na última década (UNICEF, 2002). As dificuldades de sobrevivência deste contingente da população evidenciam o quadro de crescente vulnerabilidade social, principalmente pela falta de oportunidades de trabalho que, quando associado ao processo de precarização dos vínculos próximos, familiares e sociais, gera um processo que Castel denominou **desfiliação** (Castel, 1999). Este trabalho enfoca a construção de vínculos sociais a partir de uma pesquisa realizada em 2002, com jovens moradores do Complexo da Maré – maior área favelada do Estado, com cerca de 115.000 habitantes distribuídos em 18 bairros (Censo, 2000). Foram selecionados 19 jovens entre 14 e 24 anos, de ambos os sexos, divididos em dois grupos – participantes e não-participantes de projetos sociais desenvolvidos na

comunidade. As entrevistas semi-estruturadas abordaram os seguintes temas: contexto familiar e educacional, relações de gênero, religião, violência, drogas, cidadania e política. Através destes temas, buscou-se captar as visões destes jovens sobre a sua comunidade, suas vivências cotidianas marcadas pela violência urbana e policial e suas fontes de filiação, além de suas representações sobre a cidadania e expectativas futuras. Os dados revelam diferenças significativas entre os dois grupos tanto no que se refere à escolaridade, relações de gênero e estrutura familiar, quanto ao conhecimento e visão crítica sobre cidadania e política, além do desenvolvimento de diversas estratégias de enfrentamento para os variados níveis de desfiliação em que se encontram. Estas diferenças, contudo, são mediadas por diversas variáveis que apontam para estudos mais detalhados sobre o efeito seletivo destes projetos nesta população e sua influência na rede de sociabilidade dos jovens participantes. Se os projetos sociais representam uma oportunidade de “(re)filiação” para alguns jovens, eles parecem alcançar os oriundos de contextos sócio-familiares mais bem estruturados, sendo insuficientes para incluir o imenso contingente de jovens que não encontram oportunidades de inserção-filiação, o que demonstra a urgência de políticas públicas universais para a juventude brasileira.

VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: DA TRANSGRESSÃO PULSIONAL À TRANSGRESSÃO DA LEI

Marta Rezende Cardoso

O objetivo desta comunicação é abordar a questão da violência, tendo como foco a adolescência e juventude, através de uma análise das passagens ao ato. Nestas atuações, de caráter disruptivo, a questão do poder – poder do outro – revela-se fundamental. O ato de dominar o objeto pela força traz, subjacente, uma desesperada tentativa de dominação do excesso pulsional. Visando melhor apreender os fenômenos de violência manifesta e elaborar a hipótese segundo a qual estes poderiam resultar, dentre outros fatores, de uma invasão pulsional nas fronteiras do ego, será explorado o tema do poder na vida psíquica, tendo-se em conta um de seus eixos básicos: a polaridade atividade/passividade. A adolescência, enquanto transição da vida infantil para a vida adulta, transição potencialmente traumática, pode ser considerada uma “situação fronteira”. Trata-se de uma experiência marcada, de forma muito especial, pela questão dos espaços psíquicos, dos limites externos e internos, incidindo, simultaneamente, sobre o eixo narcísico e sobre o alteritário em cuja confluência está situado o problema da violência.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E GESTÃO SIMBÓLICA EM ADOLESCENTES, PROFESSORES E PAIS

*Pedro Humberto Faria Campos,
Sílvia Pereira Guimarães*

Uma questão parece sintetizar o grande embaraço causado pelo fenômeno da violência nas escolas, em sua complexidade: trata-se de um reflexo da violência das sociedades no meio escolar ou de um “regime” próprio de violência característico da instituição “escola? Apesar do grande destaque dado pela mídia ao fenômeno, os indicadores da violência nas escolas, em sua intensidade e formas de manifestação, não são conclusivos. O presente estudo teve como objetivo conhecer e compreender como interagem os conteúdos das representações sociais de violência na escola elaborados pelos diferentes grupos participantes desse contexto social: professores, alunos e pais de alunos. Neste trabalho tomamos por foco a gestão simbólica da violência e a construção de papéis (na emissão, contenção ou prevenção dos atos de violência) diante dos sistemas representacionais que dão base aos processos identitários e às tomadas de posição. Este estudo foi realizado em uma escola pública de Goiânia, tendo como participantes 15 professores, 16 pais de alunos e 26 adolescentes, alunos da referida escola. Foram utilizados como instrumentos entrevistas semi-diretivas cujo eixo temático era a violência na escola. Foram considerados dois níveis de análise, o primeiro referente à identificação do campo comum das representações, a identificação dos elementos consensuais (através de uma *Classificação Hierárquica Descendente*) e a posição dos diferentes grupos de sujeitos face a este campo comum (através de uma *Análise Fatorial de Correspondências*). Os dados indicam também que há uma diferença de percepção de vivência da violência entre o grupo de adolescentes e os adultos, no sentido dos adolescentes apresentarem uma representação mais funcional (cotidiana) da violência, enquanto nos adultos esta representação assume um caráter mais normativo (abstrato). Professores e os pais, apesar de perceberem a existência de violência, a localizam como estando distante da realidade de seus jovens. Pais e alunos compartilham um discurso que enfatiza a falta de diálogo entre pais e filhos, e estes últimos denunciam a falta de interesse dos pais por seus assuntos e vida cotidiana. Nota-se também um discurso tipicamente feminino enfatizando a violência, muitas vezes camuflada, presente nas relações interpessoais. Em contrapartida, há um discurso típico do grupo masculino que destaca episódios de violência física e verbal, e a relação entre violência e drogas. Os resultados parecem indicar que, para os sujeitos, em seu conjunto a violência na escola é um reflexo da violência da sociedade, sendo que, no caso estudado, a escola em particular não é percebida como um lugar violento.

VIOLÊNCIA E PASSAGEM AO ATO NA ADOLESCÊNCIA

Barbara M. Amaral de Souza

A partir de uma prática clínica realizada no NAV- Núcleo de Atenção à Violência, com adolescentes vítimas e autores de violência, e da articulação teórica que vimos desenvolvendo com relação às questões trazidas, por essa prática, em uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, nos propomos, aqui, a uma articulação em torno dos conceitos de passagem ao ato e acting out. Tais conceitos nos parecem poder fazer avançar a discussão sobre a questão da violência num viés psicanalítico. A psicanálise desvela que há algo da ordem de um irrepresentável em jogo para todo sujeito, algo que escapa ao que é articulado pela linguagem e com o qual não cessamos de nos deparar. Diante desse irrepresentável, muitas podem ser as respostas do sujeito, e tomamos como hipótese que a violência seja uma delas. Percorremos, para tanto, dois fragmentos de casos clínicos de Freud trabalhados por Lacan em sua elaboração do conceito de ato.

VIOLÊNCIA: OS ADOLESCENTES DO CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO QUAGLIATO NO MUNICÍPIO DE OURINHOS. REALIDADE OU MITO?

Ermenegilda de Fátima Dias Perino

O trabalho aqui apresentado é o resultado parcial de uma pesquisa para dissertação de mestrado, que visa obter um conhecimento mais detalhado sobre a problemática dos adolescentes que vivem situações de violência em seu cotidiano, no município de Ourinhos, localizado no interior do Estado de São Paulo. Inicialmente, a proposta consiste em levantar dados, objetivando conhecer as causas que teriam levado os jovens do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, bairro periférico do município, ser considerado o bairro mais violento do município, de acordo com o senso comum. No ano de 1999, a Secretária Municipal de Bem Estar Social, realizou uma pesquisa que apontava aproximadamente, 1400 habitantes, sendo que desse universo 220 eram adolescentes, representando 16% da população existente. A pesquisa será realizada em todas as delegacias existentes no município, onde serão consultados todos os *Bos*, ocorridos com adolescentes no período de 1999 até 2003. Os dados obtidos permitirão desenhar o perfil desses jovens, levantando os bairros em que ocorreu o delito, onde vivem, o tipo de delito cometido, sexo, cor, escolaridade, se possuem uma família, se têm uma profissão, destino dos *Bos*. Posteriormente todos estes dados serão analisados e

comparados entre si, os resultados nos indicarão se, de fato, o referido bairro é o mais violento ou trata-se de um mito.

VULNERABILIDADE SOCIAL: DEFINIR PARA GOVERNAR

Neuza M. F. Guareschi, Simone Maria Hüning

A proposta desse trabalho compõe-se de três eixos: a compreensão da condição de vulnerabilidade social como marcador identitário constituinte de sujeitos adolescentes; a problematização dos modos como a Psicologia tem operado e constituído a situação de vulnerabilidade; e a discussão de como tais produções funcionam como propulsoras de políticas públicas para adolescentes. Para empreender esta análise, operamos com o conceito de identidade tal como proposto pelo campo dos Estudos Culturais, promovendo uma interlocução deste campo com a perspectiva da Psicologia Social Construcionista. A partir disso, discutimos como os discursos sobre a vulnerabilidade, ao assumirem um estatuto de verdade, justificam e legitimam as políticas públicas. Esse estudo está sendo desenvolvido com jovens, entre 14 e 18 anos, que participam de um programa vinculado ao serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE), da prefeitura de Porto Alegre, em uma comunidade de periferia. Para realizarmos essa pesquisa, trabalhamos com observações participantes nos grupos de módulos básicos coordenados por uma das educadoras deste programa, onde são realizadas atividades como discussões em grupo a partir de textos e vídeos que refletem temas do cotidiano. Pretendemos, por um lado, colocar em discussão e problematizar a nossa implicação, como educadores, professores, psicólogos, enfim, como profissionais que se subjetivam e produzem subjetividades em suas práticas cotidianas; e por outro lado, visibilizar como os discursos acadêmicos que constroem posições de sujeitos e políticas públicas vinculam-se a questões de governamentalidade.

Pôsteres

ACHADOS E PERDIDOS: A SITUAÇÃO DO FORMANDO CONTEMPORÂNEO

Gisela Verri de Santana

Em nosso mundo atual, vivemos em constantes questionamentos. Diante de tantos estímulos, muitas vezes, nos deparamos com situações que nos deixam perdidos, sem saber qual caminho escolher. Se por um lado temos a possibilidade de achar informações com mais facilidade, devido aos avanços da modernidade, por outro, o excesso delas nos atordoa, principalmente se não soubermos para onde queremos ir. Em minha experiência como docente, dando aulas para formandos do curso de arquitetura e urbanismo, tenho observado que muitos alunos ao se darem conta que estão prestes a entrar no mercado de trabalho ficam perdidos, sem saber que direção seguir. Não se sentem mais no curso e, ao mesmo tempo, ainda não são profissionais de fato nem de direito. Por um lado, querem sair da faculdade e por outro, temem o tão famigerado mercado de trabalho, sobretudo na atual conjuntura, onde tanto se fala em desemprego. Os professores passam a ser artífices na tentativa de mostrar que os instantes “finais” do curso fazem parte de um novo começo e que o “fim” é um importante meio para a nova fase que se inicia. Mas o que será que se passa na mente de um jovem formando de hoje em dia? Quais são suas angústias diante deste horizonte um tanto sombrio que nos é apresentado diariamente pela mídia? Qual o papel do “mestre” neste momento? Quais são as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para um recém formado? De que mecanismos podemos dispor para ajudar no direcionamento desses jovens? Em nosso trabalho, estaremos tecendo comentários e reflexões sobre a existência ou ausência de expectativas e projetos que os jovens universitários apresentam na transição entre a vida de estudantes e a vida profissional “adulta”. E, estaremos apresentando caminhos, pontes e pistas para orientar os nossos jovens a promover o seu planejamento, desenvolvimento e bem-estar profissional.

ADOLESCENTES E A COMUNIDADE: COMO LIDAR COM AS DROGAS E VIOLÊNCIA

*Aclícia Vieira de Abreu, Lidianne Lavor Cruz Tamer,
Railany Rodrigues Leitão, Sônia Maria Belém de Sousa,
Vera Lúcia de Sá Carreira*

Com o pressuposto de que conduzir adolescentes é uma aventura complexa e muitos pais estão tendo dificuldades em lidar com esta questão, observa-se

que conseqüentemente a comunidade tem sofrido os reflexos desta situação atual, especialmente no campo dos relacionamentos com os seus membros, no que toca questões como drogas e violência. É neste contexto que estão sendo desenvolvidas, no “Conjunto Mutirão”, localizado no município de Itacoatiara/Amazonas, atividades de integração entre adolescentes e comunidade, com a proposta de contribuir para a formação de jovens participativos, no que tange a comunidade, buscando um desenvolvimento saudável e equilibrado. Esse trabalho intenta preparar os jovens da comunidade para lidar com problemas que são crescentes entre eles, como violência e consumo de drogas, objetivando promover e fortalecer a participação ativa da juventude no processo de interação com a comunidade. Visando a inclusão dos jovens em atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal, estão sendo utilizadas estratégias como a administração de palestras de esclarecimento e conscientização na comunidade, contextualizando a mesma como espaço de interação e socialização de experiências, com vistas a compartilhar orientações que ajudarão os jovens a lidar com os conflitos pertinentes a essa fase de vida. Com a participação da comunidade, está em fase de implantação a etapa do projeto que possibilita aos jovens práticas esportivas, oferecendo alternativas de lazer que resgatem o lado lúdico e recreativo, sendo mais uma maneira de participação e entrosamento dos mesmos com o ambiente comunitário. Os pais e/ou responsáveis pelos jovens também serão envolvidos no processo, participando de grupos de discussão e palestras. A importância deste trabalho está na oferta de oportunidade aos jovens e aos seus pais de uma possibilidade de envolvimento dinâmico com a comunidade, onde o “aprender a conhecer” e o “conviver” será uma constante. Por fim, considerando que a juventude é beneficiada por ganhos, tanto do ponto de vista biológico, quanto psicológico, entretanto, é um período de redefinição da auto-imagem, enfatizamos a dificuldade do adolescente em lidar consigo mesmo, sendo muitas vezes agressivo com pais, amigos e sociedade de modo geral, não tolerando seguir normas impostas pela sociedade, necessitando de suporte psicológico para enfrentar essas situações de maneira coerente. Assim, o modo pelo qual o jovem se reconhece na comunidade, como indivíduo participativo das mudanças em sua sociedade, é fundamental para que ele possa estabelecer relações de compromisso, além do amadurecimento emocional e intelectual, sem necessidade de recorrer às drogas e violência.

ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E PSICOSSOCIAIS

Carla Dalbosco, Juliana Borges dos Santos, Eliane Seidl

Adolescentes envolvidos com drogas e em conflito com a lei podem estar expostos a múltiplos riscos, tanto em sua trajetória pessoal quanto familiar. O objetivo deste trabalho foi traçar o perfil de adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal, em suas características demográficas e psicossociais. A análise foi realizada a partir de informações coletadas em 59 prontuários de adolescentes que participaram de um projeto de atenção psicossocial. O levantamento quantitativo procurou mapear as situações predominantes nesta amostra. Resultados preliminares indicaram que a média de idade foi de 17 anos, variando entre 14 e 18 anos, 90% eram do sexo masculino, 64% estavam fora da escola e 84% não trabalhavam. Em relação ao consumo de drogas, 96% dos adolescentes faziam algum tipo de uso, tendo iniciado entre 11 e 17 anos, com predomínio do uso de álcool. Em relação à situação do casal parental, observou-se alta incidência de conflito conjugal com histórico de violência intrafamiliar. Em relação à qualidade da comunicação pai/filho, prevalecia a ausência de diálogo ou diálogo superficial com baixa expressão de afeto positivo. A partir destes resultados, constata-se a necessidade do aprofundamento dessas questões, objetivando a discussão sobre a complexidade desse contexto visando o delineamento de ações interdisciplinares.

ADOLESCENTE-ETIQUETA: CONSUMO, SIGNIFICADOS E CONFLITOS

Francineide Silva Sales

Trata-se de um estudo em desenvolvimento, no qual se pretende investigar as representações sociais que são construídas pelos adolescentes a partir da sua relação com o consumo. No processo de construção de identidade em que se encontra esse grupo, uma imensidão de marcas, etiquetas e anúncios povoa os meios de comunicação, apresentando de forma imperativa a última moda. Os produtos mais diversos, e cada vez menos duráveis, se apresentam como a novidade indispensável para a vida na civilização globalizada. Num cenário marcado pela dicotomização da adolescência e pelo estímulo crescente ao consumo é que se estabelece a problemática da investigação que realizamos. Nesse sentido, uma série de questões têm orientado a pesquisa: o que buscam os adolescentes quando concretizam o consumo – somente os produtos, ou

também os símbolos a eles agregados? Como os adolescentes encaram a não-concretização do consumo? Que perspectiva é construída em relação a outros grupos de adolescentes (de maior ou menor poder aquisitivo) Seria de exclusão, pertencimento, conflito, ou essa não se constitui numa questão para eles? Partindo de uma hipótese formulada com base na análise de Foucault sobre o processo de disciplinamento – a “fabricação de corpos dóceis” – pretendemos apreender a relação dos jovens com o consumo, de forma não-linear, admitindo a existência de diversas formas de encarar e realizar o consumo. O contato com dois grupos de adolescentes da zona norte da cidade do Rio de Janeiro (um composto por moradores de uma comunidade favelizada e outro por estudantes de um colégio que atende notadamente a classe média), através de grupos focais e entrevistas oferece a base de sustentação do levantamento dos elementos empíricos.

A DROGADIÇÃO E A INSERÇÃO NA MARGINALIDADE: ESTUDO COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DO DISTRITO FEDERAL

*Jaqueline Tavares de Assis, Catarina Gomes Machado
Castro, Leticia Postiglioni Fontoura*

O fenômeno da drogadição envolve múltiplos elementos. A literatura aponta as dependências de contexto e relacionais como essenciais. Este trabalho apresenta a análise de um recorte de dados que se inserem no VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua das 27 capitais brasileiras, realizada pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) que contou com a parceria do PRODEQUI (Programa de Estudos e Atenção à Dependência Química) para a coleta de dados no Distrito Federal, tendo ocorrido em outubro de 2003. A amostra do Distrito Federal constituiu-se de 93 crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 18 anos, considerados em situação de rua pelo CEBRID. O estudo objetivou buscar relações entre a drogadição e a inserção na marginalidade, nessa população. Para isso priorizou-se a análise das questões relativas ao uso de drogas, aos meios utilizados para conseguir dinheiro e drogas, às tentativas de interrupção do uso e às mudanças de vida desejadas. O resultado mostrou que mais da metade dos adolescentes já experimentaram alguma droga. Para conseguir dinheiro 72% fazem pequenos trabalhos, 52% pedem, 14% furtam e roubam, 11% vendem coisas, 8% entregam ou vendem drogas e 3% transam. Já os que fazem uso de drogas, diante de uma vontade intensa, 30% dizem roubar, 9% transar e 8% pedir. Quanto às tentativas de interrom-

per o uso 74% disseram que já tentaram, sendo que 46% não pediram ajuda de outros e os demais obtiveram ajuda da família, amigos, instituições, etc. Em relação à mudança de vida, 24% gostariam de estudar, 23% trabalhar e 16% diminuir ou parar de usar drogas. Os dados mostram que as atividades de comercialização das drogas não destaca-se entre as demais, ou seja, o envolvimento com as drogas nesta população não deve ser banalizado, contudo não deve ser exagerado, pois as crianças em situação de rua estão inseridas em um contexto muito diversificado, onde a procura e o consumo da droga não monopolizam todas as suas energias e competências. Já a prática de atos infracionais e a prostituição estão diretamente associadas à necessidade de adquirir a droga para consumo, o que faz da drogadição uma importante via de acesso à marginalidade. Sobressai, também, a constatação de que a maioria dos adolescentes já tentou livrar-se das drogas, mas de forma solitária, constituindo tal empreendimento um ideal almejado de mudança.

A EDUCAÇÃO DO JOVEM QUE INGRESSA NO MERCADO DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CUIABÁ/MT

Neiva Terezinha Pelissari, Manoel Francisco de V. Motta

A construção civil é conhecida como o setor da economia brasileira que emprega o maior número de trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos e com pouca ou nenhuma qualificação profissional. A ausência de uma política educacional voltada diretamente para este setor da economia, faz com que os jovens que ingressam neste mercado de trabalho não tenham grandes motivações para a melhoria das suas condições culturais, sociais e econômicas. Os estudos dos fatores educacionais e sociais que permitem que ainda haja setores da sociedade que empregam trabalhadores sem alfabetização e profissionalização é um dos objetivos desta pesquisa, segundo, qual o mínimo necessário de conhecimento que este trabalhador precisa ter para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, e um outro é o de verificar porque o jovem tem dificuldade de mobilizar-se na busca por sua formação. A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, com uma abordagem de pesquisa em campo. O primeiro passo foi o levantamento das construtoras de edifícios residenciais de múltiplos pavimentos, com definições das etapas mais significativas em fase de execução na análise do emprego de mão-de-obra. Com isso, localizamos onde a concentração de mão de obra sem especialização e/ou alfabetização está mais presente. A análise destes dados nos permite entender as razões que a falta de motivação desses trabalhadores e a postura das construtoras, que apesar das necessidades de um trabalhador com melhor formação, não

vem praticando ações para alterar esta condição. Este trabalho está inserido no projeto de Pesquisa: Educação da Juventude em Mato Grosso, impanse e perspectivas político pedagógicas em Mato Grosso.

ANÁLISE DA PERSONALIDADE DE MENORES INFRATORES ATRAVÉS DO INVENTÁRIO DE PERSONALIDADE DE EYSENCK

Jurema L. M. Arraes Tonelli

Diante dos alarmantes índices de violência e criminalidade que prejudicam e atormentam a segurança da população e embora exista uma preocupação manifesta com as causas gerais da violência, este fenômeno não está suficientemente esclarecido quanto aos fatores psicológicos profundos que interagem na determinação do mesmo, daí a necessidade, validade e legitimidade do presente estudo. Objetivo: determinar os fatores de personalidade que diferenciam menores infratores violentos de menores infratores não violentos. Os traços de personalidade foram avaliados através dos escores obtidos nas dimensões Extroversão; Neuroticismo; Psicoticismo e Dissimulação através do Inventário de Personalidade de Eysenck/ Escala do Inventário (Eysenck/ Eysenck, 1968). Hipóteses: há correlação entre o traço de personalidade Psicoticismo (P) e crimes violentos. Há diferenças estatisticamente significativas entre os índices Neuroticismo; Extroversão e Dissimulação obtida pelos dois grupos de menores infratores. Amostra: 50 menores infratores de uma instituição de reclusão temporária, sexo masculino, idade entre 10-18 anos, nível socioeconômico e escolaridade baixos. Procedimento: esta amostra foi distribuída em dois subgrupos distintos de menores infratores que diferiam no grau de violência manifesta: SUBGRUPO A-violentos e SUBGRUPO B-não violentos. A inclusão dos menores em cada subgrupo distinto foi feita após testagem dos mesmos e obedeceu a infringência de um ou mais dos artigos do Código Brasileiro 121, 123, 129,157 (3º), 213,214 e 223: artigos que dizem respeito a crimes contra a vida, lesões corporais e estupro – subgrupo A; Subgrupo B – menores que cometeram crimes contra o patrimônio, uso / porte de drogas e vadiagem. Foi efetuada análise estatística aos valores obtidos pelos subgrupos A e B, comparando-os aos pares, nos itens na Escala do Inventário de Eysenck e no EPQ (1968) aplicando-se a prova de análise fatorial aos pontos dos dois subgrupos. Foram utilizadas ainda as provas do X² e o teste Kolmogorov-Smirnov aos índices da escala do EPQ. Os resultados encontrados confirmam a hipótese de que os menores infratores violentos diferem significativamente dos não violentos em relação aos fatores: Extroversão, Neuroticismo; e Dissimulação conforme a

teoria de Eysenck. Confirmam, ainda a hipótese de que existe correlação entre o fator de personalidade Psicoticismo e crimes violentos, ou seja, os menores violentos diferem significativamente dos não violentos quanto a este fator, conforme definido por Eysenck. Conclui-se, portanto, que menores infratores violentos podem ser diferenciados dos não violentos através do Inventário de Eysenck com suas Escalas, assim como os itens desse instrumento apresentam sensibilidade para diferenciar grupos distintos de violência manifesta e quanto aos indicadores de criminalidade.

ANÁLISES DO NÍVEL DE STRESS, AGENTES MOTIVADORES E ESTRESSORES: COMPARAÇÃO ENTRE 3º ANO DO ENSINO MÉDIO E CURSO PRÉ-VESTIBULAR

Michelle Villaça Lino, Bianca Lopes de Souza, Bruna Mega Novais, Paula Laque Barbosa da Cunha, Thiago Sandes de Brito, Lúcia Emmanoel Novaes Malagris (orientadora)

A realidade do mundo atual tem contribuído para a necessidade premente de uma realização profissional e financeira. A competitividade tem sido estimulada na vida do indivíduo cada vez mais cedo, chegando ao extremo no momento do vestibular, o que tem gerado altos níveis de stress. Considerando a importância do estado emocional do aluno para um bom desempenho em avaliações, o presente estudo se justifica. O objetivo deste foi realizar uma comparação entre o nível de stress em estudantes do 3º ano do ensino médio que prestarão o vestibular (grupo I) e de estudantes do curso pré-vestibular que estão tentando o ingresso na universidade pela 2ª vez (grupo II), no decorrer do ano do exame. Além disso, visou-se levantar algumas questões subjetivas acerca dos agentes motivadores e estressores, relevantes para os candidatos. Fizeram parte do estudo 41 alunos do grupo I e 47 do grupo II. A metodologia envolveu a aplicação, em grupo, no início e no final do ano letivo, do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL), além de um questionário aberto que foi acrescido na última administração. Como resultado, observou-se que 79.5% dos alunos do grupo I estavam estressados na primeira aplicação e 58.5% na segunda. Já no grupo II 70.5% estavam estressados na primeira aplicação e 76.5% na segunda. No que se refere às fases do stress, verificou-se nos dois grupos, nas duas aplicações, predominância da fase de resistência. Convém ressaltar que na segunda aplicação do primeiro grupo, verificou-se estudantes nas fases de quase-exaustão e exaustão, o que não ocorreu na primeira. Quanto aos agentes motivadores para prestar o vestibular, em ambos os grupos, observou-se: necessidade de cursar um nível

superior na obtenção de maiores possibilidades profissionais e estabilidade financeira e desejo de ingresso numa universidade pública pela gratuidade e qualidade do ensino. Alguns dos agentes estressores citados foram: a pressão exercida sobre o candidato quanto aos bons resultados, associado à excessiva expectativa da família e dele próprio. Concluiu-se que conforme se aproxima da data do vestibular, a escolaridade passa a influenciar na quantidade de alunos estressados, sendo esta maior no grupo II. Acredita-se que este resultado seja produto da maior pressão exercida sobre os pré-vestibulandos. Este estudo sugere que trabalhos de prevenção e controle do stress excessivo sejam realizados nas escolas e cursos pré-vestibulares.

A PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA, A COOPERAÇÃO SOCIOCULTURAL E AS IDENTIDADES JUVENIS EM GRUPOS RELIGIOSOS E NO MOVIMENTO HIP HOP

Guilherme Reichwald Jr.

A presente proposta de pôster se compromete em detalhar uma parte da pesquisa *Juventude, Cooperação Sociocultural e Participação Solidária*, desenvolvida pelo Núcleo de Integração Universidade & Escola (NIUE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de uma equipe multidisciplinar, em andamento desde janeiro de 2004. Objetiva-se expor algumas das aproximações das identidades juvenis entre dois dos dez grupos de conversação, coordenados pela equipe de pesquisadores/as. O pôster em questão abordará os grupos de jovens que se inserem no movimento Hip Hop e em grupos religiosos, representativos do contexto local, envolvidos em práticas de cooperação e participação solidária. Com base em Callejo (2001) e Cruz Neto (2002), a equipe compôs os grupos e organizou a dinâmica dos encontros. A fim de alcançar uma heterogeneidade interna de cada coletivo de conversação, convidou-se jovens de diferentes bairros de Porto Alegre e/ou municípios da Região Metropolitana da capital gaúcha. Através de imagens (reproduções de arte contemporânea), palavras-chave e problematizações sobre as falas dos/das jovens, desenvolveram-se os encontros de uma hora e meia a duas horas, com a mediação de um/a dos/das pesquisadores/as. A referência da fé religiosa e a participação sociocultural de um movimento das periferias urbanas, mostraram-se mediadores importantes para começar a mapear identidades de jovens envolvidos em práticas solidárias, que fogem ao padrão estereotipado de uma identidade juvenil contemporânea, tão divulgada pela mídia e outros meios de formação de opinião na nossa sociedade. Compuseram o grupo do Hip Hop rapazes de 16 a 23 anos, entre negros e brancos; já o grupo de reli-

gião contou com jovens de ambos os sexos, de 17 a 23 anos, divididos entre jovens católicos/as, luteranos/as, de religião afro-brasileira, neopentecostal e espírita kardecista. O critério de escolha das confessionalidades baseou-se nas expressões religiosas de maior relevância cultural e numérica no estado do Rio Grande do Sul. Através da referência de Alberto Melucci (2001), Pais (2003), Sposito (1997 e 2000), Carrano (2003), tentamos contemplar a diversidade nos convites para a formação dos diferentes grupos e na composição interna de cada um. Assim, o pôster se insere como parte de uma pesquisa comprometida em produzir reflexões sobre as territorialidades como Haesbaert (1999) propõe e formas de territorialização juvenis, especificamente, como estudado por Turra Neto (2004), que contribua para ações mais efetivas com este segmento da população brasileira.

APRENDENDO A VIVER – JOVENS MULTIPLICADORES DE INFORMAÇÕES

Jéferson Rodrigues, Tereza Roberta Rodrigues

Somos 45 jovens de ambos os sexos (a maioria do sexo feminino) de 14 a 22 anos de idade, das comunidades de Pontezinha e Ponte dos Carvalhos. Estudantes de escolas públicas da 6ª série ao 3º ano do ensino médio, sendo que alguns já o concluíram. A Plan, em parceria com a ONG Gestos: soropositividade, comunicação e gênero, desenvolve a capacitação dos adolescentes e jovens para serem multiplicadores de informações sobre DST/HIV/AIDS. O projeto foi dividido em duas fases. A primeira fase foi de formação, através de oficinas temáticas (Mobilização e sensibilização; Corpo Subjetivo; Relações de gênero; Gravidez na adolescência; DST/HIV/AIDS; Teatro fórum; Contação de histórias; etc.). Na segunda fase de multiplicação de informações, os adolescentes e jovens estão repassando para as comunidades todos os conhecimentos adquirido nas oficinas temáticas e através do Teatro Fórum (Enterro do preconceito e pastoril profano) nos quais o tema é a prevenção de DST/HIV/AIDS, bem como, a participação em atividades educativas e campanhas de prevenção: no período carnavalesco, dia mundial de combate a AIDS, porta a porta, campanha do laço branco, dia internacional da mulher, escolas públicas, etc. Buscamos com o desenvolvimento deste projeto que os demais jovens se conscientizem da necessidade da prevenção às DST's/HIV/Aids, através de palestras, entrevistas em rádios comunitárias, panfletagem, pesquisa sobre Saúde e Educação na comunidade e seminário tendo como pano de fundo refletir e propor sobre as políticas públicas na área de educação e saúde relacionadas à prevenção da Aids.

APRENDIZAGEM E SUBJETIVIDADE

Cláudia Santos Gonçalves Barreto Bezerra

O presente estudo busca compreender como o processo de ensino-aprendizagem é subjetivado por crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental consideradas como fracassadas na escola. Trata-se de um estudo de caso o qual faz parte de uma pesquisa qualitativa baseada na Psicologia Histórico-Cultural, com informações construídas através de indicadores que, ao longo do processo construtivo-interpretativo, apontam para a compreensão do fenômeno investigado, em trabalho realizado em uma escola pública de Goiânia, Goiás, no contexto de uma classe de 1ª série, ou seja, da 2ª etapa do 1º ciclo. Dela participou, de forma mais efetiva, Ada, uma criança de oito anos considerada como fracassada em seu processo de escolarização e em sua competência social. A aluna foi acompanhada por um período de seis meses em suas atividades escolares em sala de aula e em outras dependências da escola. Para isso utilizou-se de filmagens e gravações de situações em sala de aula, entrevistas semi-organizadas com a aluna, com sua professora, coordenadora pedagógica da escola e com sua família. Situação estruturada, como encenação de situação vivenciada em sala de aula e vídeo-entrevista com a professora, com Ada e seus parceiros de classe mais próximos. Os conhecimentos produzidos neste estudo, a partir da articulação dos diferentes indicadores, apontam elementos importantes para a compreensão dos processos subjetivos da criança, entre eles a inclusão do aluno que apresenta um desempenho diferenciado em um processo cíclico de exclusão social; bem como o processo de aprender, constituído por um conjunto de emoções que desencadeia realizações de êxito ou de rompimento, e, assim, padrões culturais e relações de preconceito que permeiam o movimento do aprender geram formas de subjetivação de impotência no aluno.

A RAIVA NO DESENVOLVIMENTO DA NOÇÃO DE RESPEITO

Ana Carla Cividanes Furlan Scarin, Raul Aragão Martins

O presente trabalho tem como objetivo investigar a constituição da noção de respeito pela criança, tendo como foco as vicissitudes componentes deste processo de respeitar, em vigor igualmente no adulto. Em uma primeira pesquisa, partimos da premissa construída por Jean Piaget em sua obra "O Juízo Moral na Criança" (1932), a partir da qual este autor, por intermédio da postura de Pierre Bovet, entende que o respeito se constitui através da

experiência do sentir amor e medo pela pessoa a quem se respeita. Durante o trabalho de coleta de dados, realizado com base na Entrevista Clínica Piagetiana, e posterior análise dos mesmos, pudemos constatar a validade da premissa, e ainda observar o advento de outro sentimento envolvido no processo: a raiva. Atualmente, buscamos compreender a inserção da raiva junto à condição de sentir medo e amor, investigando sua real vigência e importância perante as relações respeitadas ou não, bem como seu papel no exercício de aceitar ou não limites. Serão participantes crianças entre quatro e seis anos de idade, metade de cada sexo, alunos da Educação Infantil da rede municipal do Jardim I, os quais serão entrevistados clinicamente e observados durante o ano escolar vigente e os dois subseqüentes, a fim de apreendermos o teor das relações entre estes alunos e suas professoras, envolvidas no processo de respeitar ou não enquanto objeto direto. As relações das crianças entre si serão igualmente observadas. A Entrevista Clínica será composta de uma estória ilustrada, cujo tema envolverá um dilema moral ainda a ser escolhido. A estória será relatada e ilustrada, sendo a criança questionada acerca do tema proposto a partir de um roteiro pré-elaborado. Está em discussão o uso de um teste psicológico. A fala das crianças será categorizada de acordo com seu conteúdo, e este material submetido à análise quantitativa (estatística) e qualitativa. Entendemos como de cabal importância o estudo investigativo em torno das relações envolvendo moral e respeito, especialmente em momentos como este que vivemos, em que circunstâncias totalmente ambíguas se fazem notar enquanto tônica mesmo em situações em que a transparência poderia estar prevalecendo. Estas condições, se não cuidadas, poderão incidir e comprometer a elucidação daquilo que hoje se chama cidadania, assinalada pelo compromisso atrelado ao exercício do fazer social. E, assim, ajudar a esclarecer por que caminhos seguir a fim de efetivar o que perseguimos: a expressão e a sobrevivência da dignidade humana.

BIBLIOTECA ITINERANTE

Fabiola Macedo, Tereza Roberta Rodrigues

Este projeto propõe o atendimento à 24 comunidades localizadas no município do Cabo de Santo Agostinho/PE e pretende atender a aproximadamente 100 crianças e adolescentes por comunidade. A idéia inicial do projeto é estreitar a relação das crianças e adolescentes destas comunidades com o livro e as suas possibilidades de crescimento global dentro do processo de construção do conhecimento. O objetivo primordial deste projeto é proporcionar à criança e jovens de comunidades de baixa classe econômica, a possibilidade de relacionar-se com o livro de forma prazerosa e dinâmica, fazendo desta

atividade algo que faça parte do seu cotidiano. As atividades do projeto são realizadas de forma lúdica e educativa, possibilitando à criança um espaço onde é possível dar asas à sua imaginação, podendo sair do mundo em que vive para conhecer novas realidades através do livro. Pretendemos desta forma, construir junto a estas crianças e jovens, uma nova realidade social acerca da leitura, trabalhando questões subjetivas e sociais por meio da (inter)ação entre a realidade das comunidades e a realidade social numa visão de futuro possível de ser alcançado. Foram montados 6 (seis) quiosques de leitura que irão percorrer as 24 (vinte e quatro) comunidades de Ponte dos Carvalhos e Pontezinha, passando um total de uma semana em cada comunidade. Este quiosque transforma-se numa referência comunitária onde as pessoas podem chegar e pouco-a-pouco sentirem-se bem-vindas e “à vontade” para explorar este novo lugar. As pessoas responsáveis pelas atividades são jovens das comunidades após capacitação como promotores de leitura. Ali, todos podem sonhar e viver um mundo melhor. Todos podem transformar-se em heróis ou vilões, bandidos ou mocinhos, príncipes ou princesas, reis ou rainhas... Ali, naquele espaço o que é permitido é ser. Ser aquilo que se é. Este é o ingresso da viagem ao mundo da imaginação.

BOAS PRÁTICAS DO PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

José Eduardo de Andrade, Josiane do Carmo Silva

O Brasil é reconhecido como um dos países que possui um dos mais completos ordenamentos legais e jurídicos do mundo no que se refere aos direitos da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, pautou-se na Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 20/11/89) e em outras convenções e tratados internacionais e regulamentou o artigo 227 da Constituição de 1988, que estabelece os direitos fundamentais da criança (pessoa até doze anos de idade incompletos) e do adolescente (pessoa entre doze e dezoito anos de idade). O ECA é a expressão do anseio político e social de integrar a infância e a juventude à cidadania. O presente trabalho pretende apresentar levantamento e análise de boas práticas do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que se destina a 55.563 jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social inseridos em famílias cuja renda per capita é de até ½ salário mínimo, com prioridade àqueles que estejam fora da escola, egressos de programas sociais

(como o PETI), em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, ou oriundos de programas de atendimento de exploração sexual. Tem, assim, o objetivo de assegurar a participação ativa e efetiva do jovem na sociedade, propiciando condições para inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, integração à família e à comunidade, propiciar o protagonismo juvenil enquanto agente de transformação e desenvolvimento da comunidade, diminuindo, assim, os índices de violência, uso abusivo de drogas, DST/AIDS e gravidez não planejada, além de desenvolver ações que facilitem sua inserção no mundo do trabalho. A partir da identificação de oito experiências desenvolvidas em municípios das cinco regiões brasileiras, buscamos identificar aspectos direcionados à garantia da igualdade de direitos e ao fortalecimento de grupos mais vulneráveis (gênero, raça, renda, local de moradia, condição especial, situação de risco ou cumprimento de medidas sócioeducativas).

CLÍNICA OU TUTELA?

Maria Lenz Cesar Kemper, Marcello Roriz de Queiroz

O Projeto de Reinserção Familiar (PRF) é realizado pelo Mote – Movimento Terapêutico, constituído por uma equipe de psicologia clínica especializada na área de Saúde Mental – em parceria com a FIA – Fundação para a Infância e Adolescência, órgão da Secretaria de Ação Social – desde 2001. Este projeto tem por propósito a desinstitucionalização de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais abrigados em unidades próprias e conveniadas à FIA. É importante salientar que os “portadores de necessidades especiais” atendidos pelo projeto em sua maioria têm também um comprometimento mental ou neurológico, afinal, não encontramos, senão excepcionalmente, portadores com comprometimento meramente físico. As famílias dessas pessoas abrigadas em sua quase totalidade são provenientes das camadas mais pobres do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto iremos problematizar o tipo de composição familiar e a situação socioeconômica que contribuem para o estado de abandono em que a maioria dessas pessoas abrigadas se encontra. A partir do levantamento de dados epidemiológicos, temos visto que muitas dessas famílias são compostas por mulheres que têm diversos filhos, frutos de diferentes relações, de modo que, quando um deles nasce com comprometimento mental ou neurológico, irá acabar sendo abrigado para que a genitora, quase sempre sozinha, tenha em trabalhos informais sua principal fonte de renda no intuito de garantir a subsistência dos demais. É entre essas famílias monoparentais e as ações assistenciais dos equipamentos públicos – incluindo desde as compensações assistencialistas às intervenções jurídicas de Destituição de Poder Familiar – que gostaríamos de analisar como se engendra

o afastamento familiar dos pais em relação a essas pessoas que se encontram abrigadas, diferenciando o lugar que a mãe ocupa e destacando a quase total ausência do pai nesses casos.

COMO JOVENS UNIVERSITÁRIOS PERCEBEM OS IDOSOS E IMAGINAM A QUALIDADE DE VIDA DA PRÓPRIA VELHICE

Sílvia Maria Melo Gonçalves, Carlos Américo Alves Pereira

A questão do envelhecimento da população brasileira é bastante relevante, pois estima-se que na segunda década desse milênio haverá mais de 31 milhões de indivíduos com idade acima de 60 anos. O objetivo desse trabalho foi investigar como jovens percebem pessoas idosas e comparar com a concepção da qualidade de vida da própria velhice. A amostra foi composta de 180 jovens universitários, 90 de cada sexo, de 19 a 23 anos. Os discentes responderam um questionário misto sobre como percebiam os idosos e sobre como imaginavam que estariam ao atingirem a terceira idade. Os resultados encontrados evidenciam que 85% dos alunos reconhecem que os velhos têm sabedoria, experiência e que, por isso, são merecedores de respeito. Do mesmo modo, 82% acreditam que, com a chegada da idade, também serão sábios e experientes. A forma como 65% dos estudantes se imaginam no futuro corresponde à concepção que estes fazem dos idosos: simpáticos, amáveis e dóceis. Mas, por outro lado, os aspectos referentes aos comportamentos de teimosia, rabugice e manias foram utilizados por 52,3% dos alunos para definir reações do idoso em face do meio social. A inatividade na velhice foi registrada por 24,3% dos discentes, embora 80% considerem que serão independentes quando forem idosos. Em relação à saúde, embora 79% dos jovens tenham mencionado a fragilidade dos velhos pelo cansaço e pelas doenças, só 52% se imaginam com problemas com a chegada da idade. Referências estéticas negativas ao corpo do idoso foram registradas por 34% dos alunos e, para amenizar a passagem do tempo, 15% das jovens farão cirurgia plástica. É interessante ressaltar que não foi feito nenhum registro acerca da sexualidade do idoso, apesar de 35% dos jovens terem assinalado que se vêem com vida sexual ativa na velhice. Para 41,5% dos alunos, os idosos são negligenciados e abandonados pela sociedade; e 17% fizeram severas críticas às Políticas Públicas por não atenderem às necessidades dessa população, principalmente no tocante aos Planos de Saúde. Pode-se concluir que há crenças em relação à velhice e que estas são silenciosas e representam um conjunto de imagens negativas que faz parte de cada um. Mas, no momento de se imaginarem como velhos, estes jovens se mostraram mais flexíveis em relação a seus estereótipos sobre os idosos; o que

é assaz sugestivo, pois recusar a velhice representa a renúncia da descoberta de valores e de atitudes que se manifestam de modo bastante peculiar na maturidade.

COMUNICANDO OS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Cláudio Arruda, Tereza Roberta Rodrigues

Tendo como campo de atuação as comunidades de Pontezinha e Ponte dos Carvalhos (distritos do município do Cabo de Santo Agostinho/PE), o projeto Comunicando os Direitos das Crianças tem por objetivo contribuir para a promoção do protagonismo juvenil a partir da construção de processos educativos que desenvolvam habilidades em radiodifusão e linguagens comunicativas, possibilitando assim a edificação da cidadania e desenvolvimento comunitário. A metodologia utilizada foi aberta, democrática, participativa, crítica e criativa. *Aberta* para dialogar com diferentes pensamentos, colhendo novas idéias; *democrática* para permitir o respeito às diferentes visões e se posicionar contra o autoritarismo; *participativa* no sentido de colaborar para que as pessoas se sintam parte do processo; *crítica* para estimular o espírito crítico e o aprofundamento das idéias e visões e *criativa* para contribuir com o exercício da criatividade, autonomia e iniciativa das pessoas. O resultado deste trabalho decorreu a partir da formação e acompanhamento de 60 crianças/adolescentes que participaram em oficinas como História do Rádio e da Comunicação, conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescentes e Técnicas de Locução e Reportagem. A partir das oficinas de sensibilização temática, as crianças/adolescentes produziram um CD com 20 faixas e um kit gráfico que contém a sistematização de cada faixa do CD. O CD foi resultado da expressão das diversas atividades vivenciadas pelo grupo, seja em ambientes fechados, como rádios e estúdios ou em atividades nas comunidades. O material será exibido e trabalhado em aproximadamente 170 rádios (em Pernambuco), bem como nas escolas e comunidades onde residem as crianças/adolescentes. Nas escolas e comunidades a atuação acontece através da exibição das faixas do CD seguido de mini debates orientados pelo material de sistematização. Com esta atividade proporcionamos que as próprias crianças/adolescentes sejam os protagonistas e responsáveis pela promoção de atividades que contribuam com a formação deles próprios e de outros adolescentes.

CONSTRUINDO AÇÕES AUTÔNOMAS: PROJETO DE PESQUISA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ABRIGO À CRIANÇA E ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Associação Excola

A pesquisa teve como objetivo conhecer as condições em que se encontram os abrigos da cidade do Rio de Janeiro, tendo como referência política de abrigo deliberada pelo CMDDCA. A Associação EXCOLA foi responsável pela realização da pesquisa nos abrigos da cidade do Rio de Janeiro que atendem adolescentes. Foi realizada uma pesquisa qualitativa abordando os abrigos a partir de uma perspectiva diferenciada, levando em conta a multiplicidade de aspectos envolvidos, percebendo a perspectiva histórica e a relação criança-instituição-sociedade. Os 4 indicadores que nortearam a análise da pesquisa correspondem aos princípios básicos para o funcionamento dos abrigos, levantados pelo ECA. São eles: Individualização e autonomia; relação com a família; relacionamentos sociais; instituição/ equipe técnica. Além disso, utilizamos 3 analisadores complementares para garantir um olhar mais abrangente da realidade pesquisada: Encaminhamentos – avaliação do processo de triagem da cidade do Rio de Janeiro; olhar do educador; olhar do técnico. A proposta metodológica adotada na presente pesquisa procurou analisar não somente o QUE o abrigo faz e sim COMO o abrigo trabalha as questões relacionadas diretamente a política de abrigos e ao Estatuto da Criança e Adolescente. Não pretendemos uma comparação entre os abrigos, mas sim entendê-los em suas particularidades, analisando seus diferentes aspectos. Um fator importante levantado pela pesquisa mostra a necessidade do redimensionamento da dinâmica de atendimento à criança e adolescente. A pesquisa mostrou que devido ao índice zero de adoção, colocação em família substituta e apenas 19,25% de reinserção familiar, ficou claro que: *o abrigo não é medida provisória e excepcional para a faixa etária de 12 a 18 anos*, contrariando o ECA Esta constatação leva a uma necessidade urgente de mudanças metodológicas no atendimento do abrigo, sempre pensando no desligamento aos 18 anos e na construção de autonomia deste adolescente, e em um novo entendimento da forma de se relacionar com esta questão por parte dos órgãos do poder público, estado, município, juizado e ministério público. Explorando algumas conclusões preliminares levantaremos as questões mais relevantes que apareceram nas análises: o abrigo não está preparado para receber o menino direto da rua; o abrigo, na maioria das vezes, não sabe trabalhar sexualidade e drogas; a maioria dos abrigos tem dificuldade na sedução inicial dos jovens; não existe um sistema conjunto de troca de infor-

mações pelas entidades envolvidas; baixa escolaridade dos atendidos; pouca relação com a comunidade, despreparo para o recebimento de portadores de necessidades especiais

CONSTRUINDO A INFORMAÇÃO: JOVENS CONSCIENTIZANDO JOVENS ATRAVÉS DE FOLDERS

*Adriano Beiras, Grazielle Tagliamento, Maria Juracy
F. Toneli*

O trabalho com jovens no contexto escolar, através de oficinas, possibilita que estes se expressem através dos mais diversos canais comunicativos, como pintura, teatro, jogos, colagem, entre outros. Estas formas de comunicação facilitam a desnaturalização e a compreensão histórico social dos mitos e tabus, que estão envolvidos em temas referentes a sexualidade, gênero, violência e drogas. Em nossa atuação em uma escola pública de ensino noturno, com jovens do segundo ano do ensino médio, foi utilizada esta metodologia. Dentre as atividades propostas, teve-se a elaboração e confecção de folders pelos alunos, sendo que os temas foram escolhidos pelos próprios participantes. A idéia era a de não desvincular aqueles sujeitos de seu grupo cultural, de sua sociedade e de sua história, trabalhando, desta maneira, conteúdos referentes ao seu cotidiano. Esta atividade teve como objetivo desenvolver os temas propostos, através da produção de um material informativo produzido por jovens para jovens. Tal metodologia permite um aprendizado mais efetivo, estimula a pesquisa, o interesse e participação dos estudantes. Proporciona, também, que esses jovens tenham uma oportunidade de expressão e se sintam valorizados por estarem produzindo um material que servirá para outros jovens da comunidade, que estarão usufruindo de informações elaboradas em uma linguagem corrente entre eles.

CONSTRUINDO DISPOSITIVO DE ATENÇÃO PARA ADOLESCENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

*Cristina Luce, Rita Barcellos, Adriana Jazbik Estrella,
Joao Antonio dos Santos Neto, Luis Antonio Firmino
do Nascimento, Rosane Cruz de Medeiros*

A experimentação de substâncias psicoativas na adolescência é tema para atenção primária em saúde, evitando o estigma de usuário. Entretanto, situações de uso abusivo/dependência de substâncias psicoativas podem necessitar

de atendimento em serviço de atenção especializado. Problemas de adesão são frequentes a esta faixa etária e a seus familiares. O Programa de Adolescentes do Centra-Rio-SES/RJ tem como objetivo principal: o atendimento à população da faixa etária até 19 anos e 10 meses, que apresenta uso abusivo/ dependência de substâncias psicoativas. A prioridade de atendimento é para os casos de maior gravidade: 1) em termos de risco social; 2) em nível de intensidade do uso e de co-morbidades. Nos casos elegíveis para o Centra-Rio, o projeto terapêutico é desenvolvido em três níveis: o adolescente, a família e a comunidade e em diversos momentos. Em relação ao primeiro nível, o atendimento visa propiciar que o adolescente fortaleça seus laços sociais, adote comportamento de menor risco e consiga um maior auto-conhecimento. O tratamento propõe oferecer um suporte à família no manejo com o adolescente, assim como reflexão e possível redefinição de papéis e funções familiares. A intervenção comunitária dependerá da fragilidade dos dois primeiros níveis e da necessidade de trabalho em rede de atenção. Descreveremos apenas os momentos do adolescente no programa: 1) Recepção e acolhimento – objetivos: investigar: existência de transtorno relacionado ao uso de substâncias psicoativas; associação com co-morbidades; demanda de tratamento do adolescente e/ou núcleo familiar; construir propostas de intervenção (possibilidade de encaminhamento ou de elegibilidade para tratamento na unidade); informar funcionamento da unidade e do programa; elaborar projeto terapêutico provisório. Duração: até um mês. 2) Informação e cuidados – objetivos: motivar e favorecer adesão ao tratamento; continuar processo diagnóstico; informar e refletir com o adolescente sobre sexualidade, drogas e cidadania; propiciar cuidado de si e de seus objetos afetivos. Atividades: grupo informativo terapêutico; oficinas lúdica e de construção; podendo estar associadas a atendimentos individuais e psicofarmacoterapia, conforme cada caso. Duração: 2 a 3 meses. 3) Implicação e cuidados – objetivos: favorecer contínuo cuidado de si mesmo e de seus objetos afetivos; implicar o adolescente em seus atos; oferecer espaço para reconhecimento de suas necessidades e desejos. Atividades: oficinas lúdicas e de construção, psicoterapia individual e grupal, psicofarmacoterapia se necessário.

CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DE PAIS E DE ADOLESCENTE: UM ESTUDO EM UM BAIRO POPULAR DE SALVADOR/BA

Ticiania Mesquita Hupsel, Nayara Nascimento Rego, Mirela Figueiredo Santos Iriart, Ana Cecília de Sousa Bastos

O presente estudo teve como objetivo analisar o contexto em que está inserido o adolescente de bairro popular, de acordo com narrativas de um grupo de pais e considerando o caso de um adolescente entrevistado. Busca-se, primeiramente, compreender o cotidiano do adolescente em contato com a violência, analisando o lugar e as formas de expressão desta e como ela circunscreve possibilidades desenvolvimentais do indivíduo. Adicionalmente analisou-se o relacionamento dos adolescentes com redes sociais de apoio, tanto formais quanto informais. Os dados foram obtidos a partir da análise de narrativas de pais e mães de um bairro popular do Subúrbio Ferroviário de Salvador, através da leitura de diários de campo de grupos focais realizados, ao longo de um ano, em centro educacional de referência do bairro. Além disso, foram realizadas entrevistas individuais com adolescentes em uma escola estadual do bairro. Um desses casos é tomado para exemplificar a situação de inserção do jovem na vida de crime e violência, suas justificativas e medos, além da reação da comunidade e dos familiares. Técnicas de análise de conteúdo foram utilizadas para elaborar categorias tanto a partir da conversação em grupo (pais) como da entrevista individual (adolescente). Resultados preliminares apontam para diferentes ênfases presentes nas narrativas de pais e do adolescente. Episódios narrados pelos pais focalizam setores e interações em que é mais provável o envolvimento de seu filho com a violência, como vítima ou como agressor, e os impasses gerados por esse possível envolvimento; por sua vez, o adolescente enfatiza seu incômodo quanto às limitações impostas à sua ação e às suas escolhas cotidianas, sem se questionar sobre possibilidades de redirecionamento de sua trajetória. É notável a interferência da violência sobre as práticas de criação dos filhos. O medo atua criando nos pais uma necessidade de maior proteção dos adolescentes, que vai de encontro à busca de liberdade e autonomia que é própria destes. A crescente violência gera a necessidade de criação de redes sociais de apoio mais efetivas na proteção do adolescente.

CONVIVENDO NA RURAL: UMA PROPOSTA DE SAÚDE EM PROGRESSO

S. Izecksohn, S. Veloso, E. M. Canarim

O projeto “Convivendo na Rural” vem preencher uma lacuna na atenção integral ao estudante através do oferecimento de atividades alternativas diversificadas. O projeto se insere nas atividades do Decanato de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ), através da sua Divisão de Assistência Social, responsável pelas atividades extracurriculares e pela integração estudantil. Surgiu a partir da necessidade de se criar um ambiente onde os alunos pudessem ser acolhidos pela Universidade, através do estímulo à integração e à cultura, e a uma melhor qualidade de vida, visando amenizar as adversidades capazes de interferir na vida estudantil, dificultando o bom aproveitamento e, até mesmo a conclusão do seu curso. Acolhendo o estudante, auxiliando-o no processo de manutenção dos laços familiares e afetivos, bem como no convívio com seu novo ambiente, visa uma integração social satisfatória entre os estudantes e comunidade universitária. A UFRuralRJ possui hoje cerca de 7.500 estudantes, sendo 2.000 residentes dos alojamentos situados no campus universitário. Estes estudantes encontram-se afastados de seus vínculos sociais e familiares, necessitando de um suporte efetivo da Universidade em nível de assistência e em educação para a saúde, na medida em que vivem em condições muitas vezes adversas. O ócio, principalmente nos finais de semana, é um problema descrito pelos estudantes, assim como o consumo abusivo de álcool e outras drogas, o que pode resultar em violência, evasão escolar, etc. Proporcionar aos estudantes da UFRuralRJ novas alternativas em saúde, cultura e lazer, acompanhando sua permanência na universidade e garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida é o principal objetivo do projeto. Desde sua implantação em setembro de 2003, o projeto cumpriu parte de seus objetivos, dentre os quais: prestar assistência psicológica e social aos alunos que o demandarem; promover o convívio, a integração social e o incentivo à cultura; promover uma melhor integração com a comunidade universitária através de encontros sistemáticos com seus representantes (diretórios, associações religiosas, grupos regionais, grupos de teatro, grupos de dança, etc.) valorizando a diversidade cultural existente; implantar um Espaço Integrado de Vídeo; auxiliar o acesso à informação através da criação um Cyber Espaço; viabilizar a elaboração e desenvolvimento de oficinas artísticas, esportivas e culturais. As ações realizadas e apresentadas foram priorizadas a fim de tornarem-se alternativas ao abuso de álcool e outras drogas intervindo, assim, diretamente na qualidade de vida dessa população.

CULTURA MUSICAL E DISCUSSÕES NO COLETIVO: A CONSTRUÇÃO DE UM TRABALHO JUNTO A ADOLESCENTES FREQUENTADORES DE UMA ONG

*Lilian Caroline Urnau, Katia Maheirie, Iris Hermes Zanella,
Ana Amélia Bedin*

Este trabalho compreende o sujeito enquanto um ser que se constitui dialeticamente nas relações que estabelece no mundo, o qual produz sua história ao mesmo tempo em que produz a dos outros e é por eles constituído, transcendendo suas determinações, e não meramente adaptado ao que está posto. A partir deste entendimento, buscamos, por meio de um projeto de extensão, incentivar a potência de ação e reflexão de adolescentes no que se refere à construção de suas possibilidades, visando uma ampliação do futuro profissional e existencial dos mesmos. Para tanto, consistiu-se um grupo de discussão formado por 10 adolescentes, com idades entre 11 e 14 anos, em encontros semanais de uma hora de duração, ao longo de seis meses. As temáticas abordadas foram de escolha do próprio grupo, as quais se relacionavam a diferenças culturais, estilos musicais, instrumentos musicais e sexualidade. A partir destes temas foram programadas atividades e dinâmicas que despertassem os adolescentes para o conhecimento e a reflexão daqueles temas, bem como que explorassem a relação entre o assunto desenvolvido e a realidade concreta que vivenciavam. A temática mais significativa para o grupo foi “sexualidade”, apontando para a necessidade de oferecermos um curso específico sobre o assunto, a partir do segundo semestre de 2004.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DE AÇÃO COLETIVA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA COM GRUPO DE JOVENS

B. P Pizzi, A. D. Silva, D. W. C Soares, L.R Castro

Os processos políticos formais se mostram, no contemporâneo, excludentes de crianças e jovens, no que concerne sua participação na determinação de seus destinos como parte integrante da sociedade, em variados níveis. Muitos estudos, no entanto, apontam que tanto crianças como jovens sabem e desejam formular e expressar suas opiniões sobre assuntos que lhes dizem respeito, desde questões familiares e escolares até questões como atuação política de governantes. Através do projeto “Jovens pelos Jovens”, o NIPIAC busca envolver ativamente crianças e jovens, abrindo a possibilidade de que estes par-

tipicem na construção de um trabalho com e para eles. Dentro das atividades deste projeto, foi realizado um grupo de discussão em um colégio estadual da Zona Norte do Rio de Janeiro, numa turma da segunda série do Ensino Médio. O grupo era composto por 12 alunos, com idade média de 17 anos. As atividades aconteceram no período compreendido entre março e dezembro de 2003, em encontros semanais, num total de 27 encontros. Objetivou-se criar um espaço de reflexão e discussão a partir de temas relacionados à vida dos jovens na cidade, visando articular discurso e ação como elementos importantes na construção de um projeto comum. Concomitantemente se pôde investigar como se dão os processos de participação social e construção de um “agir coletivo” para jovens, hoje, onde a negociação de interesses individuais, a discussão, a aprendizagem e a criação são fatores condicionantes da tarefa grupal. No presente trabalho discutimos como alguns emergentes grupais delimitam e moldam a atividade de aprender, discutir e criar do grupo, contingenciando a construção de interesses comuns. Discutimos o ‘clima emocional’ do grupo em função de outros determinantes como o contexto institucional, a relação transferencial com os coordenadores e os ideais do grupo de modo a lançar algumas hipóteses sobre o que favorece ou não a possibilidade de ação coletiva. Centramos nossa análise na circulação dos afetos e das emoções dentro do grupo, como um elemento constitutivo da atividade e modelador da aprendizagem. (Apoio: CNPq/FAPERJ)

DO SILÊNCIO DA LINGUAGEM À LINGUAGEM NO SILÊNCIO: DA VALORIZAÇÃO DO DIZER COMO VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

Alessandro de Magalhães Gemino

A partir das considerações feitas por Martin Heidegger sobre a questão da linguagem e exemplificadas na frase “a linguagem é a morada do Ser” toma-se como objeto de reflexão a importância do dizer na constituição da cidadania. Dois eixos – um prático e outro teórico – sustentam a reflexão proposta. O primeiro consiste em um levantamento de dados sobre “o que pensam” os jovens de comunidades carentes. Vista aqui principalmente como alargamento dos esforços para reencontrar no “mundo da vida” as raízes mesmas da própria linguagem, a abordagem heideggeriana da linguagem constitui o segundo eixo. Trata-se, portanto, de pensar a cidadania a partir da compreensão do dizer como instaurador do Ser, tendo como método a fenomenologia-hermenêutica.

DROGAS: REPRESENTAÇÕES PICTÓRICAS DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES

Alberto Carlos de Souza

Estudo exploratório tendo como objetivo conhecer as representações que adolescentes de uma escola pública de um bairro de periferia, próximo à região portuária do Município de Vila Velha-ES, detêm sobre as drogas. A amostra do estudo constou de 75 alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e o trabalho de campo foi realizado através da construção de representações pictóricas sobre o tema drogas. A análise de conteúdo dessas representações pictóricas norteou a criação das categorias analíticas do estudo. Os resultados evidenciaram que a representação de drogas como produto foi a categoria mais freqüente, destacando-se como primeira referência o tabaco (31 menções – 41,3%), seguida de álcool e maconha (ambos com 29 menções – 38,6%). Um conjunto de 23 adolescentes (30,6%) associou drogas à idéia de uma mão espalmada, com expressões que denotavam uma atitude negativa ao consumo das mesmas. As demais representações pictóricas deram conta de situações do cotidiano daquela comunidade, tais como o tráfico, a pressão dos amigos, o baile funk e uma inusitada situação: latinhas cheias de maconha, trazidas pela maré. O autor considera que a situação de extrema pobreza do bairro, associada à falta de opções de lazer e à proximidade com o porto, caracterizam a região como de grande risco social para os adolescentes. Neste sentido, recomenda a adoção de uma política pública mais efetiva na proteção daqueles sujeitos.

EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE ISLÂMICA DE CUIABÁ/MT: RELIGIÃO E IMPLICAÇÕES CULTURAIS

Gelice M. Lemos do Prado, Manoel Francisco de V. Motta

Com aproximadamente 14 séculos de existência e uma legião de fiéis superior a 1,3 bilhões, a religião islâmica já pode ser considerada a segunda maior religião do mundo. Muhammad ibn Abdalah, fundador e principal líder religioso do Islã, deixou aos seus seguidores, todas as mensagens a ele reveladas, no livro sagrado dos muçulmanos, o Alcorão. A consolidação da primeira comunidade dos seguidores do profeta se deu após a construção, na cidade de Medina, da primeira Mesquita. Ali, Mohammad reunia seus fiéis e lhes transmitia o conteúdo do Alcorão, além de se ensinar literatura, gramática, poesia e aritmética. Segundo Jamil Ibrabim Iskandar, as mesquitas foram o

berço das escolas árabes, visto que possibilitou a transição da sociedade árabe da tradição oral para a tradição escrita. No Brasil, assim como em todo mundo, as mesquitas representam um templo sagrado para os muçulmanos, onde além de se proferir as orações obrigatórias a todos os fiéis, são realizadas estudos da língua árabe e de religião. Vitória Peres de Oliveira, afirma que a comunidade muçulmana brasileira é formada por imigrantes árabes e seus descendentes. Em Cuiabá essa constatação não se difere. A “Comunidade Beneficente Muçulmana de Cuiabá” fundada em 08/04/1972, concentrou seus esforços na construção da mesquita, inaugurada, mais tarde, em 16/07/1978. Hoje, a comunidade, conta com cerca de 150 famílias, apesar do número de muçulmanos, a difusão e o conhecimento acerca da cultura histórica desta comunidade, ainda são caracterizadas de forma um tanto quanto tímida, com pouca visibilidade e expressão, no restante da sociedade. Este trabalho de pesquisa pretende investigar como a comunidade islâmica de Cuiabá, vem atuando para realizar a formação de seus jovens, buscando manter as tradições culturais e religiosas. É provável que a formação destes jovens muçulmanos se dê fundamentalmente na mesquita e na família. Esta afirmação inicial está fundada no entendimento, que é a mesquita e a família o espaço formador, por excelência, da cultura e da tradição muçulmana. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, está vinculada ao Projeto “Educação da Juventude em Mato Grosso: Impasses e Perspectivas Político-Pedagógicas”, e utiliza os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e estudo bibliográfico da literatura específica sobre o tema e da a questão da juventude; seleção de jovens muçulmanos para aplicação de entrevista semi-estruturada e análise das entrevistas. (Apoio: CAPES)

EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE

Valéria de Moraes Vicente Moreira

No primeiro bimestre do ano letivo propus aos alunos, do colégio estadual em que trabalho como professora de Sociologia, que apresentassem seminários sobre temas abordados por editoriais de jornais diários. O objetivo era levá-los, em primeiro lugar, a identificar a opinião do jornal sobre o tema e, em segundo lugar, a formular sua própria opinião. Partindo do pressuposto que a opinião, como senso comum, e, portanto, forma de conhecimento da realidade, está relacionada ao processo de construção do sujeito. Ao final, ao avaliar a atividade com os alunos, numa das turmas os alunos apoiaram a iniciativa, mas afirmaram que gostariam de discutir temas diretamente ligados ao seu cotidiano como sexo e drogas. Levando em consideração, em primeiro lugar, que os professores da área de Ciências Humanas do colégio estavam organizando um sá-

bado pedagógico para discutir os temas transversais “juventude”, “violência”, “sexo” e “drogas”, e, em segundo lugar, que os temas que os alunos estavam interessados em discutir são tradicionalmente abordados pelos professores da área de Ciências da Natureza, mais precisamente de Biologia, ao tratarem da necessidade de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de uso de drogas, propus à turma que realizasse uma pesquisa, em Sociologia, sobre os temas “sexo” e “drogas”. Cada aluno entrevistaria os avós, os pais, o namorado ou a namorada e, por último, se auto-entrevistaria, utilizando três perguntas – primeiro beijo, primeira transa, primeira experiência com droga – e, posteriormente, em grupo, analisaria os dados levantados e montaria um painel para ser exposto no sábado pedagógico. As palavras-chave de cada pergunta indicam que a pesquisa teve como objetivo abordar os temas levando em consideração a subjetividade do entrevistador e do entrevistado. Os alunos receberam bem a proposta da pesquisa, tendo ficado visivelmente estimulados em realizá-la, certamente porque se constituía numa oportunidade de falarem sobre temas que de imediato tinham significado para eles, mas, ao mesmo tempo, mostraram-se apreensivos, inicialmente, quanto à reação dos pais e, posteriormente, quanto ao uso que seria feito das respostas. A experiência, bem sucedida, diga-se de passagem, devido ao interesse suscitado evidenciou, por um lado, a ausência de intimidade e, por outro, a necessidade de definir o lugar apropriado, a casa, espaço privado, ou a escola, espaço público, para tratar dos temas abordados.

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO MEIO UNIVERSITÁRIO

Viviane Silveira Ferreira de Lima (bolsista de iniciação científica, CNPq), A. B. Irineu (bolsista de iniciação científica, CNPq), M. A. Morgado (orientadora), M.F.V. Motta (orientador)

Temática cada vez mais freqüente em estudos acadêmicos e nos meios de comunicação, a juventude é freqüentemente caracterizada como “problema social” especialmente em relação à sexualidade, violência e toxicomania. No caso específico da sexualidade, as manifestações homossexuais do erotismo foram tratadas como desviantes até recentemente. Com a ascensão dos movimentos sociais na década de 60, as questões homossexuais tomaram novos rumos, adquirindo visibilidade política crescente. Enfoca-se, aqui, a homossexualidade no meio universitário. Em termos empíricos, a abordagem do fenômeno se deu através de dois estudos: a) o primeiro, identificou a visão de estudantes da

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que não se declaram homossexuais sobre a homossexualidade; b) o segundo, identificou as implicações político-pedagógicas da orientação homossexual nas relações socioacadêmicas de jovens estudantes da UFMT. Considerando que os “códigos culturais e as formas típicas de estruturação subjetiva mudam no percurso da história” (Barbero, 2003), a investigação no meio universitário é relevante porque adentra esse importante universo de socialização juvenil. Situada na perspectiva qualitativa, a pesquisa baseou-se em levantamento e estudo bibliográfico e na análise de entrevistas semi-estruturadas efetuadas com jovens estudantes na faixa de 16 a 24 anos. As entrevistas dos dois estudos enfocaram os mesmos temas: juventude, sexualidade e homossexualidade. As questões foram elaboradas para caracterizar os entrevistados, com seus valores socioculturais, consciência política e posição específica sobre a questão em foco. A análise das entrevistas com os jovens que não se declararam homossexuais mostra que, apesar do assunto ser mais discutido no meio acadêmico, suas opiniões divergem bastante: alguns se referem à homossexualidade como “opção e direito à liberdade de escolha de cada indivíduo”; outros a consideram uma “anomalia”. A análise das entrevistas com os jovens auto-declarados homossexuais mostra que a maior dificuldade que enfrentam é assumir sua orientação perante a família: em muitos casos, são encarados como doentes para os quais se busca, no tratamento psicológico e/ou na repressão, uma forma de fazer com que a pessoa “volte” a ser heterossexual; ressaltam, também, o preconceito de colegas mencionando tratamentos jocosos e freqüentes “piadinhas” de que são alvo. A articulação dos dois estudos permite concluir que, mesmo sendo um importante espaço de debate, a vida acadêmica dos entrevistados não parece interferir substantivamente nas suas posições sobre a homossexualidade – família e religião se mostraram mais influentes –, de um lado; de outro, não permitem uma convivência aberta e tolerante para escolhas eróticas homossexuais. (Apoio: CNPq)

EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE DA REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA – MATO GROSSO: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR

*Eliel Ferreira da Silva, Anna Maria Penalva Mancini,
Maria A. Morgado*

A presente pesquisa busca conhecer as perspectivas educacionais da juventude para o ensino superior da região do Médio Araguaia do Estado de Mato Grosso. Essa região conta com três instituições de ensino superior, sendo uma

pública e duas particulares. No total, oferecem cursos de diferentes áreas. Parte-se do princípio de que o acesso da juventude a esse nível de ensino vem se tornando a cada dia mais necessário, já que o atual mercado de trabalho exige pessoas com maior qualificação. O estudo investigou as implicações psicológicas e sociais das perspectivas ou falta delas na constituição do ser jovem na sociedade contemporânea. Esse trabalho pretende contribuir para discussão de questões presentes na sociedade com relação ao processo educacional da juventude. Utilizou-se de abordagens qualitativas e quantitativas com levantamentos estatísticos do número de: instituições de ensino superior, cursos e vagas oferecidas, alunos por curso, relação cursos e aluno freqüentes, jovens do ensino médio das escolas públicas e privadas, e entrevistas com os jovens do ensino médio e superior da cidade de Barra do Garças e revisão bibliográfica sobre o tema. Os dados revelaram que o número de vagas oferecidas pelas três instituições de ensino superior da região atende, apenas, uma média de 7% da população egressa do ensino médio. No entanto, nem essas vagas estão sendo ocupadas nas instituições particulares, enquanto na pública as vagas são preenchidas na sua totalidade. Nas entrevistas, a insatisfação e a incerteza de nossos jovens em relação aos cursos oferecidos e a insegurança de deslocar-se para outro local para cursar uma faculdade foram aspectos relatados pelos jovens. Os dados obtidos conduzem a uma reflexão sobre a juventude, já que se considera que é um momento no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais e do modo de inserção na estrutura social vigente. Nesse sentido, constata-se que a juventude frente aos propósitos da sociedade contemporânea enfrenta diversos conflitos de ordem psicológica, social e educacional. (Apoio: FAPEMAT/UFMT)

ESCOLA E JOVENS GUEIS POBRES VULNERÁVEIS AO HIV

Nilton Poletto Pimentel

A epidemia do HIV/Aids foi produzida e está ainda ligada fortemente, não à sexualidade de maneira abstraída, mas às formas socialmente discriminadas de práticas sexuais, tidas como “erradas”, “desviantes”, “perversas”, e a epidemia serviu e serve a recursos discursivos de controle e intervenção sobre a vida sexual de pessoas. Foi a partir dessa afirmação que me empenhei no curso de mestrado em compreender algumas particularidades enfrentadas por jovens gueis pobres no contexto atual da epidemia. No programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolvi um trabalho de pesquisa com jovens gueis pobres moradores em um bairro da periferia do Município da Serra, região metropolitana da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo. O objetivo do trabalho foi buscar levantar e analisar discursos nesses

jovens, que desistiram da escola ainda no ensino fundamental, que corroboram a vulnerabilidade deles frente à epidemia do HIV/Aids. Utilizando-me da técnica de observação e de entrevistas semi-estruturadas, procurei descrever e analisar os discursos dos jovens acerca de suas relações e vivências em tempos de aids. Desde suas vivências escolares, passando pela família e suas sociabilidades, uma gama de situações foi explorada em suas falas. Nisso procurei demonstrar que tais enunciações têm implicações tanto sobre as condições materiais de existência nas quais eles vivem hoje, bem como a maneira como se percebem em risco de contrair o HIV/Aids e sua ligação com suas percepções sobre o que é ser um “homossexual”. Utilizei-me do conceito de vulnerabilidade, que hoje demarca as análises dos fatores sociomateriais que fazem com que diferentes grupos sociais estejam diferentemente mais suscetíveis de contraírem o HIV. O intuito do uso desse conceito, também, foi balizar os percursos das três linhas paradigmáticas que foram sendo produzidas ao longo dos 20 anos de epidemia: grupo de risco, comportamento de risco e vulnerabilidade. Descrevi e analisei os discursos dos jovens com quem estive, procurei a partir deles ir tecendo movimentos em direção tanto aos enunciados produtores de interdições morais, bem como as linhas de fuga e resistências em suas falas. Juntamente com considerações acerca de nossas produções escolares diante da questão em estudo, distendi sobre a capacidade de subjetivação dos discursos. Usei como ferramenta principal de análise a noção de discurso de Foucault. Concluí que muito dos aspectos da vulnerabilidade ao HIV/Aids dos jovens estavam relacionados com a produção discursiva material que emergiu com a moderna *scientia sexualis* do século XIX (Foucault, 1988), sobre os critérios de julgamento moral de práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo biológico e que atualizam-se em diferentes espaços por onde viveram e vivem, tendo a escola como espaço privilegiado. (CNPq)

FALA JOVEM! A VOZ DA SAÚDE NO RÁDIO

*Isadora Severo Garcia. Co-autores Carmen Raymundo,
Bruno Martins, Pedro Dulci, Adalberto Bastos,
Vanessa Militão*

O Fala Jovem é um projeto de pesquisa e intervenção em educação e saúde, coordenado pela equipe do Programa de Atenção Primária do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA). O Núcleo desenvolve atividades de promoção de saúde e prevenção de agravos em espaços populares na cidade do Rio de Janeiro, através do projeto Juventude Carioca, patrocinado pela Fundação Kellogg. Segundo o último censo do IBGE (2002), o rádio é o segundo utensílio mais presente nos domicílios brasileiros. Alcança até lugares privados

de energia elétrica e continua sendo o meio de comunicação social mais acessível à população de baixa renda. A maioria de homens e mulheres de todas as idades ouve rádio por cerca de três horas diárias. Da mesma forma, o rádio tem uma grande audiência entre os jovens que escolhem suas emissoras preferidas, sobretudo, interessados em música, mas estão atentos a todo tipo de conteúdo. No entanto, as emissoras comerciais nem sempre investem em uma programação juvenil voltada para os seus interesses. Na 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, realizada este ano no Rio de Janeiro, ficou claro que os jovens querem mais que uma programação feita para eles, querem produzir também. Neste contexto, o Fala Jovem tem por objetivo promover a participação dos jovens em todas as fases de elaboração de programas radiofônicos de diferentes formatos e linguagens, com ênfase nos temas da saúde. O método deste trabalho envolve a realização de oficinas sobre produção radiofônica e encontros sistemáticos entre profissionais de saúde e jovens, comunitários e universitários, para a construção coletiva de um novo saber para um novo fazer em saúde e comunicação. Esta apresentação objetiva relatar a experiência de produção e transmissão de programas ao longo de seis meses em uma rádio comunitária. A oportunidade dos jovens exporem suas idéias em saúde para outros jovens demonstra que eles não apenas se apropriam dos conteúdos teóricos, como também passam a assumir uma postura crítica com relação às informações que lhes chegam no cotidiano, tornando-se mais atentos aos temas da atualidade de interesse da juventude.

FATORES DETERMINANTES NA PASSAGEM PARA A FASE ADULTA NA CONTEMPORANEIDADE

*Ana Carolina Molle, Ivna Matheus, Jeane Lucena,
Lianna Nunes, Livia Sobral*

Com base no discurso desenvolvimentista, há um único objetivo no processo de desenvolvimento humano: chegar à idade adulta. A chegada à vida adulta, considerada “madura” e “civilizada”, implica em certo “reconhecimento”, seja ele social ou pessoal. A partir dessas considerações, surge a proposta de investigar o que antecede a fase adulta e os fatores que determinam essa passagem, se é que, de fato, eles existem. Para se pensar esse assunto, há de se analisar a fase antecedente, a adolescência. Um fenômeno dos últimos cinquenta anos, ela é a passagem de uma infância que ainda não acabou para uma maturidade ainda não assumida. A espera imposta ao adolescente parece ser justamente o que o torna “inadaptado” e “imaturado”, visão corrente para o senso comum. Querem que seja autônomo, que persiga objetivos,

porém lhe recusam isso, pedindo para que se “prepare” melhor. O começo da adolescência é facilmente observável por ser marcado por mudanças físicas e fisiológicas ou, mais especificamente, a puberdade. Em contraponto, o final dessa fase não explicita pontos considerados marcantes ou visíveis, dificultando a determinação e reconhecimento de como e quando acontece tal rompimento. Na contemporaneidade, a definição de adulto seria a de um ser que chegou ao uso da razão, que atingiu a maturidade, independente, autônomo e com auto-controle das funções intelectuais e emocionais. No entanto, o que se pode observar, é que muitas vezes a realidade de um adulto não está intrinsecamente ligada a esses fatores, mas sim a fatores muito mais subjetivos. Dessa forma, a relevância dessa pesquisa surge através da observação de que nem sempre o que se diz caracterizar um adulto corresponde à realidade. Outro motivo extremamente importante para a escolha do tema, foi a constatação de que o processo de transição para esta fase, vivenciada por muitos jovens, tem como traço peculiar uma série de incertezas acerca da posição dos mesmos na sociedade, ansiosos por saber sob quais atitudes eles poderão tornar-se adultos. A presente pesquisa será realizada de forma qualitativa, baseada em entrevistas semi-estruturadas com jovens entre 18 e 25 anos e seus pais, todos representantes da classe média. As entrevistas serão gravadas com a autorização dessas pessoas, transcritas e analisadas. Com essa abordagem pretende-se averiguar a possível existência de contradições no discurso dos entrevistados acerca da definição do sujeito adulto. A análise do conteúdo relatado objetiva verificar a veracidade da hipótese proposta neste projeto: a transição para a fase adulta depende muito mais de um reconhecimento do outro e de si próprio do que de fatores concretos marcantes.

“FICAR”: UMA ETAPA NA SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE

Alexandre Monteiro, Aline Melo, Eliana Brito

Este trabalho tem por objetivo mostrar a diferença do comportamento dos adolescentes entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos em relação ao “Ficar” – definição de um relacionamento onde não há compromisso entre as partes, com objetivos de obtenção de experiências sensoriais, busca por prazer imediato, inserção em um grupo e exercício de sedução – e o que este relacionamento representa para esta fase. Foram escolhidas 3 (três) grandes e importantes centros urbanos em 3 (três) países, a saber: Rio de Janeiro, Brasil; Paris, França e Lisboa, Portugal. Este trabalho evidenciou diversos aspectos que afetam direta ou indiretamente o adolescente como: família, consumo, sexo, amor, corpo usado como um objeto estético, atração visual, importância do conjunto (roupa, adorno, maquiagem, etc.), inserção em um grupo social.

FUNÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA TRANSGRESSÃO JUVENIL NA TELA DA TV: PROGRAMA “CADEIA NELES” (CUIABÁ/MT)

Josiley Carrijo Rafael, Maria aparecida Morgado

Dentre os fatores que contribuem para o crescente aumento da parcela juvenil na prática de atos infracionais, Trindade (2002) classifica “a crise do consumo e a escassez de bens materiais, a iniquidade social, a quebra do modelo tradicional da família, a crescente mídia, a insuficiência da ação educativa, a predominância da moral hedonista e dos impulsos agressivos”. Porém, é dentro do cenário da miserabilidade que a violência e as práticas de transgressão de jovens apresentam os seus maiores indicadores, mas isso não descarta a grande participação dos outros níveis sociais em casos marcados pela violência. Contudo, a violência apresenta uma complexidade vasta de faces e origens, sua reprodução não permite uma única classificação em decorrência do contexto que exige uma análise aprofundada nas raízes de cada caso, tornando equivocada a formação de uma única visão, principalmente quando se refere às ações violentas de jovens. A televisão ocupa lugar estratégico na sociedade atual, possuindo elevada importância devido à sua rica possibilidade de contribuição educativa na formação continuada do seu público. O estudo de programas regionais de televisão, cuja pauta apresenta jovens submetidos a medidas socioeducativas, apresenta elementos importantes para a análise da formação da imagem juvenil apresentada pela transmissão jornalística. O sensacionalismo e a “espetacularização” (Morgado, 2001) das notícias são recorrentes nos programas televisivos de jornalismo policial: o mesmo é verificado no Programa “Cadeia Nelas”, em foco, transmitido pela TV Gazeta de Mato Grosso, que apresenta os adolescentes submetidos a medidas socioeducativas, como desajustados sociais, imagem negativa que se soma ao preconceito de que já são alvos. Desse modo, o Programa negligência os fatores que contribuem para o crescente aumento de atos infracionais da parcela juvenil, assim como as reais causas desse drama social. Na simplificação estereotipada da imagem de jovens infratores, a televisão descarta suas possibilidades educativas de interferência positiva na ampliação e consolidação da cidadania, com conteúdos que possibilitem o fortalecimento e o aprofundamento da democracia, através do combate das variadas formas de preconceito. Conseqüentemente, descumpre o compromisso de prestar serviço de qualidade à população, fundamentalmente no que se refere à relevância social da própria aplicação de medidas socioeducativas em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

GERINGONÇA, REDEMOINHO ARTÍSTICO – PROGRAMA SESC-RIO PARA CRIANÇAS E JOVENS

SESC-Rio

O *Geringonça* foi criado em maio de 2004 como um projeto dentro do Programa SESC Rio para Crianças e Jovens e desde então realiza-se na unidade do SESC Tijuca, tendo atendido cerca de 10.000 pessoas, dentre público e artistas. É composto atualmente por três sub-projetos: *Plano Geral*, *Amostra Grátis* e *Hoje Tem Sim Senhor*. Apresenta-se inicialmente como um projeto de cultura que tem como objetivo incluir a juventude no cenário artístico, descobrindo-se não apenas como público, mas principalmente como artista. Trabalha dinâmicas de sustentabilidade e participação, propondo a auto-gestão através do não cerceamento e da não coerção, tendo seus participantes atuando ativamente em todas as vertentes do projeto. Abrir espaço para a exibição de novos trabalhos e fortalecer a produção artística de uma maneira geral, é o foco do *Geringonça*. Uma reunião semanal com os interessados em participar da mostra é realizada para, coletivamente, serem montados os shows assim como todas as demais atividades do projeto. Essa reunião fundamenta o *Geringonça* uma vez que as decisões são tomadas em conjunto, confiando sempre no diálogo e na troca de idéias. Nesta reunião semanal, são selecionados trabalhos dos mais variados, pela equipe do SESC e por um grupo de jovens participantes. Busca-se a maior diversidade artística e estilística possível. Esse grupo é composto por cinco jovens vindos de dentro do projeto (das reuniões) que são chamados ou se candidatam a participar mais ativamente. Apóiam a montagem e organização das atividades, junto com a equipe do SESC Tijuca. No entanto, sua principal função é circular pelos meios culturais e buscar novos artistas para freqüentar as reuniões e mostrarem seus trabalhos. A cada três meses essa equipe é renovada, trazendo novos participantes. Além das atividades fixas, o *Geringonça* promove algumas oficinas esporádicas como oficinas de poesia, de graffiti e de fotografia. Com esse trabalho, o *Geringonça* pretende promover a rotatividade de atuações dos participantes dentro do projeto, podendo o artista ser público e também colaborador, se esta for a sua vontade. O enorme sucesso do *Geringonça* se deve ao envolvimento legítimo e espontâneo de seus participantes, que formam uma rede de relações, trazendo e compondo novos grupos artísticos dentro do espaço do SESC.

GESTAÇÃO E PARTO NA ADOLESCÊNCIA – UM ATENDIMENTO DIFERENCIADO NA SALA DE PRÉ-PARTO DANDO SIGNIFICADO AO ACOMPANHAMENTO OBSTÉTRICO

*Maria Elizabeth Castello Branco, Jôse Lane de Sales,
Lidiane Alves de Souza*

No momento do parto, inúmeros acontecimentos de ordem psíquica e emocional vão nortear o comportamento da adolescente gestante. O olhar e o acompanhamento do profissional do serviço de saúde mental são fundamentais para dar significado a esses comportamentos; seja na sala de pré-parto, durante o parto, ou ainda no puerpério imediato. O Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth (HMON) oferece às adolescentes gestantes não apenas consultas de rotina com obstetras, mas também um atendimento desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, que entre outras atividades, apresenta: pré-consulta, onde as jovens recebem informações e orientações sobre a gravidez e o nascimento do bebê; curso para gestantes e familiares, onde são ministradas aulas semanais sobre todo o processo de gestação, parto e amamentação; atendimento no Serviço de Saúde Mental, seja através de grupos semanais com musicoterapia, e/ou atendimento psicológico individual; consulta e orientação nutricional, e outros. Portanto, durante o período gestacional a jovem atendida no HMON e sua família mantêm um contato freqüente com os profissionais de diversos setores, o que possibilita a criação de um vínculo afetivo emocional com a Instituição, gerando maior segurança e aceitação dessa gravidez e fortalecendo durante o parto sentimentos positivos em relação a esse bebê imaginário. Observamos nessas adolescentes nos momentos que antecedem o parto e durante o mesmo, um comportamento diferente daquelas que não realizaram o pré-natal na instituição, indicando a presença de um vínculo mais seguro, não só com a equipe de profissionais, mas também com o novo ser que emerge e que fará parte do universo dessa jovem, evidenciando que a construção dessa relação inicial não se dá a partir do nascimento, porém muito antes do momento do parto e até mesmo antes da concepção. A atuação dos profissionais da Saúde Mental vai poder fornecer para a adolescente significados importantes dessa construção que vão ajudar no caminho que fará com seu filho.

GRUPO DE ADOLESCENTES: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DIFERENCIADO FRENTE À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Lilian Avilez Gonçalves, Rosa Alba Sarno Oliveira

A partir da constatação do aumento no percentual de gravidez até a idade de 14 anos, foi implementado no Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth um Programa de Assistência Multidisciplinar para as adolescentes. Neste contexto, em junho de 2003, o setor de saúde mental criou o grupo de adolescentes. Notamos que o atendimento psicológico individual, incluído na rotina do pré-natal, como mais uma consulta a ser cumprida, tornava-se pouco atrativo e distanciado da realidade das jovens e, portanto, não gerava nem mobilização nem interesse por parte delas em refletir ou questionar sua condição. Entendemos que a modalidade de grupo é interessante porque promove uma maior interlocução e reflexão entre as jovens, favorecendo a construção de recursos psíquicos para o encaminhamento de conflitos, dúvidas e ansiedades. Desse modo, elegemos como objetivos iniciais os seguintes pontos: viabilizar a elaboração das questões do universo da adolescente grávida; amparar através do grupo os conflitos apresentados no momento; avaliar e encaminhar a adolescente que necessite de atendimento individual; sustentar um espaço de troca de experiências com aspectos em comum e também muito particulares; e promover a interlocução entre as adolescentes e o seu grupo social. Buscamos, assim, possibilitar que a adolescente construa um saber próprio sobre a maternidade através de um trabalho subjetivo singular. Utilizamos como recurso metodológico reuniões semanais com técnicas de dinâmica de grupo e técnicas expressivas escolhidas e planejadas com o intuito de gerar mobilização e expressão por parte das jovens. Participam do grupo, adolescentes gestantes e puérperas, seus companheiros e amigos que estejam envolvidos com a gestação. Após um ano de implementação, constatamos o surgimento de outras funções do grupo que não previmos inicialmente e nos interessa avaliar. São elas: detectar problemas clínicos e encaminhar ao pronto atendimento médico; servir como referência para os jovens que não têm o lugar de futuros pais reconhecido mesmo após o nascimento do bebê; fazer circular pelo grupo social questões como a contracepção, sexualidade, cuidados com a saúde, relacionamentos e projetos de vida; divulgar o trabalho diferenciado do setor de saúde mental; e referenciar para o atendimento médico situações clínicas que aparecem no grupo sem serem assim reconhecidas.

IDEAIS DE MULHER: ESTÉTICA, VISÃO DE CORPO E DE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS VEICULADOS PELA MÍDIA ESCRITA EM REVISTAS DIRECIONADAS AO PÚBLICO JOVEM NO CONTEXTO BRASILEIRO: INÍCIO DA ANÁLISE DOS DADOS

Rosalina Carvalho da Silva, Cristiane Paulin Simon, Daniela Barsotti Santos

Os meios de comunicação em massa têm adquirido maior relevância na modernidade tardia, devido aos avanços tecnológicos que permitiram um aumento do número de informações que são difundidas para áreas geográficas mais abrangentes em menos tempo. Promovendo assim uma nova relação de tempo-espaço, possibilitando às pessoas mudanças freqüentes em suas constituições identitárias por necessitarem a cada momento rever suas posturas e posicionamentos. Os produtos da mídia são na maioria das vezes atrelados a valores econômicos, sendo considerados por Thompson (1990) como *bens simbólicos*. Tais bens são dotados de poder, pois atuam como difusores de ideologias pertencentes a grupos dominantes. Podemos considerar que esses bens simbólicos, como formas de poder, tornam-se divulgadores de modelos de comportamento e de padrões estéticos que atuam como fórmulas de sucesso nas relações interpessoais, numa sociedade globalizada e capitalista. Assim, torna-se importante estudar as ideologias subjacentes na mídia direcionada ao jovem, já que este se encontra em período peculiar de formação identitária. Desta forma, nosso objetivo é analisar como conteúdos relacionados aos ideais de mulher são veiculados pela mídia escrita, em revistas direcionadas ao público jovem no contexto brasileiro. Considerando-se os padrões estéticos, as visões de corpo apresentadas como ideais e comportamentos desejáveis nas relações de caráter afetivo-sexuais. Para isto selecionamos duas das principais revistas formuladas para o público jovem feminino: *Capricho* e *Todateen*. Escolhemos como abordagem metodológica o estudo qualitativo, fundamentado na epistemologia social. Para a coleta dos dados, seguimos as sugestões de Thompson (1990), e fizemos uma ampla leitura dos números das duas revistas publicadas no período de junho a dezembro de 2002. Selecionamos intencionalmente as seções e subseções cujas temáticas relacionavam-se com nossos objetivos. Deste modo, escolhemos seis seções da revista *Capricho* e quatro seções da revista *Todateen* como fonte de análise. Para iniciar a fase de análise, optamos pelo tema "preservativo". Este tema foi encontrado com maior freqüência nas matérias de duas seções de cada revista. Após sucessivas leituras das matérias, identificamos oito categorias de análise. Estas categorias se referem aos assuntos gerais em que o tema preservativo estava associado.

As categorias são: 1. Informações sobre uso e locais de distribuição ou venda de preservativos; 2. Início da vida sexual; 3. Prevenção de DSTs/ HIV e Aids; 4. Prevenção da gravidez não desejada e métodos contraceptivos; 5. Tipos de relações sexuais; 6. Relações de gênero; 7. Etiqueta sexual e 8. Contexto familiar. A análise encontra-se em fase inicial.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO A JOVENS COM HISTÓRIA DE FRACASSO ESCOLAR

Denise Cord, Mirelle Ferreira Cathcart

Este trabalho é fruto da implantação de um projeto de estágio e de extensão em psicologia escolar em uma escola pública, situada na periferia do município de Florianópolis/SC. Tem-se por objetivo intervir operativamente junto a sujeitos com histórico de repetência mínima de 2 anos em uma mesma série e que estejam cursando da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Incluiu-se na proposta de intervenção professores e familiares, por acreditar-se que é a partir da trama de relações sociais que o sujeito constrói histórias de sucesso ou de fracasso na educação escolar e que esta história, por sua vez, o constitui sujeito no mundo. Deste modo, tem-se que o fracasso escolar não é produção individual, de caráter meramente cognitivo, mas histórica, relacional, afetiva e institucionalmente construído. A modalidade de intervenção em desenvolvimento neste projeto visa resgatar aspectos do processo de constituição da subjetividade relacionados à produção das dificuldades escolares e do consequente engessamento da vivência subjetiva no contexto escolar. A metodologia utilizada, de cunho qualitativo e empírico, incluiu entrevistas individuais, familiares e fraternas, além de sessões ludoterápicas. Objetivou-se, com o uso destas ferramentas de coleta de dados, elaborar um diagnóstico psicopedagógico que servirá de base para intervenções futuras. As etapas desenvolvidas permitiram detectar alguns mecanismos individuais, familiares e institucionais recorrentes na construção das histórias de fracasso. Ao mapear-se estes mecanismos, elaborou-se propostas de intervenção continuada no sentido de fomentar um projeto psicopedagógico orquestrado conjuntamente por psicólogos, familiares, professores e especialistas, visando tanto o apoio psicossocial quanto a ressignificação – pelo sujeito e no contexto – dos aspectos que estão contribuindo para a obliteração do sucesso escolar e da construção da sua condição cidadã.

INVESTIGAÇÃO DE FATORES BIOPSIKOSSOCIAIS QUE INFLUENCIAM A RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES DE DROGAS

Camila Regina Faleiro da Silva

Esta pesquisa pretende investigar fatores socioculturais e psíquicos que possibilitam a recuperação ou não de dependentes de drogas, após o processo de recuperação nas comunidades terapêuticas. A delimitação desse objeto se deu principalmente em função do elevado índice de fracasso nesse tipo de tratamento, considerando que o sucesso só é garantido se o dependente conseguir se manter sob égide da abstinência. Essa reflexão se faz necessária, porque à medida que é proposta a identificação de fatores psicossociais comuns entre dependentes, se torna possível o levantamento de aspectos que podem colaborar para a criação ou intervenção de novos métodos de tratamento e novas formas de abordagem ao dependente de drogas, para aumentar assim o índice de sucesso. Para tanto, se faz necessário levar em consideração os fatores genéticos que predispõem o uso e abuso de drogas, associados por sua vez aos fatores desencadeantes, que são aqueles que mudam a cada momento. Com isso, pode-se dizer que a dependência surge através de uma mistura de causas culturais, psíquicas e orgânicas e da droga em si. As transformações que vêm ocorrendo tanto no plano social, político e econômico nos últimos anos, assim como a globalização, a flexibilização do mercado de trabalho, a competitividade e o individualismo, têm mudado as relações do sujeito com o mundo. Desta forma, um dos recursos mais encontrados na atualidade é o acesso às drogas lícitas e ilícitas, na busca de sensações que levem puramente ao prazer, mesmo que este seja temporário. E ainda, muitos dependentes buscam nas drogas uma possível saída para apaziguar as angústias e desesperanças das individualidades, provocado pelo mal estar na atualidade. Neste sentido, o uso e abuso de drogas atuam como um mecanismo de defesa e fuga frente às frustrações. A partir de todas as considerações feitas, pode-se afirmar que se faz necessário, não somente analisar sob uma ótica subjetiva os elementos que constituem um modelo de tratamento, no caso, as comunidades terapêuticas, mas também a forma com que um certo grupo, em especial os dependentes químicos se relacionam entre si. Ou seja, deve-se compreender as causas, primeiramente, para que seja possível posteriormente elucidar como o fenômeno da toxicomania adquire significados em certos grupos. Através dessa discussão, é possível, então, compreender os métodos de recuperação e sua eficácia.

ITINERÁRIOS ALIADOS – PROGRAMA SESC-RIO PARA CRIANÇAS E JOVENS

SESC-Rio

O SESC Rio, comprometido com a criação de um projeto de cidadania (e de cidade) onde as marcas de respeito às diferenças e às diversidades culturais e sociais sejam impressas, reconhece que respeitar e aceitar as diferenças não é suficiente. O desafio é desenvolver ações concretas tendo a diversidade como ponto de partida e de chegada, para que possamos produzir uma nova cultura. Potencializar as idéias e ações, promovendo uma permanente comunicação entre crianças e jovens e suas produções, pode ser um caminho. Ultrapassando os limites de uma ação imediata, aposta-se em um processo que seja a expressão do que é específico das diferentes infâncias e juventudes e suas necessidades. Sem perder de vista a realidade local, ampliando olhares para o universal. Itinerários Aliados, um dos projetos do Programa SESC Rio para Crianças e Jovens, como o próprio nome diz, pretende itinerar, circular, caminhar, conquistando aliados e difundindo idéias e práticas de que a arte, como expressão crítica e criativa do que sentimos, vivenciamos e desejamos do mundo, pode ser matéria-prima fundamental de reinvenção do cotidiano. Um projeto plural onde oficinas de música, circo, percussão, teatro e expressão corporal são desenvolvidas por meio de permanente diálogo entre linguagens, que se complementam e ampliam as possibilidades de ser e estar em um mundo com desafios tão complexos quanto necessários de serem enfrentados. Nesse percurso, o SESC Rio e o Grupo Cultural Afro Reggae, orientando as oficinas, são parceiros. Uma parceria que significa apostar no fortalecimento de grupos, instituições e movimentos comprometidos em contribuir para que as diferentes infâncias e juventudes, mais do que consumidoras, sejam produtoras de cultura e sujeitos de sua própria história.

JOVENS E A SUA PRÁTICA VOCAL APOIADA NAS MÍDIAS ELETRÔNICAS

Agnes Schmeling

Este pôster visa apresentar a pesquisa em andamento intitulada O canto intermediado pelas mídias eletrônicas: um estudo de caso com adolescentes, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação da Profa. Dra. Jusamara Souza.. A investigação aborda o canto apoiado pelas mídias eletrônicas e os processos de aprendizagem musical provocado por estes meios. Os jovens demonstram

através de seu repertório, o qual cantam, percutem, dançam e discutem, um grande envolvimento com a música. A música em suas formas de distribuição, acesso, produção, na diversificação de estilos e tendências musicais está vinculada ao desenvolvimento tecnológico. Do manuseio do rádio aos processadores digitais de som, a tecnologia se desenvolve oferecendo acesso e possibilidade de manuseio da própria música. Este desenvolvimento proporciona novas formas de produção e divulgação musical, bem como diversifica os modos de entretenimento e apropriação da música na sociedade. A relação dos adolescentes com a música através das mídias me motivou a esta pesquisa, na qual os jovens buscam sua forma de participação, execução e aprendizagem. A pesquisa tem como objetivo abordar o canto apoiado pelas mídias eletrônicas e os processos de aprendizagem musical envolvidos nesta prática. Investigar como as mídias eletrônicas têm provocado novas formas de um fazer músico-vocal e como adolescentes têm se apropriado da tecnologia para esta prática. As questões norteadoras da investigação são: Quais são as mídias eletrônicas disponíveis para os adolescentes? Quais destas são utilizadas para o canto? Por que eles utilizam as mídias eletrônicas para cantar? De que maneira os adolescentes o fazem? Que funções pedagógico-musicais exercem as mídias sobre as práticas músico-vocais dos adolescentes? Para participar desta pesquisa, procurei adolescentes envolvidos por um interesse comum, a prática vocal intermediada pelas mídias eletrônicas. Selecionei cinco adolescentes, entre 16 e 17 anos de idade. Os critérios de seleção basearam-se no hábito e interesse de cantar, na utilização de equipamentos eletrônicos em sua prática vocal e na disponibilidade em participar da pesquisa. A metodologia é um estudo de caso e as técnicas de pesquisa têm se concentrado em entrevistas espontâneas e focais e em observação direta (Yin, 2003). A coleta de dados está sendo registrada por meios de gravações em áudio e vídeo, fotografias e complementadas pelo diário de campo. As entrevistas são individuais e ocorrem nos locais escolhidos pelos participantes: em sua escola ou em sua casa.

JOVENS EM CONFLITO COM A LEI E INCLUSÃO SOCIAL

Carolina Con Andrades Luiz, Carolina Degani, Danila Schezzi Botelho, Fabiana K. Barboza, Leandro Gabarra, Maria Cecília Rodrigues de Oliveira, Marília Mastrocolla de Almeida, Thelma Peixoto, Wellington S. da Silva

O Projeto Atitude é um trabalho desenvolvido com adolescentes e jovens egressos de medidas sócioeducativas que manifestam o desejo de buscar novas alternativas de vida que evitem seu retorno ao Sistema de Justiça. O Projeto Atitude teve início em 13 de junho de 2002 e está baseado na experiência

de um grupo de estudantes de graduação e pós-graduação do Departamento de Psicologia e Educação da USP de Ribeirão Preto, que participava de um projeto de extensão universitária dentro da Febem do município. A proposta de um trabalho de apoio e acompanhamento, após o cumprimento da medida de internação, está apoiada nas falas dos adolescentes entrevistados durante a realização dos estudos de mestrado de alguns componentes dessa equipe. Assim, o projeto foi implantado como proposta piloto, inicialmente, com 12 adolescentes, num bairro da periferia da cidade, em parceria com o Programa Municipal "Ribeirão Criança" e a Fundação de Educação para o Trabalho (FUNDET). Diante dos excelentes resultados obtidos, o projeto recebeu apoio do Governo Federal, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para ampliar o atendimento para 45 adolescentes, em sede na região central da cidade. A equipe multiprofissional desenvolve atividades grupais e individuais, interdisciplinarmente, através de metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde, educação e cidadania. Dentre as técnicas utilizadas, merece destaque o acompanhamento terapêutico que favorece a autonomia, a participação e a emancipação pessoal dos adolescentes e jovens nas atividades cotidianas. Tal técnica procura resgatar a confiança de experimentar a utilização dos recursos que possuem, onde o acompanhante passa a ser uma referência importante no processo das identificações em curso. Ao longo destes dois anos de trabalho, obtiveram-se como resultados a inserção em atividades laborais e cursos profissionalizantes, o retorno à escola, a participação em atividades culturais e de lazer, o contato e a participação em eventos para a juventude favorecendo relacionamentos pautados na cultura pela paz, destacando-se, dentre todos, a não reincidência em medidas sócioeducativas. Acredita-se que com este trabalho é possível facilitar o processo de inclusão social destes adolescentes e jovens de forma digna e justa.

JOVENS EM PRAÇA PÚBLICA: UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCATIVA SOBRE DIVERSÃO E TRANSGRESSÃO

Maria da Penha Fornaciari Antunes, Maria Aparecida Morgado (orientadora)

Objetiva esta pesquisa entender o comportamento dos jovens que freqüentam a Praça Barão do Rio Branco em Cáceres/MT, aonde nos últimos anos vem ocorrendo um fenômeno que tem motivado conflito entre gerações. Em busca de diversão os jovens se concentram em locais, como ao lado da igreja matriz, utilizam carros de som e mesclam uma diversidade de músicas e comportamentos, como quebrar garrafas de bebidas. Essas manifestações juvenis, são vistas como agressivas à tradição da cidade calma e ordeira, e avaliações de

repúdio são matérias dos veículos de comunicação locais. Com a abordagem qualitativa de pesquisa e técnicas de observação e entrevista semi-estruturada, buscou-se verificar as opiniões dos jovens que freqüentam a Praça sobre o significado da música, da aglomeração, das reclamações dos moradores, apreensão dos carros de som e a quebra de garrafas nas calçadas e paredes da igreja. Em um resultado preliminar verificou-se que ao buscarem diversão os grupos se aglomeram em torno da música que parece expressar todos os seus sentimentos e gerar uma identificação espontânea própria dos grupos jovens conforme apontam Morgado e Motta (2003). Também porque os encontros acontecem sem nada estar previamente marcado. Acreditam que em qualquer lugar sempre haverá alguém incomodado e este espaço lhes pertence por direito. Sentem-se indignados com a apreensão dos carros, e que seus pais sejam incomodados. A responsabilidade pela quebra de garrafas é imputada a alguns que já ultrapassaram os limites da sobriedade. Em Cáceres, o crescimento populacional não foi seguido pelo planejamento de novos espaços. A Praça acaba sendo opção para todas as idades. Logo, os conflitos parecem decorrer de diferentes interesses culturais. Conforme Carrano (2003), “a juvenização dos espaços das cidades cria, em certo sentido, a consciência de que os jovens não vivem nas mesmas cidades que os adultos”. Nas manifestações juvenis, parece haver um sentimento uniforme, abstrato, imponderável, invisível, mas talhado sob medida para cada um. É claro que cada um pode imaginá-lo diferente, pois todos prezam a liberdade e não abrem mão da individualidade. A música alta parece funcionar como uma espécie de terapia grupal, onde “a exaltação ou a intensificação de emoções produzidas em cada membro” (FREUD, 1969) dissipa as preocupações do cotidiano. Este trabalho vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Educação e Juventude em Mato Grosso: impasses e perspectivas político-pedagógicas desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Educação, Jovens e Democracia” IE/UFMT, na intenção de contribuir para os estudos sobre jovens de classe média/alta.

JOVENS TOXICÔMANOS: DESAFIO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE

Daniela Benzecry, Denise Lima

O conhecido problema de adesão ao tratamento das toxicomanias parece se agravar quando se trata dos pacientes mais jovens. Reconhecendo esta dificuldade é que foi criado um programa específico que atende a clientela de 19 a 29 anos. Pretendo aqui mostrar como o trabalho vem sendo realizado, bem como as dificuldades encontradas que proporcionam nossas reflexões e a busca de novos caminhos. Programa Adultos Jovens – objetivo: tratar e

(re)integrar jovens que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas oferecendo programa terapêutico diferenciado que possibilite um olhar voltado especificamente para as questões desta clientela. Favorecer a identificação necessária aos trabalhos em grupos e conseqüentemente a adesão ao tratamento. Plano terapêutico: individualizado, buscando atender as necessidades específicas de cada paciente. Primeira fase. Grupo de apoio: duração aproximadamente de um mês, ocorre uma vez por semana. Objetivo: promover adesão dos recém chegados, informar sobre efeitos nocivos do abuso de drogas, inserção na unidade através do esclarecimento quanto às regras de funcionamento institucionais, promover atitude crítica diante do fenômeno da toxicomania. Segunda fase; duração de 3 a 6 meses, geralmente três vezes por semana. Objetivo: promover informação, motivar adesão, capacitar o sujeito a desenvolver recursos próprios para se manter afastado das drogas bem como implicá-lo no seu ato reconhecendo e articulando-o a seus sentimentos e suas motivações. Desenvolver capacidade de cuidar-se buscando também valorizar sua participação como sujeito integrante no meio social. Terceira fase: grupo de psicoterapia: Aproximadamente um ano com duas sessões por semana. Objetivo: fazer emergir conteúdos subdito na fala do sujeito, implicá-los em todos seus atos, explicitando as causas de suas queixa, buscando o reconhecimento e o direcionamento de seu desejo. Trabalhar questões relacionadas à alta. Rotina: café da manhã/ grupos/ almoço. Atendimentos individuais. Atendimento familiar realizado com o grupo de família de adultos. Características gerais da clientela: consumo de drogas na começo da adolescência e as conseqüências para o início da vida adulta sob o ponto de vista social e psicológico. Conclusão: o objetivo principal está sendo alcançado, restando ainda alguns desafios que aos poucos podem ser superados, principalmente com a construção de uma rede de assistência.

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Raisa M. P. Ojala

O pôster será uma apresentação do projeto de pesquisa de doutorado cujo objetivo é o de entender a relação entre os projetos de vida dos jovens estudantes e as visões políticas e econômicas influenciadas pelos processos globais. A pesquisa será realizada no período de 2004-2008 no Distrito Federal do Brasil. O grupo-alvo da pesquisa são os jovens estudantes, entre 18-24 anos, que cursam graduação em alguma instituição de educação superior. Na primeira etapa, será feita uma análise sociocultural através de questionários para mapear a heterogeneidade do campo da educação superior. Os variáveis como sexo, estado civil, curso, instituição, renda e habitação servem para compor

o perfil dos jovens estudantes. Uma vez traçado este perfil, a segunda etapa é a de realizar entrevistas com aproximadamente 60 jovens para aprofundar o conhecimento qualitativo da juventude estudantil principalmente do ponto de vista de estilos de vida e projetos de futuro. O interesse principal é pelo consumo cultural, atividades extracurriculares, atitudes e valores. Por último, estes dados serão reunidos numa análise teórica sobre a relação da percepção dos jovens da sua vida com a visão política. A hipótese é a de que os estilos de vida e os projetos de futuro dos jovens estudantes são influenciados pela globalização do consumo cultural, porém, ao mesmo tempo, as atitudes são ligadas às tradições locais. No nível estrutural, as políticas públicas quanto a educação superior são, também, caracterizadas pelos processos globais. A situação econômica e decisões políticas terão conseqüências no futuro dos jovens estudantes. Através desta pesquisa procura-se entender não só a relação estrutura – prática como também o processo de formação de projetos de futuro dos jovens. Para tanto, é interessante pesquisar variáveis não tão pesquisadas como estilos de vida. Várias pesquisas têm explicado como sexo, origem étnica, origem socio-econômica, curso escolhido etc. causam desigualdade no nível superior. Porém, nesta pesquisa o foco é o de analisar como os fatores culturais e escolhas cotidianas afetam a vida dos jovens. Os jovens parecem ser um grupo que se adapta com mais facilidade às mudanças trazidas pela modernidade, portanto, eles formam um alvo de pesquisa interessante principalmente no Brasil onde não há muitas pesquisas realizadas sob este ponto de vista.

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE JOVENS HOMOSSEXUAIS EM ESCOLAS PRIVADAS (CUIABÁ, MATO GROSSO)

Meire Rose dos Anjos Oliveira, Maria Aparecida Morgado

Este trabalho pesquisa jovens homossexuais de classe média em escolas privadas de ensino médio em Cuiabá, Mato Grosso. Os padrões de vida sexual são resultados de processos histórico-sociais e culturais onde classe e comportamento sexual estão ligados, como se vê em manifestações contemporâneas do erotismo como é o caso da homossexualidade. A homossexualidade decorre da articulação dos mencionados processos históricos-sociais e culturais e fatores psicológicos, com destaque para a identificação, resultando no desejo de se vincular emocional e sexualmente a alguém do mesmo sexo. Pode-se dizer que uma sociedade determinada educa novas gerações em função da visão idealizada que tem do erotismo humano. Na Idade Média a homossexualidade

foi considerada heresia; com o nascimento das ciências modernas, foi considerada um desvio suscetível a tratamento médico. Na juventude, o interesse erótico passa a ser socialmente permitido e sua prática consentida: a escolha amorosa eclode. Na homossexualidade, a eclosão do erotismo, traz conflitos mesmo contemporaneamente, quando o Movimento dos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros já conquistou importantes avanços políticos e jurídicos. A experiência no cotidiano de sala de aula despertou interesse em pesquisar jovens homossexuais a fim de conhecê-los melhor e de tentar oferecer aos educadores elementos para intervenção pedagógica menos preconceituosa e mais tolerante. Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolvem revisão bibliográfica, escolha de jovens homossexuais no ensino médio de duas escolas privadas, entrevista, estudo bibliográfico e análise. Constatou-se, que os professores enfrentam dificuldades no manejo escolar quando estudantes abertamente homossexuais são discriminados por colegas, o que acarreta prejuízos à aprendizagem desses jovens discriminados e na interação deles com colegas e professores. No ensino médio, a questão reveste-se de relevância substantiva: educar em relação à homossexualidade permite que os jovens não sejam estigmatizados por suas escolhas eróticas.

JUVENTUDE E PROMOÇÃO DE SAÚDE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO ESPAÇO COMUNITÁRIO

*Adriana Samuel da Silva, Bruno Alves de França,
Fernanda Graneiro Bastos, Livia Figueiredo Pequeno,
Ronaldo da Silva*

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de ser promotor juvenil de saúde em espaços comunitários, enfocando os limites e possibilidades a partir das atividades desenvolvidas, com o intuito de fomentar a participação e mobilização juvenil na construção e fortalecimento de políticas públicas para a juventude. Esta experiência de participação juvenil ocorre num programa desenvolvido pela Atenção Primária do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente, denominado Saúde e Cidadania no Espaço Escolar. Atua na área da saúde do adolescente escolar, trabalhando numa perspectiva de promoção à saúde em escolas públicas do Complexo do Morro dos Macacos. A participação de jovens multiplicadores, Promotores Juvenis de Saúde, é de fundamental importância nas atividades desenvolvidas, atuando, efetivamente na construção, desenvolvimento e implementação destas. As atividades desenvolvidas são pautadas na educação em saúde, visando a participação ativa

dos jovens nas questões de saúde dos espaços em que vivem, como multiplicadores de informações, entendendo que, “(...) a Saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde”. (Brasil, 1986). A participação de jovens, enquanto promotores de saúde, traz grandes possibilidades quanto à necessidade de abrir espaço para o jovem, saber ouvi-lo, falar sua linguagem, pois em um trabalho para estes, nada melhor que outros jovens para trocar experiências, uma vez que passam pela mesmas descobertas, medos e anseios, em contextos socioculturais semelhantes. No trabalho de participação juvenil, observa-se que os promotores de saúde percebem melhor as demandas colocadas pelos adolescentes e, tornando-se referência no espaço comunitário, conseguem incentivar a inclusão destes na gestão de políticas públicas, potencializando as lideranças comunitárias. Tal trabalho, por ser desenvolvido em comunidade, apresenta limites que são enfrentados não só pelos promotores, mas também pela equipe multiprofissional do Programa. Dentre eles, podemos destacar a dificuldade de atingir todos os jovens, principalmente aqueles que não se encontram inseridos em nenhuma instituição; os contínuos episódios de violência que muitas vezes impossibilitam o trabalho e a dificuldade de construir uma rede entre instituições que realizam trabalhos na comunidade. A questão central deste trabalho é a construção da cidadania e da participação. E, as práticas desenvolvidas por estes jovens são, por um lado, de afirmação de direitos e participação política e, por outro, de criação e ação cultural.

JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL: OFICINANDO COM ADOLESCENTES

*Gislei Lazzaroto, Fábio Dal Molin, Simone Hüning,
Raquel Silveira, Deisimer Gorkzevski, Carolina Cassot,
Francisco Trindade, Camila Guaranha, Giovanni Andreoli,
Cleci Maraschin, Elisângela Zaniol*

O objetivo do projeto “Juventude e vulnerabilidade social: oficinas com adolescentes” é integrar a UFRGS e os Oficineiros Populares que atuam, no Bairro Restinga, com a finalidade de dar visibilidade, contribuir com a capacitação, promover interações baseadas na cooperação e na autogestão e potencializar ações no contexto de políticas públicas. O processo ocorreu em quatro etapas: contrato com a comunidade, realização de reuniões para que os oficineiros relatassem suas experiências e refletissem sobre suas atuações e necessidades, uma visita à universidade e realização de oficinas com observa-

ção e registro das equipes de Oficineiros e da Universidade. Nesse processo, ressaltamos que as experiências e reflexões das vivências dos oficineiros também proporcionam espaços importantes de análise e intervenção nas práticas de professores e estudantes universitários. Uma das características do projeto é seu caráter transdisciplinar e interinstitucional, pois envolve professores, graduandos e doutorandos das áreas de sociologia, comunicação, psicologia e artes visuais, da UFRGS, PUC e UNISINOS.

JUVENTUDE: "SER UM CORPO" OU "TER UM CORPO"?

*Aline Vidal Varela, Susane Vasconcelos Zanotti,
Vera Lopes Besset*

Foram realizadas entrevistas com jovens de 17 a 24 anos de comunidades carentes cujo roteiro contemplava temas que abordavam a relação dos jovens com a família e com ele próprio. O que nos chamou a atenção foi a incidência de respostas que se referiam exclusivamente a partes do corpo em perguntas sobre os jovens, sobre suas características positivas e negativas. Tais respostas nos fizeram refletir sobre o estatuto do corpo nesse jovem. Freud nos ensina que o sujeito vivencia a perda do corpo infantil a partir das transformações advindas da puberdade, que conferem a forma definitiva de sua vida sexual. Tal processo consiste na formação do sujeito que vai do despedaçamento do corpo à formação da imagem. Podemos pensar, a partir do ensino, que nesse momento o jovem vivencia um segundo *estádio do espelho*. Entendemos que, ao eleger uma parte de seu corpo para responder às perguntas: "Em você mesmo, o que você mais gosta?" e " Em você mesmo, o que você menos gosta?", o jovem toma seu corpo como referência para o "em você mesmo". Estaria o jovem, nesse caso, fazendo equivaler 'ser' e 'corpo'? Para pensar tal relação partimos do suposto que para um sujeito não se trata de "ser um corpo", mas de "ter um corpo". Todavia, levamos em consideração o contexto no qual as entrevistas foram realizadas. Nele, as relações são baseadas no sustento, na luta pela sobrevivência, não existindo espaço para o surgimento de uma dimensão propriamente subjetiva que é a do desejo. A dificuldade de simbolizar as transformações da vida, inerente a essa fase, tomam uma proporção maior nessas comunidades. Em nossa experiência, foi observada surpresa por parte dos jovens em se sentirem 'ouvidos' e também da equipe ao perceber a grande receptividade e interesse desse jovem em falar de suas questões. O trabalho clínico, nesse contexto entendido como um espaço de fala, pode criar condições para a resignificação e simbolização das relações do jovem consigo mesmo e com o mundo que o rodeia a partir das vicissitudes de suas relações com seu corpo.

JUVENTUDE NO ENSINO SUPERIOR E O INTERESSE PELO SABER A PARTIR DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Daniela Mendes Piloni. Co-autora Maria Aparecida Morgado

Na situação escolar, o processo de aprendizagem vai além do conteúdo ministrado em sala. Seu objetivo é estabelecer hábitos, estruturas mentais necessárias à apreensão do conhecimento e à vida social do educando. Conseqüentemente, a Educação não tem apenas a finalidade de delimitar se um conteúdo aprendido será lembrado meses mais tarde, mas, até que ponto aquilo que foi aprendido ajudará o aluno a resolver problemas novos e a enfrentar situações diferentes daquelas encontradas comumente em sala de aula. Esta pesquisa investiga se a relação do jovem estudante com o professor interfere na democratização do saber, dialogando com pesquisas que colocam a relação intergeracional, como crucial para o sucesso ou o fracasso da empreitada educativa em qualquer nível de ensino, levando em conta Freud (1914). A primeira fase da pesquisa compreendeu levantamento e estudo bibliográfico sobre a temática. Na etapa empírica optou-se por entrevistar alunos dos cursos de licenciatura da UFMT, considerando que os mesmos lidam com a problemática em foco, na condição de aluno e futuramente de professores. Serão ouvidos ainda, conforme o encaminhamento das entrevistas com os alunos, os professores desses cursos. Preliminarmente a pesquisa aponta a necessidade dos educadores levarem em consideração, além dos procedimentos didático-metodológicos, a relevância tantas vezes definidora da relação professor-aluno para o sucesso da empreitada educativa. Compreender o universo juvenil, destacando o interesse pelo saber, através dos processos psicossociais intergeracionais, permite mostrar como mostra Carrano, que o jovem só é jovem na "relação com".

JUVENTUDE: UMA QUESTÃO EDUCACIONAL E NÃO UM PROBLEMA POLICIAL

Maria Aparecida Morgado

Há mais de meio século discutem-se as conseqüências da utilização exacerbada dos meios tecnológicos na educação das novas gerações. Ao lado disso, a flexibilização acarretada pela tecnologia às relações de trabalho é reproduzida nas demais esferas da vida, produzindo uma espécie de esgarçamento dos vínculos sociais: na nova faceta do capitalismo, a função reguladora antes exercida pelo Estado e pelas instituições socializadoras é entregue à ilusória auto-regulação. O aparente afrouxamento dos controles sociais e a

aparente permissividade na educação acobertam uma pluralidade de controles advindos de todas as direções, mais severos ainda porque dissimulados enquanto tal e não identificáveis. Na dinâmica do inexorável determinismo, contra o qual nenhuma intervenção humana parece possível, a predominância do natural sobre o histórico-social impõe à subjetividade um padrão de funcionamento orientado para a descarga imediata de impulsos primitivos. Para a juventude, a ausência da mediação socioeducativa, da qual deriva o imediatismo psíquico, resulta numa vivência cujo impacto aterrador pode facilitar o caminho para ações anticivilização: entendida como problema social desde os anos 1950, essa parcela da população vem sendo progressivamente tratada como problema policial. A recorrente abordagem das questões juvenis sob a ótica policial, encontrada em estudos acadêmicos e em manchetes jornalísticas, é reveladora do tipo de intervenção sugerida por setores dos denominados formadores de opinião. Nesse contexto, não é casual que se espalhem pelo país, colégios estaduais administrados pela Polícia Militar e que a segurança de escolas e universidades públicas venha sendo entregue à Corporação. Também não é casual que a mortalidade juvenil, maior que nas demais faixas etárias, decorra predominantemente de homicídios com armas de fogo e que numerosos dos agentes dessas mortes integrem os quadros da polícia. Às novas gerações resta o injusto legado do abandono e sua incompreensível contraface punitiva: a mesma sociedade que se desincumbe da sua autoridade educativa, substituindo-a por designios naturais a-históricos, transfere à responsabilidade policial a tarefa de restabelecer o controle por meio da força quando a idealizada auto-regulação falha.

MAPEAMENTO DO NÍVEL DE INFORMAÇÃO SOBRE QUESTÕES REFERENTES À SEXUALIDADE, SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, DST E AIDS – UM ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE NITERÓI

*Ione Hasegawa Kassuga, Fatima Pereira Picanço Brasil,
Anne Caroline Souza Costa Fonseca (bolsista de
extensão – UFF)*

O projeto “Jovens e Sexualidade: uma proposta de ação participativa” vem sendo desenvolvido desde 1999 no Colégio Estadual Fernando Magalhães, Jurujuba, Niterói, tendo como objetivo promover reflexões sobre postura, crenças, tabus e valores a respeito de relacionamento e comportamentos sexuais. No ano de 2003/2004 realizamos uma pesquisa/intervenção com a aplicação de um amplo questionário tendo como finalidade mapear o nível de informa-

ção/conhecimento dos alunos sobre questões referentes à sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, DST e Aids, assim como analisar a situação de vulnerabilidade dos adolescentes frente a estas questões. Num segundo momento, realizou-se oficinas com as 13 turmas participantes da pesquisa para devolução dos dados, bem como para discussão de temas priorizados a partir da análise quantitativa e qualitativa dos resultados. Encontramos um percentual de 26,5% dos alunos do Ensino Fundamental e 41% do Ensino Médio que já se iniciaram sexualmente e concentra-se na faixa etária de 14 anos ou menos a idade referente a esta iniciação. Quanto ao uso da camisinha na primeira relação sexual, verificamos que mais da metade dos jovens (55,5%) do Ensino Fundamental, e 50% do Ensino Médio usaram preservativo e esta proporção se mantém nas demais relações. Segundo o levantamento, os jovens preferem adquirir o preservativo na farmácia por acreditarem ser de melhor qualidade. Relatam não confiarem na Unidade de Saúde/Programa Médico de Família quanto ao sigilo de sua vida sexual. Tal entendimento pode estar associado à proximidade dessas Unidades com as comunidades/famílias. Embora o nível de informação sobre a transmissão e a prevenção do HIV seja satisfatório, parece não ser suficiente para gerar nos jovens comportamentos preventivos e solidários e a análise dos questionários possibilitou identificar algumas questões importantes relacionadas a lacunas de informação, mitos e preconceitos. A dinâmica de discussão dos resultados da pesquisa oportunizou um espaço rico de trocas entre a equipe do projeto, alunos e professores da escola, apontando para a importância da formação de redes colaborativas de informação e apoio entre os vários segmentos envolvidos com a educação sexual, prevenção das DST e da Aids, fazendo-se imprescindível a ampliação desta troca junto aos serviços de saúde, buscando assegurar a atenção integral à saúde sexual e reprodutiva dos jovens por profissionais de educação e de saúde comprometidos e qualificados.

MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: O JOVEM E A FAMÍLIA

Carolina de Campos Borges, Maria Lúcia Rocha Coutinho

Pretende-se investigar como os jovens da atualidade percebem e participam das mudanças que ocorrem na família, através de discussões temáticas a serem realizadas com pequenos grupos de estudantes de uma escola particular da zona sul do Rio de Janeiro. Este trabalho situa os jovens como sujeitos ativos no processo de transformação das relações familiares na contemporaneidade. Considera-se que eles constituem uma geração que, por ser a primeira a crescer em um mundo tecnologicado e globalizado, apresenta caracterís-

ticas inéditas com relação às outras gerações. Os jovens serão submetidos a questões acerca das relações intergeracionais que se estabelecem no contexto cultural da contemporaneidade e como suas experiências se articulam à vida familiar, ou seja, como a vivência em um mundo tão conectado e fragmentado situa-se frente ao caráter tradicional que até então caracterizou as relações familiares. Parte-se do pressuposto de que as categorias de idade são construções históricas e, portanto, culturais e que a categoria de geração remete-nos não exatamente a categorias de idade, mas à vivência de determinados eventos por grupos de indivíduos através da qual suas trajetórias passadas e futuras são marcadas, determinando um modo distinto de ser, agir e pensar. A partir desse ponto de vista, acreditamos que as relações na família constituem um campo privilegiado para se investigar as mudanças e a permanência de padrões sociais e culturais, pois as diferenças que marcam o convívio entre os jovens, seus pais e avós dizem respeito a diferenças geracionais que não se inscrevem apenas no âmbito familiar, mas que caracterizam as relações na contemporaneidade de uma forma geral.

MUTIRÃO DA BOA VISÃO: INTERVENÇÕES DE UM GRUPO DE JOVENS PARA MEDIR ACUIDADE VISUAL EM CRIANÇAS DE UM BAIRRO DE RIBEIRÃO PRETO

Andreza de Souza Juliani

O PET-FMRP – Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – realiza atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo constituído por doze bolsistas e dois voluntários, alunos do curso de Ciências Médicas, sendo supervisionados por uma professora tutora. Desde 2003 o grupo realiza intervenção para medir acuidade visual de crianças residentes em uma área de Ribeirão Preto atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF) da FMRP-USP. Esta detecção precoce de problemas oculares é imprescindível pois sabe-se que a maturação do sistema visual ocorre até cerca dos três anos de vida. O objetivo principal foi identificar crianças residentes na área escolhida para realizar teste de acuidade visual e encaminhar para consulta especializada aquelas com suspeita de diagnóstico positivo de problema visual para o Serviço de Oftalmologia do Centro de Saúde Escola (CSE) da FMRP-USP. Outros objetivos incluíam providenciar lentes corretivas junto a um programa de oferta gratuita de óculos e estudar as alterações visuais mais frequentes nesta população. Iniciamos o projeto atendendo crianças de até 3 anos de idade e em 2004 a população estudada ampliou-se para todas as crianças de uma escola

pública de ensino fundamental. Todos os alunos foram capacitados através de aula teórico-prática ministrada por docente do Departamento de Oftalmologia. Através dos cadastros do PSF foram listadas e convidadas para exame todas as crianças com até 3 anos residentes na área. Realizaram-se seis dias de atendimento em fins de semana. Todas as famílias receberam até 3 convites e aquelas que não comparecem foram visitadas e devidamente orientadas. No “Mutirão da Boa Visão na Escola” estão sendo examinadas todas as crianças matriculadas no ensino fundamental. Aquelas que apresentam alterações oftalmológicas são encaminhadas para consulta especializada e se necessitam de lentes corretivas são encaminhadas para obtenção de óculos junto ao Programa de Assistência ao Escolar. Do total das 168 crianças até 3 anos da área, 98 (58%) compareceram ao exame das quais 15 (15,3%) foram encaminhadas sob hipóteses diagnósticas principais de lacrimejamento excessivo, estrabismo e obstrução do canal lacrimal. Das 370 crianças matriculadas na escola, 244 (70%) já foram examinadas e 44 (18%) foram encaminhadas ao CSE. Com o aumento da demanda de crianças para exame oftalmológico foram destinadas mais vagas no centro de referência para este atendimento.

NEM TRABALHADORES PRECOSES, NEM INÚTEIS PARA A VIDA: JOVENS POBRES E ONGS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

*Eduardo Antônio de Pontes Costa, Cecília Maria
Bouças Coimbra*

Ao creditar aos jovens, normalmente, a expressão sujeitos portadores de problemas, esquece-se que é a sociedade, de uma forma geral, que produz determinadas problemáticas que produzem a juventude. Basta atentar-se para a questão das gerações, peculiar no desenvolvimento das sociedades, ao concebê-la como seu objeto de preocupação e de intervenção. Pondo à parte questões de ordem temporal e espacial, entendemos que os desafios conceituais são complexos, e pretendem definir a juventude com critérios complementares e amplos, que não a evidenciam em sua pluralidade. Uma pluralidade que nos solicita um olhar específico, contemplador de duas dimensões fundamentais: o seu contexto histórico e suas vertentes culturais e locais. Sendo assim, compreender a juventude nos seus diferentes modos de existência, especificamente os jovens pobres, na cidade do Rio de Janeiro, é que este trabalho objetiva. Inicialmente, tenta situar como determinadas ações institucionais, de caráter profissionalizantes, vinculadas a uma educação não-formal e desenvolvidas por algumas ONGs, vão tendo seus discursos e práticas se naturalizando na

atualidade. Diante dessa suposta essência ou natureza da juventude pobre onde sobrepõem-se tais práticas, pretendemos apresentar, num segundo momento, algumas contribuições de Walter Benjamin. Este, ao construir uma teoria crítica da cultura e da modernidade, aponta para um outro conceito de história que não privilegiando uma imagem eterna do passado, nos permite pensar uma história da juventude articulada e narrada com sua experiência. Entender-se com essa experiência e na sua relação dialética, buscamos, por último, as contribuições de Paulo Freire que, numa perspectiva teórica do campo da educação, no seu sentido amplo, acredita na construção de experiências democráticas que ao propiciar espaços de participação, considera a liberdade e a criatividade como elementos potencializadores para os sujeitos expressarem os seus diferentes modos de existir no mundo. Referimo-nos, especificamente, aos diferentes movimentos de existência da juventude e sua relação com ONGs de formação para o trabalho.

O ABANDONO ESCOLAR DE JOVENS NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO NO ESTADO DO PARÁ, NO PERÍODO DE 1999-2003

Francisco Cláudio de Sousa Silva

O presente estudo tem por objetivo problematizar o tema do abandono escolar de jovens em uma instituição de ensino médio público, localizada em Itaituba, no Estado do Pará, região norte do Brasil, na Amazônia, na tentativa de compreender as seguintes questões: a) quem são os jovens que se evadem da escola (condições de vida, trabalho)?; b) como a direção da escola, os técnicos pedagógicos explicam a saída desses jovens do cotidiano escolar antes da conclusão do ano letivo?; c) o que dizem e pensam os professores sobre os jovens que se evadem da escola?; d) que motivos/dificuldades são apresentados pelos jovens como justificativas para saírem da escola?; e) que explicações as famílias dos jovens buscam apresentar para que eles abandonem a instituição escolar; f) é possível pensar em políticas educativas que minimizem o abandono escolar dos jovens? O referencial teórico da presente análise está sendo construído em torno de dois eixos temáticos: “políticas educacionais” e “políticas de juventude”. A opção metodológica tem como referencial a abordagem qualitativa da pesquisa, utilizando o “estudo de caso”. A escolha da bibliografia sobre políticas para juventude se justifica na medida em que o foco da pesquisa se constituindo em abandono/exclusão escolar no ensino médio estará lidando com a população de jovens, que ingressa na 1ª série dessa modalidade de ensino. O aporte teórico está sendo sustentado por autores que questionam a juventude como uma “fase de vida marcada” e, nesse sentido esclarecem que a evolução histórica das políticas para juventude esteve determinada pelos problemas de

exclusão dos jovens da sociedade. No campo das políticas educacionais o referencial teórico vem sendo construído a partir de autores que têm questionado a base economicista das reformas neoliberais implementadas na educação e, de acordo com esse parâmetro de eficiência social, a permanência na escola tem sido minimizada em relação ao acesso, evidenciando a ausência de políticas educativas preocupadas com a permanência dos alunos nos sistemas de ensino, entendida nessa discussão como uma garantia democrática. O estudo encontra-se na fase de seleção e análise do referencial teórico; na construção das categorias de análise; na fundamentação da metodologia da pesquisa. (Apoio: Fundação Ford)

O COMPORTAMENTO ADOLESCENTE NOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS ATRAVÉS DAS GERAÇÕES: O QUE MUDOU?

*Eduarda Larrúbia Franco, Monique Stony da Silva,
Pamela Abdon Guimarães Pimentel, Sthefani Nogueira
Saraiva, Nilma Figueiredo (orientadora)*

O presente trabalho foi elaborado tendo em vista a importância da abordagem dos relacionamentos amorosos na adolescência. Observando o comportamento de adolescentes em sua díade amorosa verificou-se uma falta de compromisso e uma “rotatividade” de parceiros, em ambos os sexos, inexistente há alguns anos atrás. A sociedade ocidental caracteriza-se por uma ideologia individualista, narcisista, hedonista, consumista e anti-social, onde a tônica é a falta de compromisso e a “intimidade não íntima”, o que leva o sujeito a uma insatisfação no relacionamento e a uma ambivalência em relação à sua escolha. Diante do exposto, este estudo pretendeu verificar o comportamento adolescente na díade amorosa através das gerações. A metodologia utilizada envolveu revisão bibliográfica a respeito do tema e a aplicação de um questionário misto em 160 pessoas das classes média e baixa, de ambos os sexos, todos moradores da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Os participantes pertenciam a quatro diferentes faixas etárias: de 12 a 17 anos; de 18 a 29 anos; de 30 a 49 anos e acima de 50 anos. Os resultados demonstraram que as gerações mais velhas, ainda que encobertas de valores tradicionalistas e de recalques, possuíam em sua adolescência pensamentos similares aos dos jovens atuais. Entretanto, havia uma liberdade infinitamente menor e a impulsividade não era tão presente quanto hoje. Houve mudanças conceituais significativas quanto à liberdade, igualdade de direitos para ambos os sexos, que muitas vezes surpreendem as gerações mais antigas por seu conteúdo “liber-

tino” e “promíscuo”. Percebeu-se que os adolescentes, em qualquer geração, buscam o mesmo em relação aos seus propósitos amorosos, ou seja, relações mais estáveis e duradouras. Concluiu-se que a coexistência de valores contraditórios se agrava pela valorização da igualdade e liberdade ao mesmo tempo em que intensifica a individualidade e a incomparabilidade dos indivíduos, massificando a todos, negando a alteridade. Faz-se necessário, portanto, uma discussão sobre os valores e comportamentos que são transmitidos aos jovens nas relações com os pais até os modelos veiculados pela mídia. A existência de valores contraditórios no esquema relacional amoroso, que apresenta-se como “moderno”, mas que em sua base encontra-se assentado em valores tradicionais, representa o paradoxo típico da modernidade: a busca por estabilidade, segurança na relação amorosa é a constante que contradiz o ideal consumista e descartável que permeia as relações atuais.

OFICINA DO BRINCAR

Maria Helena Camarinha Braz, Kathleen Cardoso, Gabriela Gordilho, Elizabeth Telles Rocha, Marluce Nunes Coelho, Ana Martha Wilson Maia, Eliana Pereira de Oliveira

O brincar é pensado, neste estudo, como a atividade, por excelência, do ser humano. Em qualquer fase da vida, representa, especialmente, saúde, educação, cidadania e criatividade. Neste recorte, enfocamos as primeiras fases da vida como básicas no erigir de todo indivíduo. Quem cultiva o brincar cultiva a vida e a qualidade da existência. A pesquisa ação-intervenção na oficina de recreação do Centro Municipal de Apoio Social Integrado – Cemasi/RJ está vinculada ao programa de prevenção e saúde primária da Unidade de Prevenção, Pesquisas e Atendimentos – UPPA busca, através do brincar, desenvolver interações entre o eu e o outro. Avalia a criança no seu contexto e inserção cultural e trata de veicular ações criativas, através da manipulação de diversos materiais, promovendo a reinvenção de objetos e situações. Abarca uma população entre oito meses e quatro anos de idade. Fundamentada na leitura Eriksoniana, relata vivências e crises referendadas nos estágios de confiança básica, autonomia e iniciativa. Esta inserção deflagra crianças guardadas, arquivadas e, aparentemente protegidas, durante seis a oito horas por dia. Emocionalmente regredidas, desconfiadas, chorosas, sem quase qualquer autonomia ou iniciativa. A metodologia quantitativa revela 57% de crianças com comportamentos amorfos; 32% entre choro e agressividade constante e 11% sem registros de comprometimento. Lacunas que resultam de um contexto familiar e institucional que não responde as necessidades das crianças, conduzindo a uma frágil e segmentada superação das crises

próprias, a cada estágio do desenvolvimento. Uma intervenção em parceria, nas oficinas do brincar e da família, aponta alguns progressos. Um programa junto às recriadoras mobiliza um processo de mudanças nas rotinas e no cotidiano da creche. Estes dados respaldam, portanto, a premissa de que qualquer intervenção precisa agenciar a todos os seus atores. Ações isoladas ou segmentadas demonstram respostas singulares e fragmentadas, de reduzido impacto no sistema, onde estão inseridas. Contudo, outros encontros, discussões e problematizações precisam ser agendados, como modelos alternativos de sustentabilidade, para nortear o cenário, deste programa de metodologia, primordialmente, qualitativa. Configurando prioridade aos espaços de crescimento e afirmação do ser, no interjogo do indivíduo e da coletividade.

O IMPORTANTE É COMEÇAR...

*Sérgio Alexandre Rainho Cervi, Fabrícia Beatriz
Leal Frazão, Leonardo Cabral*

Qual a importância do primeiro emprego na vida de um jovem? A partir de demandas sociais como esta, a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro exerce uma função catalisadora de estágios, trabalhando com um alto contingente de jovens atendidos pelos dispositivos dentro do Tribunal de Justiça, promovendo desta forma oportunidades de inserção no mercado de trabalho, abertura para novas perspectivas de vida, e consequentemente, incluindo os mesmos na vivência da cidadania. O objetivo deste vídeo é refletir sobre o cotidiano e as mudanças geradas na vida desses adolescentes, através da inserção dos mesmos em projetos desta natureza. Assim, o trabalho vincula-se à experiência diária de um jovem assistido por um desses programas ampliando sua perspectiva de integração na sociedade.

O LAZER E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE ADOLESCENTES E JOVENS: MAPEANDO BASES DE APOIO EM NATAL/RN

*Monique Brito, Magda Dimenstein, Andreína Moura,
Emanoel Lima, Rayanne Pereira, Vanessa Medeiros*

O desenvolvimento integral de adolescentes e jovens pode ser potencializado pela atuação das bases de apoio formais (instituições) e/ou informais (familiares e amigos) de uma comunidade. Dentre várias atividades que podem ser desenvolvidas por elas, estão aquelas relacionadas a temas culturais, esportivos

e de lazer, que são consideradas direito fundamental de cidadania para crianças, adolescentes e jovens de toda e qualquer classe social, de acordo com o ECA. Isso, no entanto, não faz parte da realidade da população moradora de bairros periféricos, ficando reservado somente às classes privilegiadas o direito de ter momentos de ócio e poder planejar o que fazer com eles. Através de atividades lúdicas se desenvolvem componentes motores, afetivos, cognitivos, morais, lingüísticos e sociais da personalidade humana (Manning, 1997). Outro aspecto refere-se à promoção da integração social dos moradores de uma comunidade, estimulando o convívio entre eles, que, na maioria das vezes, vivem em espaços domésticos reduzidos, não dispendo de recursos apropriados para a realização de atividades fora da comunidade. Realizamos uma pesquisa com o objetivo de mapear as bases de apoio de lazer existentes num bairro periférico de Natal e o trabalho desenvolvido por elas, além de verificar se a comunidade está informada sobre o funcionamento das mesmas. Para tanto, foram aplicados 382 questionários, contendo 189 questões, com alunos entre 13 e 24 anos de idade do ensino Médio e Fundamental II numa escola pública do bairro. Os resultados encontrados mostram que são escassos os programas para jovens, visto que apenas 37% deles conhecem algum grupo ou pessoa que desenvolve atividades culturais, esportivas ou de lazer na comunidade. Desses, somente 14% têm oportunidade de participar dessas atividades, sendo dança, futebol e capoeira as mais praticadas. Com relação a atividades não-periódicas, os passeios organizados e as gincanas foram os mais citados, ambos organizados pela escola, o que nos leva a pensar que nesse caso, que essa instituição é a única a oferecer esse tipo de apoio. Constatou-se também que conversar com os amigos é a atividade preferida por 68% dos adolescentes quando estão fora da escola e que 67% dos jovens participam ou participaram nos últimos três meses de atividades coletivas como grupo religioso, de quadrilha, de dança e torcidas organizadas, sendo estes os mais citados. Nesse sentido, observa-se que há pouco investimento público em direção ao desenvolvimento de atividades culturais e de lazer nessa comunidade, refletindo a falta de políticas eqüitativas em termos de bem-estar social. (Apoio: Fundació Càtedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears/Espanya)

O PAPEL DA TROCA DE EXPERIÊNCIAS NOS SENTIDOS QUE O JOVEM ATRIBUI AO MANGÁ

Andréia Cristina Attanzio Silva

O pôster pretende apresentar um recorte da análise das primeiras entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa: "Infância, Juventude e Indústria Cultural: sociedade, cultura e mediações" com jovens leitores de mangá, histórias em quadrinhos japonesas que vêm se constituindo como fenômeno de comu-

nicação de massa. A pesquisa em questão, da qual participo como bolsista PIBIC/CNPq, vem sendo desenvolvida na Faculdade de Educação da UERJ sob a coordenação da Prof^a. Maria Luiza Oswald. O Pôster focalizará o papel do Outro na produção de sentidos sobre o mangá. Essa questão vem emergindo dos depoimentos dos jovens que mostram que a troca de experiências que a leitura do mangá enseja é responsável pelo caráter de permanência que esse meio de comunicação acaba assumindo. O que eles apontam é que, como o mangá é, na maioria das vezes, compartilhado por uma comunidade de leitores, os sentidos a ele conferidos não se constituem isoladamente, mas por intermédio das interações entre os sujeitos. Apesar de reconhecerem o mangá como um produto com finalidade comercial, os entrevistados não atribuem às HQs japonesas a suposta condição de efemeridade que alguns críticos da Indústria Cultural conferem aos meios. Para esses jovens leitores, a leitura proveniente do mangá, num mundo pós-moderno em que tudo é passageiro, “fica, fica sim!” Como demonstra essa fala de um jovem entrevistado, o mangá permanece para além do momento exato da sua recepção. E, segundo ele, isso acontece, entre outros motivos, porque o mangá propicia a cumplicidade e o intercâmbio de experiências entre os jovens. Nesse sentido, tem sido possível interpretar que o consumo desse produto da Indústria Cultural não pode ser necessariamente identificado com a *cultura de vidro*, expressão de Walter Benjamin para designar o processo pelo qual a humanidade se esmera em passar pela Terra sem deixar marcas aos seus sucessores, em uma peregrinação empobrecida, rumo à exaustão da linguagem. Contrariamente, o mangá estaria ensejando a constituição de uma comunidade de interlocutores que, longe de se configurar homogeneamente, traz as marcas diferenciadas das inúmeras mediações que fazem com que cada jovem leitor de mangá traga para o outro sua própria experiência de leitura. A reunião dessas experiências é o que permite que o mangá “fique” ou que deixe marcas. (Apoio: CNPq)

ORIENTAÇÃO SEXUAL: MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS VERSUS ABORTO

Jorge Luiz Fortuna

Incitação ao sexo; aumento de adolescentes grávidas; abismo entre pais e filhos; poucas escolas que se preocupam com orientação sexual, incentivaram a realização deste trabalho, cujo tema é a sexualidade. A demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada e o risco da contaminação da AIDS entre jovens. Devemos fornecer aos adolescentes informações sobre diferentes métodos anticoncepcionais, assim como suas van-

tagens e desvantagens, fazendo com que sejam responsáveis na escolha do melhor método preventivo. Ao trabalharmos o tema métodos anticoncepcionais, tornou-se necessário aprofundarmos sobre aborto, já que muitos confundem aborto como método preventivo. Os próprios adolescentes vislumbram três soluções, que não são ideais: praticar abortamento; casamento forçado ou assumir, mesmo solteira, a gestação. Promovemos a reflexão e o debate sobre a sexualidade e potencializamos o senso crítico responsável sobre este tema, fornecendo informações em relação aos métodos anticoncepcionais, para escolhas responsáveis e prevenção das DST e da gravidez indesejada; conhecendo as conseqüências em relação ao aborto. As atividades aconteceram durante as aulas de Biologia, do 3º ano do Ensino Médio, no Colégio Estadual Santos Dias. Foram divididas em etapas: levantamento dos conhecimentos dos alunos sobre sexualidade e suas práticas; informações sobre morfofisiologia do aparelho sexual e métodos anticoncepcionais; júri simulado; culminância. Alunos reconheceram a importância do conhecimento da sexualidade e a necessidade de conhecer os melhores métodos preventivos. Dos alunos sexualmente ativos, 25,3% não utilizam nenhum método preventivo. A maioria concordou que o principal culpado do aumento de abortos entre adolescentes é a falta de informações sobre os métodos anticoncepcionais ou a irresponsabilidade por parte do casal, que praticam sexo sem usar nenhum tipo de método preventivo. Demonstrou-se aos adolescentes, a participação ativa e conjunta do homem e da mulher em relação à responsabilidade na escolha dos melhores métodos anticoncepcionais para o casal, enfatizando que não somente a mulher tem responsabilidades ao processo de controle de natalidade e gestação do casal. A solução para a gestação indesejada ou DST/AIDS é evitá-los, através do conhecimento, uso adequado dos métodos anticoncepcionais e prevenção dessas doenças. Quaisquer informações relacionadas à sexualidade, são importantes e devem ser oferecidas aos jovens. Programas de orientação sexual são fundamentais, pois permitem uma metodologia participativa de todos, fazendo com que o jovem escolha o seu próprio caminho.

OS JOVENS E AS DST / AIDS NOS CAMINHOS DA PREVENÇÃO

A. M Silva, M. T. R. Francisco

Após vinte anos do registro do primeiro caso de AIDS no Brasil ainda é oportuno investigar essa doença, visando identificar fatores que possam minimizar sua ação deletéria sobre a saúde pública de nosso país. A trajetória dessa epidemia é célere e mutante visto que há momentos de diferentes incidências em diferentes segmentos da população mundial. Doença de homossexuais, de

prostitutas, de usuários de drogas, de mulheres com parceiro fixo, de jovens ...?. Nenhuma destas perguntas merece, isoladamente, resposta positiva. A AIDS é uma doença democrática! Pode acometer qualquer indivíduo de qualquer segmento social. E... até agora, a única arma eficaz para combatê-la é a prevenção. Para consolidar a atitude preventiva é fundamental democratizar a informação e a educação para a saúde com enfoque específico para a questão. Uma das mais recentes constatações sobre a AIDS diz respeito ao "aumento do número de jovens infectados pelo vírus da AIDS apesar de campanhas educativas realizadas em vários momentos por iniciativa de vários organismos". E essas campanhas têm enfoque predominante sobre a prevenção!. Dessa forma, é apropriado trabalhar com esse segmento populacional para averiguar o que sabem, o que fazem e como se informam os jovens sobre a AIDS e sua prevenção. É disso que trata o presente trabalho. De caráter descritivo exploratório, pautado no método quali-quantitativo e cuja análise e discussão dos dados apoiar-se-á no multireferencial "enfermagem / adolescente / AIDS" pretende ao final, e com base nos resultados, sugerir ações afirmativas com participação efetiva da enfermagem para o cuidado com a saúde dos jovens e em especial para a prevenção das DST /AIDS. Este trabalho está sendo realizado com estudantes, de ambos os sexos, matriculados em escolas de ensino médio das redes pública e privada no Município do Rio de Janeiro.

O SUJEITO PERDIDO NA RUA: QUEM SÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DO DISTRITO FEDERAL E O QUE SABEM SOBRE OS SEUS DIREITOS?

Letícia Postiglioni Fontoura, Catarina Gomes Machado Castro, Jaqueline Tavares de Assis

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança e adolescente necessita da garantia de alguns direitos básicos para que seu crescimento ocorra de forma satisfatória. Esses direitos, descritos na Constituição Federal (Art. 228) e no ECA (Lei Federal 8069/90), estão ligados à manutenção de sua saúde, ao processo de escolarização, à convivência familiar e comunitária, à dignidade, à proteção contra toda forma de violência, etc. A vida na rua está, na maioria das vezes, associada a violações desses direitos. Este trabalho apresenta uma análise de um recorte de dados que se inserem no VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua das 27 capitais brasileiras, realizada pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) que contou com a parceria do PRODEQUI (Programa de Estudos e Atenção à Dependência Qui-

mica) da Universidade de Brasília para a coleta de dados no Distrito Federal, a qual ocorreu em outubro de 2003. A amostra foi composta de 93 crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 18 anos, considerados em situação de rua pela metodologia do CEBRID. O objetivo deste trabalho é mostrar a rua como espaço de risco para o cumprimento e tomada de consciência desses direitos. Contudo, priorizou-se a análise das questões com referência direta ou indireta aos direitos dessa amostra. Os resultados mostraram que 30% não lembram a data de nascimento, 76% pararam ou nunca estudaram, 77% já foram agredidos fisicamente pela polícia, 22% pleiteiam uma moradia, 53% não conseguem ajuda do conselho tutelar, 43% nunca ouviram falar do ECA e dos que ouviram falar 59% julgam não saber para que serve e, principalmente, 75% afirmam não conhecer seus direitos. Segundo estes dados, a situação de rua mostra-se criadora de uma legião de menores à margem da cidadania, sem família e escola, com baixa auto-estima e em processo de autodestruição. Além disso, ela impede a interiorização não só dos direitos, mas também de valores positivos tanto para o indivíduo quanto para a vida em comunidade. Estes dados demonstram que maior do que a discussão sobre a pertinência das leis contidas no ECA, é a forma como estas leis estão sendo implementadas e cumpridas. Nota-se também, que além de necessidades materiais imediatas é necessário suprir demandas afetivas, emocionais e proporcionar relações estáveis e de confiança a essas crianças e adolescentes.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE JOVEM NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA HORTA NA ESCOLA NA PERIFERIA DE MANAUS/AM

*Regina M. Fernandes Schneider(bolsista PIBIC/CNPq),
Maria Inês Gasparetto Higuchi*

Embora algumas iniciativas de mobilização juvenil estejam emergindo na sociedade atual, poucas se inserem em atividades que tenham a horticultura como meta de integração da escola e a comunidade. Este estudo teve a psicologia como uma das disciplinas que podem contribuir no entendimento de práticas sócio-ambientais causadoras de grandes impactos na natureza e no modo de vida das pessoas. Uma das maneiras de melhorar a relação pessoa-ambiente é a inserção de atividades de educação ambiental, iniciando-se na escola. Este estudo buscou investigar a dinâmica psicossocial de um movimento participativo integrando adolescentes da comunidade numa atividade de horticultura na escola. A pesquisa-ação foi o principal método adotado. As atividades eram desenvolvidas como proposta do projeto denominado Horta

Escolar. A estruturação do projeto contemplava duas atividades principais: um encontro semanal com a presença dos adolescentes, de estagiários-educadores e de pesquisadores convidados, com duração média de duas horas, ocorrendo na horta da escola, INPA e institutos/escolas especializados no cultivo, e a atividade de cuidado diário (regar, plantar etc) da horta da escola pelos adolescentes, revezando-se em forma de escala, acompanhados dos estagiários – educadores. O objetivo dessas atividades, além da capacitação técnica sobre horticultura e a educação ambiental, também buscava o desenvolvimento interpessoal dos jovens, apoiado no conhecimento de sua subjetividade. Os resultados caracterizam transformações positivamente graduais de atitudes, de valores, de formas organizativas e de expectativas, isto é dos aspectos psicossociais ocorrida com os adolescentes. A cooperação e solidariedade, a postura crítica, a apropriação e responsabilidade com atividades que têm um apelo coletivo, o interesse específico pelo plantio e cuidado com a terra foram salientes. A noção da utilidade da horta, que inicialmente se restringia a produção de alimentos, gradualmente foi modificada, passando a incorporá-la como possibilidade de novo *locus* de educação ambiental. Esses jovens se tornaram lideranças, otimizando o efeito do trabalho voltado para o grupo e constituindo-se facilitadores da via de acesso à comunidade. Verificou-se, então, que o desenvolvimento dos jovens analisados, apoiado no auto-conhecimento, na melhora da auto-estima e na utilização do potencial criativo levou à transformação social. Pôde-se concluir que uma atividade de intervenção educativa pode contribuir na formação de uma nova forma de pensar e agir sobre questões ambientais antes consideradas isoladas. Esse processo, entretanto, demanda tempo e uma postura educacional não tradicional, além de um conhecimento das necessidades psicossociais dos educandos, tentando trazer nesse processo educativo formas dinâmicas e inovadoras do trabalho participativo. (Apoio: CNPq / Rede Memória Natulalis)

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS AFIRMATIVAS: PROGRAMA DE PRÁTICAS ESPORTIVAS PARA JOVENS NEGROS NA CAPITAL CUIABÁ/MT

*Walfredo Ferreira de Britto, Manoel Francisco
de Vasconcelos Motta*

O objetivo desse estudo é o aprofundamento da reflexão sobre o processo educativo, na área de Educação Física, envolvendo a formação da consciência política, etnia, juventude e relações sociais. Nesse sentido, analisa-se a problemática apresentada no programa de atividade esportiva de formação pe-

dagógica da Secretaria Especial de Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, Programa “Bom de Bola, Bom de Escola”, no tocante a forma como esse trabalho vem sendo concebido e realizado, questionando-se, em que medida esse Programa tem formado esses jovens nos aspectos político-pedagógicos. Tem-se a hipótese de que os programas de atividades esportivas e de formação pedagógica, como o Programa Esportivo “Bom de Bola, Bom de Escola”, da Secretaria Especial de Desporto e Lazer da Prefeitura de Cuiabá, exploram apenas atividades físicas de suporte de sociabilidade, sem necessariamente concebê-las ou planejá-las como uma atividade de cunho político pedagógico, perdendo de vista as possibilidades de afirmação e inclusão sociocultural desses jovens negros, por meio da Educação Física. Do ponto de vista teórico a sustentação são tendências de orientação diferenciada que o tema Educação Física comporta: tendência biológica, a tendência psico-pedagógica e a tendência que se associa à concepção histórico-fisiológico. Estão sendo realizados ainda levantamento e estudo bibliográfico sobre educação, em perspectivas amplas, político-pedagógicas e sobre juventude, onde se procura focar o olhar para a juventude negra. Em um segundo momento será realizado mapeamento dos jovens negros matriculados no Programa “Bom de Bola, Bom de Escola”, elaboração de roteiro de entrevista semi-estruturada, seleção dos sujeitos para aplicação da entrevista. Esse trabalho está vinculado ao Grupo de Pesquisa “Educação, Jovens e Democracia”, que desenvolve o Projeto “Educação da Juventude em Mato Grosso: Impasses e Perspectivas Político-Pedagógicas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

PRÁTICAS EDUCATIVAS E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS COMO REFERÊNCIA DE INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS INFRATORES EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA

Elisa Maria Jorge da Cunha

O jovem envolvido com a criminalidade é uma questão crucial na contemporaneidade e sua inclusão social requer pensar nos campos de saberes: educação e trabalho. A linguagem, o pensamento e a ação dos jovens infratores demarcam seu território tornando-os sujeitos de sua conduta transgressiva. As práticas educativas e as medidas socioeducativas podem contribuir ou não para saída do jovem do mundo do crime. Cáceres/MT; faz fronteira com a Bolívia, e a região já é conhecida como um dos corredores para o tráfico de drogas e do contrabando. Em um quadro como este, é facilitado grandemente o ingresso de jovens em práticas transgressivas como: roubos, furtos, uso de

drogas, assalto e homicídios. Esta pesquisa investiga o processo pedagógico e social de jovens infratores em uma cidade de fronteira e sua possível inclusão social nas relações que estabelece com as práticas educativas. Esta pesquisa está trabalhando com dados coletados na Vara da Infância e Juventude do Fórum da Comarca de Cáceres; com processo de infração cometido por jovens no ano de 1997 com medidas socioeducativas. Em um segundo momento a pesquisa se torna qualitativa porque vamos entrevistar como estão estes jovens atualmente: se estão estudando, trabalhando, se constituíram família, se praticaram outros delitos (quais) e se usam drogas. Este trabalho está vinculado ao grupo de pesquisa “Educação, Jovens e Democracia” que desenvolve o Projeto Educação da Juventude em Mato Grosso: impasses e perspectivas políticos-pedagógicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

“PRÁ TROCAR UMA IDÉIA”: A EXPERIÊNCIA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO JUNTO AOS JOVENS DO PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA, (L.A. FEBEM-SP)

*Rodrigo Clemente Ballalai, Regina C. Paganini L. Furigo
(supervisora do Projeto)*

Trata-se de um projeto de extensão do Plantão Psicológico da Universidade do Sagrado Coração, Bauru- SP, em parceria com o Programa de Liberdade Assistida (L.A. FEBEM-SP). A Liberdade Assistida coloca-se como uma das alternativas para a abordagem jurídico-social de adolescentes com prática do ato infracional, levando-se em conta a capacidade do adolescente, as circunstâncias e a gravidade da infração (casos de ato infracional menos graves, como medida inicial, além de servir aos casos de egressos das medidas de internação e de semiliberdade, como etapa conclusiva do processo socioeducativo (IEE-SP/FEBEM-SP, 1999). Muito embora o Programa L.A. vise o atendimento integral das necessidades dos adolescentes, as crises e as demandas psíquicas emergenciais se sobrepõem, haja visto o contexto socioeconômico e familiar que os jovens estão inseridos. O que denota os elevados índices de reincidências na drogadicção, criminalidade e os acentuados casos de psicopatologias encontrados. A preocupação por uma atenção psicológica mais cuidadosa e individualizada dos educadores do Programa L.A., encontra no Plantão Psicológico, uma possibilidade interventiva de acolhimento ao sofrimento humano destes jovens. O Plantão Psicológico desenvolvido há três anos na Clínica de Psicologia Aplicada da Universidade do Sagrado Coração, viabiliza à comunidade “um atendimento do tipo emergencial – compreendido como um serviço

que privilegia a demanda emocional imediata do cliente – e que funciona sem a necessidade de agendamento, destinado a pessoas que a ele recorrem, espontaneamente, em busca de ajuda para problemas de natureza emocional”. (Cury, 1999). Consolidando-se a parceria entre Plantão Psicológico e L.A., percebe-se a abertura de um espaço continente para demandas emocionais dos adolescentes, prontamente atendidas e principalmente desvinculada dos trâmites judiciais, conferindo assim um encontro de respeito e sigilo. Conclui-se a necessidade premente da atenção pormenorizada destes jovens, possibilitando um espaço de livre expressão, uma escuta empática e o acolhimento imediato de suas dificuldades; objetivando através desse contato legítimo, a ressignificação e o cuidado com tais demandas.

PRISONEIROS DO AFETO: O ESTIGMA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DO JOVEM HOMOSSEXUAL MASCULINO

Ricardo Vagner de Paula. Orientadora Dagmar Silva Pinto de Castro

Este estudo tem por objetivo refletir acerca do estigma que permeia a identidade social do jovem homossexual masculino. A construção da identidade social é também caracterizada pelo gênero sexual e pelas manifestações afetivas que, através dele, se desenvolvem ao longo das experiências vividas do ser no mundo. Partindo deste paradigma, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, segundo a abordagem fenomenológica, com base na questão norteadora: – O que é para você ser homossexual e como esta questão se estabelece na formação de sua identidade social? – Através dela, os sujeitos expressaram livremente o sentido e o significado de sua condição de ser homossexual. Estes relatos possibilitaram a compreensão do fenômeno e desvelaram caminhos percorridos na trajetória pessoal e na interação destes sujeitos com o outro e o mundo. Respalado por estes discursos, por meio da Técnica de História Oral, foram levantadas unidades de significado, transformadas em categorias analisadas fenomenologicamente, através de diálogo com os teóricos: Goffman, Sartre, Foucault, Merleau-Ponty, Ciampa, Meihy, entre outros. O desvelar do sentido do ser homossexual traz à luz conflitos que permeiam as suas relações afetivas, de identidade social e de gênero, que se constroem entre o desacreditado e o desacreditável, bem como a compreensão do gueto como única possibilidade de lugar autorizado para expressão de sua identidade sexual e demonstração do seu livre afeto. Estes resultados apontam para a necessidade de uma Psicologia que apreenda a complexidade do fenômeno

estudado. Solicita uma aproximação da temática sem constructos explicativos e normatizadores da sexualidade. Requer a recuperação da sexualidade em seu sentido mais originário como forma de expressão humana. Aqueles que optam por uma orientação sexual ou outra possuem o direito de vivenciá-la com dignidade como cidadãos. Novos estudos para aprofundamento da temática se colocam como desafio a uma Psicologia que se quer comprometida com o ser humano em sua totalidade.

PROBLEMAS DA JUVENTUDE E SEUS ENFRENTAMENTOS: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Isabela Nery Lima, Marisa Antunes Santiago, Michelle
Villaça Lino, Roberta Maria Federico, Tatiana dos Santos
Borsoi, Hebe Signorini Gonçalves, Luciana Gageiro
Coutinho*

Representações sociais, na formulação de Denise Jodelet e Serge Moscovici, constituem uma totalidade significativa que agrega elementos cognitivos, ideológicos, normativos e afetivos; construídas nas trocas sociais as representações são permeáveis às transformações que têm lugar na sociedade. Dadas essas características, o conceito tem sido largamente utilizado como recurso de análise de fenômenos contemporâneos, pois permite apreender a intensidade, a fluidez e a abrangência das trocas sociais. Esse trabalho estuda as representações sociais de jovens acerca de seus problemas, e das formas de enfrentá-los. Foram analisadas 39 entrevistas de jovens entre 14 e 22 anos residentes na comunidade de Bom Retiro, em Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. É uma comunidade que tem como traço distintivo a ausência de referência ao tráfico de drogas, tão comum nas periferias dos grandes centros urbanos. Entre os entrevistados, a violência é representada como fenômeno cuja característica dominante é o traço interpessoal: é o consumo de drogas, associado a desvios das normas sociais, que induz o sujeito à violência contra seus pares; a violência associada à criminalidade, habitualmente dominante, tem importância residual sem grande impacto no cotidiano dos sujeitos, e não é associada ao tráfico. Nessa lógica, os jovens entrevistados entendem que a criminalidade deve ser enfrentada com maior policiamento, vale dizer por instrumentos de Estado, enquanto que a violência interpessoal requer a mobilização de recursos mais próximos do sujeito, entre os quais os mais importantes são a família e os amigos, cujo apoio é visto como fundamental. Familiares e amigos podem afastar o jovem das drogas e da violência, e são esteios para que o jovem consiga uma colocação no mercado de trabalho e constitua sua própria família, objetivos centrais em seus projetos de vida (Gilberto Velho).

A centralidade da família e do núcleo de amigos, e a importância de sua ajuda, faz com que eles sejam representados como a maior fonte de auxílio e também como fonte de problemas, já que sua ausência impede ou cria sérios obstáculos à realização dos projetos de vida. O estudo permitiu identificar que as representações sociais dos problemas enfrentados pelos jovens, e suas respectivas soluções, sofrem a influência imediata de fatores da vida comunitária e familiar, cujos valores e vivências condicionam modos de apreender e pensar o social, assim como suas expectativas de futuro.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO DA CRUZ VERMELHA

Nathália Ramos Silveira

Neste trabalho relatamos uma experiência de intervenção pedagógica e psicossocial junto a um grupo de adolescentes que integram o Programa de Iniciação ao Trabalho da Cruz Vermelha e atuam na unidade Betim da PUC Minas. Apresentamos também uma reflexão sobre a relação entre as práticas de extensão e formação do psicólogo. No sentido de compartilhar a riqueza dessa experiência selecionamos uma das oficinas, em que a temática da sexualidade é introduzida, para discutir os procedimentos metodológicos que constituem a prática das oficinas. Trata-se de uma proposta pedagógica calçada nos princípios e nas concepções da educação libertadora de Paulo Freire. Como processo individual e coletivo adotamos uma diversidade de técnicas de abordagens e recursos de mediação que permitem a problematização das atitudes e revelam as concepções que os jovens têm sobre o mundo, o homem e a história. A intervenção pedagógica e psicossocial ocorre a partir das experiências vivenciadas por cada um, que são compartilhadas com o grupo durante as oficinas. Através das experiências compartilhadas no grupo, possibilita-se uma reflexão crítica acerca dos papéis assumidos socialmente e um amadurecimento pessoal, favorecendo escolhas mais conscientes na vida e a ampliação dos conhecimentos e informações relevantes ao crescimento pessoal.

PROJETO BARRACÃO: A EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE NO CONTEXTO DE UM PROJETO SOCIOEDUCATIVO NÃO-FORMAL

Rodrigo da Silva Borgheti

O objeto de nosso estudo é o “Projeto Barracão” que atende crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 18 anos incompletos em situação de risco. Nosso objetivo será compreender a educação para a solidariedade ali proposta a partir da representação social que fazem os atores implicados no projeto ao longo de sua história de vida. Será uma pesquisa participante de abordagem qualitativa na área de história da educação brasileira contemporânea, isto é, do presente. Realizaremos um trabalho de reflexão, com base em fontes bibliográficas e na pesquisa de campo na cidade de Marília-SP. O envolvimento do pesquisador com o objeto estudado pretende dar uma contribuição para o desenvolvimento destes jovens vítimas do capitalismo globalizado que oprime e exclui. Para tanto, utilizaremos os seguintes procedimentos metodológicos: a) seleção de uma bibliografia sobre história contemporânea, história da educação e história da educação brasileira e autores que abordam o pensamento contemporâneo em educação; b) elaboração de um quadro teórico a partir da análise dos conceitos de solidariedade, educação libertadora, representação social e democracia, de acordo com a bibliografia consultada; c) coleta de dados a partir dos depoimentos pessoais por meio de questionários, entrevistas, conversas informais, registros imagéticos, atividades artísticas e literárias; d) os resultados serão obtidos através da análise do material a partir da representação social, procurando compreender a elaboração das afirmações e imagens das realidades percebidas e construídas pelos atores sociais nos seguintes aspectos: afetivo, social, cultural e cognitivo. Este trabalho possibilitará: 1) compreender a prática educativa da educação não-formal a partir do estudo das representações sociais dos atores implicados no projeto; 2) discutir a teoria da educação não-formal como um meio de contribuição para o desenvolvimento dos educandos, seu preparo para o exercício da cidadania, inspirados nos princípios democráticos e nos ideais da solidariedade humana; 3) inserir no contexto histórico-educacional brasileiro iniciativas de educação não-formal que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa; 4) oferecer de maneira criativa, possíveis interferências na educação formal. Assim, poderemos perceber o que este projeto de educação não-formal, cujos objetivos se pautam na educação para a solidariedade e democracia, significa para os educandos e educadores, pois o trabalho ali oferecido possibilita, em muitos casos, a inclusão social visando o desenvolvimento da democracia.

PROJETO DE PSICOLOGIA DESPORTIVA PARA JOVENS ATLETAS: “SURFISTAS DE CORPO, MENTE E ALMA”

*Instituto Continuum – Pesquisa e Integração
de Tecnologias Psicossociais*

Este projeto de psicologia desportiva foi criado, principalmente, para ser realizado com jovens atletas ou atletas de base dos mais variados tipos de esporte, incluindo os coletivos, os individuais e também, uma nova categoria que ganha cada vez mais força entre os jovens, que são os esportes radicais. Tivemos a oportunidade de iniciar este trabalho junto a jovens surfistas amadores que tinham idades variadas de 9 a 21 anos, do Estado do Rio de Janeiro e que competiam nos Circuitos de Surf Amador do Rio de Janeiro e no Brasileiro Amador de Surf. Esta foi a primeira vez que um trabalho de psicologia desportiva foi desenvolvido para jovens atletas do surf. Objetivos: através de dinâmicas de grupo, dramatizações, técnicas de respiração e consciência corporal buscamos desenvolver, estimular e otimizar o equilíbrio psico-físico indispensável para o bom desempenho dos atletas. Algumas competências são essenciais para desenvolver um melhor diálogo entre físico e emocional, entre elas: a capacidade de concentração, atenção, foco e equilíbrio (constância); capacidade de reconhecer/gerenciar emoções, e fortalecimento da auto-estima e auto-confiança. Outro ponto a ser destacado é a importância deste tipo de trabalho quando da realização com uma equipe esportiva. Foi através da interação entre os atletas no grupo que pode-se trabalhar a capacidade de gerenciamento de conflitos, estabelecimento de relações interpessoais, empatia e comunicação clara, fundamentais para desenvolver o espírito de equipe e cooperação. Paralelamente, é necessário um bom entrosamento entre atletas e equipe técnica. Como forma de responder a esta demanda, nosso trabalho incluiu também a equipe técnica, através de encontros mensais entre nós e os responsáveis pelo treinamento físico e apoio aos jovens. Metodologia: o trabalho foi realizado durante 3 meses em 6 encontros quinzenais de 2 horas com os atletas e 3 encontros, com a mesma duração de tempo, com a equipe técnica. O grupo de atletas era constituído por 6 meninos e 2 meninas. Além disso, foram realizados 3 encontros com a equipe técnica. Para cada encontro foram selecionados temas e dinâmicas / técnicas correspondentes para a abordagem do assunto proposto. Os temas foram escolhidos pelos coordenadores e sugeridos pelos atletas e equipe técnica. Resultados: melhoria da capacidade de concentração, atenção e, conseqüentemente, dos resultados nas baterias. Melhoria dos relacionamentos interpessoais entre atletas e equipe técnica. Melhoria da auto-estima e auto-confiança.

PROJETO DE VIDA E DE MORTE – DESEJOS E ANGÚSTIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO DISTRITO FEDERAL

Dina Mara Cestari, Maria Fátima Olivier Sudbrack, Catarina Gomes Machado Castro, Letícia Postiglioni Fontoura

A adolescência e pré-adolescência são permeadas de experiências de prazer e de sofrimento. As necessidades de vivenciar relações interpessoais positivas de pertença e de fortalecimento da auto-estima encontram, muitas vezes, barreiras reais levando o adolescente à descrença em si mesmo e no mundo. Este trabalho apresenta uma análise de um recorte de dados obtidos através do VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de 27 capitais brasileiras, realizado pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) o qual contou com a parceria do PRODEQUI (Programa de Estudos e Atenção à Dependência Química) para a coleta de dados no Distrito Federal, realizada em outubro de 2003. A amostra foi composta de 93 crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos, com vínculo institucional, em situação de rua. Este estudo priorizou as respostas relacionadas às tentativas de suicídio, maiores medos, atividades preferidas e projetos de vida. Os resultados da pesquisa são surpreendentes quanto às tentativas de suicídio e o número de tentativas. O tema da morte se consolida quando referem ter medo de morrer, seguido do medo de viver longe da família por perda ou abandono. Ao mesmo tempo apresentam projetos de vida positivos: estudar, trabalhar, conseguir um lugar para morar, melhorar a relação ou voltar a morar com algum membro da família. Observam-se contradições relacionadas à família, que deveria assegurar a proteção, a criação e o fortalecimento de vínculos significativos, mas, no entanto, revela-se um lugar de tensões e agressões. Questiona-se também o papel da escola, espaço de produção de experiências positivas que, na maioria das vezes, também falha nesse papel. Discute-se a hipótese de que esses jovens buscam alívio para o sofrimento de “não existir socialmente” através da tentativa de suicídio. Este estudo, mostra a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada, envolvendo estas questões de referência na vida de crianças e adolescentes em situação de rua, para subsidiar a elaboração de programas de desenvolvimento e inserção social e de uma política mais efetiva de proteção à infância e juventude brasileiras, em situação de risco pelo envolvimento com drogas.

PROJETO: INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS COM NECESSIDADES ESPECIAIS ATRAVÉS DE ATIVIDADES EXTRAMURAIS, NO RIO DE JANEIRO

Olga Oliveira Passos

Este trabalho apresenta a proposta de acompanhamento a jovens com necessidades especiais, (deficiências) num espaço denominado ATHOS-VITA, que lhes proporcione atividades educacionais (oficinas pedagógicas e educação física) e terapêuticas (arte terapia, terapia ocupacional e psicomotricidade) sem alijá-los de atividades que transcendam os limites físicos da Instituição (visitas, passeios, prática desportiva e convívio social), incluindo-os no bairro e na cidade e estimulando um fazer/agir de conquista da cidadania. Objetivos do projeto: 1. desenvolver o cultivo da expressividade, afetividade e de vivências integradoras, 2. possibilitar o contato com a própria identidade, 3. praticar a integração com a natureza e o descobrimento da consciência ecológica, 4. facilitar a inserção nos ambientes culturais, recreativos e sociais facultando a inclusão. 5. conhecer a expansão da consciência ética, da solidariedade, do respeito e da cooperação incentivados pela convivência diária entre os portadores de necessidades especiais e outras pessoas. Desenvolvimento: este Projeto foi idealizado para aplicação em um espaço que atendesse a jovens especiais de diversas problemáticas, alijados do convívio social pleno, mas que pudessem contar com o apoio e investimento de suas famílias para seu desenvolvimento pessoal. Aplicado na Instituição ATHOS, foi desenvolvido durante três anos. Através de uma reaprendizagem das funções relacionais da vida, baseadas nas vivências induzidas pelo convívio múltiplo, cada jovem especial relaciona-se com seus pares de igual diagnóstico, com outros especiais de diagnósticos diversos, e com todos que freqüentam o espaço extra mural conquistado pela presença constante na comunidade: praças e espaços recreativos do bairro, escolas e universidades, ambientes desportivos, shoppings, cinemas, teatros e em áreas culturais, além dos pontos turísticos integrados às viagens intra e inter-estaduais realizadas. Concepções: a inclusão social a partir de um espaço de proteção e supervisão, em escolas especiais, clínicas e associações, não representa ação superprotetora caso haja nos seus objetivos e propostas ações verdadeiramente inclusivas que visem estimulá-los para uma vida relacional saudável. O projeto sugere um ousar além da mera ocupação e cuidados oferecidos. Pretende a relação interpessoal inclusiva, que se amplia às pessoas e natureza, nas diversas situações de grupo oferecidas. Lucra a sociedade, que se humaniza e se torna solidária, pois a visibilidade à existência dos portadores de necessidades especiais, além de possibilitar a sua inclusão, expande a compreensão de seus direitos. Iniciativas que ofereçam um espaço

de trabalho, lazer e inclusão que vise à socialização e profissionalização assistida a jovens especiais torna-se um movimento visionário. A estruturação das atividades ora propostas tiveram concordância com as demandas da UNESCO, para a Educação do século XXI, baseadas nos seus quatro pilares: Aprender a conhecer, aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver. Neste contexto, buscou-se proporcionar aos jovens especiais, as competências que lhes possibilitem a capacidade de adaptação a um aprendizado contínuo, a flexibilidade na aprendizagem e o domínio de novos conhecimentos e acesso a processos evolutivos.

PROJETO MONITORES

Isabel Cristina Neumann Grings

Os alunos das séries finais da nossa escola, por estarem na fase da pré-adolescência, demonstram, em alguns momentos, desinteresse pelo estudo, rebeldia e atitudes de indisciplina. Sabe-se que os motivos podem estar associados ao fato de estarem muito tempo afastado de seus pais, que trabalham em outros bairros, não possibilitando o retorno destes durante o dia para acompanhar seus filhos. Estes jovens necessitam de ocupações no período extra classe e demonstraram interesse em estar na escola para auxiliar espontaneamente em atividades diversas. Como o objetivo principal do projeto da escola, dentro do PROGRAMA UNIÃO FAZ A VIDA, desenvolvido com parceria entre as Escolas Municipais, sob a coordenação da Secretaria da Educação do nosso Município e Banco SICREDI, visa formar o indivíduo para atuar no mercado de trabalho, estamos oferecendo oportunidades aos alunos de adquirirem responsabilidade atuando em atividades preparadas previamente e acompanhadas por professores ou voluntários. Os alunos das séries finais são convidados a participar de encontros com professores ou voluntários que os orientam através de conversações, leitura de textos, atividades práticas, pesquisas e outros meios para que possam adquirir conhecimento necessário para atuarem com os alunos das séries iniciais. Após a preparação dos monitores, que terá um tempo determinado conforme a atividade a ser desenvolvida, passam a atuar com os alunos das séries iniciais. São constantemente acompanhados pelos orientadores e realizam suas auto-avaliações no decorrer das atividades. A duração de cada atividade será determinada conforme o tema selecionado. Um cronograma para a realização dos encontros com os orientadores é montado. Pretendemos que os alunos participem espontaneamente com espírito de solidariedade e responsabilidade, desenvolvendo o senso de criatividade, cooperação, organização e comprometimento através do processo ensino-aprendizagem.

PROJETO REDE JUVENTUDE CARIOCA

Maria Helena Ruzany, Zilah Vieira Meirelles, Carmem Raymundo, Clatia Regina Vieira, Wellington da Silva, Letícia Carvalho da Silva, Michele de Souza

Um dos grupos etários mais atingidos pela desigualdade e vicissitudes decorrentes da violência urbana na Cidade do Rio de Janeiro é a população infanto-juvenil. No sentido de intervir, nesta questão, o Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente em parceria com a ONG Instituto Dom Pixote, estão realizando O Projeto *Rede para o Desenvolvimento Sustentável do Jovem na Cidade do Rio de Janeiro – REDE JUVENTUDE CARIOCA* – que tem por objetivo buscar estratégias para a melhoria da qualidade de vida de adolescentes e jovens, entre 10 e 25 anos, em 50 comunidades de baixa renda da Cidade do Rio de Janeiro. Material e método: o Projeto teve início em 2002, e, até o momento, vem atuando em 11 bairros cariocas, num total de 37 comunidades de classes populares. Como estratégia de ação está sendo incrementada a formação de alianças juvenis entre os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Os jovens organizam, junto aos universitários bolsistas do projeto, atividades socioculturais, que envolvem jovens, familiares e lideranças comunitárias, numa dinâmica intergeracional. Além disso, promovem ações intersetoriais e buscam o impacto nas políticas públicas municipais. Com o intuito de implementar um sistema eficaz de informação e comunicação, entre os participantes do projeto, vem sendo desenvolvida uma rede virtual que abrange setores populares, públicos e privados. Resultados: durante 18 meses de atuação o Projeto já envolveu cerca de 12 mil jovens, realizou 37 eventos socioculturais, fortaleceu 15 organizações comunitárias e estimulou a criação de cinco Organizações Não Governamentais (ONG) juvenis. No que se refere ao treinamento já capacitou 242 pessoas (jovens comunitários, universitários e gerentes de ONG); reforçando a atuação político-social dos jovens em suas comunidades, através de 07 empreendimentos comunitários. Conclusão: a *REDE JUVENTUDE CARIOCA* vem conseguindo estimular o processo de mobilização e organização político-social dos jovens, melhorando a capacidade de identificar problemas e de propor soluções viáveis no alcance da melhoria da qualidade de vida de suas comunidades. Observa-se uma mudança de valores, atitudes e comportamentos dos jovens participantes do projeto com relação a condutas mais saudáveis de vida. (Apoio: Fundação W. K. Kellogg)

PROJETOS DE VIDA: A PERSPECTIVA DE FUTURO DE JOVENS EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA

Patrícia Cabral Williams, Cecília de Mello e Souza

Num contexto de imensa desigualdade social em que o Brasil se situa, de acordo com os dados do IBGE, o Rio de Janeiro apresenta cerca de um milhão de pessoas vivendo em favelas e bairros de periferia formando um segmento populacional de baixa escolaridade e nível socioeconômico e onde estão inseridos jovens excluídos da participação social. O presente trabalho toma esse cenário e partindo de uma pesquisa de campo etnográfica realizada pelo Programa EICOS do Instituto de Psicologia da UFRJ e o Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS –, procura investigar se existe e qual seria o conceito dos jovens sobre o futuro e projetos de vida e como se vinculam as suas representações sociais sobre a comunidade. Através da análise das entrevistas semi-estruturadas e em profundidade e das histórias de vidas dos jovens entrevistados em comunidades de baixa renda da zona norte e oeste, o trabalho examina a construção de identidades dos jovens. Os resultados apontam que o desenvolvimento de ações educativas, a elevação dos níveis de informação e, ainda, as reflexões de suas práticas e a conscientização dos jovens são formas que contribuem para o projeto de vida do jovem e para o desenvolvimento e a qualidade de vida da comunidade.

PROTAGONISMO JUVENIL / JUVENTUDE EMPREENDEDORA

Aparecida Rodrigues da Silva, André Luiz Almeida Corrêa

O CIEDS tem como Missão: “promover o Desenvolvimento Humano e Comunitário, tendo como foco a ampliação da capacidade de organização social de grupos e comunidades, por meio da gestão comunitária e do aprendizado produtivo”. Nossos projetos estão estruturados e orientados por eixos temáticos de atuação, tendo como base de sustentação a gestão comunitária e a diminuição da pobreza e da violência. Na atuação com jovens, em 1999, implementamos o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social, com o objetivo de formar jovens em situação de risco social, para atuação em atividades comunitárias nas áreas de saúde, educação e cidadania. Esse programa adquiriu a dimensão de uma política pública, ao ser adotado pela SEAS/MPAS, que implementou o programa AJDSH em todo o país, beneficiando mais de 60.000 jovens. Capacitamos e formamos cerca de 1.300 Agentes Jovens, na faixa etária de 15 a 21 anos, oriundos de 63 comunidades carentes, em parceria com a SEAS/MPAS, a Prefeitura do Rio de Janeiro e a White Martins.

Como resultado, diversas iniciativas comunitárias foram realizadas, entre elas atividades de prevenção às DST/AIDS, que possibilitaram a implantação e consolidação de sete bancos de preservativos, em parceria com Ministério da Saúde e da SMS do Rio. No período 1999/2000, em parceria com o Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – APD-Rio, da União Européia, desenvolvemos dois programas para jovens – Formação de Líderes e Formação de Empreendedores. No mesmo período, desenvolvemos em parceria com a UNICEF e a ONG Afro Reggae, um programa de aceleração escolar para jovens moradores de Vigário Geral. Em 2002, iniciamos um projeto de ação afirmativa, de longa duração no Rio de Janeiro e em São Paulo, que visa à preparação de 40 jovens negros (as) para a inserção e permanência no ensino superior. Apostamos numa proposta de oportunidades iguais, contribuindo para que a juventude afro-brasileira deste milênio tenha a responsabilidade de romper com os destinos pré-definidos socialmente, como agentes de mudança histórica. Como resultado do primeiro ano de atividade do projeto, 24 jovens foram aprovados para universidades públicas e privadas, nas duas cidades, avaliadas pelo MEC com conceitos A e B. Os projetos são acompanhados por um plano de monitoramento e avaliação que afere o desempenho de seus resultados e subsidia ações corretivas no sentido da sua melhoria contínua, reforçando compromissos de crescimento pessoal, desenvolvimento local sustentável, empreendedorismo e consolidação dos direitos humanos e de cidadania.

REDES DE SUPORTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE JOVENS DE CAMADAS POPULARES

Verônica Martins Farias

O presente trabalho teve a finalidade de identificar possíveis redes de suporte social na construção da subjetividade de jovens de camadas populares da sociedade. Utilizamos literaturas que abordam conceitos que fazem referência à construção dessas redes e como elas são feitas. Iniciamos percorrendo trabalhos de Freud que se relacionam à identificação, observando neste conceito fatores que tenham direta relação com a construção dos laços sociais. Abordamos também a formação de grupos sociais e a conexidade dessas redes sociais. Como material para análise de dados utilizamos 55 entrevistas com jovens com perguntas sobre a pessoa de suas relações que mais admiram e sobre as palavras que lhes viriam à cabeça para dizer o sentem sobre: família – namorada / namorado – padre / pastor ou qualquer pessoa de sua religião – vizinhos – amigos – comunidade – escola”. As idades dos participantes variaram de 14 a 24 anos. Quanto ao sexo, 40 eram do sexo feminino (72,7%) e 15 do sexo masculino (27,3%). As respostas à primeira questão, assim como

o sexo dos participantes, foram inicialmente analisados por estatística de frequência simples bem como porcentagens, numa abordagem quantitativa. Posteriormente os dados foram submetidos ao método da análise de conteúdo, proposto por Bardin (1977). Utilizamos como categorias as possíveis figuras de Outro que fazem parte da rede social desse jovem, como família, amigos, vizinhos, namorado (a), figura religiosa. Estes procedimentos englobam a análise qualitativa do trabalho. A partir do referencial teórico aqui proposto e dados obtidos pelos resultados da pesquisa, consideramos que as principais redes sociais as quais os jovens sentem-se amparados são as redes familiares, sobretudo os pais. O afeto é característica primordial na aproximação destes grupos. A família é o primeiro grupo social na vida de um indivíduo e as figuras parentais são os primeiros objetos de investimento da infância. O que vimos é que esses laços perduram no decorrer da vida do sujeito. Novos objetos são investidos mas a primazia é da figura parental. Também com significativa importância a parentela e os amigos aparecem como figuras de Outro pertencentes às redes sociais dos jovens.

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA NO TRABALHO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE COM ADOLESCENTES

Angelita Zamberlan Nedel, Amanda Lyra Rocha, Cristiane Paulin Simon, Rosalina Carvalho da Silva, Elke Tiegui Baldo, Tatiane Neme Campos-Brustelo

A avaliação de programas, projetos e atividades, muitas vezes, é definida apenas pelos técnicos que coordenam as atividades. Esta prática exclui do processo os participantes, restringindo a perspectiva da avaliação. Compreendendo a avaliação como prática social, consideramos fundamental que os participantes se envolvam na definição do que será avaliado e como deverá ser avaliado. Sendo assim, propomos neste trabalho apresentar algumas reflexões sobre um processo de avaliação participativa de um programa de promoção de saúde realizado no primeiro semestre de 2004, com um grupo de 15 pré-adolescentes e adolescentes entre 10 e 15 anos, em situação de maior vulnerabilidade social, residentes em Ribeirão Preto, São Paulo. Para o desenvolvimento do programa foram realizados 24 encontros grupais semanais com duração de 3 horas, para discussão e reflexão das seguintes questões: adolescência, sexualidade, aids, gravidez, relacionamentos interpessoais, e questões sociais. Para isso, utilizamos metodologias participativas para trabalhos grupais sob a perspectiva da psicologia social comunitária. Os encontros foram coordena-

dos por duas estudantes de Psicologia e supervisionados por três psicólogas e uma terapeuta ocupacional. O processo de avaliação do programa ocorreu em dois momentos: a) durante o desenvolvimento do programa; e, b) no final do programa. Neste trabalho, apresentamos as reflexões sobre o segundo momento da avaliação realizada durante o último encontro. Este foi gravado em fita cassete após autorização verbal dos adolescentes e as fitas transcritas na íntegra. Na primeira parte do encontro, tivemos como objetivo a discussão do conceito de avaliação sob a perspectiva dos participantes. Com isto, pudemos observar que suas concepções sobre o termo estão associadas às suas experiências de avaliação através de provas no contexto escolar. Na segunda parte do encontro, realizamos um levantamento dos aspectos do programa que deveriam ser avaliados. Estes foram definidos pelos adolescentes em termos de: abordagem teórico-metodológica, estratégias metodológicas, qualidade das discussões, mudanças alcançadas, temas discutidos. Após esta definição procedeu-se à discussão sobre como estes aspectos deveriam ser avaliados. Entretanto, a discussão sobre os critérios se transformou na própria avaliação. É importante ressaltar a dificuldade relatada pelas estagiárias para discutir com os adolescentes, os critérios de valoração a serem adotados na avaliação. Talvez isto tenha ocorrido porque esta, geralmente, é de responsabilidade dos profissionais, não cabendo aos participantes de um programa se envolverem na tomada de decisão sobre este aspecto. Desta forma, sugerimos que o processo de definição dos critérios de avaliação sejam realizados desde o início do programa. (Apoio: Fundo de Cultura e Extensão da USP)

RELATO DE AÇÃO INTERSETORIAL EM SERVIÇO DE ATENÇÃO A ADOLESCENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Adriana Jazbik Estrella, Cristina Luce, Rita Barcellos

O adolescente com transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas e em risco social, com freqüência apresenta baixas demanda e adesão ao tratamento, associado ao fato de receber diminuta ou confusa atenção familiar. É possível dinamizar a implementação do projeto terapêutico, através de intervenção comunitária, mais especificamente, de ações intersetoriais? Este trabalho descreve uma ação intersetorial respaldada nos artigos 7 e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, e de acordo com artigo 4.4.1.g, da portaria GM/336 de 19 de fevereiro de 2002 do Ministério da Saúde e o Relatório Final do I Encontro Nacional de CAPS ad – MS/ 04. A reunião clínica interinstitucional é um dispositivo em construção, desde dezembro de

2003, no Programa de Adolescentes do Centra-Rio-SES/RJ, com o objetivo de construir coletivamente estratégias que articulem o projeto terapêutico com as intervenções dos outros setores na atenção integral ao adolescente com uso abusivo de substâncias psicoativas. É uma maneira singular de enfrentar e difundir projetos e programas concretos. Promove um tipo de participação de implicação direta dos integrantes da rede, nas políticas de estado e seus programas sociais. Utilizamos o referencial sistêmico, segundo Minuchin e o conceito de grupo dispositivo, segundo Saidon. No período de dezembro de 2003 a julho de 2004 foram realizadas 14 reuniões amplas – com a frequência quinzenal, envolvendo, de forma flutuante, 35 profissionais de 13 programas/projetos de instituições governamentais e não governamentais dos setores de: saúde, educação, e ação social – sendo discutidos 19 casos clínicos. Através de um caso clínico abordaremos a complexidade do tratamento de uma adolescente, desde sua dinâmica psíquica, como o impacto que provoca nos profissionais que lhe atendem. A construção de um dispositivo em rede tornou-se imperativa, para favorecer maior articulação e menor sobreposição de ações para eficácia terapêutica. O dispositivo em rede favorece a fala e expressão das diferentes representações que o sistema composto pelas diversas instituições constrói na interação com a adolescente em questão. Barrar o agir, favorecendo a reflexão, por exemplo, do significado da rotatividade dos locais de acolhimento na história de vida desta jovem, foi uma das primeiras intervenções clínicas realizadas neste caso. Conclusão: a experiência em andamento nos permite levantar questões quanto: interfaces da clínica ampliada na toxicomania; modalidades de acolhimento e fatores de adesão ao tratamento.

RELATO DE APLICAÇÃO DO MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Leonardo Barros Soares

O presente trabalho propõe um relato de experiência de prática de intervenção que está sendo desenvolvida em Fortaleza/CE por parte da ONG 2A – Acreditando e Aprendendo junto a EEFM Senador Fernandes Távora. Para iniciarmos nosso projeto piloto, foi realizada na escola pesquisa quantitativa que ressaltou preocupantes índices de gravidez em adolescentes. Com a meta de promover melhora deste quadro foi planejado projeto de intervenção para educação sexual sistêmica norteado pelo modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner. Este modelo estuda o desenvolvimento a partir

da interação do homem no seu contexto por quatro níveis ambientais: microsistema (experiências interpessoais cotidianas), mesossistema (inter-relações entre ambientes relevantes para o indivíduo), exossistema (ambientes não diretamente participados, mas que influem de forma decisiva na vida do sujeito) e macrosistema (expressão das relações diversas entre os sistemas ideológicos e as características culturais). Para atingirmos todos os níveis ecológicos, formaram-se dois grupos que acompanhariam três módulos, cumprindo a carga horária de 120 horas/aula. Nosso papel como membros dos grupos é de facilitação da reflexão crítica e vivência da temática da sexualidade a partir da troca de experiência e da expressão pelas múltiplas linguagens de representação de sentido. O primeiro grupo é formado por 20 adolescentes de ambos os sexos que desenvolveriam os módulos durante doze meses. O segundo por cerca de 30 funcionários que durante o período de recesso escolar, participarão do trabalho. O primeiro módulo pretende promover a vivência da sexualidade partindo das múltiplas formas de expressão de sentido. O ulterior busca a formação de multiplicadores pela capacitação dentro do estudo da didática e na constituição de grupos de estudo sobre a sexualidade. O último destina-se a ação de multiplicação no qual os membros dos grupos, supervisionados pelos responsáveis do projeto, facilitarão palestras em suas comunidades, escolas e organizações empresariais, promovendo o processo de intervenção em todos os sistemas ecológicos. Acreditamos que este trabalho permite processos de transformação que vão além da promoção da autoconscientização individual, ultrapassando os muros da escola e promovendo uma transformação social efetiva.

REPENSANDO A AÇÃO FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – A PRÁTICA DO NACA / DUQUE DE CAXIAS

Elisa Schreiber, Claudia C. A. da S. Costa, Vera Cristina P. S. A. de Oliveira

O objetivo deste trabalho será apresentar a dinâmica do atendimento às famílias encaminhadas ao Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente – NACA, em Duque de Caxias, do Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus Tratos, da Fundação para a Infância e Adolescência – FIA em parceria com a Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa da Infância – SOBEPI. Entendendo a violência como um fenômeno multifatorial é necessária atuação de vários atores, as famílias são atendidas pela equipe técnica multiprofissional onde é desenvolvido trabalho, no sentido de interromper

a situação de violência ou evitar sua repetição, construindo novas formas de convivência familiar que proporcionem um ambiente adequado ao pleno desenvolvimento. A proposta é que cada profissional envolvido (assistente social, psicólogo e advogado) possa abordar as especificidades de sua prática dentro da visão interdisciplinar, estes devem estar articulados entre si com o objetivo principal: proteção da criança e do adolescente. A contribuição das entrevistas realizadas pelo psicólogo com a suposta vítima tem como objetivo específico obter informações necessárias a fim de verificar a situação denunciada. O profissional através de uma escuta acolhedora, utilizando técnicas de entrevista e observação deve facilitar as diferentes formas de comunicação e expressão das mesmas. Nos atendimentos sociais desenvolvidos com as famílias possuímos como desafio apoiá-las e fortalecê-las em sua dinâmica de relacionamento. Procuramos através do processo de compreensão (“olhar de quem atende é olhar de quem entende”) identificar o fenômeno da violência com intervenções direcionadas que pressupõe mudanças nas relações familiares, bem como com a sociedade no qual está inserida, onde a reversão do quadro de violência depende da busca de melhores condições de vida.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DE CLASSE MÉDIA SOBRE A VIOLÊNCIA

*Michelangelo Madeira Gonçalves (bolsista IC / CNPq),
Ana Lúcia Galinkin*

O estudo das representações sociais dos adolescentes acerca da violência e do desenvolvimento humano e suas possíveis relações com as práticas educativas dos adultos, pode fornecer elementos para a compreensão do fenômeno crescente da violência entre adolescentes, em particular jovens de classe média. Este estudo visa abordar as representações sociais construídas por adolescentes, contando com alunos de duas escolas particulares do Distrito Federal (escola A e escola B) e adolescentes pertencentes à juventude de uma igreja católica, da mesma localidade, cada grupo contando entre 8 e 12 participantes. Um roteiro, utilizado para orientação do moderador na condução das perguntas, partiu de dois eixos fundamentais: 1) desenvolvimento humano e adolescência, 2) práticas educativas e violência. Os dados foram analisados através do *software* ALCESTE que identificou a existência de três classes distintas nos discursos dos grupos em estudo. Cada classe surgiu como representativa de um dos grupos, que se distinguiram a ponto de formarem classes separadas, apresentando concepções diferentes acerca dos eixos discutidos. Os jovens da igreja trouxeram uma reflexão a respeito da diferença social existente entre as

classes sociais e suas conseqüências. O colégio A se reportou à rede social que envolve o sujeito, com uma grande ênfase na família, demonstrando a importância das relações no nível micro-social. No colégio B notou-se um discurso em que predomina a caracterização das fases da vida, com ênfase na infância e na adolescência. Em ambientes que, inicialmente, pareciam semelhantes, no caso das duas escolas, ambas de classe média alta e com localização geográfica bastante próxima, encontrou-se diferenças nos discursos dos adolescentes. Diante desses resultados, é preciso investigar o que sustenta tais representações como o grupo justifica a ênfase em determinados valores morais e éticos. (Apoio: CNPq, CAPES/PROCAD)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: PROFESSORES DIANTE DA VIOLÊNCIA NA ADOLESCÊNCIA

*Marcos Moreira (bolsista IC/CNPq), Ângela Maria
de Oliveira Almeida*

A Teoria das Representações Sociais postula que as representações de adolescência não se separam das concepções de homem, dos valores e normas vigentes em uma sociedade. Dessa forma, o estudo das representações de professores acerca da violência e do desenvolvimento humano, e de suas possíveis relações com as práticas educativas destes, pode fornecer elementos para a compreensão psicossocial do fenômeno crescente da violência entre adolescentes, em particular nas classes média e alta. Para a pesquisa, foram realizados dois grupos focais em duas escolas particulares do Distrito Federal, totalizando quinze participantes, entre professores e orientadores pedagógicos. Os roteiros dos grupos continham três eixos definidos de discussão: 1. Desenvolvimento humano: características da adolescência; 2. Práticas educativas: o que os adultos têm feito para tornar os adolescentes “pessoas de bem”; e 3. Violência: o que pensam ao ouvir esta palavra. Para a análise do discurso coletivo, contendo os 3 eixos pesquisados, utilizou-se o software ALCESTE. Os professores percebem que seus papéis ultrapassam a simples transmissão de conhecimento e que suas atuações são essenciais para a formação de “pessoas de bem”, sendo necessário, inclusive, preencher lacunas educativas deixadas pelo convívio familiar e pela falta de limites impostos pelos pais. Há, segundo eles, uma “terceirização da educação”, em que é delegada aos professores a função de uma educação que deveria ser fornecida pela família, sendo possível perceber, ainda, um alto grau de distanciamento entre a escola e os pais do adolescente, numa relação que por vezes beira o abandono, segundo os professores. Percebe-se a tendência de culpabilizar a família por eventuais falhas no desenvolvimento do jovem e a conseqüente

erupção de atos violentos, por exemplo, ao passo que os comportamentos adequados e o desenvolvimento socialmente aceitável são resultantes dos próprios professores, por meio de seus exemplos e da educação propiciada ao longo do tempo. Notou-se também que a violência é vista pelos professores como algo distante do contexto escolar, algo que está “atrás dos muros” e que é característica dos “outros adolescentes”, ao menos a violência física, havendo ressalvas em relação à violência verbal. Tais representações e práticas sociais denotam um afastamento significativo entre a escola e a família do adolescente, ficando explícito que a primeira tende a apontar a segunda como grande responsável pela construção do indivíduo e pelas eventuais falhas em sua formação. (Apoio: CNPq – CAPES/PROCAD)

SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE NATAL/RN

Adriana Nóbrega Silva Azevedo, Beethoven Hortêncio, Cíntia Gouveia Costa, Cinthya de Oliveira Borja, Felipe Serquiz Elias Pinheiro, Lisane Filgueira Maciel, Tatiane Medeiros Silva Gadelha, Francisco de Assis Medeiros da Silva

Este trabalho tem por objetivo geral mensurar o nível de conhecimento/informações a respeito de alguns dos principais aspectos da sexualidade nos adolescentes de Natal/RN. Buscou-se traçar o perfil do adolescente; investigar o nível de conhecimento a respeito de doenças sexualmente transmissíveis; os tipos de contraceptivos usados; as pessoas com quem o adolescente fala sobre sexo e relacionar os possíveis aspectos que influenciam no seu comportamento sexual. O grupo analisou 450 questionários aplicados a estudantes do Ensino Médio, com faixa etária entre 14 e 19 anos, de 6 escolas (2 públicas, 2 particulares religiosas e 2 particulares não religiosas) de Natal, nos meses de junho e julho de 2003. A maioria dos jovens entrevistados não iniciou a vida sexual, e dentre eles, as mulheres se destacam. De uma forma geral, os jovens são bem informados sobre as Dsts e adquirem estes conhecimentos especialmente pela televisão. Verificou-se que os jovens conversam mais sobre os assuntos ligados à sexualidade com os amigos. Os que iniciaram a vida sexual utilizam, principalmente, a camisinha (inclusive associada a outros métodos) como meio de prevenção contra as DSTs e a gravidez. Portanto é preciso discutir com os adolescentes sobre a sexualidade e promover informações sobre a fisiologia das respostas sexuais podendo assim minimizar inseguranças, constrangimentos e sentimentos negativos. Agir preventivamente nessa fase colabora para uma vida sexual saudável.

SUBJETIVIDADE POLÍTICA E DIFERENÇA: COMO OS JOVENS PENSAM O “COLETIVO”

*Beatriz Corsino Pérez, Carlos Henrique Macena Barbosa,
Conceição Firmina Seixas Silva, Joana Maia Simoni,
Juliana Maria Povoá de Almeida Correa, Laura Ribeiro
Ferreira, Sônia Borges Cardoso de Oliveira*

Nas grandes metrópoles, a convivência com o outro é obrigatória e intensa. Se, paradoxalmente, a metrópole apresenta e acolhe a diversidade – de bens, mercadorias e trocas sociais, por outro lado parece ser cada vez mais difícil a convivência com o outro diferente. Neste embate tem lugar a construção de subjetividades políticas que se sedimentam nos processos de discussão, negociação e formação de interesses e projetos comuns por parte dos vários grupos sociais. O projeto Jovens pelos Jovens desenvolvido pelo NIPIAC realizou um trabalho junto aos alunos de uma escola particular na zona Sul do Rio de Janeiro, que serviu de campo de análise para o estudo de como jovens se posicionam frente à alteridade e que tipo de identificações fazem tendo em vista a miríade de lugares imaginários que podem ocupar. Esses lugares dizem respeito às formações imaginárias que compõem os grupos sociais que proliferam numa grande cidade como o Rio de Janeiro. Metodologicamente, o trabalho consistiu em apresentações de textos de divulgação científica sobre a vida do jovem na cidade, seguidas de discussões e da elaboração de material confeccionado pelos próprios jovens, onde podiam expressar suas próprias opiniões sobre o tema. Os jovens trabalharam em grupos para realizar tal atividade, enunciando suas possibilidades e dificuldades nos modos de participação. Foram realizados cinco encontros em três turmas de oitava série, somando-se um total de 15 encontros de 2 horas cada, com a participação de aproximadamente 20 alunos em cada um. Discutimos aqui como os jovens representam o grupo tanto na sua função identificatória como no que ele possibilita para o trabalho psíquico de enfrentamento da diferença. Propomos a noção de ‘pseudocoletivo’ no que concerne a construção de uma subjetividade política, visto que nestes grupos há mais a busca de espelhamento face ao outro do que a inclusão do diferente. Tendo em vista o discurso recorrente de ‘busca da originalidade’ discutimos os conflitos que emergem tendo em vista tanto a necessidade de pertencimento como a tentativa de não se dissolver no grupo.

TCS I – UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO MÉDICA E HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO FORA DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

*Mônica Tereza M. Mascarenhas, Fábria Lisboa da Silva,
Cristian Kelly Kill, Érica de Cássia Ramos da Cruz, Gustavo
César de Almeida Peçanha, Edivaldo Ribeiro Soares Júnior,
Luciana Figueiredo Sampaio, Lívia Maria Lima da Silva,
Thiago Lima dos Santos*

A disciplina de Trabalho de Campo Supervisionado I (TCS I), ministrado no 1º ano do curso de Medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF), visa introduzir os alunos aos conceitos de acolhimento, vínculo/responsabilidade e integralidade das ações nos serviços de saúde, através da execução de atividades de campo junto à escola, à comunidade e à unidade de saúde. Para o 1º semestre de 2004, devido aos índices elevados de gravidez na adolescência na área de desenvolvimento das atividades com os alunos (Jurujuba), a Saúde e Sexualidade na Adolescência foi escolhida como tema para a educação em saúde junto à população. Durante o semestre, os alunos foram apresentados às técnicas de trabalho com grupos, através de material didático do Ministério da Saúde (cartilhas e livros), da discussão e apresentação de temas relacionados à adolescência (sexualidade, DST/AIDS, métodos anticoncepcionais), a de reunião pedagógica com as médicas de famílias da Unidade Mário Munhoz, e direção e professores da Escola Estadual Fernando Magalhães. O conhecimento apreendido culminou com a realização de três encontros com alunos da 7ª série do 1º grau, para a discussão dos seguintes tópicos: “expressando a sexualidade”, “diferença de sexo e sexualidade” e “métodos anticoncepcionais”. Nestes encontros, os alunos elaboram grupos com os adolescentes da escola, ajudando-os a adquirirem uma visão positiva da sexualidade, desenvolvendo conhecimentos e atitudes em questões relacionadas não só à sexualidade, mas às DSTs e à AIDS. Esta experiência gerou uma proposta de atuação conjunta universidade-escola-unidade para orientação e supervisão de discussões em relação aos temas transversais dos parâmetros curriculares nacionais.

TRABALHANDO A SEXUALIDADE NO UNIVERSO ESCOLAR POR MEIO DE OFICINAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Adriano Beiras, Grazielle Tagliamento, Maria Juracy
F. Toneli*

A sexualidade no universo escolar é um tema polêmico, envolto de muitos tabus e crenças, como constatado a partir de nossas experiências em escolas. Considerando a complexidade de trabalhar este tema nessas instituições, este texto visa apresentar a experiência de atuação de acadêmicos de Psicologia, em uma escola da rede pública noturna de Florianópolis /SC. A unidade de ensino localiza-se em um bairro caracterizado por altos índices de violência e de pobreza. O público alvo desta atuação foi constituído por jovens estudantes do segundo ano do ensino médio. O acesso aos alunos se deu através da disciplina de Educação Sexual, a qual foi realizada através de oficinas envolvendo temas como relações de gênero, paternidade, gravidez, prevenção de DST's e AIDS, dentre outros. Nas atividades procurou-se trabalhar os temas não os desvinculando do contexto social no qual os adolescentes estão inseridos. Os instrumentos utilizados nas oficinas foram dinâmicas que envolviam dramatizações, pinturas, desenhos, recortes e colagens de revistas, vídeos, jogos, debates, produções de textos, confecção de materiais informativos (folders, cartazes, etc.). Desta maneira, foram utilizados diferentes canais comunicativos como alternativas de expressão, considerando que essas dinâmicas ultrapassam a compreensão lógica dos temas, fazendo com que os sujeitos se apropriem destes conceitos incorporando-os em suas vivências coletivas, modificando suas práticas cotidianas. Este trabalho contou com a parceria do posto de saúde da comunidade que cedeu materiais e, ocasionalmente, a participação de uma agente de saúde. Por meio dos relatos e das produções dos alunos, ficou evidente a importância de trabalhar este tema com jovens, bem como a eficácia desta forma de intervenção.

TRIBO ARTE: ENVOLVENDO JOVENS NOS RITUAIS DE ARTE EDUCAÇÃO

Camila Leite

Segundo o Projeto Juventude (2004) nos anos 90, foram muitos os programas sociais, governamentais e não governamentais, dirigidos aos jovens, que por sua vez, vêm construindo novas maneiras de sociabilidade, inaugurando uma integração societária alicerçada no potencial criativo ligado à produção cultural. Foi inicialmente entre organizações e entidades da sociedade civil que o

trabalho com arte-educação ganhou força junto às juventudes. Atualmente são inúmeras as experiências em que a arte-educação torna-se metodologia privilegiada no trabalho com os jovens. Entretanto, diversas são as possibilidades de atuação nesta área. Esta diversidade de caminhos possíveis gera uma necessidade de refletirmos sobre o que estamos fazendo, a partir de que pressupostos, com que intenções. A TRIBO ARTE tem dedicado-se, nos últimos três anos, a promover encontros com os jovens participantes do Projeto Ciranda Brasileira, realizado pelo Instituto Arte Tear, Rio de Janeiro, são eles alunos de escolas públicas da Grande Tijuca, em sua maioria moradores de comunidades populares da região. Esta prática educativa vem mostrando-se importante para o processo de formação destes jovens na medida em que propiciam território no qual a ludicidade, ou universo simbólico e imaginário tornam-se ingredientes fundamentais ao exercício da expressão criadora. Portanto, é partindo desta perspectiva, que temos dedicado-nos ao trabalho com os direitos humanos. Desenvolvendo uma educação do ser sensível, buscamos articular a poética da vida à uma sensibilização política que forneça elementos para que os jovens reflitam a partir de suas experiências. Neste sentido, a cultura é percebida como uma forma de expressão das múltiplas identidades juvenis, que, em constante movimento de transformações, geram novas e diferentes maneiras de se posicionar frente ao mundo. Sendo assim, a TRIBO ARTE propõe uma metodologia de trabalho organizada em seis etapas: integração, sensibilização, mobilização, criação, produção e avaliação. Ancorada nos rituais que fundamentam nossas relações consigo mesmo, com o outro, com a sociedade e com o mundo desenvolvemos atividades nas quais as diferentes linguagens da arte se integram como um dos caminhos possíveis para valorização das culturas juvenis. O trabalho aqui apresentado consiste no relato de uma experiência que desafia-nos a refletir sobre os rituais que fundamentam a prática educativa alicerçada na arte-educação, do mesmo modo que instiga-nos a pensar sobre os rituais que a própria relação das juventudes com a arte pode gerar.

UMA ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA: OS IDEAIS E A PASSAGEM DA FAMÍLIA AO SOCIAL EM JOVENS DA COMUNIDADE DE BOM RETIRO

*Fernanda Fochi Nogueira Insfrán, Marília Vidinhas Peixoto,
Roberta de Miranda Gomes, Juliana Cristina Backes,
Helena Pereira de Carvalho, Fábria Sampaio de Oliveira,
Bárbara Schächter Guidoreni, Hebe Signorini Gonçalves,
Luciana Gageiro Coutinho*

Este trabalho baseia-se na apresentação de resultados parciais obtidos através de uma análise qualitativa, fundamentada no conceito de representação social de Serge Moscovici, de dados relativos à pesquisa de campo realizada com jovens da comunidade de Bom Retiro do Município de Duque de Caxias. Nossa proposta de investigação destes dados inclui-se no projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa sobre *A Adolescência na Contemporaneidade*, em andamento no NIPIAC, que tem como meta discutir a constituição dos ideais sociais contemporâneos e suas repercussões na subjetividade do adolescente. No presente trabalho, nos concentramos nas seguintes questões: como os jovens percebem a si próprios e ao seu presente; que figuras apontam como referências subjetivas para suas identificações, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público; e, finalmente, quais são suas perspectivas de futuro. A partir disso, pretendemos discutir como se dão as novas identificações típicas da adolescência, período transitório de distanciamento dos ideais vinculados ao âmbito familiar mais restrito para ideais culturais mais abrangentes, tendo em vista o contexto peculiar dos jovens entrevistados. Para pensar sobre esses dados, recorreremos principalmente ao conceito psicanalítico de *ideal*, definido por Freud (1914/1921) como uma instância psíquica de referência para o sujeito, que se situa na interseção entre o individual e o social, estando na base da idealização e das identificações. Alguns outros autores, tanto da psicanálise quanto das ciências sociais, serão utilizados para fundamentar nossa discussão. Tendo como ponto de partida as respostas dos jovens às questões sobre o que mais gostaram e menos gostaram em si mesmos, pensamos que, na construção da auto-imagem desses jovens, estão presentes alguns ideais veiculados pela família e pela comunidade na qual estão inseridos, atrelados à força de vontade, à amizade e à sinceridade, bem como a alguns atributos físicos ligados à beleza. As identificações se evidenciam no discurso dos jovens tanto em relação a pessoas próximas quanto no que diz respeito a figuras famosas, nas quais podemos observar o enaltecimento de características comuns a essas figuras escolhidas, como a “força de vontade” e a “amizade”. A fala dos jovens sobre suas perspectivas para o futuro nos remete novamente aos ideais que supostamente estão na base dessas identificações. Percebemos

uma forte preocupação com a profissão e com o emprego, ambos exercendo como função a viabilização de uma garantia de estabilidade e respeito frente à sociedade.

UMA NOVA DISCIPLINA PARA O ENSINO MÉDIO – “CIÊNCIA DO INÍCIO DA VIDA”

Eleanor Madruga Luzes

Dois são os pontos de consideração deste trabalho, o primeiro é a falta de motivação que se observa no Ensino Médio, na melhora desta questão a entrada de uma matéria que fale ao coração, que fale de vida, como encará-la. A outra questão é que o conteúdo programático desta cadeira daria informações aos jovens que lhes permitiriam projetar um futuro pessoal diferente, onde é possível ter e realizar um grande projeto de vida, que é criar uma humanidade mais fraterna. “Ciência do Início da Vida”, seria uma matéria cujo corpo de informações são os achados das ciências pré e peri-natais. É urgente que este conhecimento passe dos profissionais especializados em pesquisa, para os jovens, pois eles serão os futuros educadores, de indivíduos que já nascerão com uma melhor qualidade de saúde, e já com alguma educação realizada. Pois como as pesquisas nesta área informam a educação começa desde a concepção, se estrutura durante a gestação, e o indivíduo tem escrito em si as primeiras impressões da vida, que são as que ficam, e que criam padrões de comportamento, como a etologia humana, mui recentemente tem demonstrado. São inúmeras as referências da extensa documentação científica desta área. São informações colhidas há 33 anos, por cientistas de diversos países nas áreas da biologia celular, antropologia, sociologia, psicologia, a nova “ciência do cérebro”, além da obstetrícia e da neo-natologia, que confluem demonstrando que a higidez de um indivíduo depende das condições de sua concepção e importa sua gestação, seu parto, e o período de vínculo materno-infantil nos 2 primeiros anos de vida. Além destas informações, esta disciplina levaria aos alunos, conhecimento sobre alimentação, tendo em vista as descobertas da “Ciência do Cérebro”, e as conexões da alimentação com a melhor capacidade de desenvolvimento cerebral no feto. E existe a dimensão do auto-conhecimento, para tanto, uma prática corporal que facilite meditação é fundamental. A escola tem ensinado assuntos aos alunos, mas tem omitido, como é que se faz para viver consigo mesmo, como se faz para criar filhos, como se faz quando a vida adulta exige decisões e condutas. Uma matéria viva, com um corpo de informações, e com um corpo de prática, faria muita diferença na motivação dos jovens, além da enorme diferença que teria para o futuro da humanidade.

UM CASO DE DEPENDÊNCIA DE MACONHA

Elza Rocha Pinto

O abuso de drogas é um grande problema contemporâneo. No Brasil, álcool e tabaco são as substâncias psicoativas mais utilizadas. Entretanto, o consumo da maconha vem crescendo, atingindo especialmente a população adolescente. A abordagem adequada do usuário de drogas supõe uma cuidadosa avaliação inicial, pela possibilidade de co-morbidades importantes. Além disso, a necessidade de se apreciar aspectos prejudicados pelas drogas, pode exigir a administração de testes psicológicos. O abuso de maconha, por exemplo, está associado com várias alterações da personalidade. Destacam-se a diminuição significativa das funções da memória e da coordenação viso-motora, além do empobrecimento das habilidades sociais. O atendimento terapêutico necessita planejamento de medidas que levem em conta não apenas os aspectos psicopatológicos, como também características adaptativas do paciente. É necessário verificar tanto o nível dos prejuízos cognitivos, como a dinâmica afetivo-emocional do sujeito e de seu ambiente. Partindo desta compreensão abrangente, é possível traçar corretas estratégias para a orientação e atendimento do paciente e de sua família. O presente estudo de caso pretende colaborar para o estabelecimento de parâmetros relativos à abordagem diagnóstica e terapêutica dos *Transtornos Relacionados à Cannabis*. Refere-se ao atendimento de um jovem de 23 anos de idade, internado por intenso consumo de maconha. A equipe multidisciplinar era composta por psiquiatra, psicóloga e conselheira em dependência química. O processo diagnóstico consistiu em entrevistas familiares e individuais, complementadas pela administração de testes objetivos e projetivos. Apesar de insatisfeito com a internação à revelia, o paciente colaborou bastante, principalmente ao constatar o nível de deterioração de suas habilidades, demonstrado pelos testes. No entanto, o desenvolvimento de uma transferência negativa acabou levando à interrupção do tratamento. A resistência surgiu quando, sem consultar a equipe, o psiquiatra trocou a perspectiva de *redução de danos* por uma política de *tolerância zero*. Até então, o paciente vinha aceitando bem os procedimentos adotados, pois a meta a ser atingida incluía a liberdade para continuar usando a droga com moderação. A imposição da nova política de abstinência total causou uma grande revolta no jovem. O estudo do caso levou à conclusão de que a situação do Psicodiagnóstico pode ser aproveitada como contexto terapêutico, motivando o paciente em relação ao seu tratamento. Outro aspecto a ser considerado é que o fracasso do atendimento pode ter sido determinado não apenas pela internação à revelia, como também pela mudança da abordagem, que desconsiderou completamente a dinâmica afetiva, os valores e os ideais levantados pelos testes psicológicos.

UM ESTUDO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS NAS CAMADAS POPULARES DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: UMA VISÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ilma Borges, Gabriela Tiscoski

Os jovens ocupam uma grande parcela da população brasileira, vêm conquistando um espaço cada vez maior na sociedade, sendo este também responsável pelas definições políticas brasileira. Por outro lado, é visto um possível desinteresse do jovem pela política, como se este não fosse também responsável pelas mudanças sociais e políticas do seu país. Tendo em vista o acima exposto, a presente pesquisa tem o objetivo central de investigar e analisar a consciência política dos jovens das camadas populares do município de Florianópolis, a partir de suas histórias de vida. Terá como parceira uma entidade não governamental de estudos políticos, que está atualmente coletando informações em reuniões com jovens das camadas populares de Florianópolis sobre as necessidades sociais de cada grupo e o seu entendimento sobre política. A acadêmica participará de cinco reuniões, e ao término de cada reunião, entrevistará individualmente dois componentes de cada grupo, perfazendo uma amostra de dez entrevistados, a fim de explorar acerca do tema proposto neste presente estudo. A pesquisa será qualitativa a partir de uma análise microgenética; contará com a elaboração de um breve levantamento histórico sobre a relação entre política e juventude no Brasil, entre os anos de 1.960 e 2.000; compreensão do entendimento dos jovens das camadas populares do município de Florianópolis sobre o conceito de política; relação do conceito de política com as histórias de vida destes jovens; assim como a compreensão da relação entre consciência e política, a partir da abordagem da psicologia histórico-cultural.

VALORES E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Reivani Chisté Zanotelli

Devemos nos alertar para a real profundidade de nossa responsabilidade com o adolescente. Devemos atentar para o fato de que os mesmos, são sujeitos em constante relação com os outros, vivenciando o permanente processo de construção e transformação de si e das próprias relações sociais nas quais são seres ativos. As possibilidades de construções internas, subjetivas, se dão, portanto, a partir de atividades externas, nas relações. O programa Ação Jovem vem proporcionar condições para que o jovem construa um projeto de vida

diferente daquele no qual vive e sobrevive. Diante desta realidade, o programa Ação Jovem conta com uma equipe constituída por psicólogo, assistente social, orientador pedagógico-social e instrutor de esportes, que oferecem um suporte na formação e orientação desses jovens de 14 a 18 anos de idade de classe socioeconômica baixa, em situação de pobreza e risco social. Neste contexto são realizadas atividades em grupo em várias oficinas, dentre elas se destacam: oficina de arteterapia onde através do desenho, pintura e da escrita livre são trabalhados conteúdos internos, conflitantes próprios da idade. Na oficina de cidadania são trabalhados temas tais como: ética no trabalho, direitos e deveres, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) bem como temas ligados à saúde: higiene, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), drogas entre outros. Na oficina de esportes são trabalhados temas como competição, cooperação, liderança, trabalho em equipe. O programa Ação Jovem também faz um trabalho de orientação com adolescentes encaminhados pelo Fórum Municipal de Conceição de Macabu a fim de cumprir medida socioeducativa e também pelo NAP's (Núcleo de Atendimento Psicossocial) que encaminha adolescentes que necessitam de algum apoio psicológico. Cabe ressaltar, que a família desses adolescentes também são atendidas de acordo com a demanda. Em geral, são realizadas reuniões mensais com os pais e/ou responsáveis dos adolescentes, a fim de trabalhar dificuldades de inter-relacionamento em uma dinâmica de troca de experiências, bem como temas que não só circundam como fazem parte do contexto juvenil.

VALORES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE NATAL

*Andreína Moura, Magda Dimenstein, Emanuel Lima,
Monique Brito, Rayanne Cardoso, Vanessa Medeiros*

A adolescência é pensada tradicionalmente de modo a-histórico e descontextualizado. Muitos estudos estão orientados por uma concepção de adolescência naturalizada, ancorada em características típicas que independem do momento histórico e contexto cultural. Geralmente, essas características estão associadas a uma certa "patologia normal" da adolescência. Esse tipo de olhar negligencia a relação entre características culturais e os modos de ser, sentir e pensar dos indivíduos que vivenciam essa etapa da vida. Com base nisso realizamos um estudo com o objetivo de conhecer os valores sociais sobre família, adolescência, gênero, direitos humanos e cidadania presentes entre adolescentes e jovens. Formulamos 11 sentenças em um questionário auto-aplicável para que os adolescentes assinalassem sua concordância, discordância ou sua ausência de opinião em relação a elas. Vale salientar que esta pesquisa é parte

de uma mais abrangente que pretende investigar questões relacionadas à violência e bases de apoio. A pesquisa foi realizada com 382 adolescentes (191 do sexo feminino e 184 do masculino), em uma escola de um bairro periférico do município de Natal. Quanto aos valores relacionados à adolescência, 65,7% dos sujeitos discordaram da idéia hegemônica de que todo o adolescente é irresponsável. Quanto aos valores referentes à questão de gênero, 65,18% dos adolescentes concordaram que as meninas devem aprender desde cedo a cuidar dos irmãos mais novos. Observamos, a partir desses resultados que os adolescentes e jovens possuem valores relacionados aos papéis sexuais que estão diretamente ligados a certas características culturais que ainda atribuem às mulheres o cuidado de crianças e da casa, enfim, do espaço doméstico. Em relação à noção de família, 62,82% dos jovens concordaram que pais e mães devem respeitar o direito que os jovens possuem de não contar sobre todos os acontecimentos de suas vidas. Isso reflete que adolescentes e jovens desta pesquisa possuem uma visão menos sacralizada sobre a família e consequentemente dos modelos tradicionais de relação entre pais e filhos. Quanto à questão de direitos, 47,12% dos jovens e adolescentes concordaram com a sentença “os adolescentes negros têm as mesmas oportunidades de emprego que os brancos”. Isso reflete um ideal igualitário em nossa sociedade, mas por outro, aponta para um certo desconhecimento sobre a realidade de nosso país, onde negros possuem menos oportunidades de trabalho, de inserção na universidade, ganham salários mais baixos, etc. Observamos, pois, a presença de valores que apontam tanto para a desconstrução de formas tradicionais de relações sociais, quanto para a sua manutenção. (Apoio: Fundació Càtedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears/Espanya).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM NATAL/RN

Rayanne Cardoso, Magda Dimenstein, Emanuel Lima, Andréina Moura, Monique Brito, Vanessa Medeiros

A violência tem permeado o cotidiano dos brasileiros em diversos contextos e de diversas formas. Aquela que ocorre no contexto familiar ou doméstico é um fenômeno que independe da classe social, tem uma dinâmica particular e muitas vezes é justificada como uma forma de educar as crianças e/ou jovens. Entende-se que esse tipo específico de violência impede, cessa, detém ou retarda o desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens, podendo gerar prejuízos nas áreas do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo. Entretanto, sabemos que à família é atribuída a função de assegurar

boas condições para o desenvolvimento saudável de crianças e jovens. Diante disso, realizamos uma investigação buscando identificar situações de violência doméstica enfrentadas por adolescentes e jovens em um bairro da Zona Oeste de Natal. Além disso, buscamos conhecer qual(is) recurso(s), formais e/ou informais que eles utilizam para enfrentar tal problemática. Procuramos traçar o perfil dos jovens de 13-24 anos em uma escola pública de ensino fundamental e ensino médio do bairro, através de questionários que abordavam temas diversos. Foram aplicados 382 questionários, no ensino fundamental II e ensino médio, da seguinte forma: 67 na 5ª Série, 53 na 6ª, 39 na 7ª, 53 na 8ª, 79 no 1º ano do ensino médio, 41 no 2º ano, 26 no 3º ano e 24 no EJA – escolarização de jovens e adultos. Com relação à violência familiar 78,27% sofreram algum dano, seja ele físico ou moral. Destes, 25,08% não buscaram nenhum tipo de auxílio para enfrentar tal situação. Quando houve algum tipo de busca, as bases informais foram as mais recorridas: amigos (66,37%), parentes (54,71%) e vizinhos (20,18%). Dentre os danos físicos, os mais citados foram: tapa (32,44%) e empurrão (31,77%). Dentre os morais, gritar e xingar 74,58% e 59,53%, respectivamente. Observamos, portanto, a cotidianidade da violência na vida de adolescentes e jovens nesse contexto cultural e a ineficácia do trabalho realizado pelas bases formais, na medida em que recorrem prioritariamente às bases informais. Nesse sentido, é imprescindível buscar formas de potencializar tais redes de suporte social de enfrentamento à violência doméstica. (Apoio: Fundació Càtedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears/Espanya)

VIOLÊNCIA E FORMAS DE ENFRENTAMENTO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES E JOVENS

*Vanessa Almira Brito de Medeiros, Magda Dimenstein,
Emanuel Lima, Andreína Moura, Monique Brito, Rayanne
Cardoso*

A violência é uma realidade no cotidiano da maioria dos jovens brasileiros, especialmente daqueles pertencentes às camadas pobres. Estudos mostram que o homicídio é a causa primeira de morte nessa faixa etária (15-24 anos), majoritariamente entre homens. Porém, grande parte desses estudos tem se preocupado apenas em caracterizar áreas e situações de violência. Esta pesquisa objetiva, tanto o mapeamento das situações de violência enfrentadas por jovens da zona oeste de Natal, quanto a identificação das estratégias de enfrentamento construídas como forma de promoção à saúde e prevenção em relação ao seu envolvimento com situações dessa natureza. Procuramos traçar o perfil da população jovem entre 13 e 24 anos das escolas públicas de ensino

médio e supletivo do bairro de Bom Pastor, através de questionários auto-aplicáveis que abordam diversos temas. Foram aplicados 382 questionários, sendo, destes, 157 no turno vespertino, da 5ª série ao 1º ano e 225 no turno da noite, da 5ª série ao 3º ano e EJA (educação de jovens e adultos). Com relação à violência sofrida na comunidade, 42,93% declararam tê-la sofrido em alguma destas formas: revista policial agressiva, agressão, ameaça, perseguição, invasão de casa, roubo e outras. Destacaram-se o roubo (50,6 %) e a revista policial (42%). A polícia aparece como perpetradora da violência em muitos casos, o que corrobora com o que vemos em outras pesquisas a respeito do fato de que é raro que populações como essa esperem dela qualquer atuação a seu favor, pois estes são geralmente vistos como suspeitos. Os tipos de ajuda buscados para essas situações foram: amigos, parentes, vizinhos, delegacia de polícia, conselho tutelar, serviço de saúde e outros. Destacaram-se as bases informais: amigos (64%) e parentes (78%). Ainda alguns jovens não buscam apoio de qualquer tipo para essas situações. Constatamos com isso que as instituições e serviços não têm atendido a demanda ou não tem se mostrado confiáveis para esses jovens. Por outro lado, percebe-se que as relações informais, têm um efeito positivo no que se refere ao enfrentamento dessas situações. Convém pensar formas de incluir essas relações na elaboração de políticas públicas para essa população. (Apoio: Fundació Càtedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears /Espanya).

Mostra

A HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE UM DESENHO ANIMADO REALIZADO COM UM GRUPO DE CRIANÇAS

Adriana Hoffmann Fernandes

O desenho animado 'Rasgando de raiva' fala da relação de um homem com as manchetes do jornal que lê diariamente. A proposta da animação feita com as crianças surgiu na finalização da minha pesquisa de Mestrado em Educação concluída na PUC-Rio em 2003 intitulada "As mediações na produção de sentidos das crianças sobre os desenhos animados". A pesquisa ocorreu em duas escolas da zona sul do Rio, uma pública e uma particular, com crianças na faixa etária de 9/10 anos e teve como objetivo perceber a produção de sentidos das crianças sobre os desenhos vistos na TV. A proposta de produzir um desenho animado surgiu dentro do contexto da pesquisa mencionada, realizada nas oficinas de pesquisa, a partir de sugestão das próprias crianças de um dos grupos pesquisados. Foi em meio a um intenso trabalho de troca de idéias e de produções e discussões em torno dos desenhos animados, em parte escolhidos pelas crianças e em parte por mim, que começou a surgir num dos grupos um forte desejo: fazer um desenho animado *de verdade*. A empolgação do grupo com essa produção demandou praticamente os últimos três meses de trabalho no ano de 2003, além dos meses anteriores de realização da pesquisa nas variadas atividades promovidas pelas oficinas construídas com as crianças. Esse processo de construção da animação, desde o storyboard até os cenários, a animação e o produto final realizado junto com as crianças foi registrado em todas as etapas e depois editado num vídeo de 4 min que nos propomos a apresentar na mostra cultural do evento. O texto pretende narrar o percurso dessa produção mostrando como essas crianças produtoras de cultura, ativas, interagem de diferentes maneiras com o que vêem. A produção proposta por elas e construída coletivamente é também uma forma de mostrar que a criança e o jovem de hoje estão construindo diferentes maneiras de opinar e dizer o que pensam. A produção de mídia e de arte é uma das formas de expressão que mais os atrai por lidar com a imagem, linguagem que eles conhecem muito bem. É preciso, portanto, que abramos espaço para ver e ouvir o que eles sabem e querem produzir e dizer com as imagens que vêem e ouvem na atualidade.

ADOLESCÊNCIAS POR ADOLESCENTES

Amanda Lyra Rocha, Angelita Zamberlan Nedel, Cristiane Paulin Simon, Rosalina Carvalho da Silva, Elke Tiegui Baldo, Tatiane Neme Campos-Brustelo

Este trabalho tem como objetivo apresentar um vídeo produzido por e com adolescentes de maior vulnerabilidade social, residentes na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. A elaboração do roteiro do vídeo foi desenvolvida a partir de uma intervenção em promoção de saúde de adolescentes sob a perspectiva da psicologia social comunitária, na qual discutiu-se os seguintes temas: adolescência, sexualidade, aids, gravidez, relacionamentos interpessoais, questões sociais e protagonismo juvenil. Para a intervenção, constituiu-se um grupo de 15 pré-adolescentes e adolescentes, coordenado por duas estagiárias do curso de psicologia, supervisionadas por três psicólogas e uma terapeuta ocupacional. Foram realizados encontros semanais de três horas de duração, no decorrer do primeiro semestre de 2004. Após 16 encontros, iniciou-se o processo de definição do formato do vídeo através da discussão conjunta entre adolescentes, estagiárias de psicologia e supervisoras com os profissionais da área de comunicação. Os adolescentes participaram de todo o processo, desde a escolha e decisão dos temas a serem desenvolvidos no vídeo, o tipo e a finalidade do vídeo, a confecção do roteiro, até a gravação e edição. As temáticas discutidas na intervenção delimitaram o conteúdo. Estas foram apresentadas no vídeo a partir de diversas situações envolvendo conflitos vivenciados pelos adolescentes em seu cotidiano. Para isto, os adolescentes criaram personagens. Após cada situação conflito apresentada, foram gravadas cenas dos adolescentes em grupo e em discussão sobre o conflito a fim de encontrarem um desfecho para a personagem. Desta forma, os adolescentes tiveram como objetivo apresentar suas vivências nesta fase de suas vidas, ao mesmo tempo em que mostram como buscam espaços para compartilharem estas vivências e as ressignificarem. Além disso, tiveram como objetivo apresentar suas preocupações com os problemas sociais que permeiam suas realidades e de como podem participar na busca de soluções para a transformação desta realidade através de ações coletivas baseadas na ética da solidariedade. É importante ressaltar o valor atribuído por eles à participação efetiva em todas as etapas do processo de produção do vídeo e ao contato com um universo até então desconhecido. O vídeo também propiciou aos adolescentes ressignificações subjetivas que possibilitaram o exercício do protagonismo juvenil. (Fundo de Cultura e Extensão da USP – FCEX-USP)

CÂMERA LIVRE

Responsável: Astrogildo Moraes e Tereza Roberta Rodrigues

Com a proposta de levar os adolescentes das comunidades do Cabo de Santo Agostinho a pensar sobre os problemas que fazem parte do seu dia-a-dia, visualizando alternativas que levem a uma resolução, foram mobilizados 30 jovens para participar de um curso voltado para mídia e comunicação. Estes adolescentes têm entre 12 e 16 anos de idade e o curso foi realizado nas próprias comunidades, o que permitiu uma visualização real dos maiores problemas que atingem o seu desenvolvimento. Foram realizadas oficinas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e noções de técnicas de roteirização e edição, incentivando o pensamento crítico destes jovens e levando-os a questionar e pensar em novas formas de enfrentamento do cotidiano adverso. O produto final deste projeto foi a produção de 5 (cinco) vídeos-documentários de cinco minutos cada um deles, sendo realizados pelos próprios adolescentes, cujos temas foram selecionados de acordo com as suas preocupações. Os títulos e seus respectivos autores são os seguintes: “SEM SABER” – Micherlaine Kelly da Silva. Izabella da Silva Barros, Geiseane Gomes, Natália Batista Lins. “SAÚDE NA COMUNIDADE” Elaine Maria da Silva. Ellydianne, Patricia O da Silva, Tatiane Costa da Silva, Carolina Elizabeti da Silva. “VOCÊ PODE E DEVE MUDAR ESTE QUADRO” – Gabriela erreira, Viviane Maria do Nascimento, Maria José da Silva. Luciana de Oliveira, Cristiane Silva da Paz. “SOMOS NÓS QUE FAZEMOS A ESCOLA” – Tatiane Inês da Silva, Ana Cláudia da Silva, Jurandir Antonio de Souza Dias, Elizabete Pereira Nascimento, Tamires Jucy de Oliveira, Adriana Oliveira. “VOCÊ PODE ESCOLHER SEU DESTINO” – Rinaldo Feliciano da Paz, Washington Nobre N. Silva, Fábio Nerys Martins. Ronaldo Monteiro Júlio José do Nascimento. Atualmente os vídeos estão sendo apresentados nas comunidades do município e os jovens realizam debates acerca da temática dos vídeos. Esta é uma das ferramentas de promoção do Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e Adolescentes que está dando certo. Os jovens já foram convidados para alguns eventos nacionais, como I Cúpula Mundial de Mídia, Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de TV na TVE, Atitude.com, no Rio de Janeiro, participação em entrevistas na TV Solidária.

“DAFNE E RAFAEL: O FUTURO DO GÊNERO”

Dayse de Paula Marques

Os parâmetros curriculares nacionais (PCNs), propostos no sistema educacional brasileiro, no seu item “Orientação Sexual”, assinala a importância de implementar ações tanto no ensino fundamental como no ensino médio. O seu público-alvo seria constituído tanto pelas crianças como pelos adolescentes que freqüentam a escola. A proposta evidencia o reconhecimento da sexualidade infantil e da dificuldade, ainda presente, na conduta de educadores – pais e professores, ao tratarem deste tema “descoberto” no início do século XX. É possível perceber que, apesar da afirmação da sexualidade infantil e da importância deste processo ser conduzido com base em concepções igualitárias entre os grupos sociais, enfrentando as hierarquias estabelecidas entre homens e mulheres, conforme valores vigentes, ainda, na realidade social, há uma tendência em dirigir as ações e propor estruturas curriculares mais objetivas, para o ensino médio, isto é, para o público adolescente, onde as manifestações da sexualidade estariam “mais a floradas” ou “amadurecidas”, tendo em vista a explosão biológica dos hormônios em ebulição. Considerando que o fenômeno biológico descrito, comum no comportamento de adolescentes, será dirigido a partir do que foi conduzido, também, na infância, este trabalho busca investir no “elo perdido” da construção da sexualidade – a infância. A educação infantil ainda apresenta muitas lacunas na estrutura curricular quanto a esta temática. Partindo do pressuposto que a construção da sexualidade tem como base as relações de gênero e, portanto, a definição das identidades masculina e feminina, conforme o contexto mais imediato onde estes sujeitos estão envolvidos, este trabalho privilegiou um enfoque das diferenças entre meninos e meninas, no espaço escolar, dando voz, aos vários “personagens” deste vídeo – as crianças, os responsáveis, os professores. Os depoimentos abordam as brincadeiras, o namoro, os relacionamentos entre crianças de sexos diferentes, como as crianças vêem as “brincadeiras entre os adultos”, associando no debate a perspectiva de gênero e sexualidade, desde a infância, para daí, chegar na adolescência. O vídeo educativo foi lançado em 1999 e tem apresentado uma grande receptividade entre educadores e pais, sendo incluído em programação de canal fechado de TV e várias oficinas e eventos que tratam das relações de gênero e a construção de suas hierarquias.

JAULA 8

Dodecá Films School for the Youth

INFORMACIÓN GENERAL: EQUIPO DE REALIZACIÓN: Ilana Hojman (12), Micaela Mesa (15), Matías Rey (16), Frederico Rodríguez (14), Matías Ventura (15), Santiago Correa (13) AÑO DE PRODUCCIÓN: 2003. DURACIÓN: 15 minutos. SINOPSIS: Una clase aburrida, un profesor monocorde. Jóvenes que se escapan, otro que corre presuroso por no llegar tarde. Un retrato duro pero cargado de humor e ironía sobre los jóvenes de hoy y la educación. Un final desconcertante nos convoca a la reflexión. PREMIOS: – 1er premio del Jurado Profesional y del Jurado Infantil en la categoría 13 a 16 años, género ficción, Festival Kids for Kids realizado en Atenas, Grecia en Junio de 2004. – 2do premio en la categoría hasta 19 años, género drama, International Student Film Festival de Santa Bárbara, EE. UU, realizado en Abril de 2004. En este festival se otorgó un premio especial a la Escuela de cine Dodecá para Jóvenes por el conjunto de su trabajo.

El corto Jaula 8, junto a otros tres (Modem, Tal vez, En algún lugar), fueron realizados por los alumnos de la Escuela de Cine Dodecá para Jóvenes como trabajos de final del curso de 2003. La Escuela de Cine Dodecá para Jóvenes, inaugurada en el a/no 2003, desarrolla la formación artística y técnica de sus alumnos a través del aprendizaje de las materias que componen una película. La formación cinematográfica se realiza en régimen de talleres, estimulando la participación individual a través de una tarea lúdica y entretenida. La enseñanza del cine así entendida, contribuye al desarrollo de la capacidad de creación y de propuesta de los jóvenes, permitiéndoles expresar las inquietudes propias de su edad. Educar a los jóvenes en cine es una apuesta a su capacidad crítica como espectadores y creadores. Haciendo cine, los alumnos aprenderán también a ver cine.

JOVENS AUTORES DE DELITO, IDENTIDADE E CIDADANIA

Carolina Degani, Leandro Gabarra, Maria Cecília Rodrigues de Oliveira, Marília Mastrocolla de Almeida

Esse trabalho é parte das ações do Projeto Atitude cuja proposta é de acompanhamento de jovens após o cumprimento de quaisquer das medidas socioeducativas apresentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente para aqueles que praticaram ato infracional. A experiência relatada refere-se à construção de um vídeo com os jovens participantes do projeto, em 2002, nomeado por eles, Vídeo Identidade. A idéia de se elaborar um vídeo sobre esse tema teve

início com a percepção da importância de se ter o RG e do aprendizado na retirada desse documento vivenciado pelos participantes do Projeto. Tal experiência motivou-os a ensinar outros jovens. Para isso, compuseram o RAP do RG que foi publicado numa das sessões do Boletim Atitude, jornal informativo das atividades desenvolvidas com os jovens do Projeto, de circulação na comunidade onde vivem. Passando então de uma linguagem escrita para audiovisual, os jovens tiveram contato com outra forma de expressão para discutir, na própria comunidade, o significado da retirada desse documento como um exercício de cidadania individual e coletiva. Os temas abordados no vídeo estão relacionados à falta do RG diante de uma abordagem policial; o RG como instrumento de identificação, de “ser alguém” e; o documento como “passaporte” para usufruir momentos de lazer. Dentre os resultados alcançados, destacam-se também a seleção do Vídeo Identidade, em 2003, para a 14ª Mostra de Arte da Juventude, que ficará em exposição itinerante, durante um ano, pelos SESCs do Estado de São Paulo; e a participação, no mesmo ano, dos jovens do Projeto Atitude, no 2º. Fórum Social Regional onde realizaram, com a equipe, oficinas do Vídeo Identidade, discutindo com os participantes do Fórum questões relativas à importância da aquisição do RG e sua relação entre a identidade do jovem e a percepção de sentir-se incluído dignamente no mundo.

JOVENS DA CIDADE-CITY YOUTH PROJECT

Instituição BEMFAM – Bem Estar Familiar no Brasil

A BEMFAM – Bem Estar Familiar no Brasil – é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de ação social, com Sede no Rio de Janeiro, fundada em 1965. A missão institucional é “defender os direitos reprodutivos no exercício da cidadania e promover a educação e a assistência em saúde sexual e reprodutiva, em colaboração com os órgãos governamentais e setores organizados da sociedade civil”. Uma das prioridades institucionais é a atenção a adolescentes e jovens, nesse sentido a BEMFAM tem estruturado um programa de atenção clínico-educativo na área de saúde sexual e reprodutiva, especificamente destinado ao público com idade entre 10 e 24 anos, o PROJÓVEM. Dentro do programa PROJÓVEM são desenvolvidos diversos projetos sociais, visando atender às demandas em saúde reprodutivas de diferentes grupos de adolescentes e jovens. Com apoio do POMMAR/USAID-Partners, a BEMFAM desenvolveu ao longo de 3 anos (2000-2003) no estado do Ceará um projeto voltado para o atendimento clínico-educativo em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes/jovens vivendo em situação de rua e/ou institucionalizadas. A experiência objetivou atender a uma clara demanda de educadores/as sociais

de rua, que cotidianamente se deparavam com situações constrangedoras ao prestar assistência à saúde reprodutiva dessa população, marcada por características tão peculiares, como: atividades sexual precoce, baixa escolaridade, envolvimento com drogas, risco de infecção pelo HIV/AIDS, além de um corpo marcado pela violência. A presente publicação, composta por livreto e fita de vídeo com duração de 15 minutos, relata a experiência deste projeto, Jovens da Cidade, que demonstrou ser possível promover a atenção integral à saúde sexual e reprodutiva de jovens em risco, articulando ações de saúde com atividades educativas.

“MANDANDO A REAL”

NIPIAC / Oficina de Vídeo “Jovens pelos Jovens”

O presente vídeo é resultado da Oficina de Vídeo do Projeto “Jovens pelos Jovens”, que está inserido na ação programática do NIPIAC e desenvolve ações com jovens e crianças no sentido de ampliar sua participação nos processos sociais mais amplos. Dentre estas ações encontra-se o sub-projeto de elaboração de vídeos, onde os jovens protagonizam o roteiro, a edição e a utilização dos vídeos supervisionados pela equipe do NIPIAC. A Oficina de Vídeo foi desenvolvida no período de julho a dezembro de 2003 com 15 jovens de duas comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro (João XXIII em Santa Cruz e Rocinha), tendo resultado no vídeo produzido pelos próprios jovens, “Mandando a Real”, cujo tema principal foram questões discutidas no grupo referentes às dificuldades encontradas por eles em suas comunidades. Os encontros foram realizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro quinzenalmente e foram coordenados por duas assistentes de pesquisa do NIPIAC e por um professor da Escola de Comunicação da UFRJ. Com duração de 13 minutos, este curta-metragem foi construído a partir das discussões entre os jovens que abordaram temas como a desigualdade social, a falta de oportunidades para jovens em comunidades carentes, a solidariedade entre os moradores das comunidades, o tráfico, a violência policial e a imagem que a comunidade tem para os demais moradores da cidade do Rio de Janeiro, entre outros. A partir de dois pontos centrais nos debates desse grupo – as oportunidades e a solidariedade –, os jovens pensaram um roteiro que trouxesse tanto as discussões do grupo quanto outros pontos de vista de outros jovens de comunidade. Para tanto, o vídeo apresenta um encontro fictício entre os jovens e as coordenadoras, em que há o desenrolar da ficção, e intercaladas com a estória construída são inseridas falas verídicas de outros jovens de comunidades, entrevistados pelos autores do vídeo. Com a finalização deste trabalho, o grupo constituído na Oficina pretende apresentar o vídeo em escolas, associações de moradores,

grupos jovens para, após a exibição, discutirem os temas apresentados e promoverem novos debates. Esta etapa seguinte do projeto será acompanhada pelos assistentes de pesquisa do NIPIAC. O vídeo foi realizado com recursos da FAPERJ.

OFICINA DE VÍDEO: TRABALHO E JUVENTUDE

*Teresa Cristina O. C. Carreiro, Suelen Carlos de Oliveira,
Bruna Oliveira dos Santos Pinto, Diana Iliescu, Leonardo
Abreu Reis*

O trabalho de orientação psicossociológica é o desdobramento da pesquisa-ação “Drogas e Complexidade” (CNPq). Iniciado em março de 2000, numa localidade da zona norte do Rio de Janeiro, atendendo a uma demanda da Pastoral do Menor. Desenvolvemos intervenções em duas instituições locais, com os jovens ali atendidos. Procuramos envolver também os responsáveis e atingir o círculo familiar e de vizinhança. Temos promovido atividades que têm como objetivo favorecer o diálogo e a expressão dos jovens a respeito de temas pertinentes em seu cotidiano, tais como família, escola, lazer, trabalho, drogas e violência. Utilizamos recursos lúdicos, plásticos e dinâmicos que facilitem a “substituição do combate pelo exercício do debate” (Carreiro, 1993). Foi a partir das demandas observadas nas falas dos jovens, pais e lideranças locais, que percebemos uma forte preocupação com o tema trabalho e criamos a oficina de vídeo. Pelo lado dos pais e das lideranças locais essa preocupação estava vinculada a uma necessidade de encontrar um rumo para a vida desses jovens, tentando evitar, principalmente, o comércio de drogas ilícitas que se oferece como um mercado de trabalho possível. Já na fala dos jovens, percebíamos um desdobramento entre a tentativa de satisfazer as demandas de seus orientadores e um imaginário idealizado e fragmentado relacionado com profissões de apelo midiático, como cantor, ator, dançarino, jogador de futebol, entre outras. Através de nossa Oficina de Vídeo: Trabalho e Juventude, procuramos atrair a atenção e despertar a curiosidade dos jovens, construindo com eles um leque de opções maior e convidando-os a investigar, através do emprego do vídeo, o cotidiano e a carreira de outros profissionais (inclusive a dos próprios pais e responsáveis), de acordo com os seus próprios interesses. Ao mesmo tempo em que o aprendizado das técnicas de produção audiovisual ajuda a desconstruir o mito que envolve a mídia, desenvolve a capacidade de trabalho em grupo, planejamento e conhecimento técnico, necessários ao profissional de qualquer área. Trabalhamos com a imaginação dos jovens. Neste sentido nos aproximamos de Bachelard. Para este autor a “pedagogia da imaginação” pressupõe um processo de aprendizagem capaz de fazer surgir

conteúdos novos. O nosso trabalho é sensível a esta capacidade e está, portanto, atento às perspectivas poéticas (Castoriadis), desenvolvidas pelos jovens na construção das oficinas. (CNPq, FIA, Pastoral do Menor)

PROJETO CENTRO DE JUVENTUDE: OFICINA DE VÍDEO DA COORDENARIA DE JUVENTUDE

Paula K. Latgé, Leonardo S. Soares, Sebastião B. Marques

O Centro de Juventude é um espaço de ordem educativa e cultural, destinado ao jovem na faixa etária de 15 à 25 anos, que vive em comunidade de baixa renda do município de Niterói. Este projeto é executado pela Coordenadoria de Política de Juventude, órgão ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social. Através de uma oficina de vídeo realizada pelos jovens do Centro de Juventude foi produzido um filme que aborda diversas questões relativas à sexualidade, drogas e expectativa de vida. Pretende-se com este vídeo iniciar um debate sobre as estruturas vulnerabilizantes, a família e o jovem.